

Revista

do Instituto

Histórico

e Geográfico

do Rio Grande

do Norte

R. IHGRGN

Vols. LXXXIV-LXXXV

Anos: 1992-1993

NATAL-RN

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO NORTE**
- A MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL DO ESTADO -
Rua da Conceição, 622 - Fone: (084) 221-1228
Cep.: 59025-270 - Natal - Rio Grande do Norte - BRASIL

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES
1991 - 1993

PRESIDENTE: Enélio Lima Petrovich
1º VICE-PRESIDENTE: Manoel Rodrigues de Melo
2º VICE-PRESIDENTE: Itamar de Souza
1º SECRETÁRIO: Jurandir Navarro da Costa
2º SECRETÁRIO: Luiz Gonzaga Meira Bezerra
SECRETÁRIO-ADJUNTO: Hélio Dantas
ORADOR: Alvamar Furtado de Mendonça
VICE-ORADOR: Marcos Cavalcanti Maranhão
TESOUREIRO: Manoel Medeiros
TESOUREIRO-ADJUNTO: Luiz de Carvalho Rabelo
DIRETOR DA BIBLIOTECA, MUSEU E ARQUIVO: Olavo de Medeiros
Filho
DIRETOR-ADJUNTO: Mons. Severino Bezerra

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Washington Araújo
Cláudio Pinto Galvão
Aluizio Azevedo

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Fernando Hippólito da Costa
Tarcísio da Natividade Medeiros
Otto de Brito Guerra

Esta é mais uma Revista do venerando e quase secular Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ceileiro de nobres e vivas tradições, fundado em 29 de março de 1902.

Refere-se aos anos de 1992-1993 - volumes LXXXIV - LXXXV, contendo matérias de alta relevância para os estudiosos e historiadores, sobretudo acerca da temática norte-rio-grandense.

Óbvio que, sendo fonte de pesquisa, séria e obstinada, a exemplo dos números anteriores, despertará o maior interesse de quantos procuram conhecer mais e melhor as velhas e fidedígnas origens de nossa cultura.

Os escritos, pois, inseridos nas páginas seguintes, revelam mesmo a maturidade de seus autores, graças aos conhecimentos adquiridos, frutos das suas elucubrações, no decorrer do tempo.

Sem dúvida, o mérito das publicações deste nível, alcançando, com esta edição, 85 volumes, deve-se à persistência e serenidade que sempre imprimem, também, os eminentes confrades da Comissão de Estatuto e Redação da Revista, composta pelos historiadores Fernando Hippólito da Costa, Tarcísio da Natividade Medeiros e Otto de Brito Guerra.

Assim, estamos satisfeitos, na convicção de que, ainda neste ano, teremos outras Revistas, correspondentes aos anos de 1994, 1995, 1996 e 1997, atualizando-as, desde logo.

Aliás, já se acha em fase bem adiantada, conforme trabalho no computador doado ao IHG/RN pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte, o volume do "Índice Geral da Revista - de 1964 a 1991", organizado pelo sócio efetivo Fernando Hippólito da Costa, cuja tarefa executou com proficiência.

De igual modo, vale, aqui, um registro de agradecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Garibaldi Alves Filho, face ao apoio dado para esta impressão, através do Departamento Estadual de Imprensa, à frente o jornalista Arlindo de Melo Freire e sua competente assessoria.

Eis, dessa maneira, a nossa palavra, atendendo aos anseios dos ilustrados consócios e da própria comunidade potiguar e brasileira, no plano da inteligência.

Ora, reconhecemos que o principal veículo capaz de enaltecer um Estado e um País é a promoção da Cultura.

Por isso, somente procurando valorizá-la chegaremos ao primeiro mundo.

E essa busca incessante significa como que um chamamento ou um grito de alerta a todos.

Quanto a nós, particularmente, cômicos de nossa responsabilidade, vamos cumprindo, com modéstia e pertinácia, com a nossa missão, na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a mais antiga entidade cultural do Estado.

Natal (RN), 29 de março de 1997
95º aniversário de fundação do IHG/RN
ENÉLIO LIMA PETROVICH

PRESERVAR O INSTITUTO HISTÓRICO

Garibaldi Alves Filho (*)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é, sem dúvida alguma, a mais antiga instituição cultural do Estado. Seu acervo é preciosíssimo e fundamental para a preservação da memória cultural do nosso povo. Sua presença, hoje em dia, em nossa vida cultural, deve-se à obstinação e ao idealismo dos seus membros, tendo à frente seu presidente, o escritor Enélio Lima Petrovich.

Entretanto, não podemos deixar de deplorar a situação em que se encontra a nossa mais antiga instituição cultural. Apesar dos esforços dos seus dirigentes, o Governo do Estado, nos últimos dez anos, não se sensibilizou em assumir sua responsabilidade na preservação, conservação e ampliação de tudo quanto integra, em documentos, em livros, em objetos, em jornais, em revistas, em quadros, o acervo do Instituto Histórico.

Agora, em função de gestões movidas pelo professor e escritor Nilo Pereira, principalmente junto à Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, auspicia-se a restauração e conservação deste patrimônio estadual. Foi necessário que Nilo Pereira, em artigo publicado no "Diário de Pernambuco", obtivesse uma perspectiva de recuperação do instituto.

Este episódio, infelizmente, registra e ressalta que a administração estadual não está se ocupando daquelas coisas que, sendo permanentes e antigas, constituem dever renovado do Poder Público em assegurar-lhes condições de perpetuidade. Esta é a questão. O Governador Agripino Maia precisa despertar para problemas dessa natureza, ainda que a ação governamental nesses setores não implique, necessariamente, em divi-dendos políticos eleitorais. Não se pode governar buscando, apenas, objetivos eleitorais. De modo algum. Da mesma forma, o governante deve estar consciente de que o cumprimento pleno de suas obrigações é o fator responsável pelo julgamento histórico, o qual supera os ânimos e as emoções circunstanciais, para tipificar, na plenitude, a verdadeira imagem do homem público.

(*) In 15 anos de jornalismo. 50 artigos selecionados. Em Defesa de Natal

BIBLIOTECA *ENÉLIO LIMA PETROVICH*

Olavo de Medeiros Filho
(Sócio efetivo)

Através de uma profícua trajetória de 90 anos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem recebido doações de livros, destinados ao enriquecimento de sua Biblioteca Geral. E hoje, 26 de março de 1992, a vetusta instituição comemora o evento, quase centenário.

Conta a nossa Biblioteca com livros que pertenceram a grandes vultos da intelectualidade potiguar, como Auta de Souza, João Lindolfo da Câmara, Henrique Castriciano, Alberto Maranhão e Antônio de Souza; os dois últimos, ex-governadores do Estado.

Pelo Governo dos Estados Unidos foi doada ao Instituto uma expressiva coleção de livros técnicos, hoje formando a Biblioteca Franklin Roosevelt.

Pertence também ao Instituto uma grande quantidade de livros, outrora de propriedade do grande historiador norte-rio-grandense Tobias do Rêgo Monteiro, incidentalmente, também, Senador da República.

Nestor Lima, ex-presidente deste Instituto; Manoel Dantas, sócio fundador desta mesma Casa; Israel Nazareno e Peregrino Júnior, vultos que tanto honraram a intelectualidade do Estado, têm hoje as suas bibliotecas, ou parte delas, integradas à Biblioteca Geral do Instituto.

Todas essas milhares de obras continuam a cumprir a sua missão específica, qual seja a de transferir o conhecimento adquirido pelas gerações passadas e presentes, às gerações do porvir.

Agora, o Instituto vem de receber uma preciosa biblioteca, cujo proprietário a formou ciosamente, por mais de quatro décadas de paciente aquisição. São obras dos mais variados assuntos e autores. Através do catálogo que se encontra à disposição dos interessados, o público amante da boa leitura constatará o grande valor da biblioteca ora oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico.

Em Assembléia Geral realizada no dia 23 de julho de 1991, os sócios presentes decidiram acatar a sugestão do prof. Manuel Rodrigues de Mello, no sentido de que os livros ora doados ao Instituto formassem uma biblioteca sob a égide do seu doador, que é o nosso presidente-perpétuo, Enélio Lima Petrovich.

Enélio houve por bem transferir ao acervo bibliográfico do Instituto, grande parcela da sua biblioteca particular, representada por cerca de 2.000 volumes. Assim agindo, Enélio Lima Petrovich seguiu o mesmo gesto de alguns dos seus antecessores, cujos nomes já foram declinados anteriormente.

A doação feita por Enélio tem um valor todo especial, quando sabe-

mos que ele ainda continua em plena vida intelectual, e deverá sentir a falta de tantos livros amigos ...

Todavia, vez por outra, o nosso Presidente terá a oportunidade de rever os seus velhos livros, que ora passam a fazer companhia às milhares de outras obras, sob o teto acolhedor e amigo do Instituto.

Enélio Lima Petrovich, receba os agradecimentos daqueles que fazem a nossa Casa da Memória, pela feliz idéia ora concretizada. Encontra-se, pois, a partir de hoje, à disposição do público estudioso, a BIBLIOTECA ENÉLIO LIMA PETROVICH, ora inaugurada!

RAIMUNDO FERREIRA DE MACEDO

Otto Guerra
(Sócio efetivo)

Dentre os bacharéis em Direito formados a 7 de dezembro de 1933 pela centenária Faculdade do Recife, nove eram do Rio Grande do Norte: Abílio Xavier de Almeida, Dario Jordão de Andrade, Francisco Xavier Ferreira Viana, Gil Soares de Araújo, Jorge Galvão de Oliveira, Otacilio Alecrim, Otto de Brito Guerra, Raimundo Ferreira de Macedo e Sérvulo Pereira de Araújo.

A 21 de maio deste 1993, Gil Soares, um dos nove, telefonava-me comunicando a morte, em Brasília, nesse dia, de Raimundo Macedo, também da nossa turma.

Pus-me a rever o passado. Raimundo fora meu colega de classe no Atheneu, turma de 1929. Dela faziam parte, entre outros, Ivone Barbalho, futura professora do Atheneu, Marina Lira, que seria engenheira, Abílio Medeiros, João da Costa Machado, Mário Navais Henrique, Manoel Vilar, Pelúcio Melo, Raimundo Baracho, todos médicos, Hemetério Fernandes (formar-se-ia em Direito), Umberto Peregrino, futuro general e escritor, Aldo Noronha Filgueira, no futuro funcionário federal categorizado, Gilberto Luiz Gomes, proprietário de engenho de açúcar e seu irmão ou primo Ângelo.

Lembrei-me, também, dos muitos professores, cônego Estevam Dantas e depois monsenhor Pegado (latim), João Tibúrcio e depois Israel Nazareno (português), Abel Barreto, francês, padre Calazans Pinheiro, geografia e corografia, Celestino Pimentel, inglês, Floriano Cavalcanti e depois Clementino Câmara, história universal, Xavier Garcia e depois Clementino, aritmética, Teódulo Câmara, álgebra, Carlos Filgueira, geometria e trigonometria, José Gurgel, física, Joaquim Torres, química, Mário Lira e depois Luís Antônio, história natural, monsenhor João da Matha Paiva, filosofia, Luís da Câmara Cascudo, história do Brasil e também literatura do Brasil, substituindo Adauto Câmara.

Raimundo, excelente colega, destacava-se na análise sintática, inclusive nos difíceis **Lusíadas** camonianos. Saíamos juntos, no fim das aulas, etc., eu, Umberto, nas despreocupadas conversas de então.

Reencontrei-me com Raimundo na Faculdade de Direito do Recife, frequentando o mesmo ano. Ele, à certa altura, foi nomeado adjunto de promotor em Macau, o que lhe valia uma grande experiência, sobretudo em comparação com os colegas que apenas ouviam aulas teóricas, nem sempre elucidativas, como era o meu caso.

Seria Promotor em Macau, Acari, Santana do Matos e em Natal.

Aqui chegaria a Procurador Geral do Estado, Consultor Geral do Estado (em substituição), Procurador Regional da República (em substituição), membro do Conselho Penitenciário.

Entrando na política, partidário do chamado cafeísmo, seria eleito deputado estadual, integrando a **Aliança Social**, que reuniu forças de Mário Câmara e Café Filho, enfrentando o **Partido Popular**, do zeaugustismo. Meu pai também foi deputado aliancista nesses tormentosos tempos, postado na oposição. João Maria Furtado, no seu livro "**Vertentes**" retrata vivamente o que foi essa luta.

Em Natal, quando desimpedido. Raimundo exercia também a advocacia, com bastante competência de experimentado cultor do Direito. Mais de uma vez recebi substabelecimento de procuração sua.

Mudando-se para o Rio de Janeiro, suas aptidões e idoneidade garantiram o melhor êxito. Seria assistente jurídico do Gabinete do Ministro da Justiça, membro da Comissão de Estudos de Negócios Estaduais, juiz substituto, por concurso, juiz de Direito, promovido por merecimento, juiz eleitoral, ministro substituto do Tribunal Federal de Recursos.

Transferindo-se, pioneiramente, para Brasília, da qual muito gostava, foi juiz de Direito, desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que chegou a presidir ministro substituto do Tribunal Federal de Recursos, membro do Tribunal Regional Eleitoral, de que foi também presidente.

Sua capacidade e honradez justificam plenamente o recebimento da Medalha do Mérito Judiciário, conferida pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

É autor de livro consagrado, "**Da Extinção da Punibilidade**" (Revista Forense, Rio, 1946), das teses "Da Usurpação e do Dano" em Congresso do Ministério Público em São Paulo e "Do Processo Sumário", no mencionado Congresso.

Em conferências, ocupou-se "Da Responsabilidade de Ser Juiz (1950) e "Contribuição à II Conferência de Desembargadores", Salvador, 1962.

O saudoso colega nascera a 11 de novembro de 1908, em Santana do Matos, sendo casado com a sra. Creusa Cavalcanti de Macedo, deste Estado. Deixa 4 filhos, **Dulcimar**, esposa do cel. Fernando Frota Dourado Brígido; **Isa**, esposa do dr. Alcindo Guedes da Silva; **Maria da Conceição**, esposa do desembargador José Jerônimo Bezerra de Souza e **Marília**, esposa do dr. Edmundo Adriano de Melo Batista, além de 12 netos e 8 bisnetos.

Em sessão do Superior Tribunal de Justiça, Côrte Especial, na sessão de 27 de maio de 1993, o Ministro José Dantas, nosso conterrâneo, ocupou-se da sua personalidade, pedindo inserção em Ata de um voto de pesar. Todos nós, que o conhecemos, somos solidários a essa manifestação justíssima.

FASTÍGIO E OCASO DE FERREIRA CHAVES

Gil Soares
(Sócio correspondente)

Ferreira Chaves foi promotor público de Martins de 1874 a 1878, época em que Almino Afonso, seu contemporâneo de Faculdade, ocupava igual cargo em Guarabira (PB), donde saiu para ser juiz municipal em Cascavel e Aquiraz (CE). Chaves viu a cidade ser invadida pelo bando de Jesuíno Brilhante, o maior cangaceiro do Nordeste no século passado e nela atravessou a terrível sêca de 77.

Sessenta anos depois, ao assumir aquela Promotoria, ainda conheci pessoas idosas que me lembravam o bilhar por ele montado, para uso próprio, jogo do qual seu filho José viria a ser campeão em Natal e a disputar partidas, no Rio de Janeiro, na residência do senador Pinheiro Machado.

Nomeado juiz de Pau dos Ferros, ali permaneceu quase dez anos. E tudo lhe correu bem no Oeste potiguar.

No sítio Taboleiro de Areia, um dos chefes políticos martinenses, Giraldo de Sousa Lemos, avô de minha mulher, possuía casa à margem da velha estrada que leva a Pau dos Ferros, paróquia desde 1756, onde casara na família Rego. Seus antepassados, conhecidos como descendentes de holandeses, tinham vindo de Pernambuco no princípio do século passado, para atividades agropecuárias naquela propriedade e residência na Serra. Um deles, José Antônio de Lemos, já em 1815 comparecia, como padrinho, a batizado em Caicó (1), obtinha licença do Bispado de Olinda, no mesmo ano, para construir a atual Matriz de Martins (2) e participava, em 1828, de eleição na vila de Portalegre (3), sede do município que abrangia toda a Zona Oeste. Ferreira Chaves, Jerônimo Câmara, Homem de Siqueira, Ferreira de Melo (Dr. Jaco), João Batista de Siqueira e outros juizes, promotores e políticos de influência na região, notadamente o chefe pau-ferrense Joaquim Correia, sempre que passavam na estrada eram muito bem acolhidos naquela casa.

Pouca gente ia à Capital via Mossoró, para embarque em Areia Branca. Até 1907, quando o trem chegou a Taipu, viajava-se a cavalo até Natal, geralmente já com locais escolhidos ao longo do percurso para hospedagem farta e gratuita, segundo a tradição sertaneja (4). A travessia do rio Assu era feita em São Rafael.

Com o regime republicano é que as remoções de magistrados se tornaram mais fáceis, quase sempre abrindo vaga em Pau dos Ferros, a comarca mais distante.

Ouvi no sertão que, certa vez, Joaquim Correia fora reclamar ao governador Pedro Velho a inexistência de juiz e tivera esta resposta: "No momento, temos dois bacharéis que querem ir. Mas, não sabem nada...". Correia, brincalhão, lhe retrucara: "Mande um deles que eu o ensinarei. A comarca é que não pode continuar vaga". Claro que, daquela vez, perdera a longa viagem.

Em 1887, Chaves foi removido para Trairi (Santa Cruz). Quatro anos depois já se achava na Capital, onde sua forte personalidade despertou a admiração de Pedro Velho, o chefe republicano. Logo integrou Junta Governativa e, no ano seguinte, assumiu o cargo de Desembargador.

Com tão rápida e notável projeção na vida estadual, estava eleito governador, pelo voto direto, em 1896 e acabou naturalmente em disponibilidade na Magistratura, como acontecia na Primeira República.

Nos fins do segundo governo (1914-1919), mandou construir mais três salões de aulas em nosso grupo escolar, o Frei Miguelinho, hoje Instituto Padre Miguelinho e nos deu a primeira banda de música infanto-juvenil do Estado. O instrumental, vindo do Sul, foi desencaixotado a vinte de setembro de 1918, e, a quinze de outubro, já íamos despertar o Governador, data de seu natalício, executando o dobrado "Dr. Ferreira Chaves", composto para principiantes por José Sinésio Freire, contra-mestre da banda da Polícia.

Surpreso e radiante, Chaves nos acolheu paternalmente. Chegou a ajudar a nos servir à mesa, juntamente com a digna esposa, a bondosa dona Alexandrina (5). Para nós, meninos do Alecrim, pela primeira vez em casa de um Chefe de Estado, aquela foi uma manhã inesquecível.

Toda a Primeira Grande Guerra decorreu nesse seu período governamental. Para Rui Barbosa, Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque, Gilberto Amado e outros grandes intelectuais a causa dos Aliados era a luta do Direito contra a Força. Dunshee de Abranches advertia os brasileiros de que aquela era apenas uma "guerra comercial". Coincidentemente, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, Lima Barreto e outros manifestavam-se pró-Alemanha. Terceira corrente, com Alberto Torres, Jackson de Figueiredo, Assis Chateaubriand e mais alguns preferia a neutralidade do Brasil. Já Ferreira Chaves nutria profunda admiração pelo kaiser Guilherme II, que Tristão de Ataíde veio a considerar "um megalômano pré-hitleriano".

Na vida social, podia-se observar quão estimado era aquele Governador. Ganhou grande simpatia na classe média e gozou da maior popularidade, talvez porque alguns membros da família Maranhão, pelo estilo de vida, eram vistos por muita gente como fidalgos ou aristocratas.

Entretanto, na política e na administração era tido como vaidoso e autoritário.

No fim do século passado, o jornalista Elias Souto dizia que ele "nunca respeitou o direito e a justiça", por haver sido "a tirania, que caracterizou, do começo ao fim, seu nefário governo" (6).

Não foi essa a impressão que recolhi na juventude. Parece-me mais adequada a opinião de Eloi de Souza: "ímpetuoso, desabrido, às vezes brutal, mas compreensivo e bem educado" (7 e 7-A).

Sei que, quando contrariado, dava "bufos" que inquietavam os circunstantes.

Cito três fatos, de mais de setenta anos, que me ficaram na memória.

Uma noite, os salões do Palácio foram abertos para banquete e baile pelo aniversário do Governo. Uma multidão se postou defronte. José Gomes de Araújo Amorim, assuense, solteiro, escriturário do Tesouro, conversara algum tempo, no meio daquela grande assistência, com mulher de vida suspeita. No dia seguinte, um sabujo foi contar isso ao pé do ouvido do Governador. Este, sentindo-se afrontado por aquela conduta de funcionário, "no local", ficou furioso e ameaçador. Amorim, para evitar constrangimento a nossos familiares que participavam do Governo e da política situacionista, pediu demissão e foi ser escriturário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Bauru (SP).

De outra vez, chegaram à nossa casa dois correligionários de meu pai com a auspiciosa notícia de que o eminente conterrâneo Amaro Cavalcanti fora convidado para Ministro da Fazenda (8) do segundo governo do grande estadista Rodrigues Alves. E logo acrescentaram que o Governador, tomado de indignação, arrebentara um tinteiro em plena sala da residência...

Mais adiante, Tavares de Lira obteve a nomeação do Dr. Orlando Correia, filho de Joaquim Correia (já na Oposição), para inspetor federal junto ao Atheneu Norte-Rio-Grandense. Preterira o Dr. Bruno Pereira, o candidato do Governador. Este, para frustrá-la, não vacilou em prejudicar a classe estudantil, pois imediatamente desequiparou do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, aquele nosso único estabelecimento de ensino secundário. E os alunos que quiseram exames válidos para curso superior tiveram de ir prestá-los em outro Estado. Perderam o ano os que não dispuseram de recursos para isso.

Chaves, nos dois governos, acabou conhecendo o Estado todo. Atendia no possível aos reclamos das populações. Foi implacável na repressão ao cangaceirismo, principalmente ao bando de Antônio Silvino, seu conterrâneo (9). Certamente por ter vivido vários anos no alto sertão, preocupava-se com a construção e melhoramento de estradas. Mas tudo dentro das disponibilidades orçamentárias.

Na Primeira República, a predileção dos governantes era por melhoramentos urbanos, principalmente na Capital.

Diferente deles todos - como administrador - foi Juvenal Lamartine, conhecedor como nenhum outro, em qualquer época, dos problemas e necessidades de cada região. Mesmo havendo encontrado situação financeira muito difícil, entrou logo atualizando e modernizando diversos serviços, implantando e estimulando, com risco da própria vida, a aviação

civil, construindo estádio a fim de incentivar os esportes, enfrentando preconceitos para a adoção do voto feminino e - sobretudo - cuidando das bases para o desenvolvimento econômico do Estado. Em seu tempo, ainda não existiam órgãos técnicos de planejamentos e nem chegavam auxílios da União à administração estadual, os quais foram aparecendo depois da Revolução de 30 e aumentaram substancialmente de 1964 para cá.

Creio que, até hoje, nenhum governante superou Ferreira Chaves em zelo na aplicação de dinheiros públicos. Foi "de probidade inexcusável" e, também, "uma tradição de honra e de civismo" - conforme palavras de José Augusto (10). Pena haja incorrido em grave erro no setor das finanças. Nos fins da Primeira Guerra, a moeda francesa sofreu queda espetacular (11). Apesar da insistência de auxiliares e amigos para que, naquela ocasião, resgatasse completamente nossa dívida externa - pois o Tesouro dispunha folgadoamente do numerário - respondia não se sentir obrigado a pagar de uma vez empréstimo contraído por antecessor. Adversários o criticaram severamente, atribuindo já essa "omissão" à crescente incompatibilidade dele com a família Maranhão. Resultado: mais adiante, os credores do Estado passaram a exigir observância da cláusula-ouro mencionada no verso dos cupões mas não estabelecida no contrato do empréstimo. E os pagamentos pelo Estado tiveram de ser suspensos, ficando a solução do impasse transferida ao governo federal depois de 1930.

Dentre as adesões de políticos por ele recebidas, desde a posse, a mais importante foi, decerto, a do médico Almeida Castro, de Mossoró, meu saudoso padrinho de crisma, que ficara em 1913 ao lado do capitão Penha.

A propósito, meu espírito de adolescente ficava confuso diante de algumas adesões no meio político. Ou quando A rompera com B para ficar ao lado de C. E assim por diante. Parentes meus, chavistas, me apontavam na rua, por exemplo, um funcionário dos Correios, amigo particular de nossa família, que, quando preso no prédio onde ocorrera o tiroteio da Polícia com partidários de José da Penha, teria sido obrigado, com outros exaltados, a conduzir na cabeça, dali até o quartel, o humilhante "cuba", pequeno pote de barro contendo excremento ... No entanto - lembravam-me aqueles parentes - quase todos esses elementos se achavam ultimamente ao lado da família Maranhão, contra Ferreira Chaves...

Só mais tarde vim a compreender que tudo isso está mesmo na "essência" do regime presidencialista, no qual a política gravita quase toda em torno de "pessoas", e nunca, realmente, de partidos ou de idéias.

Tobias Monteiro quis rever a terra natal no governo de Chaves, seu velho amigo. Um jornalista dos mais conceituados e historiador de grande mérito. Seus trabalhos sobre o Império superam os de qualquer autor, principalmente devido às excelentes pesquisas, em arquivos e museus, durante os habituais passeios pela Europa. Solteirão e muito rico, sempre que necessário auxiliava irmãos e sobrinhos. Comentava-se em Natal que sua mansão, no Rio e em Petrópolis, vivia entregue a uma velha governanta

de absoluta confiança, mas com equipe de domésticas muito bem selecionadas e cada uma com tarefas por ele mesmo distribuídas ...

Dotado de espírito romântico, queria a exibição, mesmo fora de época, porém à sua custa, do tradicional "Fandango" - doce recordação da adolescência, quando vinha do sítio de Igapó ou Regomoleiro para as festas natalinas na Capital, cujas ruas eram ainda iluminadas por lâmpadas.

Na extensa praça Pedro Velho (12), diante de um tablado, ficou pela noite afora escutando, enlevado, aquelas jornadas. O Governador, seu anfitrião, só conseguiu levá-lo dali depois que ouviram a melhor delas, a "Bela Nau Catarineta".

Ferreira Chaves, para poder retornar ao Senado, fez com que o senador Antônio de Sousa viesse sucedê-lo no governo.

Tobias Monteiro, amigo íntimo do Presidente Eptácio Pessoa, era sempre convidado a ir ao Catete colaborar em certas mensagens ou projetos sobre matéria financeira, já que não aceitara a Secretaria da Presidência hoje Casa Civil. E isso despertou no senador Eloi de Souza a idéia de vê-lo como colega de bancada. Tal lembrança entusiasmou o Presidente, que conseguiu de Ferreira Chaves a necessária vaga nomeando-o Ministro da Marinha e, no ano seguinte, Ministro da Justiça. Sabia-se que Eptácio sempre vira em Tavares de Lira um rival na esfera nacional, desde que este, sendo o mais moço dos senadores, fora escolhido, em 1910, o líder da maioria. Por isso, depois do rompimento ocorrido na política potiguar (1918) passara a prestigiar abertamente Chaves.

Houve mais tarde sério desentendimento entre Eptácio e Tobias. Resultara de brincadeira de mau gosto deste, que enfurecera o Presidente. Esta a versão que me ficou na memória, embora haja outras a respeito. De qualquer maneira, por ser homem muito independente, Tobias acabou renunciando ao mandato de senador por seu Estado. Por sua vez, ao deixar o Ministério, no fim do governo, retornou Chaves àquela cadeira. E, em pleno fastígio, logo tratou de voltar ao governo estadual.

Seu nome chegou a ser aprovado, unanimemente, em Convenção os chefes situacionistas, em Natal, em 1923.

Lembro-me que, dessa vez, não havia grande entusiasmo entre os convencionais. Nada parecido com as retumbantes festas que vi na infância. E muito menos com aquela fascinante popularidade que o acompanhara a partir de 1914, inclusive no rompimento com a família Maranhão. Era como se algo inexplicável pairasse no ar...

Realmente. Se na Presidência Eptácio subira Chaves e descera Lira, com o governo Bernardes descera Chaves e subira Lira, tradicionalmente ligado aos políticos mineiros.

Prestigiadíssimo, recebeu Tavares de Lira a alta missão de pacificar o Rio Grande do Sul, entregue à luta armada entre libertadores (Assis Brasil) e republicanos (Borges de Medeiros). E de seus esforços resultaram a assinatura do Tratado de Pedras Altas. Algum tempo depois, recu-

sou a pasta da Fazenda.

Viu-se então Ferreira Chaves, desprestigiado no plano nacional, na dura contingência de renunciar à candidatura a governador. É sempre assim a política, “a eterna megera...”.

Supõe Câmara Cascudo que isso ocorreu devido à atuação dos deputados federais José Augusto e Juvenal Lamartine junto ao Presidente Bernardes (13).

Penso que não. Atribuía-se em Natal a Tavares de Lira - mesmo já muito desligado da política estadual e sem pretender influir na escolha do sucessor de Antônio de Sousa - haver dado um “basta” à pretensão de Chaves de governar o Rio Grande do Norte pela terceira vez. Tanto assim que foi o próprio renunciante quem lembrou o nome de José Augusto, seu Secretário Geral no Governo de 1914.

Daí em diante a grande estrela de Ferreira Chaves foi-se apagando rapidamente.

A Revolução de 30, ao dissolver o Congresso Nacional, mandou-o para casa (14).

Veio algum tempo depois rever a Capital potiguar. Mas era apenas a sombra daquela figura que, desde o alvorecer do século, dominara a vida política e social de nossa terra.

Uma noite, fui com antigos correligionários ao embarque do farmacêutico baiano Pedro Dias Guimarães, ex-prefeito revolucionário de Natal e que, durante uns trinta anos, tanto se notabilizou aqui como político opositorista, perseverante e moderado. Como tabelião aposentado, resolvera ir morar no Rio de Janeiro.

De repente, chegou ao cais um homem idoso, acompanhado por algumas pessoas. Amparado e com dificuldade subiu pausadamente a escada do navio. Era Ferreira Chaves. Ausentava-se para sempre do Estado que lhe fora tão generoso.

Ao fim de ostracismo medonho, faleceu aos 84 anos num pequeno apartamento de fundos em edifício do Largo do Machado.

Deixou à posteridade um exemplo maravilhoso, que lhe ofuscava os defeitos como político: durante uns quarenta anos, no exercício consecutivo dos mais altos cargos (governador, senador e ministro de Estado), jamais utilizara, ilegal ou indevidamente, um real dos cofres públicos!

NOTAS

1) OLAVO DE MEDEIROS FILHO, Velhas Famílias do Seridó, Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1981, pág. 171.

2) BEATRIZ FERNANDES SOARES DE SOUSA, Martins de Ontem e de Hoje, 1984, pág. 2 (baseada em trabalho do historiador Nestor Lima sobre os Municípios).

3) LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, Uma História da Assembléia Legislativa do RGN, Fundação José Augusto, Natal, 1972, pág. 80.

4) JUVENAL LAMARTINE, *Velhos Costumes do Meu Sertão*, Fundação José Augusto, 1965, pág. 51.

5) Em 1913, a Prefeitura de Martins deu o nome de Alexandria à vila, hoje sede do município em que nasceu dona Alexandrina Barreto Ferreira Chaves, que, no ano seguinte, seria pela segunda vez a primeira dama do Estado (ANTÔNIO SOARES, *Dic. Hist. e Geogr. do RGN*, Imprensa Oficial, Natal, 1930, vol. I, pág. 15).

6) VERÍSSIMO DE MELO, *Patronos e Acadêmicos*, ed. Pongetti, Rio de Janeiro, 1972, págs. 59 a 60.

7) ELOI DE SOUSA, *Memórias*, Fundação José Augusto, 1975, Parte III, pág. 31.

7-A) No primeiro governo (1896-1900), Ferreira Chaves descia, uma tarde, com três amigos, a avenida Junqueira Aires, quando cruzou, na altura da Capitania dos Portos, com o des. José Climaco do Espírito Santo, seu conterrâneo e colega do primeiro Tribunal de Justiça (1892) e que andava anunciando ser seu inimigo. Resolveu cumprimentá-lo cortezmente, mas, em resposta, Espírito Santo lhe estirou acintosamente a língua... O capitão Joaquim Anselmo quis agarrar o magistrado, mas foi impedido pelo Governador, que, daí, até a residência provisória, no sobrado da atual rua Chile, não deu mais uma palavra. A notícia se espalhou rapidamente na então pequena Capital. À noite, depois da ceia, costumava Espírito Santo, fumando charuto, passear pela praça da Igreja do Rosário. Então, dois oficiais da Polícia, dos mais graduados, por conta própria o interpelaram e lhe aplicaram alguns sopapos "para ele aprender a respeitar o Governador...". No dia seguinte, no Tribunal, o desembargador protestou, aos berros, contra aquela agressão e apresentou queixa à Polícia. Essa a narrativa que me fez, ainda no começo da década de 40, velho oficial reformado, participante da ocorrência.

8) Uma irmã de Amaro Cavalcanti era casada com modesto funcionário da Alfândega de Natal. O Ministro, homem escrupuloso, ouvido sobre essa situação chocante, lamentou demais que o cunhado não dispusesse de habilitação para desempenhar cargo melhor. Com a decadência de nossos costumes políticos, esse cunhado iria ser, por exemplo, membro da Diretoria de Banco, com assessor ao lado para lhe indicar, em cada papel, o lugar em que teria de colocar a assinatura...

9) Chaves era de Recife, segundo Câmara Cascudo (*Governo do RGN*, Livraria Cosmopolita, Natal, 1939, pág. 135). Mas havia iristas sustentando que ele nascera no município de Afogados da Ingazeira (PE), terra de Antônio Silvano.

10) JOSÉ AUGUSTO, *O RGN no Senado da República*, Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1980, págs. 66 e 67.

11) O notável civilista conterrâneo J.M. de Carvalho Santos (natalense) me disse certa vez que, advogando no interior de Minas Gerais, mandara adquirir em livrarias parisienses, por via postal e preços baratíssimos, as mais valiosas obras sobre direito civil escritas na Europa,

existentes em língua francesa. Só assim conseguira elaborar, em cerca de trinta volumes, seus comentários ao nosso Código Civil.

12) O agrimensor italiano Antônio Polidrelli projetou a Cidade Nova (Petrópolis e Tirol) e Jeremias Pinheiro da Câmara executou os trabalhos de demarcação e alinhamento. Aquele técnico reservou extensa área, bem localizada (a Praça Pedro Velho), certamente para grandes concentrações populares no futuro (comemorações cívicas, comícios políticos, etc.). Mas, em 1936, o prefeito Gentil Ferreira resolveu reduzi-la, loteando-a em grande parte para residências particulares. Como tal projeto dependia da aprovação da Assembléia Legislativa, combateu-o com veemência e brilhantismo Djalma Marinho, meu saudoso companheiro da bancada da Aliança Social. Por ser o Prefeito demissível ad-nutum, resolvi encaminhar pedido de informações ao Governador Rafael Fernandes, utilizando até elementos informativos que recebi, particularmente, de adversários políticos. Entre os valiosos dados técnicos contrários ao tal projeto chegados às minhas mãos supus haver identificado a autoria do ex-prefeito Omar O'Grady, o mais competente, operoso e esclarecido dos auxiliares dos governos José Augusto e Juvenal Lamartine. Para frustrar a infeliz iniciativa do Dr. Gentil Ferreira, nós, da bancada da Oposição, precisávamos de apenas dois votos entre os deputados governistas. Entretanto, o Partido Popular "fechou questão" e o loteamento foi autorizado.

13) CÂMARA CASCUDO, obra citada, pág. 43.

14) O Dr. Irenêo Joffily, homem que conservou a inteireza moral até o fim da vida, sobrinho-afim de Pedro Velho e Alberto Maranhão, não foi muito feliz em seus cem dias de Interventor revolucionário no Rio Grande do Norte. Pegou Ferreira Chaves, com cerca de cinqüenta anos de serviço público, praticamente inválido, vivendo exclusivamente dos vencimentos de desembargador e quase o reduz à penúria. Transformou-lhe a disponibilidade em aposentadoria, mas... com proventos do século passado... Coube ao Interventor seguinte, Tenente Aluísio Moura, consertar essa situação.

A QUESTÃO RELIGIOSA E O RIO GRANDE DO NORTE

Enélio Lima Petrovich
(Sócio efetivo)

Percorrendo os caminhos íngremes, pacientes e sinuosos da pesquisa, sob a égide das concepções próprias, à medida do grau de conhecimento, é que se recolhe a verdadeira história dos episódios que dignificam a vida brasileira, pela fidelidade da tradição oral e pela existência dos documentos, postos ao alcance de cada um, para julgamento imparcial da contemporaneidade.

Por isso, trazemos a lume a Questão Religiosa neste Estado, berço de heróis e de mártires, a exemplo de um Miguelinho, Camarão e André de Albuquerque, e de santos, na lição maior de um padre João Maria, adepto de Dom Vital, naquele movimento de 1872, e de um Monsenhor Pegado, ambos figuras singulares e humildes de sacerdotes, a serviço da Evangelização e da Igreja Católica Apostólica Romana.

Decerto, trata-se, este modesto enfoque, de uma achega, objetiva e espontânea, à palpitante questão - "o maior erro político do 2º Reinado", no dizer de Pandiá Calógenas. Ou, para seguir os ensinamentos do mestre Nilo Pereira, caracterizou-se, "em sentido amplo, a luta entre a Igreja e o Estado. Dum lado a Igreja atenta, na pessoa dos Bispos de Olinda e do Pará, às Encíclicas que condenaram a Maçonaria; e do outro, o Estado, arcaicamente regalista, reclamando para si poderes absolutos num problema de consciência..." (In "Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil", págs. 32/33).

Aí aparece Dom Pedro II, que, se tivesse negado o apelo da irmandade de Santo Antônio, interposto fora do prazo, jamais ele seria o maior culpado pela eclosão desse movimento, que abalou, sem dúvida, os alicerces do Trono, pois, nas expressões de Nabuco, a questão religiosa "foi um acidente grave na história do reinado por seguir-se logo à primeira lei relativa à emancipação dos escravos". ("Um Estadista do Império", vol. III, pág. 387).

E diga-se, desde já: Dom Pedro II, enfeixando o poder moderador, não professou, na sua plenitude, a meu ver, a religião católica. "Era como um pastor protestante oficiando em templo católico", conforme a concepção do eminente sociólogo-antropólogo Gilberto Freire.

Oportuno se nos afigura o depoimento do Monsenhor Guilherme Schubert, quando afirmou que "mesmo fora de solenidades oficiais, Dom Pedro II praticara a Religião. Na Igreja do Carmo, à Rua Primeiro de Março, no Rio, mostram um camarote usado com freqüência pelo Imperador para assistir, em caráter particular, à missa".

E acrescenta o ilustre amigo e consócio, integrante, também, do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que "Dom Pedro II cultivou os contatos com seus antigos Mestres e Preceptores da Ordem Carmelita, visitando-os no Convento da Lapa, contribuindo de sua verba pessoal para a decoração da Igreja".

Então, em 1891, o monarca, já quase à morte, ditou para o Conde de Mota Maia, como se lê na conferência proferida pelo historiador Américo Jacobina Lacombe, em 1º de outubro de 1975: "sempre tive sentimento religioso por ser inato ao homem e despertado pela contemplação da natureza. **Igreja livre no Estado livre, mas isso quando a instrução do povo aproveitar de tais instituições**".

Isso - convenhamos - dito pelo Imperador, fora do trono, e quando já pontificava Leão XIII, autor da célebre **Rerum Novarum**.

Mas, vamos, em breves lances, focalizar mesmo o tema, nos limites do Rio Grande do Norte.

Sim, Dom Vital, no livre exercício da nobre tarefa de servo de Deus, pôs interditos em várias confrarias religiosas, baldados os meios conciliatórios.

Chega, dessa forma, a sua ação espiritual a este torrão norte-riograndense. E sobre a influência da questão religiosa no Rio Grande do Norte, província na época, merece realce especial a participação do padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, mais conhecido por Vigário Bartolomeu. É o pomo da discórdia.

Sabedor de que o Vigário Bartolomeu, em Natal, era expoente da Maçonaria, Dom Vital o convocou, no Palácio da Soledade, em Recife, e solicitou abjurar a ordem maçônica, através de uma conversa franca. Retorna o Vigário, aceitando as ponderações de seu superior. Porém, os irmãos da Oficina o recebem com estrondosa homenagem. Esse fato chegou logo ao conhecimento de Dom Vital, que, sem demora, determinou que o vigário explicasse claramente a sua posição. Uma verdadeira retração. O silêncio implicava na suspensão de ordem.

Antes, todavia, do prazo esgotar-se, responde, com maneira incisiva, e os paroquianos, pressentindo a condenação iminente, solidarizaram-se com o vigário, sobretudo os maçons. E dia 23 de março de 1873 - semana santa - fora suspenso das ordens sacras. Completara 30 anos à frente da Matriz da Apresentação.

Precipitam-se os acontecimentos. E em meio aquele episódio, surge a presença de Joaquim Fagundes, **filho do próprio Vigário**. Bem se vê que o Vigário Bartolomeu - é o óbvio - esquecia-se, quase sempre, do 6º mandamento.

Echo Miguelino, revista literária, filosófica e instrutiva, fez constar, em seu número 8, um escrito de Joaquim Fagundes, cujo trecho merece transcrição. Ei-lo:

"No intuito de exterminar a maçonaria no Rio Grande do Norte, o Bispo de Olinda expediu ordens para que o vigário da capital falasse-lhe

com urgência; o capuchinho já exultava de triunfo, porque dizia que se o conseguisse apartar da maçonaria, tinha-o acabado no Rio Grande do Norte...”.

Se, realmente, o Vigário Bartolomeu - digamos nós - pode bem sintetizar a mobilização religiosa, irrompida no Rio Grande do Norte, figura central nos acontecimentos de 1873, não nos esqueçamos, jamais, de quantos ficaram ao lado de Dom Vital, como fervorosos adeptos.

Neste sentido, o padre João Maria, diante do retrato do Bispo, quando este fora preso (2-1-874), assim falou:

“Serás eternamente meu Bispo”.

Evidentemente, pelo que se discorreu, em poucas palavras, impossível reconhecer mesmo que o nosso Estado, subordinado à jurisdição episcopal de Olinda, não tenha sofrido, como no Recife, Rio e Pará, a influência da luta religiosa.

Em síntese, a verdade é que a questão religiosa aqui, na terra-berço do mestre Cascudo, Tavares de Lyra, Cônego Monte, Augusto Severo, Nísia Floresta, e tantos outros dignitários do saber e do humanismo, não teve aquele amplo desdobramento jurídico dos 3 Estados, nem Natal foi palco da relevante controvérsia de direito, como no Recife e no Pará, com a adesão do Bispo Dom Antônio de Macedo Costa.

Neste Estado, e melhor ainda em Natal, a questão religiosa foi mais uma comoção social, fruto da simpatia e da indisfarçável solidariedade ao Vigário colado, tão familiar e querido de todos.

A questão, portanto, em nossa província, ensejou alguns dias de movimentação popular no plano emocional, provocada pela suspensão de ordem do vigário, que era, indiscutivelmente, o chefe político, o chefe religioso, o chefe maçônico, e, acima de tudo, o amigo de toda a população.

Que outras achegas, da tradição oral e das próprias fontes documentais, impulsionem e propalem a dinâmica do pensamento, na valorização da História, que é eterna.

HÖLDERLIN O POETA DOS DEUSES

Dorian Gray Caldas
(Sócio efetivo)

Poeta extremamente sensível, inspirado e vibrante, obediente “à vontade divina”, em todas as manifestações da natureza, e sendo seu intérprete vigoroso, historicamente voltado para os modelos ideais da beleza helênica, inspirado nas “antigas deusas que lhes deram tempo para madurar a sua obra”:

*“Dadme un verano solanmente, y un otoño
para que el canto me madure! oh, Poderosas!*

(A Las Parcas)

Confirma o seu tradutor em língua espanhola, Jose Vicente Alvarez que o poeta “En numerosos himnos ha celebrado a los semidioses y héroes míticos de la antigüedad”, enfim os sentimentos mais elevados da cultura grega através de sua poesia e textos teatrais, principalmente ter sido intérprete da cultura grega, sublimando os valores de sua expressão histórica. “A experiência fundamenta toda a ação poética”, nos diz Rilke, Hölderlin incorpora esta “experiência” através de sua poesia, deste estado divinatório da poesia grega. Nietzsche não via “oposição entre a poesia do povo e a poesia individual; antes sim, toda poesia e naturalmente também a poesia popular necessita um poeta que a transmita”. No caso de Hölderlin foi ele o poeta que interpretando o pensamento, juízos e situações da Grécia antiga, reconduz a temática de Homero que é a depositária da tradição oral grega, quer em seu nome ou principalmente reunida por ele. Nietzsche quando refere-se a Homero estabelece-o como referencial de um “juízo estético”, mas não necessariamente como uma verdade histórica. Porque sabemos que a tradição oral, fábulas, contos, poesias, em sua forma primeira não possuem atributos de permanência literária a não ser quando transfiguradas ou sublimadas pela superioridade da transmissão cultural, como é exemplo Os Lusíadas de Camões que a rigor não deixa de ser também o resumo das estórias e dos feitos da tradição lusitana elevado à condição de obra erudita. Para tanto a época Homérica é o resultado de diversas apreensões imortalizadas pelo nome comum de Homero. Para tal a poesia de Hölderlin confirma a divinação de um estado poético latente do ideário grego. É verdade que a pátria da poesia de Hölderlin é a Grécia e é ele mesmo que diz: “porque hei de amar tanto (a divina antiguidade grega) mais que a minha pátria mesma ?

Diz Rilke em um poema dedicado a Hölderlin numa versão de José Vicente Alvarez da poesia de Hölderlin:

“Una pausa, ni siquiera junto a los más familiares

se nos da; de las cumplidas imágenes el espíritu,

.....
No obstante,

un dios que te precedía te condujo al otro lado”.

Sabemos da grande admiração do poeta Rilke, também ideário da beleza, pela poesia de Hölderlin, cúmplices da beleza, que em última instância tem sido negligenciada em nossos dias e volta a brilhar algumas vezes no império silencioso da modernidade, e aqui eu cito o poeta grego Giánnis Ritsos que escreve como testamento de fé na poesia “*creio na poesia, no amor, na morte, e por isso creio na imortalidade*”. Ou ainda: “*Da ponta do meu dedo mínimo corre um rio”.

O reino da beleza. A pátria da beleza que Hölderlin via era com a interveniência dos deuses e nada melhor que a arrebatada paixão dionisiaca e a inspirada sublimação apolínea para acalentar o coração do poeta, inspirado e romântico às elevadas realizações da poesia e da dramaturgia. Escreveu a novela “Hiperion” e o “Ermitão na Grécia”, novelas de caráter histórico onde um sentimento ético predomina e a beleza assim como a virtude sobrepunham-se à vulgaridade dos mortais. Inspirado pelos deuses que revelam-se superiores aos mortais, Hölderlin descreve o seu ideário; contraditório como a sua própria vida, conflitante e conflitado com o meio ambiente e as dificuldades e adversidades do seu destino pessoal. Que têm os deuses que os homens não possuem ? Estes deuses criados pelos mortais, declamados em versos e prosa, teatro e hinos do ideário grego ? O néctar ?, a ambrósia, o altar, o Olimpo ? O caso dos deuses seria um equívoco, ou melhor, uma sublimação do espírito grego aos raros eleitos e entre estes eleitos Hölderlin se coloca como um inspirado dos deuses na sua poesia que à semelhança de Rilke procura “a hierarquia dos anjos”. É que a poesia vive desta matéria do sonho. Crer não é ser, é sentir. Creio na poesia diz o poeta. Creio no meu Deus, diz o monge. Creio na arte diz o artista. Arte e vida se completam nessa necessidade de Deus. Como nos diz Camus: “Somos seus peregrinos”. Um sentimento de pura inspiração, de pura beleza para com as divindades de nossa criação. Diz Giánnis Ritsos:

“Mais que todas as grandes estátuas,
na verdade admiráveis,
havia-nos comovido a pequena medalha de Antígono; -
nela Apolo, serenamente sentado numa trirreme,
parece mais concentrado e ao mesmo tempo abandonado”.

A comoção do poeta Ritsos é a sua principal verdade poética, o clima de uma idealidade inspiradora e confortadora, como se realmente estivesse diante de um deus. Hölderlin também pedia as deusas este tempo de maturidade para sua poesia. Necessidade de através dos deuses superar os conflitos humanos. Fuga ou reencontro com as forças superiores da poesia. Pois nenhum mortal poderia aliviar seus sofrimentos, predestina-

do precocemente a um destino amargo. Hölderlin apesar das constantes crises nervosas que o levaram à loucura, conservou intata a sua obra; elevada pela sensibilidade extrema nas filigranas de seu ideário de poeta, diz: "O homem quando pensa é um mendigo e um Deus quando sonha". Esta é a verdade de Hölderlin, o sonho acima da condição humana, que o levou, irresistivelmente para as divagações com o reencontro com os ideais da Grécia e de todo o seu esplendor emblemático. Mas mesmo assim, com este sentimento da beleza da qual Rimbaud "um dia achou-a amarga e injuriou-a", Hölderlin também sofre suas desesperanças e diz: "a beleza ... me oferece pouco menos que um desolado espanto". Mas o poeta não desiste do seu sonho e como acontece na dramaturgia de Sófocles fala na primeira pessoa dos deuses como se ele interpretasse o sentimentos dos deuses, ou falasse pela sua boca. Diz Hölderlin "*Uma vez só tenha vivido com os Deuses não preciso de mais nada*".

Desejo de viver como os deuses ou ser os próprios deuses porque ele mesmo julgava-se ter "crescido nos braços dos deuses".

Este sentimento de cumplicidade com os deuses ou ser seu intérprete é o temário da poesia de Homero, e traduz um sentimento de elevada perplexidade da dramaturgia e poesia na idealidade da cultura grega. Diante desses conflitos paradoxais sem possibilidade de harmonizar os seus conflitos interiores (como também aconteceu com Nietzsche ambos comprometidos com os superlativos da condição humana) à contemplação da natureza ou a sua interpretação que conflitaria o poeta na convivência trivial onde nem sempre as perguntas coincidem com as respostas e nem possuem o fogo eterno da sábia natureza. Diz Hölderlin aos poetas jovens "sede, pois, como foram os gregos", o que nem sempre ou quase sempre é um equívoco histórico. Mas a alma do poeta estava transbordante como uma urna de luz "mensageiro de tempos mais formosos brilha (o seu coração)". E sabe que desde todos os tempos os deuses têm falado, por signos. Conhecer estes signos é o verdadeiro ofício do poeta e (às vezes) a sua perdição. Federico Hölderlin deixou-nos obra enternecida e ideal que "resistirá (como ele mesmo afirma), com firmeza em nosso eterno coração".

FEDERICO HÖLDERLIN. POEMAS. Jose Vicente Alvarez. Ediciones Assandri. Cordoba.

GIANNIS RITSOS. ANTOLOGIA. Custódio Magueijo. Fora do texto. Coimbra.

PEDRO VELHO, meu avô (1) **(27-XI-1856 - 9 - XII - 1907)**

Sophia A. Lyra
(Sócia correspondente)

Sou sua neta mais velha e afilhada. Segundo me contaram chamava-me "Netinha" com o orgulho natural de quem inaugurava uma nova geração. Filha de Sophia Eugênia, a primogênita de seus 14 filhos (2) e de Augusto Tavares de Lyra.

Conheci melhor meu avô já parlamentar e aqui no Rio, em casa de meu pai (então jovem Ministro da Justiça do Governo Afonso Pena) frequentada também por seus irmãos Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Alberto de Albuquerque Maranhão.

Conservo, porém, lembranças remotas de meu avô no Rio Grande do Norte e estas - como é natural - avivam-se na velhice...

Sei, por ouvir contar, em casa, que em janeiro de 1904, meu pai, então deputado federal, seguiu para o Rio Grande do Norte a fim de assumir o governo do Estado, em março.

Então, com dois meses de idade, fui batizada em Natal a 21 de janeiro de 1904. Foram meus padrinhos, meu avô Pedro Velho e minha avó Petronilla Florinda de Albuquerque Maranhão (a vovó Nila). Foi oficiante de meu batizado o Pe. João Maria Cavalcante de Brito que assinou a certidão que conservo reverentemente.

Minhas recordações pessoais mais remotas começam pelo sítio "Solidão". Devia ser fins de 1906. Houve festa, ao que me contaram, para a despedida do jovem governador Augusto Tavares de Lyra - meu pai - que se retirava do Governo do Estado para assumir a pasta da "Justiça e Negócios Interiores" do Governo Afonso Pena, a 15 de novembro de 1906.

Contaram-me que meu avô mandara abrir as porteiras para o povo. Puseram cadeiras para a família, no alpendre da casa.

Formou-se uma espécie de clareira entre populares, correligionários e amigos que assistiam à homenagem do povo, dentro das porteiras. Eram foguetórios, vivas, discursos, músicas, cantigas e começou o "bumba-

(1) De "Música Viva", livro de memórias ainda inédito

(2) A Sophia Eugênia - minha mãe - seguiram-se Dalila Rosa, Carme Maria, Amaro Barreto Neto, Mário, Pedro Velho Filho, Ernesto Frederico, Gastão Edgard, Carlos Eduardo, Paulo Júlio, Pedro Velho Segundo (falecendo a 1º), Camillo Flávio, Clovis Nilo e Aurélio Túlio. Todos filhos de Petronilla Florinda Pedrosa de Albuquerque Maranhão.

meu-boi”.

A burrinha subiu os degraus do alpendre e amedrontei-me (teria de 3 para 4 anos). Meu avô, solícito, pôs-me no colo e acalmou-me, entretenendo-me com seu grande lenço colorido enquanto seguia a função. Mais tarde minha mãe me contava que a “burrinha trelosa” distanciara-se e modificando os versos tradicionais, cantava:

“Dança, dança minha burra
Para todo o mundo vê
qui a família lá do alpendre
'stá gostando de ti vê...”

Só me vem à memória a figura de meu avô, seu carinho, sua cabeleira, seu grande lenço colorido e a “burrinha” (3)

Alguns anos depois vi um óleo de San Jem (nome artístico de Herculano Ramos, amigo de meu avô), e consegui reconhecer o cenário mais antigo gravado em minha memória.

Este mesmo artista pintou um óleo e um crayon da “Netinha” pequenina oferecidos a meu avô e que ainda estão em minha casa...

No Rio, no entanto, recordo-me bem da figura ímpar de meu avô, sobretudo nos ajantarados em casa de meu pai, na rua Conde de Baependi, frequentados também por meus tios Amaro Barreto e Alberto Maranhão - irmãos de meu avô. E de tantos outros valores do Estado que iam à nossa casa naquela época. Lembro-me de Amaro Cavalcante, Afonso Barata, Almino Afonso, Meira e Sá, José Bernardo, Eloy Castriciano e seu irmão Henrique, Pereira Reis, Juvenal Lamartine, Ferreira Chaves.

Sérgio Barreto casado com a belíssima prima Dalila, irmã de minha mãe e portanto, também filha de Pedro Velho. Augusto Severo, por este tempo (ao que soube) estava na Europa, cuidando do Pax e sua família residia em Paquetá. Os outros irmãos de meu avô, ainda vivos então, continuavam no Rio Grande do Norte. Como já vão longe estas imagens diluídas no tempo...

Muitos e muitos anos depois, já velha e viúva, voltei ao Rio Grande do Norte. Pretendia escrever minhas memórias e lá me fui à procura das raízes.

Insensatez! Raízes não se procuram. Sentem-se no rebrotar. E o

(3) Foi neste mesmo Sítio Solidão que faleceu anos e anos depois minha avó Nila (em dezembro de 1925). Já era eu casada e sua última carta datava de agosto de 1925, abençoando a bisneta primogênita (minha filha Sophia Rosa, também já falecida). A carta era longa e melancólica, mas ainda redigida em português corretíssimo, com letra bela e bem lançada. Não vi mais minha linda Vovó Nila. Quando, muitos anos depois, procurei a “Solidão”, meu muito querido amigo Cascudo informou-me que nada mais existia, mas que se situara, aproximadamente, onde hoje está o Clube da Aeronáutica.

que senti ? - Que fui uma privilegiada. Fui uma mulher feliz. Andei longes terras, amei, lutei, vivi, mas sabia pouco do povo da terra dos meus ancestrais. Conservei muito deles.

Por vezes, até no meu linguajar, repontam modismos nordestinos.

Aprendi na obra de meu pai e na de Cascudo - queridos mestres - muito do que queria saber, mas quis ver.

De saída, chegando a Natal já com 80 anos, só e sem meu companheiro de mais de 60 anos de jornada (4) - que além de apoiar-me, via mais longe e mais fundo do que eu - foi como um vendaval perturbador...

Ouvia...

“o vento que balança as folhas dos coqueiros,
o vento que encrespa as ondas do mar”...

e perdia-me procurando preencher os claros de uma longa caminhada.

Andando Rio Grande do Norte afora vi farrapos da história vivida pelos meus ancestrais, expressões ainda remanescentes de minha gente.

Tanto meu pai, como meu marido e meu filho, sempre incentivaram meu gosto pela pesquisa histórica e assim foi que consegui chegar ao primeiro Albuquerque, cuja história aqui relato resumidamente: Al-Abu-Karki era um alquimista árabe que fora atraído à França pelo incentivo que o então rei Luiz IX (o rei São Luiz de França) dava aos artistas e cientistas. Al-Abu-Karki apaixonou-se pela filha do rei. Este, que sempre se marcou como um liberal, que conviveu com São Francisco de Assis e Santo Antonio de Lisboa e Pádua, permitiu o casamento com a condição de que o jovem casal se expatriasse. Al-Abu-Karki foi para Portugal onde passou a ser conhecido como Albuquerque e depois Albuquerque. Sua descendência entrelaçou-se à casa de Portugal e de Espanha. Em Guimarães - a cidade chamada berço da nacionalidade portuguesa - construiu o Castelo dos Albuquerque, que ainda estava de pé há vinte anos, quando por lá passei.

Destes Albuquerque saíram guerreiros, navegadores, aventureiros até chegar a Jerônimo de Albuquerque, o construtor da famosa Casa dos Picos de Lisboa e que vindo para o Brasil teve inúmeras aventuras e acabou cognominado o “Adão Brasileiro”.

De sua ligação com Uirá Ubi, a filha do cacique Arcoverde, veio Jerônimo de Albuquerque 2º, que foi nomeado para comandar Reis Magos e depois chamado pelo Governador Geral para expulsar os franceses do Maranhão por ser valente e filho de índia, capaz de uma aliança com os índios do Maranhão. Ao assinar o tratado de paz com La Ravardière (em nome da França) este último dissera ser o nosso Jerônimo “plus que brave soldat, plus que grand capitaine, um preux chevalier”. Foi então que Jerônimo acrescentou “do Maranhão” ao Albuquerque. Já Albuquerque do Maranhão voltou ao Rio Grande do Norte e fundou Natal, deixando inúmeros benefícios inaugurais no Estado. Seguiram-se, séculos afora, muitos ou-

(4) Prof. Roberto Lyra.

tros Albuquerque, alguns sem Maranhão ou com Arcoverde, com Lins e outras ligações do Jerônimo 1º, o conhecido "Adão Brasileiro" e que foram deixando um rastro de gênio ou de valor excepcional. Lembramos ainda, antes de chegar a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e seus irmãos, a figura imortal de André - o mártir de revolução de 1817 - e a destruição da mansão familiar, por diversas vezes: pelos holandeses, pelos contra-revolucionários e pela dissolução gradativa. A mansão de Cunhaú estava confiada ao Patrimônio Histórico Nacional quando por lá andei em 1984.

Já não só do passado remoto das Sesmarias, dos Albuquerque Maranhão, de Cunhaú e de Guarapes, dos Lyra, da Macaíba, de Caicó, (cujo engenho ficou mergulhado no açude Itans), mas da atuação de meu avô, de meu pai e de meu sogro no início da República é que andava à procura.

A figura que se marca e que pretendo lembrar aqui é a de Pedro Velho, meu avô.

Era uma magnífica estampa de homem. Ao mesmo tempo belo, culto, idealista, fascinante e simples.

Meu pai - seu ex-aluno no Atheneu, onde depois assumiu a cátedra de História, que tinha sido dele - foi seu amigo, seu seguidor, seu companheiro de lutas republicanas e depois seu genro.

É de meu pai um perfil magnífico de Pedro Velho, em conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 21 de junho de 1942 (5).

Nesta conferência estão reproduzidas as palavras do nosso grande escritor Alcindo Guanabara, em sessão cívica da Liga Patriótica Brasileira, em janeiro de 1908, pouco depois da morte súbita de Pedro Velho. Escolho-as, especialmente, não só por ser esplêndido retrato de Pedro Velho, mas por partirem de escritor excepcional e por terem sido endossadas por meu pai.

Dizia Alcindo Guanabara: (6)

"Pedro Velho!...

Eu o conheci em fases diversas desse período difícil e doloroso de consolidação da República. Para a geração de hoje isso já é história...

Posso pois dar a essa geração (7) um depoimento instruído pela observação, pela experiência e pela ação comum. E este depoimento para ser exato há de ser a glorificação daquelas virtudes superiores que são a lealdade, o devotamento, o respeito pelos companheiros, a afirmação incessante de um caráter límpido como um cristal de rocha.

O terreno que então pisávamos era vacilante e inseguro.

Como na natureza, onde todas as forças se debatem, todos os cata-

(5) Publicado em separata dos Anais do Instituto Histórico com o título "Senador Pedro Velho" em edição Jornal do Comércio, Rio, 1942.

clismos se produzem, irrompem vulcões, desviam-se rios e surgem correntes, cruza os ares o raio; céu e terra se contorcem convulsos antes que o terreno se firme e adquira solidez, cubra-se de relva verde e permita a vida; assim o mundo político esses cataclismos que são as revoluções conturbam o meio, anarquizam os sentimentos, geram o depotismo, semeiam a desordem e todos os que neles se envolvem são colhidos por eles, lutam braço a braço e corpo a corpo com todas as suas forças em rebeldia até que a ordem se restabeleça, a autoridade se afirme e a liberdade saneie a atmosfera.

Nessas horas de luta o caráter se revigora, a coragem, a energia, o despreendimento e abnegação são armas de combate e o preço da vitória”.

Ah! como é verdade que a história se repete! E passaram-se já tantos anos!

Continua o depoimento de Alcindo Guanabara a propósito da grande figura de meu avô Pedro Velho!

“Tudo concorria no nosso saudoso amigo Pedro Velho: sempre o vi inacessível às sugestões, superior ao aliciamento, firme nos seus propósitos, fiel aos seus ideais como às suas amizades e dominado desse fogo que arde no peito e que nos leva a não ter desfalecimento no empenho de revigorar a autoridade e de assegurar a liberdade para que triunfem os preceitos morais e sociais por cujo amor afrontamos as tempestades da política.

Brando no trato, suave na palavra, eminentemente simpático, um olhar penetrante que a miopia tornava mais agudo, uma cabeleira abundante que lhe dava o traço da energia e da visão pronta, o Senador Pedro Velho temperava a rigidez do caráter com esta feição de bonomia que tanto atrai e seduz.

Era, pessoalmente, um charmeur.

O trato íntimo com ele nunca deixava o travo da banalidade.

Pontilhava a conversa de observações pessoais, deixava infiltrar-se nela o muito que sabia e derramava em torno de si a bondade de seu coração: um oceano!

Esse homem teve sempre, até o último dia de sua vida, a paixão do trabalho, a luta pelas suas convicções, o respeito pelos seus companhei-

(6) Ob. cit. apud A. Tavares de Lyra.

(7) Princípio do século e portanto, minha geração.

(8) Conferência realizada no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro a 21 de junho de 1942 e publicado nos respectivos Anais.

ros, a energia necessária para defender, sem fraquezas, o seu pensamento, a sua fé e a sua obra...

Foi um organizador de qualidade..."

Dioclécio Duarte (político e homem de letras) escrevendo sobre Pedro Velho diz que:

"a sua superioridade era uma irradiação daquela inteligência que os atenienses apreciavam nos gestos de Péricles" (8).

Ah! como foi grande e belo, forte e esclarecido o meu avô Pedro Velho no dizer dos contemporâneos! Como são ainda atuais e pertinentes os exemplos dos atos, gestos e palavras deste proclamador da República do Rio Grande do Norte, para os homens públicos de hoje.

A famosa mansão de Cunhaú entre 1809 e 1872 foi residência de Fabrício Gomes Pedrosa, avô e sogro de Pedro Velho. Este Fabrício - negociante hábil e afortunado - foi também o construtor de Guarapes e fundador de Macaíba, cidade que favorecia o escoamento de suas produtivas propriedades.

Sua filha do primeiro matrimônio: Feliciano (à Vovó Xana) casou-se com Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, foi a mãe de Pedro Velho, de Fabrício, de Augusto Severo, de Amaro Barreto Filho, de Joaquim Scipião, de Alberto, de Izabel, de Amélia, de Inês, de Maria da Silva e de Áurea.

Houve inúmeros casamentos de consaguíneos, de primos e tios na família. Inclusive do próprio Pedro Velho que casou-se com a tia - filha do terceiro matrimônio de Fabrício com a baronesa Luisa Possidônia. A Vovó Nila (filha deste terceiro matrimônio) era irmã de Feliciano por parte de pai e veio a casar-se com Pedro Velho, - seu sobrinho é 9 anos mais velho que ela! Casou-se aqui, no Rio de Janeiro, onde Pedro Velho defendeu tese do curso de Medicina, já terminado na Bahia. Aqui conheceu Nila que morava então na mansão ainda existente à rua São Clemente (hoje em dia tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, mas já despida de seus jardins e seu imenso pomar, afogada entre arranha-céus (9). Casaram-se

(9) Nesta Mansão funcionou durante longos anos o Colégio Jacobina.

(10) Vêde "O Maior e o Melhor dos Lyras", de minha autoria Ed. Cátedra 2ª ed. 1974 - págs. 41 e 42.

(11) Ob. cit. A. Tavares de Lyra

a 27 de abril de 1881 na nossa velha Igreja de São José, em plena “belle époque”.

A Vovó Nila, que conheci bem era de impressionante e majestática beleza. Rica, culta, viajada, monarquista e ciumentíssima de seu bem apessoado e últra dotado marido.

Em Eloy de Souza encontrei também um depoimento significativo sobre meu avô. Eloy, como meu pai Augusto Tavares de Lyra e meu sogro João Lyra, fizeram parte do famoso batalhão Silva Jardim criado por Pedro Velho para apoio à campanha republicana no Rio Grande do Norte (10) e que então “fez a oferta voluntária de serviços bélicos em nome da fé republicana” (11).

Diz Eloy de Souza de Pedro Velho:

“Não foi apenas graças à sua beleza varonil e à simpatia envolvente que exercia sobre as multidões como orador, mas sim pela formosura espiritual, que criou uma força partidária posteriormente transmudada em força política, que deu ao Rio Grande do Norte, logo no alvorecer da República, assento e voz nos conselhos do Governo”.

Na última fase da campanha abolicionista é que Pedro Velho abandonou, definitivamente, a medicina e afastou-se do magistério para iniciar triunfalmente sua carreira política e “nunca mais perdeu o prestígio que adquirira na política nacional” (12).

Pedro Velho fundou o Partido Republicano a 1º de julho de 1889, editou o primeiro número do jornal: “A REPÚBLICA”, cuja remanescência pude comprovar pessoalmente 95 anos depois de fundado e em pleno funcionamento.

Infelizmente ao que me informaram foi suspensa a publicação deste jornal à beira do século!!!

Quando estive pela última vez no Rio Grande do Norte, em 1984, Cascudo era vivo e estive diversas vezes em sua casa, onde ele e Dahlia me acolheram com imenso carinho.

Mantivemos longas palestras. Na mesma rua Junqueira Aires, onde então funcionava o jornal a “República” e onde residia meu mestre Cascudo. Conversamos horas seguidas sobre o passado e ainda ali estava: o piano Beckstein que fora de meu avô, onde tocara tantas vezes, a quatro mãos com minha avô e que Cascudo arrematara num leilão e onde tocara, por sua vez, com sua Dahlia, conforme me contou. Lá estava também um belo grupo de sala, sofá e poltronas que, segundo Cascudo, pertencerá também a Pedro Velho.

A redação do jornal estava instalada na casa em que vivera Pedro Velho. Percorri devagar as salas e com a gentil permissão do então dire-

(12) Ob. Cit. A. Tavares de Lyra.

tor, tirei fotografias debaixo de um retrato do meu avô, ainda ali existente: da sacada da qual ele, tantas vezes, se dirigira ao povo ali reunido, pregando seus ideais e das escadarias de acesso pelas quais desceram meus pais no dia de seu casamento.

Dias depois visitei o Palácio do Governo.

Entrei. A Secretaria em funcionamento. Identifiquei-me. Deram-me passe livre. Caminhei devagar sentindo a figura do vovô Pedro Velho sobrenadar sempre.

Cheguei à galeria dos Governadores.

Retratos enfileirados.

Vou caminhando devagar. Ali estão mudos, imóveis, mas... como que me olham, parece-me que se movem, que estão vivos. Joaquim Ferreira Chaves... Ah! o Dr. Chaves. Revejo a casa da rua Conde de Bonfim, o jardim cheio de flores e a varanda cheia de pássaros. O canto da graúna sobrepujando o corrução e a patativa, numa disputa canora.

Num salto do tempo... A neta Lygia ginásiana, num namoro inconseqüente com meu filho, seu colega de escola. Alberto Maranhão... a casa no Catete. Revejo a festa de aniversário da morena linda e esguia que era Inês sua mulher e sua sobrinha (13), Tio Alberto com sua bela voz de barítono, acompanhado ao piano por tia , Amaro seu irmão, cantando Malia, de Tosti... ("Cosa c'era nel fior che m'hai dato ? Forse um filtro um arcano poter..."). Ao lado do piano tia Louise, a francesinha Loura, de olhos claros, de quem Amaro se apaixonara em Paris e com que se casara, trazendo-a da Europa contra tudo e contra todos. A doce e prestativa tia Louise - mãe de família excepcional e uma "bas bleu" incomparável que nos deliciava com sua "Mousse à la triple crème", seus "beignets", seus "crepê Suzette"...

Juvenal Lamartine... Dr. Lamartine que me presenteara com suas belíssimas aquarelas dizendo-me: "Tome menina, foi um amigo que pintou e eu trouxe para você. É sua linda terra. Uma delas reproduziu um trecho da mata da Tijuca com quaresmeiras e ipês em flor e a outra era uma visão da baía de Guanabara... - É a sua terra e a mais linda do mundo disse-me então"...

Por incrível que pareça é a mesma visão que tenho hoje, daqui sentada à minha mesa, onde escrevo...

Adiante, um pouco, meu pai. Moço, com seu topete de cabelos bem negros e seu bigode... como que saudando-me com ternura. Parecia-me ouvir: "Minha filha".

Aproxima-se um funcionário solícito.

- Deseja algum esclarecimento ?

(13) Filha de Inês Barreto, irmã de Pedro Velho e dele, Alberto.

- Não senhor, muito obrigada, agora preciso ir, tenho um compromisso daqui a pouco. Voltarei.

E fui descendo as escadarias, meio trôpega. Achatada pelo peso das vivíssimas recordações. Cabeça latejando, coração oprimido como que seguida pelas visões...

Sai depressa, pois estava em tempo de desabar...

Conforme vínhamos vendo, Pedro Velho, depois de deixar a Medicina (14) e de ter também deixado o Magistério (15) devotou-se unicamente à Nova Ordem Política.

Cascudo afirmou comovido que: "sua vida é uma lição para os porvindouros".

Terá sido ? Terão aprendido a lição ?

Pedro Velho protestando absoluta fidelidade aos seus ideais cumpriu à risca suas afirmações de propagandista, mas também sofreu - como todo renovador - perseguições e injustiças.

Quando por lá passei pude verificar nas coleções de "A República" que me foram gentilmente franqueadas, que até 15 de novembro de 1889 já tinham saído 20 números e que seus agentes nos municípios eram propagandistas militantes.

Em depoimento, meu pai afirma que:

"... o orador (Pedro Velho) lembrou a criação de um jornal ou revista que desse conta dos progressos do partido no país, especialmente que se mandasse tirar uma grande edição das obras de propaganda de Assis Brasil e Silva Jardim para distribuição gratuita entre o povo; animou os correligionários vindos do interior a que promovessem a criação de clubes locais em seus respectivos municípios. Passou a fazer a leitura de um manifesto, cuja redação foi aprovada, resolvendo a assembléia que fosse mandada à impressão a fim de ser distribuído largamente na província" (16).

Por vezes meu avô usava o pseudônimo de Nemo e meu pai era também colaborador assíduo do jornal. Tive oportunidade de ler inúmeros artigos com seu português corretíssimo e suas referências históricas impecáveis.

Pedro Velho organizara a 27 de janeiro de 1889, com Luiz Fernandes,

(14) Desiludido por não ter podido salvar sua mãe (a Vovó Xana) de um mal cardíaco, então irreversível.

(15) Entregando a meu pai a cátedra de História que ele regia.

(16) Apud A. Tavares de Lyra. "História do Rio Grande do Norte", 2ª edição, 1982, pág. 254).

o Partido Republicano (17).

No primeiro artigo de fundo do jornal intitulado “Pela Pátria” Pedro Velho diz que:

“... havemos de fazer destas modestas colunas - não o veículo de paixões e ódios, mas a tribuna onde o partido venha a pensar alto para ser ouvido pelo povo”.

E Cascudo (18) refere que:

“suas mensagens não eram vibração declamatória, mas apelo entusiástico ou fria narração de feitos normativos”.

“Honesto, letrado, psicólogo, era diferente. Jamais substituindo sua feição pessoal nos processos imutáveis de administrar e vencer, nenhum outro o avantajou no prestígio nacional”.

“Como todo Albuquerque Maranhão (do tempo, digo eu) era melômano confesso. Seria um dos raros políticos capaz de falar sobre música em que a sombra de Beethoven estremecesse de pavor”.

“Não pertencia à fácil obediência política. Protestava e divergia com serenidade” (19).

“Façam o progresso que eu mantenho a ordem”. Esta frase foi reproduzida em seus manifestos de propagandista e o foi também quando se dirigia ao povo aglutinado sob a sacada de sua residência (20).

Verifiquei, in loco, como disse, que até 15 de novembro de 1889, “A República” já publicara 20 números e seus agentes nos municípios continuavam como propagandistas militantes.

Como sabemos, o Partido Republicano fortalecia-se.

Muitas são também as colaborações de Augusto Tavares de Lyra.

A. Tavares de Lyra ensina-nos que... “proclamada por ele (Pedro Velho) a República no Rio Grande do Norte, foi governador aclamado até 6 de dezembro, quando foi eleito governador” (21).

Esclarece, ainda, Tavares de Lyra: (22)

“Às três horas da tarde deste dia imortal, que marcará na história da província a data da nossa libertação e da nossa felicidade, reunido o povo, exército e armada no Palácio do Governo, entre aplausos gerais, foi proclamada a República sendo aclamado presidente do Novo Estado e chefe do Poder Executivo o Dr. Pedro Velho, que imediatamente assumiu a administração e tomou posse do governo.

(17) Vejam “Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte”, de João Medeiros Filho, vol. I, págs. 40 e 292, Natal, R.N. 1983.

(18) “História do Rio Grande do Norte” de Luiz da Câmara Cascudo. Ed. Min. de Cultura, Serviço de Documentação, pág. 81 e sgts.

(19) Ob. cit. página anterior.

(20) Ob. cit. Contribuição etc., João Medeiros Filho.

Já percorre todos os ângulos do Estado a grande nova, em toda a parte recebida entre manifestações gerais de regozijo (23).

Disse então Pedro Velho que: "Convencido de que representa e é depositário da honra pública, o governo nesta conjuntura solene será ao mesmo tempo forte e justo, não poupando esforços para manter inteira a harmonia social, respeitando todos os direitos, defendendo todas as liberdades.

Extintos os privilégios estamos e entramos numa data de verdadeira e plena confraternização.

O pensamento do governo desta nova fase de nossa existência política abrange o mais largo e elevado programa firmado em bases que serão garantia de nossa felicidade e grandeza futuras.

Viva a Confederação brasileira !

Viva o Estado do Rio Grande do Norte!

Viva o povo brasileiro !

Viva o Exército e armada nacional !

Viva o patriótico Governo Provisório !

"Estabelecido o regime republicano dissolveram-se os antigos partidos congregando-se em torno e sob a direção de Pedro Velho as maiores influências políticas e eleitorais da ex-província" (24).

Pedro Velho cumpriu com seus deveres e seguiu em sua trajetória de realizações dos ideais bebidos na convivência européia de sua mocidade.

Esclarece A. Tavares de Lyra:

"Quando chegaram ao Estado os acontecimentos da política federal movimentaram-se as forças eleitorais e, depois de ter sido o primeiro governador provisório passou definitivamente - já eleito pelo povo - a opinar nos altos conselhos de política nacional, demonstrando seu valor já comprovado na incomparável organização do Rio Grande do Norte como Estado autônomo mas tornando-se força eficiente e de relevo na Federação, até a sua morte prematura a 7 de dezembro de 1907".

Conservando intactos seu amor à Pátria e à família (25) devotou-se à República recém-nascida. Em meu pai, seu colaborador, seu discípulo, seu amigo e seu genro depois, encontrou o homem certo para consolidar a primeira legislação judiciária e eleitoral do Estado (26).

Cascudo dizia que Augusto Tavares de Lyra tinha "uma inteligência refletida e segura, com a serenidade de um beneditino".

Roberto Lyra (27) costumava dizer que "há inteligências de braçadas e inteligências de mergulhos".

(21) Ob Cit. A. Tavares de Lyra, "História do Rio Grande do Norte", 2ª ed. Fundação José Augusto - Brasília, 1982, pág. 253.

(22) Ob. cit. pág. 261.

(23) Apud Augusto Tavares de Lyra, ob. cit. pág. 161, 2ª ed.

(24) A. Tavares de Lyra, ob. cit.

Pois bem, assim sendo, meu avô Pedro Velho era o homem das braçadas, que abarcava o tempo, alcançava o futuro e meu pai - Augusto Tavares de Lyra - era o homem refletido dos mergulhos. Naquele início do período republicano completavam-se.

Quanto a meu pai, Carlos Tavares de Lyra, também neto de Pedro Velho, disse em solenidade realizada no Instituto Histórico e Geográfico do R.G. do Norte:

"Historiador excepcional, com Tobias Monteiro e Rodolfo Garcia, seus diletos amigos, Tavares de Lyra constituiu no seu tempo o esplêndido triunvirato de expoentes do estudo da História do Brasil-Colônia, Brasil-Império, Brasil-República. Homem raro, raríssimo pelo saber, pelas virtudes, pela coerência, pela compostura moral, social e política... símbolo de retidão, de justiça, de devotamento ao bem público" (28).

Pedro Velho alcançando e sobrepujando, com suave energia, as mudanças, por vezes radicais mereceu certa vez de Ruy Barbosa - sempre tão sóbrio no elogio a seus pares - a afirmação de que: "suas palavras eram jóias derramadas em vaso de ouro na pureza de sua ressonância (29).

Eram muito e muito diferentes, mas o juízo de Pedro Velho sobre Tavares de Lyra transparece num diálogo com Junqueira Aires (colega de bancos acadêmicos de meu pai) que aqui reproduzo. Dissera meu avô:

"Augusto é circunspecto, perspicaz. Sempre senhor de si, imperturbável. Fala com correção, facilidade e propriedade. É calmo, de um equilíbrio invejável, comedido e austero".

Foi a este homem excepcional que Pedro Velho confiou a família.

Carlos Tavares de Lyra (30) diz que:

"o culto dos grandes homens, não tem apenas um sentido de saudade e reverência. Um grande homem, vivo ou morto, afirma e recomenda uma raça. É um fruto da terra e do sangue que se converte em semente para fecundar a História".

(25) Bem casado com sua linda, culta e fiel Nila e seus 14 filhos foi sacrificando porém a saúde.

(26) Apud "O maior e o melhor dos Lyras", ob. cit. pág. 42.

(27) O Professor emérito Roberto Lyra que exerceu a cátedra por 64 anos ininterruptos tinha experiência de sobra para avaliar o desenvolvimento e o aparelhamento da mente. Além de educador, distingue-se e observa em suas incontáveis como advogado, procurador geral, juiz da Corte de Haia, Ministro de Estado, etc.

(28) Publicada na íntegra n'A República de 25 de maio de 1982, pág. 5.

“Pedro Velho nunca mais perdeu o prestígio que adquirira na política nacional. Enquanto viveu continuou a ser um dos vultos primaciais com voto às vezes preponderante, nos conselhos dos partidos. E o segredo de seus triunfos - justificados de sobejo pelos seus merecimentos - residia na sua fortaleza moral, na firmeza de seus princípios, no seu devotamento ao ideal, na sua lealdade aos amigos” (31).

Pedro Velho, estourando o coração com um enfarte, morreu repentinamente a 9 de dezembro de 1907, com 51 anos de idade, a bordo do vapor Brasil.

Na lápide de seu túmulo, que fui visitar no cemitério de Natal, está o título que lhe deram em vida:

“Organizador do Estado Republicano”.

“Pedro Velho excetuando a memória intelectual que emergia no entusiasmo das colunas d’“A República” sabemos que se manteve como chefe, até o fim, discretamente e sem manifestações agressivas. Assim foi meu pai - seu discípulo, seu amigo e seu genro, também morto aos 86 anos como “autêntico varão da República”. Uma “reliquia da Pátria” como afirmou Getúlio Vargas ao inscrevê-lo no “Livro do Mérito” (32).

Ambos se foram.

A República aí está.

Será a de seus sonhos ?

Meu ceticismo é grande mas é incomensurável meu orgulho de descendente.

Pedro Velho não pensou em si, não pensou na sua culta e belíssima companheira que lhe deu 14 filhos, entregou-se todo ao Brasil e ao destino republicano e morreu com 51 anos de coração estourado.

Foi, na vida pública, o avesso dos egoístas que esquecem a admirável lição de Paulo VI quando disse:

“progredir não é destruir as estruturas essenciais...” (33).

Um século!

Assim vai a cadeia dos anos!

(29) Discurso de Ruy no Congresso a 20-05-1907.

(30) Apud Ob. cit.

(31) A. Tavares de Lyra ob. cit.

Assim foi a vida...
O que realizaram, o que sofreram!
Tudo está diluído no tempo...
Só restam aqueles marcos transmudados em Eben-Ezer

(34).

Diante do monumento a meu avô, com sua bela cabeleira e aquela República jovem esguia, em seus drapeados envolventes coroando-o de louros, pensava:

Quem sabe quem foi ele ?
O que fez pelo Brasil ?
O que sofreu pela República ?

Poucos. Muito poucos dos que ali passam... Um nada em proporção à grandiosidade de sua figura humana, de seu trabalho, de suas lutas e sofrimentos e sobretudo de seus sonhos!

Este Pedro Velho que - no dizer de Rocha Pombo - parecia "talhado para evangelizador de grandes ideais" (35).

Quem o conhece agora ?

Às vezes sinto um ressoar longínquo das vozes graves que se calam.

Aumenta a impassível majestade dos monumentos, dos marcos exemplificantes, das vidas tranqüilizadas pelo fim.

As nesgas do passado já pesam em meus 86 jarieiros e vão se somando às névoas imprecisas do tempo que se esvai...

As horas idas enfileiram-se, já agora, maiores, mais nitidamente; mas, distintamente...

São grandes, vastas, solenes como um espaço sem divisões. Não são minutos nem segundos. É uma hora imóvel, que não se marca nos relógios e no entanto, é sutil como um suspiro, silenciosa como um olhar, alta, precisa, majestosa como uma cordilheira.

De olhos úmidos, mas alma cheia de orgulho, vejo emergindo de meu mundo fenecido, a figura de verdadeira grandeza que foi meu avô Pedro Velho de Albuquerque Maranhão!!!

(32) "O Maior e o melhor dos Lyras", ob. cit.

(33) Assim recomendou o Papa Paulo VI no magnífico ato consagratório das primeiras mulheres doutoras da Igreja: Thereza da Ávila e Catarina de Siena.

(34) Bíblia - Samuel 1,7-12- "Até aqui nos ajudou o Senhor!"

(35) Apud A. Tavares de Lyra ob. cit.

DESFAZENDO EQUÍVOCOS

José Moretzsohn
(Sócio efetivo)

Há tempos li uma obra intitulada "VENEZUELA GEOPOLÍTICA", de Aquiltes E. Lopez Sanchez, oficial do Exército Venezuelano. Era um grosso tomo, de quatrocentas páginas mimeografadas. O autor pedira minha opinião, antes de enviar o trabalho à editora.

Na ocasião, eu morava em Caracas, designado que fora para cursar a Escola Superior do Exército da Venezuela.

Desculpei-me como pude, evitando emitir parecer sobre o livro, que tratava, essencialmente, de polêmicas questões de limites. Mas li-o com a mais detida atenção.

Seus capítulos versam, sucessivamente, sobre introdução à Geopolítica, considerações geopolíticas gerais, evolução histórica e geopolítica da Venezuela, limites e fronteiras, e um glossário de termos mais usados em Geopolítica.

Na introdução, o autor explica as razões que o levaram a escrever. São quatro páginas eivadas daquele indisfarçável e amargo ressentimento que marca de forma tão indelével a alma venezuelana:

"A fatalidade quis converter um dos países mais generosos do mundo no Prometeu acorrentado da América, a quem pouco a pouco foram desgarrando o território, por culpa de alguns de seus filhos que, por temor, falta de idoneidade ou excesso de boa-fé, ou por outras circunstâncias, entregaram um patrimônio que já pertencia a outras gerações".

Daquelas páginas destila profundo sentimento de revolta diante de um processo de regressão territorial a que a Venezuela teria sido submetida, em proveito de todos os seus vizinhos:

"Ontem foi o Cabo de la Vela, Perijá, Rio de Oro, o Meta e o Rio Negro; amanhã será o Sarare e o Arauca; depois de amanhã, o Golfo (isto foi escrito em janeiro de 1969 e já estamos vendo cumprida esta funesta aspiração, pelo que caberia perguntar: vamos esperar passivamente o resto?); logo, o Lago e a Guiana, depois? Depois, só nos restará chorar o que não soubemos sustentar, reclamar, recuperar e defender como donos".

Nelas sobressai aquele travo, que se tornou anímico no venezuelano e que ele exterioriza inconscientemente, como herança dos primeiros anos da República, quando se esfumou o sonho bolivariano da Grã Colômbia:

"Seria interessante que os políticos da América Hispânica

meditassem sobre o conteúdo da Carta de Jamaica, da Mensagem ao Congresso de Angostura, da Constituição Bolivariana e dos fundamentos do Congresso do Panamá, pois só assim poderiam lograr a integração e a tão desejada paz”.

Há mesmo um tom de indisfarçada ameaça, quando o autor escreve:

“Dentro de 50 anos, o patrimônio entregue e usurpado será área vital necessária para nosso povo que, fatal e lamentavelmente, por culpa nossa, terá de chegar a extremos insuspeitados para recuperá-lo. Os militares sabemos que, quando se usurpam territórios alheios, no novo limite se semeia o germe da guerra e se cria uma fronteira perigosa, uma fronteira em fermentação, que só produz fricções e estalidos” (Os grifos são do texto original).

O livro contém várias referências ao Brasil, infelizmente, quase todas, carentes de fundamento histórico.

Embora não tenha feito, diretamente ao autor, qualquer comentário acerca de “Venezuela Geopolítica”, senti, mais tarde, que não estava sendo coerente com meus próprios princípios, se me calasse diante do que lera. Assaltou-me cruciante indagação sobre se seria o silêncio a melhor contribuição que poderia dar, num momento em que os povos latino-americanos tanto anseiam por integração.

Os quase dois anos vividos em Caracas ensinaram-me a admirar e a amar a gente venezuelana; deram-me visão bastante exata de como é importante que brasileiros e venezuelanos nos unamos, que nos acostumemos a somar, a encarar os problemas enfrentados por nossos antepassados como desentendimentos entre jovens e que não aproveita a quem quer revolvê-los ou trazê-los à tona.

Foi, pois, com espírito inteiramente desarmado que me dispus a analisar a obra de Lopez Sanchez. Do que alinhabei, aí está a primeira parte, que não é uma contestação, mas procura da verdade, tentativa de eliminar possíveis ressentimentos, que não encontram respaldo na história nem se coadunam com a índole de nossos povos.

Voltemos à introdução.

Fatalismos geográficos não explicam todos os problemas de formação dos países. A Geopolítica põe à mostra condicionantes e não leis; tendências e não princípios. Mas, reconheçamos, determinismos de natureza histórica ou geográfica não podem ser ignorados, quando se estuda a vida dos estados.

A Grã-Colômbia, tal como a concebera Bolívar, jamais teria condições de subsistir, pois os fatores de desagregação que se faziam sentir suplantavam todas as ânsias de integração de que o Libertador fora paladino. Não coube culpa a Paez ou a Santander se Nova Granada e Venezuela se separaram. As causas desta fragmentação vamos encontrá-

las na geografia.

A forma de um Estado guarda relação muito estreita com o seu grau de coesão, isto é, com a soldadura entre suas partes componentes. E a forma do território da Grã-Colômbia não predispunha à integração.

As formas compactas facilitam sobremaneira a unidade dos Estados. Foi, sem dúvida, a compacidade o fator preponderante da conquista da coesão espanhola, apesar das inúmeras tendências separatistas dos invasores norte-africanos, celtas, fenícios, gregos, cartagineses, romanos, vândalos, álamos, suevos, visigodos e muçulmanos.

A população espanhola foi, através dos tempos, assimilando caracteres díspares em maior ou menor grau, gerando hostilidades e idiosincrasias que retardaram a conquista da unificação; o amálgama racial custou a sedimentar-se e a unidade, sonhada desde Pelayo, em 718, só foi alcançada mais de 700 anos depois, às vésperas da expansão ultramarina. Portugal, ao contrário, conseguiu unificar-se em um lapso de um século. A Espanha conseguiu manter-se íntegra porque sua forma predispunha à união.

O desejo de autonomia e as diferenças que subsistem entre Catalunha, o País Basco, Galícia, Andaluzia, Canárias, Valência, Extremadura, Astúrias, Castela, Aragão, León, Baleares e Múrcia não foram suficientemente fortes para romper as cadeias que a morfologia estabeleceu.

Mas estas diferenças históricas e insuperáveis vieram com os colonizadores e contribuíram decisivamente para a fragmentação da América Hispânica. Além disso, "o alongamento segundo os meridianos é forçosamente provocador de fortes diferenciações antropogeográficas. Exemplo histórico de esfacelamento territorial por influência de um demasiado alongamento no sentido dos meridianos oferece a América Espanhola. Nem a unidade de idioma e de religião, nem a igualdade de tradições foram suficientes para dar coesão ao bloco". (1)

A Cordilheira andina, como de resto todas as grandes cadeias de montanhas, tem caráter essencialmente desagregador. O Himalaia, o Karakoruh e o Hinduchch, pelas dificuldades que contrapõem à circulação, acabaram por ensejar o aparecimento de comunidades autônomas, isoladas e estanques, que deram origem a um rosário de países. Não foi de maneira diferente nem por outras razões que nos Balcãs e nos Alpes se verificou tamanha fragmentação.

Pretender, pois, o estabelecimento de um poder único ao longo dos Andes equivaleria a desejar, por exemplo, um só país do Alasca ao México, na orla ocidental da América do Norte, perlongando as cumiadas das Montanhas Rochosas.

Ao norte do paralelo de Guaiquil, no Equador, os Andes são fortemente compartimentados, formando unidades geográficas bastante dife-

(1) - Everaldo Backheuser - "A Geopolítica Geral e do Brasil".

renciadas. Ao sul dessa mesma linha, a cordilheira fragmenta-se em me-setas e profundos vales, propiciando vida municipal intensa e o natural desenvolvimento de sentimentos de autonomia, que tendem a superar o interesse geral.

Desde os primeiros anos da colonização, na Venezuela, a fixação da população no litoral foi facilitada pela cadeia costeira, cuja altitude ameniza o clima quente e úmido. Como as terras venezuelanas eram, no continente, as mais próximas de Espanha, tornaram-se porta de entrada das influências da Metrópole. A população que se fixou nessa costa fez-se aberta e permeável, adquirindo espírito cosmopolita, que acabaria por antagonizá-la com o homem do interior e por gerar duras lutas entre unitaristas e federalistas.

O território era habitado pelos "Arawak", "Caribes" e "Timotocucicas", todos agricultores e donos de certas técnicas já bastante adiantadas de cultivo do solo. Os "catafós", ou terraços irrigados dos "caquetios" e de outras tribos dos Andes meridenhos, trujilhanos e larenses, são o mais evidente testemunho de que o colonizador encontrou nas terras hoje venezuelanas possibilidades de desenvolver uma agricultura de certo vulto.

Mas o colonizador não estava interessado em lavoura, pelo menos inicialmente. Viera ao Novo Mundo buscar ouro e pedras preciosas. E isso ele só foi descobrir na Cundinmarca colombiana e no Peru. Assim, apenas quando o surto minerador naquelas terras começou a exigir maiores contingentes humanos é que o colonizador se dispôs a estimular a agropecuária, para apoiar as minas.

Ora, a vida econômica na área somente ganhou expressão inicial na faixa costeira, o que a tornou sensível aos problemas do Caribe. Assim se explica por que a Venezuela, até 1718, ainda dependia da Audiência de Santo Domingo e só em 1777 foi alçada à categoria de Capitania.

Até hoje, a população venezuelana concentra-se na orla costeira e em ambas as vertentes das Serras de Mérida, Baragua e Tamá; as mais profundas penetrações se limitam à margem setentrional do Rio Orinoco, sendo excessivamente rarefeita a população ao sul desse rio.

Na Colômbia, por outro lado, as coisas se passaram de forma bastante diversa. O litoral caribenho era coberto de espessa floresta, mas apresentava bons golfos. Alguns rios abriam profundos vales para o interior, um dos quais, o Atrato, inspirou a busca de uma ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Por isso, surgiram Cartagena, na foz desses rios, e Bogotá, nas suas nascentes. O Nó de Bogotá articula as influências desses rios à do Nó de Pasto, que é exatamente o ponto de equilíbrio entre a atração do Pacífico e do Atlântico, esta última ali presente por meio das formidáveis antenas amazônicas (Rios Putumaio e Caquetá).

Na costa do Pacífico, os pequenos rios que descem dos Andes não permitiram senão penetrações de pouca profundidade, fixando populações apenas nas suas desembocaduras.

Os vales do Cauca e do Madalena, porém, ofereceram excelentes condições para a ocupação, facilitando a articulação com o mar, no sentido dos meridianos, embora dificultassem as ligações desenvolvidas segundo os paralelos. Tal circunstância poderia levar à fragmentação, se a mais forte das comunidades aí surgidas não se impusesse às demais, originando um estado unitário. Portanto, na Colômbia, a população adensou-se no litoral e nos vales centrais.

O Nó de Bogotá permitia a vinculação Orinoco - Madalena, mas o primeiro desses rios drena vastas áreas do território colombiano e as atrai para Leste, assumindo caráter dissociante, contribuindo, certamente, para o desmembramento ocorrido na Grã-Colômbia, sempre vacilante entre as solicitações do Caribe, do Pacífico e da Amazônia. É de ressaltar que a costa colombiana do Pacífico é muito menos árida do que a do Equador, do Peru ou mesmo do norte chileno. Há dois excelentes ancoradouros em Tumaco e Buenaventura, mas, em contraposição, a costa atlântica, como assinala Mario Travassos, esmera-se em apresentar-se em toda sua plenitude, bem articulada com o interior, por intermédio de um verdadeiro sistema radial hidrográfico.

Vemos, pois, que a Colômbia solda-se à Cordilheira pelo Nó de Pasto (bem associado a Bogotá e a Quito), e oscila entre os dois oceanos, chamada a um pelas gigantescas drenagens do Madalena, do Orinoco e do Amazonas, e a outro pelas amenidades do litoral e pelo canal do Panamá.

Esta multiplicidade de fatores de desagregação é ainda reforçada pela orografia: as ramificações que os Andes apresentam em território colombiano são independentes entre si, orientam-se para direções divergentes e, praticamente, guardam como único traço comum o fato de se originarem em um mesmo ponto - o Nó de Bogotá.

Assim, não foi por mera coincidência que, na fase de colonização, três expedições diferentes chegaram, quase simultaneamente a Bogotá: Benalcazar, vindo de Quito, via Nó de Pasto; Quesada, partindo de Santa Maria, pelo vale do Madalena; e Feddermann, saindo do Coro, pela crista da Serra de Mérida. Os trajetos cobertos por esses exploradores balizam, ainda hoje, as principais direções da circulação colombiana.

É, pois, de considerar, no estudo da formação da Colômbia, o fato de haver seu povo adquirido e preservado sua unidade, não obstante a presença de tantas forças dissociadoras. E, se formos pesquisar a razão disto, veremos que a descoberta de riquezas minerais na Cundinamarca originou uma poderosa força centrípeta, que contrabalançou os elementos dispersores já assinalados. Bogotá, no centro dessa área, pôde, assim, agregar e unir o que a natureza violentamente desvinculava.

Para atenuar a ação divergente que se fazia sentir sobre seu território, a Colômbia desenvolveu ligaduras transversais, intercomunicando os profundos vales e pondo Bogotá em contato mais franco e direto com o resto do país, uma vez que sua própria sobrevivência como nação íntegra

e soberana dependia da adoção de um governo forte e unitarista. Os dois grandes rios, Magdalena e Cauca, ainda desempenham um papel de vital importância nos transportes colombianos, mas já existe uma razoável rede rodoviária longitudinal a reforçá-los e boas vias transversais de interconexão.

A proximidade e a semelhança da região de Bogotá com a de Quito levaram-na a influenciar esta. Em realidade, a área que envolve a capital equatoriana liga-se fisiograficamente à Colômbia, porque está localizada na cumeada andina, por onde correm os caminhos (entre os quais a rodovia Panamericana) que materializam as direções naturais de intercâmbio entre os dois países. Uma outra importante região do Equador, que é Guayaquil com toda sua retroterra, sofre o chamamento para o sul, fruto da presença do Nó de Loja.

Como se não bastasse esse antagonismo, o Equador ainda enfrenta a atração de suas terras orientais para a bacia amazônica.

A construção de vias transversais que atingissem aquelas terras suscitou redobrado interesse quando nelas se vislumbrou a possível existência de petróleo.

Em resumo, o Equador tem sua parte norte voltada para o Nó de Pasto, isto é, para a Colômbia; a parte sul, aspirada pelo Nó de Loja, sofre a influência do Peru; e o oriente, drenado por afluentes amazônicos, sente-se atraído para leste.

Ora, a articulação de Quito com o sul da Colômbia foi a razão que levou o Equador a enquadrar-se na Grã-Colômbia; a própria independência equatoriana deveu-se a uma ação proveniente do norte, por intermédio de Sucre, que era lugar-tenente de Bolívar.

Bolívar pretendia prosseguir para o sul, incluindo o Peru entre as nações libertadas. Mas um outro libertador, San Martín, vindo do sul, ali também chegara com a mesma intenção.

Fez-se necessária uma entrevista dos dois grandes capitães. E, curiosamente, o local do encontro foi marcado para a cidade de Guayaquil, exatamente onde se exaure a força atrativa do sul.

Acresce, ainda, que a população "costeña" é cosmopolita e federalista, enquanto a "quitenã" (ou interiorana) é unitarista e conservadora.

Tudo isso explica a instabilidade do Equador e as perdas territoriais de que vem padecendo, através dos tempos.

Ao norte do paralelo de Guayaquil, a unidade política da Grã-Colômbia, sonhada no Congresso de Angostura, esbarrou em óbices incontornáveis e jamais pôde efetivar-se. A Grã-Colômbia acabaria por desmoronar-se, como consequência de uma fisiografia dissociativa e fragmentária.

Mais adiante, o autor menciona o Rio Negro como região perdida pela Venezuela, em proveito do Brasil.

Basta um rápido retrospecto histórico para comprovar a improcedência da afirmativa.

Desde o século XI começa a crescer a autoridade do Papa, que acaba por tornar-se o árbitro supremo até mesmo em questões internacionais. Por meio das chamadas "Bulas", o Pontífice passou a regular relações entre os povos.

A primeira "Bula" dava à Espanha a posse de todas as terras que descobrisse e que não estivessem sob o domínio de outro rei cristão.

A reação portuguesa não se fez esperar. Portugal exigiu equidade de tratamento: também deveriam ser suas todas as terras descobertas por seus filhos e que não pertencessem a outro soberano cristão.

Não houve para o Sumo Pontífice outra solução senão a de aceitar a reivindicação lusitana. Foi emitida, então, a segunda "Bula", chamada por Alexandre VI, um Papa espanhol, de "Bula Inter Coetera", dividindo o mundo em dois hemisférios, um para a Espanha e outro para Portugal. O limite seria o meridiano que passa a 100 léguas a oeste das ilhas Açores e de Cabo Verde. O mundo ocidental, que era exatamente o mundo desconhecido, o mundo que poderia revelar novas terras sem dono, seria espanhol. O oriente, onde estava a Europa, a África e a Ásia, já em grande parte conhecidas e já retalhadas por um sem-número de proprietários, seria português.

É evidente que Portugal não se conformaria. Que novo direito era esse, que conferia tamanha preferência à Espanha? Em que misteriosos preceitos se fundamentara Sua Santidade para decidir com tal parcialidade?

Disposto definitivamente a não aceitar a arbitrária divisão, Portugal procurou, por meios diplomáticos, derrogar a medida. Conseguiu, assim, em 1494, um acordo direto com a Espanha, sem interveniência papal. O local em que o encontro se realizou era sem expressão, conhecido como Oter de Siellas e, mais tarde, por corruptela, denominado Tordesilhas.

Ali os dois povos repartiram o mundo.

Com que direito? Baseados em que ignorados princípios se arvoraram em donos de toda a face da terra?

Não cabe discutir este ponto. É suficiente dizer que os direitos de lusos e espanhóis, naquela época, não podem ser contestados hoje; eles têm de ser considerados da mesma maneira que os dos persas e gregos, dos romanos e cartaginéses, dos bárbaros e dos civilizados, dos ingleses e franceses, porque todas essas duplas de povos, cada uma delas a seu tempo e com base em seu poder, se alçaram à condição de donas de meio mundo.

Em Tordesilhas, a diplomacia lusitana, com habilidade, foi conseguindo levar, cada vez para o oeste, o meridiano divisor. Ao final, as 100 léguas iniciais foram dilatadas para 370.

A "Repartição do Mar Oceano" se faria, portanto, no meridiano que passa 370 léguas a oeste da mais ocidental das ilhas de Cabo Verde.

Mas, a terra é redonda; já sabiam disso portugueses e espanhóis, quando o Tratado foi firmado. E, em verdade, o maior interesse dos últi-

mos, pelo menos aparentemente, estava na Ásia. O dos primeiros, na América.

A linha de Tordesilhas deixava fora do hemisfério espanhol as ilhas Molucas e as Filipinas.

No entanto, em 1519, (repetamos esta data porque é muito importante), em 1519, Fernando Magalhães, a serviço de Espanha, tomou posse das Molucas em nome de seu soberano. Não satisfeitos, em 1529, os espanhóis incluíram as Filipinas em seus domínios.

Ora, para que Molucas e Filipinas, que estavam dentro do hemisfério português, passassem a ser espanholas, seria necessário um deslocamento de 15° 30' para oeste, do meridiano original. Deslocamento semelhante, isto é, de igual valor, porém antípoda, deveria processar-se na América.

As discussões em torno deste problema levaram os dois países a firmar o Tratado de Saragoça, em 1529, no qual Portugal perdeu as Filipinas, conservou as Molucas, mas foi forçado a pagar pesada indenização de 350 mil ducados à Espanha.

O importante, porém, é que, para compensar as perdas que sofrera na Ásia, Portugal se preparou para ampliar sua área americana. Dilatar essa área 15° 30' para oeste seria um inquestionável direito, mas já isso não lhe bastava. Para os lusos, se o meridiano não era respeitado na Ásia, nada obrigava a que o fosse na América. "Es de aqui que los lusitanos tomaron la decisión de afirmarse como revancha en la América meridional".

Côncios de que o marco de Tordesilhas jamais vingaria, os lusitanos se organizaram para derrogá-lo. E tudo lhes ficou mais fácil a partir de 1580, quando Portugal passou ao domínio espanhol, com a união das coroas ibéricas sob Felipe II.

Nos sessenta anos, durante os quais toda a América teve um único dono, não fazia sentido manter a divisão em duas partes, que até então prevalecera.

Por tudo isso, Portugal seguiu obstinadamente o plano que se havia proposto. Em 1616, fundou na embocadura do Rio Amazonas a cidade de Belém do Grão Pará. A localização escolhida mostra que, sem ultrapassar o arbitrário meridiano, criava uma sólida base para empreender a conquista do gigantesco vale, antecipando-se aos modernos geopolíticos que asseveram ser mais fácil subir um rio, para dominar toda sua bacia, do que descê-lo de suas cabeceiras para a foz, com a mesma finalidade.

Quando Belém se consolidou, daí partiu Pedro Teixeira, a mando da Coroa lusitana, para apossar-se do vale amazônico. Pedro Teixeira criou marcos de posse no Rio Napo, em terras que hoje são equatorianas. Era o ano de 1637.

Não satisfeitos, os portugueses atribuíram ao bandeirante Antonio Raposo Tavares a missão de percorrer o território, de sul a norte, buscando acidentes naturais bem nítidos sobre os quais deveria apoiar-se a futu-

ra fronteira.

Raposo Tavares iniciou sua caminhada em 1649, quer dizer, 101 anos antes do Tratado de Madri!

Assim, quando em 1750 espanhóis e portugueses se dispuseram a definir, na mesa de conversações, os limites de suas terras americanas, os últimos se apresentaram com fatos consumados: os marcos de suas posses estavam firmemente cravados nas margens de grandes rios ou em linhas de cristas montanhosas.

Portanto, quando hoje se questionam os direitos brasileiros sobre partes de seu território, sob alegação de que se baseiam na violação do meridiano de Tordesilhas, é evidente a inconsistência dos argumentos.

Tordesilhas foi um ato arbitrário e, por isso, transitório, fadado a ter breve vigência.

Ele dividiu o mundo e não apenas a América do Sul. Dentro do hemisfério espanhol ficaram toda a América do Norte, metade da Groelândia, da Austrália, do Japão e o nordeste siberiano. Essas terras não pertenciam a rei cristão algum e, dentro do espírito de Tordesilhas, deveriam ser espanholas. Sem embargo, não há notícia de reivindicações formuladas pelos espanhóis aos conquistadores dessas terras. E nem quanto à presença de colônias inglesas, francesas e holandesas na América. Inglaterra, França e Holanda não participaram do acerto de Tordesilhas e, sem embargo, tomaram posse de terras a oeste do meridiano.

Por que haveria Tordesilhas de ser respeitado? A resposta óbvia poderia ser: porque foi um tratado. Muito bem. Tratados são firmados para serem cumpridos e respeitados. E respeitados em toda sua plenitude. Não há em política internacional tratados com meia validade, ou tratados que devam prevalecer ali mas não aqui.

Tratados somente são desfeitos por outros instrumentos de igual ou superior valia.

E Tordesilhas foi derogado pelo Tratado de Madri, de 1750; este caiu em 1761, em El Pardo; também El Pardo se desfez em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso.

Quando a Espanha aceitou os termos de todos esses acordos, Tordesilhas perdeu totalmente sua expressão.

Argumentar-se-á que, sendo o primeiro acordo, Tordesilhas deveria servir de base para todas as discussões.

Também isso não é verdade, porque em 1479, quinze anos antes de Tordesilhas, ao fim de uma guerra, Portugal cedeu as Ilhas Canárias à Espanha em troca "dos demais territórios, incluídos os que se descobrissem", sem outras indicações quanto a meridianos ou linhas de referência.

Se houvesse de prevalecer o primeiro, as vantagens ainda seriam de Portugal.

Ademais, todos esses tratados foram firmados por Espanha e Portugal. O Brasil não pode ser responsável pelo expansionismo lusitano, da mesma forma que as nações irmãs do Continente não tem culpa pelas

supostas perdas territoriais de que se dizem vítimas, no passado.

Finalmente, deve ser considerado que o Meridiano de Tordesilhas era inaceitável porque amputava a unidade geográfica da região que cruzava. A bacia do Rio Tocantins, por exemplo, seria violentamente seccionada. O rio passaria a ter seus meandros ora dentro, ora fora do limite. Também a unidade econômica e até cultural estaria comprometida; tribos indígenas se veriam separadas em duas partes.

Tordesilhas é história. Já o era em 1750, quando Espanha e Portugal aceitaram os limites então vigentes na América.

Ora, no Rio Negro, os portugueses haviam penetrado até as serras de Maturacá, Imeri, Tapirapécó, Curupira, Urucuzeiro, Parima, Machiati, Imeniaris, Aribana, Uainama e Pacaraima, porque essas linhas de alturas lhes pareceram os mais nítidos limites naturais.

O Tratado de Madri, em 1750, assim definiu essa fronteira: "...das nascentes do Rio Negro por el 'divortium acquarem' entre os rios Negro e Orinoco, até a Serra de Pacaraima..."

Em 1663, Frei Teodósio da Veiga, a serviço de Portugal, fundou a povoação de Itapiranga e, no ano seguinte, a de Airão, no vale do Rio Negro.

Em 1669, o capitão português Francisco de Mota Falcão ergueu o forte de São José do Rio Negro, onde hoje está a cidade de Manaus, com a finalidade de apoiar as missões carmelitas que haviam avançado pelo vale, rumo ao norte. Em 1670 foi construído o forte de São Joaquim, na atual cidade de Boa Vista, e logo depois se levantaram os fortins de São José de Marabitanas e São Gabriel da Cachoeira.

A Carta Régia de 5 de março de 1755, de D. José I de Portugal, criou a Capitania de São José do Rio Negro, cinco anos após o reconhecimento, por parte da Espanha, da posse portuguesa sobre aquela região, no Tratado de Madri.

A capitania, em 1778, já era um estado organizado, com força militar própria, justiça, polícia, administração local e comércio. Nela prosperavam as localidades de Manaus, Barcelos (então a capital) e as que se desenvolveram nas cercanias dos fortes de São Gabriel, de São José e de São Joaquim.

Em 1787, o governador da Capitania, em viagem de inspeção, naufragou no Rio Uraricoera, em ponto próximo da atual fronteira entre o Brasil e a Venezuela.

Resumindo:

- a Grã-Colômbia fragmentou-se por razões de natureza geopolítica;
- entre as amputações territoriais de que se lamenta a Venezuela não deve incluir-se o Rio Negro;
- antes do Tratado de Madri, os portugueses já dominavam o vale daquele rio;
- quando se firmou o dito Tratado, o limite foi definido nas cristas das serras de Parima e Pacaraima;

- se o "uti possidetis" de 1810 deveria ter prevalecido, como afirma Lopez Sanchez, não há o que discutir, já que 150 anos antes de 1810 a área fora ocupada pelos portugueses e seus descendentes.

Ao encerrar estes comentários, queremos ressaltar que apenas nos moveu o desejo de aparar arestas, de eliminar possíveis ressentimentos remanescentes de nossos tempos de nações soberanas adolescentes.

Brasil e Venezuela são irmãos que se respeitam.

Os ideais de fraternidade e de solidariedade latino-americana, de que foi paladino o maior de todos os venezuelanos, Simón Bolívar, são também os nossos ideais.

Deixemos, porém, que um venezuelano fale por nós. Voltamos para o sr. Humberto de Jesus Arellano, Embaixador da Venezuela no Brasil, no final da década passada. São palavras de Sua Excelência as que escolhemos para encerrar estes comentários:

"O Brasil e a Venezuela, em 160 anos de história independente, nunca tiveram qualquer desentendimento. Nunca tiveram problemas de fronteiras, questões de limites ou de migrações, tão comuns em países vizinhos. Acho que somos um exemplo único na história das Américas".

A CRISE DA MODERNIDADE

Lindomar Wessler Boneti
- Colaborador (Doutor
em sociologia,
Professor da UNIJUI - RS).

A sociedade atual é marcada pela modernidade. A modernidade transformou-se em convencionalismo social. O moderno é o bom. Mas o moderno carrega consigo um peso tecnológico. Isto é, aquilo que se relaciona com o tecnológico, que tem relação com o instrumento automatizado, é o bom, é o moderno. Também, o moderno assumiu para si a responsabilidade pela elegância, pela cavalherice, pelo bonito, etc. Assim sendo, a palavra "modernidade" carrega significativos concretos, quando se relaciona ao uso da racionalidade na produção, na organização da consumação ou no aperfeiçoamento das condições de vida. Este é o lado tecnológico do moderno. Mas, por outro lado, a modernidade carrega significados ideológicos e fantasias irreais, como é o caso da elegância, o que se pode ser entendido como uma excitação à consumação. Assim sendo, o moderno se apresenta de duas formas diferentes, através das tecnologias (utilizadas na produção) e das fantasias (utilizadas na consumação). Assim pode-se perguntar: Por que ? É necessário a consumação para concretizar o lado tecnológico como moderno ? A explicação desta questão pode ser a seguinte: A idéia do moderno nasceu com a preocupação em racionalizar a sociedade. Essa idéia da racionalização, da sociedade, por sua vez, nasceu com o advento do conhecimento científico na época dos iluministas que pregavam uma sociedade mais racional em contrapartida com a sociedade da época, o final da era feudal. A racionalização implicava na maximização da produtividade, na busca pela liberdade individual de produção, e no direito pela acumulação individual. Isso necessariamente implicou na automatização da sociedade. A partir desse momento, criou-se a idéia da necessidade da crescente e ilimitada utilização de técnicas para elevar a produção e a produtividade e com isso adquirir cada vez mais lucros. Mas, dentro do próprio sistema econômico criado pela modernidade, o ciclo da produção não termina com ela própria, ela necessita do consumo. É nesse ponto onde se encontra a ligação entre o lado da produção tecnológica e o lado do consumo, ambos designando-se "modernos". Mas pouca gente percebe que detrás desse fator ideológico que conduz ao consumo para permanecer moderno e detrás desse arsenal tecnológico utilizado na produção nasceu, como consequência desse casamento (entre produção e consumo) uma crise que cresce e se avoluma cada vez mais. Uma crise que se traduz como as consequências sociais da exigência fundamental do sistema econômico que se chama moderno,

que se constitui na falta de limites para a produção, para o consumo e para o lucro. Essa crise se apresenta de forma evidente pelo contraste entre a finalidade e o resultado da própria modernização. Ou seja, a finalidade da modernização era a de buscar a racionalização da sociedade, mais liberdade, e mais condições de vida. Mas, hoje em dia, apresenta-se a miséria e a pauperização do ser humano como o resultado concreto dessa luta. São contrastes que mostram que a busca por uma sociedade racional resultou, ao contrário, numa sociedade irracional.

Assim sendo, pretende-se com este texto fomentar uma discussão a partir de três itens básicos: 1. De onde vem a idéia que liga o moderno com a técnica e suas implicações na sociedade atual; 2. Alguns casos que exemplificam a crise da modernidade; 3. Os novos caminhos que se abrem rumo a um novo tempo.

1. Em primeiro lugar, é importante refletir um pouco mais sobre a idéia que liga o moderno com a técnica, isto no âmbito da produção. Essa idéia que liga a técnica com o moderno nasceu e cresceu com o desenvolvimento da ciência e com o desenvolvimento da produção econômica. Ela tem origem num momento de crise do Estado e do desenvolvimento econômico da sociedade. Era o momento que se buscava o rompimento com o regime feudal e a construção de uma nova ordem para a sociedade, uma sociedade mais racional. E o racional significava ser "científico", nascer da ciência. A ciência, por sua vez, buscava a experimentação, a matematização e a mecanização. É nesse ponto onde se encontra a explicação da ligação que se faz da Revolução Industrial com a glória de Newton¹. Essa idéia foi se afirmando no decorrer da história, ganhando seguidores, desenvolvendo-se conjuntamente com o desenvolvimento da ciência e da produção econômica. O pensador francês Saint-Simon grande seguidor de Newton, apresenta até mesmo nos nossos tempos duas virtudes: 1. Ele conseguiu trazer para a economia o método científico das ciências naturais (mecanização) cujo pensador expoente desse paradigma era Newton; 2. Ele construiu uma ponte ligando seu tempo à atualidade, contribuindo fortemente para a solidificação de uma concepção de desenvolvimento, de uma concepção de progresso, de uma concepção do papel do Estado e do papel do capital que perdura até hoje. Evidentemente, entre os tempos de Saint-Simon e hoje, apareceram outros que contribuíram para a concretização dessa idéia, como é o caso de Émeli Durkheim, que buscava na sociologia o elo de ligação entre a ciência e o desenvolvimento econômico e social. Saint-Simon, pregava a mecanização da sociedade não somente como fator de produção, mas também como meio de se alcançar a "ordem social". Para ele, o recurso único de todas as riquezas e de toda a prosperidade².

Portanto, assim é possível conhecer um pouco a origem do modelo de desenvolvimento social e econômico que se chama "moderno" que nasceu e cresceu vislumbrando uma sociedade nova, mais racional e mais justa, mas os resultados que apresenta são desanimadores. Portanto, são

os resultados da modernização que provocam sua crise.

2. A crise da modernidade se expressa através de vários fatores, como o descasamento entre a cultura e o desenvolvimento econômico, a devastação da natureza, o esgotamento dos recursos naturais, os conflitos sociais criados pela modernização e a pauperização da sociedade.

Na Europa, a crise da modernidade se reflete, sobretudo, na perspectiva do esgotamento dos recursos naturais e no empate entre diferentes grupos culturais (em decorrência da entrada de novos padrões culturais oriundos do terceiro mundo a partir da crise econômica). Essa problemática que distancia a cultura e o desenvolvimento econômico na Europa é analisada pelo pensador francês Paul-Marc Henry³. Conforme a análise desse escritor o atual modelo de desenvolvimento tem como elementos básicos a produção infinita e o consumo. Esse modelo se constituiu com ajuda da tecnologia. O modelo de produção e de consumo aliado à tecnologia interfere gradativamente junto às culturas tradicionais provocando mudanças. Essas mudanças tendem a constituir uma nova cultura, que se pode chamar de "néo-cultura", caracterizada pela produção, pelo consumo e pela tecnologia. Em relação à Europa, as características desta néo-cultura tendem a criar um problema sócio-econômico. Isso porque a Europa tem seus limites em relação ao espaço, a elementos naturais, etc. Isto é, se de um lado as características culturais criadas pelo atual modelo econômico estimulam o consumo, de outro lado a produção tem seus limites porque ela também depende do meio natural. E ainda, o mundo não europeu protesta e mostra o lado irracional do modelo de produção e consumo europeu. A partir desta problemática, pode-se propor discutir o modelo de desenvolvimento baseado na produção e no consumo, como uma forma de condicionar o consumo à produção. Seria, nas palavras do autor, uma nova ordem econômica mundial. Essa nova ordem, seria a preparação das condições sócio-culturais de uma nova civilização, permitindo o convívio de diferentes culturas. No caso da Europa, isso permitiria o convívio de culturas africanas, americanas, etc. Em outras palavras, a crise da modernidade na Europa levaria, ela própria à construção de um novo modelo de sociedade e de produção econômica.

O caso da África: Como demonstra o pensador africano Basile Kossou⁴, a crise da modernidade na África é sentida no descompasso entre o modelo de desenvolvimento econômico e as questões culturais. Segundo esse escritor antes que a África assumisse o modelo de desenvolvimento ocidental, a maioria de seus países já tinha um modelo próprio de desenvolvimento, um desenvolvimento aliado às suas características culturais. Esse tipo de desenvolvimento, teria fomentado o aparecimento de grandes centros comerciais na África. Com a "ocidentalização" da economia, a África perdeu seu próprio modelo de produção econômica e com isso veio a crise. Portanto, a questão fundamental dessa crise se situa no descompasso entre a cultura africana e o racionalismo ocidental. A partir dessa forma de pensar, propõe-se reconstruir na África uma nova ordem

a qual concilia as características culturais e o desenvolvimento. Mas para isso, é necessário, a independência política e econômica. Isto é, nada se pode fazer de forma isolada. A sociedade é um todo. O verdadeiro desenvolvimento necessário para a África é aquele que vincula a produção com a cultura do povo. Mas para que isso aconteça, é necessário começar pela independência econômica, política e ideológica. Em outra abordagem, a escritora africana Axelle Kabour, através de sua obra "Et si l'Afrique refusait le développement?"⁵ lança uma intrigante tese: a África não se desenvolve porque não quer, porque o povo não quer e porque as elites políticas impedem a entrada do desenvolvimento econômico aos moldes ocidentais. Assim sendo, podemos entender o caso africano como mais um fracasso da propalada modernidade.

O caso da Índia: No momento, a Índia se transforma em um laboratório das ciências humanas. Isto porque a modernidade chegou na Índia com toda sua força. A modernidade na Índia é incentivada pela disputa do espaço, para a produção e para o mercado de consumo, entre diferentes segmentos do capitalismo internacional. Mas, encontrou sérias barreiras por parte da população na Índia. Como mostra o indiano Pramod Parajuli⁶, as concepções tradicionais do desenvolvimento econômico na Índia encontram-se frente a um impasse, isto porque os novos movimentos sociais de mulheres, dos povos indígenas e de pequenos camponeses contestam os indicadores do crescimento econômico e proclamam outros indicadores não convencionais, não aceitos pelo Estado e pelo poder econômico. Eles proclamam a "visibilidade", a "duralidade" e a "igualdade" como os novos parâmetros para medir o índice do desenvolvimento sócio-econômico. Entre os movimentos mais expressivos embuídos nesta luta estão os movimentos feministas, os movimentos que defendem as florestas, os movimentos que se opõem a construções de barragens, etc. Ainda no caso da Índia: O jornal "Le monde diplomatique" do mês de fevereiro de 1995 publicou uma matéria chamada "Grands barrages, grands désastres..." que comenta as dificuldades que o Banco Mundial está enfrentando para levar à frente a concretização do financiamento da construção de uma barragem no vale chamado "Narmada" na Índia central. O projeto, que se chama "Sardar Saravar" prevê submergir 350.000 hectares de floresta e 200.000 hectares de terras cultiváveis. Isto está provocando protestos por parte da população do vale, constituída, na sua grande maioria, de aborígenes.

Não precisamos viajar pelo mundo para perceber os sinais visíveis da crise da modernidade. No Brasil, o modelo de desenvolvimento implementado pela modernidade tem transformado o país num dos mais típicos exemplos de contradições sociais já existentes. São incontáveis os exemplos de irracionalidade do sistema. Por exemplo, as inúmeras barragens para efeito de irrigação que são construídas no Brasil, beneficiando algumas empresas de exploração da agricultura tecnificada e expulsando milhares de camponeses de suas terras (como é o caso da barragem de

Açu-RN) é um caso típico da irracionalidade da modernidade.

3. Conclusão: Uma nova busca do racional:

A recente obra do sociólogo francês Alain Touraine chamado “Critique de la Modernité”⁸ traduz claramente a crise do moderno e a busca de uma nova sociedade. Isto significa dizer que a modernidade se constituiu numa busca de uma nova sociedade, mas essa busca já se findou. Agora, a sociedade empenha-se em buscar novos tempos, o que muitos estudiosos chamam de “pós-modernidade”. O que se pode concluir com a presente obra de Touraine é que quando se fala em pós-modernidade é porque existe uma crise na concepção clássica que identificava a modernidade com o triunfo da racionalidade e tudo que permite ao homem construir um mundo artificial, técnico, mas também de lei. Essa concepção entrou em crise, se decompôs. Touraine cita Freud e Nietzsche como sendo os principais e primeiros críticos da modernidade. Muito embora em determinadas partes Touraine cita Marx também como um crítico da modernização por pensar que o indivíduo se dissolve na dinâmica das relações de produção. Ressaltam-se Freud e Nietzsche como primeiros críticos da modernidade porque eles se recusaram a identificar o progresso do mundo e o desenvolvimento do homem. A idéia clássica era a de que o homem racional realiza uma obra racional e é recompensado com a prosperidade, com a liberdade e a felicidade. Freud e Nietzsche dizem ao contrário. Freud diz que existe um conflito entre o desejo e a lei; Nietzsche diz que existe um conflito entre a moralização e a vontade do poder. Essas observações de Nietzsche e Freud são importantes porque segundo elas não existe racionalidade na lei, não existe racionalidade no poder. Neste caso, cai por terra a possibilidade de racionalidade da sociedade e com ela cai também a modernidade. A partir dessa reflexão, pode-se compreender a tese de Touraine: não é verdade que a modernização seja o triunfo da racionalidade. O que existe é uma ligação entre a racionalidade e o sujeito. Nesse sentido, aparecem dois lados: de um, as elites que se identificam com a racionalidade; de outro, o Sujeito que se constitui resistindo ao poder. Nessa dimensão de oposição é que se pode localizar os movimentos em busca da identidade cultural, como é o caso dos movimentos feministas. Assim, finalizando, podemos sintetizar o estudo de Touraine numa simples frase: Em nossos dias a modernidade não mais representa a racionalidade. A racionalidade hoje é melhor representada pelos movimentos culturais que buscam a identificação do sujeito no âmbito do contexto social.

NOTAS

1. J. GRINEVALD, “Science et développement: esquisse d'une approche socio-épistémologique. In: La Pluralité des Mondes - Cahier de l'I.E.D. 1, Genebra e Paris, P.U.F.

- 1975 - pp. 31-97
2. Pierre ANSART. Sociologie de Saint-Simon. Paris, Éditions do Seuil, 1991 - p. 19.
 3. Paul-Marc HENRY. La dimension culturelle du développement Un Point de vie européen. Paris, Les nouvelles éditions africaines/UNESCO, 1985 - pp. 10-107.
 4. Basile KOSSOU. La dimension culturelle du développement - Un Point de vie africain. Paris, Les nouvelles éditions africaines/UNESCO, 1985 - pp. 108-170.
 5. Axelle KABOU. Et si l'Afrique Refusait le développement?, Paris, Éditions l'Harmattam, 1991 - 208 p.
 6. Pramod PARAJULI. "Pouvoir et savoir dans le discours du développement: Les nouveaux mouvements sociaux et l'Etat en Inde. In: Revue internationale des sciences sociales n.127 - fevereiro de 1991.
 7. Christian FERRIÉ. "Grands barrages, grands désastres..." in: Le monde diplomatique. Paris, ed. de fevereiro de 1993 - p. 24.
 8. Alain TOURAINE. Critique de la Modernité. Paris, Fayard, 1992 - 462 p.

CINQUENTENÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Cláudio Moreira Bento
(Sócio correspondente)

O Brasil participou do esforço de guerra aliado na 2ª Guerra Mundial a partir de 22 de agosto de 1942, quando entrou na guerra após reconhecer o estado de beligerância contra ele de parte do Eixo e até 8 de maio 1945 - Dia da Vitória.

Sua extensão geográfica, a 5ª do mundo, sua posição geopolítica debruçada sobre o Atlântico e mais a sua solidariedade continental americana não lhe permitiram ficar neutro. Assim, participou militarmente da guerra nos teatros de operações do Atlântico e do Mediterrâneo, em decorrência do Acordo Bilateral Brasil - Estados Unidos, de 23 de maio de 1942, que foi coordenado pela Comissão Mista de Defesa Brasil - EUA que seria desdobrada em Washington e no Rio de Janeiro. As Forças Armadas do Brasil assim participaram na guerra: O Exército defendeu o território brasileiro e as instalações militares nele existentes, com ênfase na Zona de Guerra então criada, e dentro desta o Saliente Nordestino (estados RN, PB, PE, AL) e, nele, o triângulo Arquipélago de Fernando de Noronha - Natal - Recife, além do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Teatro de Operações do Mediterrâneo e que integrou o V Exército dos EUA; a Marinha defesa dos nossos portos, patrulhamento oceânico e proteção de comboios isoladamente ou integrando a 4ª Esquadra Americana com Quartel General no Recife e, Aeronáutica, ações de patrulhamento oceânico e proteção aérea de comboios, isoladamente ou integrando a referida 4ª Esquadra Americana, além do envio do 1º Grupo de Caça (O senta a pua) para integrar a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e uma esquadrilha de ligação e observação (1ª ELO), sob o controle operacional da FEB e também na Itália.

A cooperação inicial do Brasil com os Aliados ficou restrita ao continente americano. Cessada a ameaça de uma invasão das Américas pelo Eixo pelo Saliente Nordestino, resolução da Comissão Mista de Defesa Brasil - EUA nº 16, de 21 de agosto de 1943, ampliou a participação militar do Brasil que foi traduzida na prática no envio de forças de terra e ar do Brasil para o Teatro do Mediterrâneo e a ação de nossa Marinha de Guerra além das águas continentais americanas.

Em contrapartida o Brasil recebeu dos EUA, para o cumprimento de suas missões bélicas no Atlântico e no Mediterrâneo o material bélico

correspondente pela Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend - Lease), além de instrução americana correspondente a guerra anti-submarino, proteção de comboios navais, caça aérea, defesa anti-aérea e de Costa e de Emprego de divisões de Infantaria.

O esforço militar inicial do Brasil foi para defender em ações conjuntas de suas Forças Armadas o Saliente Nordestino. Este junto com a costa do Senegal na África, formava o estreito Natal-Dakar, através do qual os nazistas, antes de serem derrotados no norte da África podiam tentar uma ação aeronaval ou mesmo ações tipo Comandos contra o Nordeste do Brasil, a partir da conquista do Arquipélago de Fernando de Noronha.

O Saliente Nordestino através da base aérea de Parnamirim, em Natal, cedida aos americanos, junto com a base aérea de Belém do Pará, se constituiu em acidente capital estratégico integrante da ponte aérea militar americana Natal-Dakar que foi essencial ao esforço militar aliado para a conquista do norte da África, do Oriente Médio de novembro 1942-13 maio 1943, invasão da Europa pela Itália e mesmo as operações militares dos EUA no Extremo Oriente.

A cooperação brasileira ao esforço de guerra aliado, a nível estratégico se caracterizou: Pela defesa do Saliente Nordestino do Brasil contra uma possível invasão das Américas pelo Eixo, através do estreito Natal-Dakar; pela captura pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) de duas divisões inimigas numerando 20.753 homens; pelo fornecimento de matérias primas estratégicas, como cera de carnaúba, batata, cristal de rocha e borracha, esta colhida pelos então chamados soldados da borracha que se embrenharam na Amazônia e, finalmente pela cessão temporária das bases aéreas de Natal e Belém que apressaram a vitória dos aliados na África, Europa e Ásia (Oriente Médio).

A base aérea de Natal permitiu que milhares de aviões militares dos EUA dela saltassem, sem, escadas, para a África e daí para a Europa e Extremo Oriente. A Base Aérea de Natal se projetou inclusive na vitória inglesa de El Alamein. Sem ela teria sido dificílimo o apoio dos americanos aos ingleses. Daí decorreu a expressão dada ao Saliente Nordestino - O Trampolim da Vitória onde se localiza a histórica Base Aérea de Parnamirim em Natal - Rio Grande do Norte.

O Brasil perdeu nesta guerra por morte, 1.889 brasileiros. Foram afundados 34 de seus navios, dos quais 31 eram navios mercantes além de abatidos 22 de seus aviões de caça, além de haver gasto com a guerra 21 milhões de cruzeiros (época). Durante a guerra as Forças Armadas do Brasil se modernizaram e se atualizaram doutrinarmente. A renovação de material bélico das mesmas foi expressiva, com base no Lend Lease. Elas se equiparam com o que havia de mais moderno: Caças-submarinos; aviões de caça, de bombardeio e anti-submarino; contra-torpedeiros de escolta; carros de combate; canhões de campanha, anti-carro, antiaéreo e de costa; radares e sonares; detentores de minas; gasolina gelatinosa, etc.

O Brasil teve a sua instrução militar atualizada com base em padrões das Forças Armadas dos Estados Unidos e na experiência operacional militar adquirida por frações de nossas Forças Armadas que integraram na Batalha do Atlântico a 4ª Esquadra Americana ou, a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e o V Exército dos EUA na Campanha da Itália. O povo brasileiro incluiu no rol de suas vitórias militares os combates de Monte Castelo, Castelnovo, Montese e Coléchio-Fornovo, vitórias mais expressivas de sua Força Expedicionária (FEB), com o concurso de sua Força Aérea Brasileira (FAB), através de seu 1º Grupo de Caça e 1ª ELO e de sua Marinha de Guerra que ajudou a escoltá-la para a Itália e a trazê-la de volta coberta de louros. O desenvolvimento da Aeronáutica do Brasil em função da guerra teve expressivos reflexos na acelerada modernização e expansão da Aviação Civil Brasileira.

O Brasil foi o único país da América Latina a participar fora das Américas do esforço de guerra dos Aliados, com o envio de tropas expedicionárias na cruzada vitoriosa contra o Eixo, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial. Após a guerra, como deferência aliada, o Brasil manteve de 1945-50, na Alemanha ocupada, uma Missão Militar Brasileira chefiada pelo coronel Aurélio de Lyra Tavares, futuro Ministro do Exército Brasileiro e o primeiro com este título e hoje historiador militar e membro da Academia Brasileira de Letras.

O Brasil já havia participado do esforço de guerra dos aliados na 1ª Guerra Mundial, através de sua Marinha de Guerra representada pela Divisão de Operações Navais (DNOG) ao comando do almirante Pedro Frontim e que operou no litoral da África, de Serra Leoa para o norte, como parte da esquadra dos Aliados ao comando do almirante inglês Heathcoat Grant. O Exército foi representado por sua Comissão de Estudos de Operações de Guerra e de Aquisição de Material na França, constituída de 24 oficiais que combateram no Exército da França, dos quais ele promoveu 8 por atos de bravura. Comissão chefiada pelo general brasileiro Felipe Aché, ao qual estava subordinada a Missão Médica Especial enviada pelo Brasil, composta de médicos de nosso Exército e Marinha, além de civis formados ou acadêmicos e a disposição do Comando Único dos Exércitos Aliados. Um reduzido número de pilotos brasileiros do Exército e da Marinha se adestraram respectivamente nas aviações militares da França e da Inglaterra e nelas atuaram e se constituíram após em sementes, nos anos 10, das aviações do Exército e da Marinha do Brasil. Aviações que fundidas em 1941 deram origem a Força Aérea Brasileira (FAB). Estes pioneiros com o concurso de uma Missão Naval Americana em nossa Marinha de Guerra e da Missão Militar Francesa (MMF) em nosso Exército adestraram o Exército e Marinha entre as duas guerras mundiais.

FORÇA NAVAL DO NORDESTE

Israel de Oliveira
(Sócio Efetivo)

I - ANTECEDENTES

Em 3 de setembro de 1939 eclodiu a 2ª Guerra Mundial na Europa. Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha, em consequência da invasão da Polônia pelas forças nazistas.

Nove meses depois, a Alemanha e sua aliada, a Itália, dominavam praticamente toda a Europa Continental.

Após a queda da França em 16 de junho de 1940, tornou-se inevitável a entrada dos Estados Unidos no conflito, única alternativa para deter a expansão germânica, até então, vitoriosa. A Inglaterra embora já recebendo ponderável ajuda norte-americana em navios, equipamentos bélicos, suprimentos e alimentos, não poderia, por muito tempo, sozinha, resistir à formidável máquina de guerra de Hitler.

O Brasil, tendo em vista sua permanente dependência de trocas comerciais com os Estados Unidos e conseqüentes vinculações políticas com aquele país e, mais ainda, devido à sua posição geográfica em relação ao teatro da conflagração, teve sua Marinha Mercante vítima de ataques de submarinos, inicialmente na costa americana e posteriormente em águas do nosso próprio litoral. Perdemos, assim, 18 navios mesmo antes de nossa declaração de guerra aos países do Eixo.

Os quadros A e B apresentam duas listas, a primeira com 19 navios atacados (somente um foi salvo) antes da declaração de guerra e a segunda com 12 navios afundados após 31/08/42, data em que entramos na 2ª Guerra Mundial.

No ano de 1941, por força de acordos entre Brasil e os Estados Unidos, foram adotadas medidas a nível dos presidentes ROOSEVELT e GETÚLIO VARGAS para enfrentar a ameaça alemã, a essa altura já posicionada no Norte da África onde se cobria de vitórias o AFRIKA KORPS do legendário General ROMMEL e no Atlântico pela temida arma submarina da Marinha Alemã, sob o comando do Almirante DOENITZ.

Em vista dessa situação e das probabilidades de expansão da guerra ao nosso hemisfério foi concedida permissão para que os americanos construíssem, em várias cidades do nosso litoral e na Ilha de Fernando de Noronha, pontos de apoio para suas Forças Armadas envolvidas na defesa do nosso continente e na projeção do seu poder ao teatro de operações pela sua rota mais curta, isto é, a de Natal - Dakar.

As Forças Armadas Brasileiras se encontravam em crítica situação: deficientes em pessoal e em material.

A Marinha Brasileira em particular estava quase toda concentrada

no porto do Rio de Janeiro, então Capital do país.

A pequena força combatente disponível era na sua totalidade, constituída de veteranas e obsoletas Unidades que, com justiça, nos haviam colocado, há três décadas atrás, entre as melhores marinhas do mundo.

Para a guerra iminente, no entanto, estávamos em precária situação. No intuito de solucionar ou minimizar o problema tomou a Administração Naval imediatas providências na tentativa de evitar o colapso de nosso tráfego marítimo internacional ou de navegação costeira. Na época, a cabotagem era praticamente o nosso único sistema de transporte para movimentação de cargas e passageiros entre as diversas regiões do país.

Entre essas providências podemos citar:

a) construção da Base Naval de Natal, iniciada no 1º semestre de 1941;

b) deslocamento para o Nordeste da Divisão de Cruzadores (BAHIA e RIO GRANDE DO SUL) acrescida de mais quatro navios mineiros, que seria o núcleo de navios para a constituição da Força Naval do Nordeste;

c) instalação de sonar e equipamentos para ataques a submarino (duas calhas para lançamento de bombas de 300 libras) nos dois cruzadores;

d) conversão dos seis navios mineiros classe "CARIOCA" em corvetas, retirando-se os trilhos para lançamento de minas e instalando-se sonar e equipamentos para ataques a submarinos (dois morteiros K e duas calhas para lançamento de bombas de profundidade);

e) conversão dos velhos navios hidrográficos "RIO BRANCO" e "JACEGUAY" em corvetas com as mesmas instalações da classe "CARIOCA";

f) melhoramento da artilharia e defesa anti-aérea em alguns navios;

g) instalação de canhões em navios mercantes;

h) aceleração da prontificação dos três contratorpedeiros classe "MARCÍLIO DIAS", em construção no Arsenal de Marinha;

i) início do processo de obtenção de Unidades novas da Marinha Americana, através do acordo firmado entre os dois governos (Brasil e EUA) e com base na Lei de Empréstimo e Arrendamento, aprovada pelo Congresso americano;

j) instalação em Miami de uma Comissão Naval para tratar do recebimento de novos navios e coordenar os diversos cursos, treinamento e adestramento de pessoal indicado para operar e manter essas novas Unidades.

Essa Comissão realmente prestou excepcional serviço à nossa Marinha. Ela foi, fora de dúvida, o traço de união entre a Marinha Antiga e a Moderna que estávamos recebendo, uma vez que os novos navios eram construídos e equipados dentro de novos padrões tecnológicos absolutamente desconhecidos por nós, tais como radar, sonar, armamentos, equipamentos de combate a incêndio, de controle de avarias, sistema de pro-

pulsão diesel e diesel-elétrico, bem como equipamentos de ensino e ainda cursos de Técnicas de Ensino e Tática Anti-Submarina, até então inexistentes no Brasil.

Além disso a Comissão de Miami contribuiu decisivamente para o fluxo de sobressalentes e componentes indispensáveis para a Base Naval obter o alto nível de eficiência na manutenção e reparos dos 16 caças submarinos e 8 destroyers-escolta recebidos entre o ano de 1942 e 1945.

Vale ressaltar que esse conjunto de navios representou 2/3 da quantidade das unidades da nossa Força Naval do Nordeste.

2 - CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO

Em 05 de outubro de 1942, o Ministro da Marinha, pelo Aviso 1661, criou a Força Naval do Nordeste, com sede em Recife, sob o comando do então Capitão-de-Mar-e-Guerra ALFREDO CARLOS SOARES DUTRA.

Inicialmente essa Força foi composta pelos cruzadores "BAHIA" e "RIO GRANDE DO SUL", da extinta Divisão de Cruzadores, dos navios mineiros "CARIOCA", "CABEDELO", "CARAVELAS" e "CAMAQUÃ", que já se encontravam na área desde janeiro daquele ano, (a chamada Patrulha da Neutralidade), e dos caças-submarino "GUAPORÉ" e "GURUPI", recebidos em Natal da Marinha Americana, em 24 de setembro, isto é, nove dias antes do ato de criação da Força Naval do Nordeste.

A este núcleo inicial foram sendo acrescentadas outras 29 unidades entre o ano de 1942 e o de 1945, conforme mostra o Quadro "C".

Neste quadro apresentamos o cronograma de evolução quantitativa da Força, indicando também suas principais características (classe, nome, ano de construção, deslocamento e velocidade máxima).

SUBORDINAÇÃO

De acordo com a Resolução nº 11/42 da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, todas as Forças operando na área, tanto americanas como brasileiras, foram subordinadas ao Almirante JONAS H. INGRAM, comandante da Força do Atlântico Sul, que acumulava com o comando da 4ª Esquadra Americana, sediada em Recife, desde os princípios de 42.

Estipulava essa Resolução que "a unidade de comando acarretava para o Comando do Atlântico Sul a autoridade e a responsabilidade da coordenação das operações das Forças Armadas brasileiras combinadas, no que se referia à Organização dos Grupos-Tarefa, ao estabelecimento das missões, à designação dos objetivos e ao exercício do controle coordenado que ele considerasse necessário para garantir o sucesso das operações".

Excluía, porém, do seu controle, a administração e disciplina das forças brasileiras, bem como a responsabilidade pela defesa do nosso território. Deve ser entendido que soluções idênticas foram usadas sem-

pre que a unidade de comando foi considerada indispensável para o bom êxito de operações com a participação de forças de mais de um país. Assim aconteceu com a nossa Força Expedicionária e com o Grupo de Caças da FAB, que ficaram subordinadas ao General MACK CLARK, comandante do 5º Exército Americano.

No caso da Força Naval do Nordeste e da Força Aérea Brasileira ela se impôs ainda mais pela desigualdade do poder combatente disponível pelas duas partes, isto é pelos brasileiros e americanos, bastando citar que a 4ª Esquadra Americana chegou a contar na área com mais de 170 unidades, entre as quais se incluíam porta-aviões, cruzadores, contratorpedeiros e vários esquadrões de modernos aviões embarcados ou operando das Bases de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e principalmente de Parnamirim, aqui em Natal.

3 - TAREFAS DA FNNE

A limitação dos seus meios foi a maior condicionante para a determinação das missões confiadas à Força Naval do Nordeste. Coube-lhe, por isso primordialmente as operações de proteção imediata dos comboios regulares ou especiais, de algumas patrulhas oceânicas e de outras tais como a proteção dos transportes de tropas e suprimentos para o Exército e a FAB, dos comboios de reabastecimento da Ilha de Fernando de Noronha, da escolta aos navios que transportavam os diversos escalões da FEB e, no fim do conflito, de apoio ao controle do intenso tráfego aéreo, no regresso das tropas americanas do teatro da guerra, via Dakar - Natal.

O quadro "D" apresenta uma síntese das operações executadas pela Força Naval do Nordeste.

4 - DESEMPENHO

A Força Naval do Nordeste alcançou excepcionais índices de desempenho operacional.

Cumpriu integralmente todas as tarefas que lhe foram atribuídas, muitas acima de suas possibilidades materiais. Dispondo de poucos navios, alguns velhos e precariamente adaptados e outros (os caça submarino) já relegados pela Marinha Americana para missões exclusivas de proteção dos portos, foram por nós utilizados como escoltas em cruzeiros de longa duração, como as estafantes singraduras entre Recife e Trinidad com duração mínima de 7 dias de mar.

Essas operações de escolta, obrigaram, às vezes, a permanência no mar, por 25 dias no período de um mês, de um pequeno caça de 130 toneladas de deslocamento, acarretando tremendo desgaste físico para a sua guarnição. Isto nunca diminuiu a dedicação, nem prejudicou a competência necessária para que os "cacinhas" cumprissem missões bem aci-

ma de sua capacidade operativa.

Eis alguns números indicadores do desempenho da Força Naval do Nordeste: (Quadro E)

5 - DEPOIMENTO DO DR. MANOEL H.A. DE MORAIS (Extraído de artigo de 13-12-62 "Diário de Notícias", Rio de Janeiro e reproduzido na "Revista Marítima Brasileira" V. 109 - AD. JUN. 1989).

"Embarcara em missão jornalística, a convite do Almirante Soares Dutra, que então comandava a Força Naval do Nordeste - eufemismo sob o qual se escondia praticamente todo o poder combatente de nossa Marinha à época.

Foi em junho de 1943. O "BAHIA" que se achava no porto de Recife, recebera a incumbência de ir a Salvador e, de lá, trazer um comboio até determinado local, ao largo de Pernambuco, entregando-o aí, a outra escolta de navios americanos. A essa altura não estavam ainda organizados os serviços de escolta brasileira entre Recife e Trinidad. Em Salvador já se encontravam duas de nossas Corvetas e um caça submarino. As corvetas eram a "CARIOCA" e a "CAMAQUÃ".

O "BAHIA" ia justamente comandar essa escolta e fazer o que se denominava de "apoio de artilharia". A viagem escoteira que fizemos de Recife a Salvador não foi tranqüila. Havia muito mar e muita chuva.

Em Salvador o ambiente febril da guerra. Oficiais e marinheiros nas ruas, aproveitando as horas de folga. O encouraçado "MINAS GERAIS", como fortaleza flutuante, no porto, mas em tudo uma total despreocupação de riscos, uma admirável disposição da parte de todos. Nem parecia guerra. Era como uma gigantesca prova desportiva, na qual todos se empenhavam com alegria e coragem.

Sabia-se da existência de submarinos em certas zonas. No dia seguinte ao de nossa chegada, uma clara manhã, saímos barra à fora. Primeiro a escolta, para a competente varredura do local em que se ia arrumar o grande comboio de 19 navios mercantes de diferentes nacionalidades. Formado o comboio, lá se foi a longa procissão, os barcos a proteger colocados quatro a quatro; na vanguarda o caça submarino; nos dois flancos as duas corvetas, e, à retaguarda, o "BAHIA".

Serviço perfeito, horários ajustados, velocidades baseadas, lá se foi arrastando o lote, com a lentidão forçada pelo mercante mais roncoiro. Assim fomos indo, até às primeiras horas da tarde, já sem vistas de terra.

Recordo bem o instante nessa tarde luminosa, conversava eu com o imediato, o então Capitão-de-Corveta RAYMUNDO DA COSTA FILGUEIRA, quando soaram as sirenes de alarme. "Postos de Combate" respondeu-me a uma pergunta o imediato. Colete salva-vidas devidamente colocado corri ao passadiço. Era ali que devia ficar nesses momentos como me fora prescrito.

Tratava-se de contato com submarino. Adiante umas duas ou três

milhas, o “CAMAQUÃ” içava também o sinal de contato. Tomadas as medidas de precaução de rotina no que respeitava ao comboio (mudanças de rumo, etc.), começou a caçada ao inimigo oculto.

O aparelho de escuta situava-se no passadiço ao alcance da voz do Comandante.

Chamava-se FRANÇA o Tenente encarregado da equipe de som.

- FRANÇA, qual a distância ?, perguntava de vez em quando o Comandante BELFORT.

- 1.500 ... 1.000 ... 500 ... jardas ia respondendo o Tenente, enquanto o Comandante simultaneamente, dava ordem:

30 graus à bombordo ... 20 graus à boreste ... 25 graus à bombordo

...

E assim o nosso “BAHIA” se aproximava ziguezagueando, do local provável do submarino. Quando o Tenente anunciou “200 jardas”, o Comandante ordenou o lançamento de cargas de profundidade.

Foram duas as séries de lançamentos. Três salvas de cada vez.

O “CAMAQUÃ” fazia o mesmo, e vimos perfeitamente as protuberâncias líquidas que se erguiam à sua popa.

Religada a escuta, após os lançamentos desaparecera o contato. Voltou então a rearrumar-se o comboio no rumo definido, prosseguindo a viagem. Sobre os resultados apenas podia-se conjecturar. Mas o objetivo fora alcançado. Isto é, o comboio nada sofreu.

Ao crepúsculo vespertino o “POSTO DE COMBATE” da rotina decorreu sob os maiores cuidados, uma tensa expectativa de novos ataques. Pela madrugada, no flanco guarnecido pela Corveta “CARIOCA”, novos contatos seguidos de lançamentos e cargas.

E, assim foram levando o comboio. Poucos dias depois, chegamos à área marcada para o encontro com a outra escolta que ali nos esperava. Entregues os 19 mercantes, rumamos de regresso ao Recife.

Estava concluída aquela missão. Outras, numerosas outras já tinham sido cumpridas pelo “BAHIA”, que haveria ainda de repeti-las até o fim da guerra. O que eu assistira fora apenas um episódio dentre dezenas, centenas talvez, vividas pela nossa Marinha durante a faina anti-submarino da 2ª Guerra Mundial. No “BAHIA” tudo aquilo era pouco mais do que simples rotina.

Essa foi a Marinha que vi na Guerra. Lutando com deficiências de material, mas presente e ativa na defesa e segurança das zonas nas quais lhe cabia operar. E, sobretudo, brava e digna, e estoica no sofrimento. Sabendo recolher o êxito sem alardes e foguetório, com a sobriedade e a elegância moral de seus Oficiais e Marinheiros, autênticos gentis-homens do mar.

6 - CONCLUSÕES E HOMENAGEM

A análise serena e imparcial dos dados aqui apresentados sobre a

atuação da Força Naval do Nordeste, nos seus 3 anos de campanha, conduzido pelo seu único comandante, o então Contra-Almirante SOARES DUTRA, leva-nos às seguintes conclusões:

a) que o papel desempenhado pela Marinha no 2º conflito é quase desconhecido dos brasileiros;

b) que mesmo a nova geração da Marinha não tem avaliação precisa do que, do como e do quanto foi realizado pela nossa Força Naval do Nordeste;

c) que tal como a nossa Força Expedicionária ela merece, ainda que tardiamente, o reconhecimento de todos nós;

d) que não devemos esquecer, que para cada brasileiro morto nos campos da Itália, três outros foram sepultados no Atlântico.

Portanto, peço agora que guardemos um minuto de silêncio em homenagem ao Almirante SOARES DUTRA, seus comandados e principalmente àqueles que foram sacrificados no cumprimento do dever.

TORPEDEADOS ANTES DA DECLARAÇÃO DE GUERRA

DATA	NOME	LOCAL	OBSERVAÇÕES
16/02/42	"BUARQUE"	Costa Leste E.U.A.	U. 502
18/02/42	"OLINDA"	" " "	U.432
XX/02/42	"CABEDELÓ"	" " "	NAVIO DESAPERECEU
07/03/42	"ARABUTÁ"	" " "	U. 155
08/03/42	"CAIRU"	" " "	U. 94
01/05/42	"PARNAÍBA"	Próx. à Trinidad	U. 162
18/05/42	"COMTE. LIRA"	Costa Bras. 2° 59"s	NAVIO FOI SALVO
24/05/42	"GONÇALVES DIAS"	Ao sul de Haiti	U. 502
01/06/42	"ALEGRETE"	Costa Leste E.U.A	U. 156
26/06/42	"PEDRINHAS"	" " "	U. 203
26/07/42	"TAMANDARÉ"	Em rota p/Trinidad	U. 66
28/07/42	"BARBACENA"	Em rota p/ E.U.A	U. 155
28/07/42	"PIAVE"	" " "	U. 155
15/08/42	"BAEPENDI"	Costa Brasileira,SE	U. 507
15/08/42	"ARARAQUARA"	" " "	U. 507
16/08/42	"ANIBAL BENEVOLO"	" " "	U. 507
17/08/42	"TTAGIBA"	Costa Brasileira,BA	U. 507
18/08/42	"ARARÁ"	" " "	U. 507
18/08/42	BARÇAÇA "JACIRA"	" " "	U. 507

TORPEDEADOS APÓS A DECLARAÇÃO DE GUERRA

DATA	NOME	LOCAL	OBSERVAÇÕES
27/09/42	"OSÓRIO"	ROTA BELÉM - N. YORK	U. 514
27/09/42	"LAGES"	" " "	U. 514
28/09/42	"ANTONICO"	COSTA GUIANA INGLÊSA	U. 516
03/11/42	"PORTO ALEGRE"	ROTA CIDADE DO CABO - DURBAN	U. 504
22/11/42	"APALOIDE"	ROTA BELÉM - N. YORK	U. 163
18/02/43	"BRASHILOIDE"	COSTA DA BAHIA	U. 514
02/03/43	"AFONSO PENA"	" " "	SUBMAR. ITALIANO
30/06/43	"TUTOIA"	LITORAL PAULISTA	U. 513
04/07/43	"PELOTASLOIDE"	COSTA PARAENSE	U. 590
31/07/43	"BAGÉ"	ROTA RECIFE - SALVADOR	U. 185
26/09/43	"TTAPAGÉ"	COSTA ALAGOANA	U. 161
23/10/43	"CAMPOS"	ENTRE RIO e SANTOS	U. 170

QUADRO C

NAVIOS DA FORÇA NAVAL DO NORDESTE

CLASSE	NOME (S)	ANO DE CONST.	DESLOC. (TON)	VELOC.MÁXIMA (NÓS)	DATAS RECEB./ INCORP.	QUANT. ACUMUL.
CRUZADOR	RIO G. DO SUL - BAHIA	1909	3.000	25	05/10/42	2
CORVETA	Carloca - Cabedelo - Caravelas - Camaquã	1939	552	14	05/10/42	6
CAÇA - SUB-MARINO "G"	GUAPORÉ - GURUPI	1941	280	18	05/10/42	8
CAÇA - SUB-MARINO "F"	JURUENA - JAVARI JURUÁ - JUTAI	1941	130	15	30/10/42 30/12/42	12 -
TENDER	BELMONTE	1912	5.227	12	25/01/43	13
CORVETA	CAMOCIM - CANANÉIA	1939	552	14	1943	15
CORVETA	RIO BRANCO	1914	896	15	25/01/43	16
CAÇA SUB-MARINO	JAGUARÃO - JAGUARI- BE - JACUI - JUNDIAI	1941	130	15	ABR/MAI 1943	20
CAÇA - SUB-MARINO "G"	Gualba - Gurupá - Guajará - Goiama - Grajau e Grauna	1941	280	18	JUL e NOV 1943	26
CONTRATOR- PEDEIRO "M"	MARCLIO DIAS - MARIZE - BARROS - GREENHALGH	1943	1.500	36	NOV./43	29
DESTROYER - ESCOITA "DE"	BARTIOGA - BEBERIBE - BRACUI - BAURU	1941	1.240	20	15/08/44	33
"	BAEPENDI - BENEVENTE	1941	1.240	20	19/12/44	35
"	BABITONGA - BOCAINA	1941	1.240	20	MAR/MAI 1945	37
CORVETA	CAMAQUÃ (NAUFRAGOU AO LARGO DE RECIFE)				21/07/44	36
CRUZADOR	BAHIA (SINISTRADO NA ESTAÇÃO 13)				04/07/45	35

QUADRO D

OPERAÇÕES

A - COMBOIOS REGULARES

RECIFE - SALVADOR	18	170 NAVIOS
SALVADOR - RECIFE	18	336 NAVIOS
RECIFE - RIO	70	691 NAVIOS
RIO - RECIFE	70	891 NAVIOS
TRINIDAD - BELÉM	4	-
TRINIDAD - RECIFE	39	-
RECIFE - TRINIDAD	35	-
	<hr/>	<hr/>
	254	2.088 NAVIOS

B- COMBOIOS TRANSPORTE PESSOAL E SUPRIMENTOS

ILHA DE FERNANDO DE NORONHA	40
DIVERSOS	19

C- ESCOLTA TRANSPORTE DA FEB

RIO - GIBRALTAR	8
-----------------	---

D- SALVAMENTO DE VIDAS NO MAR	654
-------------------------------	-----

E- APOIO AO TRÁFEGO

DAKAR - NATAL

QUADRO E

INDICADORES OPERACIONAIS

MILHAS NAVEGADAS: cerca de 480.000 (daria para dar 24 voltas ao redor da terra na altura do Equador)

NÚMERO DE COMBOIOS: 342

NAVIOS COMBOIADOS : 2.088 (de diversas nacionalidades)

SALVAMENTO DE VIDAS NO MAR: 654

COMPARAÇÃO DE UNIDADE DE ESCOLTA POR NAVIOS ESCOLTADO

}	FORÇA AMERICANA NO ATLÂNTICO: 16:1
	FORÇA NAVAL DO NORDESTE: 50:1

NAVIOS PERDIDOS: 2 ("CAMAQUÃ e "BAHIA")

MORTOS NO MAR: 369 (19 OFICIAIS, 350 PRAÇAS)

A COSTA DOS POTIGUARES E A PRESENÇA FRANCESA

Olavo de Medeiros Filho
(Sócio efetivo)

Desde o ano de 1503, já ocorria a presença de navios franceses no litoral brasileiro. Em 1516, traficantes e corsários vindos da França agiam na Costa dos Potiguares, como era então conhecido o território habitado por aqueles silvícolas, dele fazendo parte o atual Rio Grande do Norte. O escambo praticado entre franceses e indígenas abrangia diversos produtos nativos, como: algodão, fios e redes do mesmo material, cereais, tabaco, pimenta, gengibre, plantas medicinais, óleos balsâmicos; pau-brasil e outras madeiras nobres; peles de onça e de outros animais; papagaios e aves exóticas; macacos e sagüis; minério de ouro, crisólitos; âmbar, dos tipos cinza, negro e branco.

Em 1518 começaram as atividades do armador francês Jean Ango (Angô), que financiava navios destinados às atividades de corso e tráfico de mercadorias. Foi a época em que se destacaram os aventureiros Guilherme de Testu, Barré e Jacques Sore, cujos navios viajavam ao Brasil. Os navegantes, em sua maioria naturais da Bretanha e da Normandia, agiam sob a proteção do rei Francisco I de França, sendo seus principais portos, Honfleur e Dieppe. Incidentalmente, Jean Ango viria a ser Governador dessa última cidade, ganhando também o título de visconde de Dieppe.

A carta-régia de 28 de setembro de 1532, de dom João II de Portugal, dividiu o território brasileiro em quinze capitanias hereditárias, tendo sido agraciados com doações doze magnatas do reino. O território, hoje correspondente ao Rio Grande do Norte, ficava incluído nas 100 léguas doadas em 11 de março de 1535, a João de Barros e Ayres da Cunha. As terras doadas principiavam na Baía da Traição, estendendo-se para o norte até a Angra dos Negros, local identificado como a Enseada de Mucuripe, no Ceará.

Logo depois ocorreu a divisão daquela capitania, doada em 1535, cabendo a João de Barros a porção meridional do território: da Baía da Traição ao rio Guarararé (Açu).

João de Barros, Feitor das Casas da Índia e Mina, historiador das DÉCADAS, não veio pessoalmente à Terra de Santa Cruz, a fim de colonizar a sua Capitania da Costa dos Potiguares. Vieram, substituindo-o, os filhos Jerônimo e João de Barros, que participaram de uma expedição enviada à donataria em novembro de 1535, na primeira tentativa de efetiva conquista do território.

Ante o fracasso da expedição, seguiu-se-lhe uma outra em 1555, também vítima do insucesso. Nove anos depois, o procurador João de Barros, em Igarauçu - PE, protestava contra o fato de o capitão João Gonçalves, da ilha de Itamaracá, estar concedendo licenças para exploração da capitania do seu constituinte, principalmente no Porto dos Búzios, situado na barra do rio Pirangi, litoral oriental da donataria.

Rechaçados os franceses do Rio de Janeiro, em 1567, graças à reação comandada por Mem de Sá, vieram eles se estabelecer no litoral do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, dedicando-se a um intenso tráfico de pau-brasil, contando para tal tarefa com a colaboração dos indígenas potiguares, tradicionais amigos dos franceses.

Falecido João de Barros em 1570, seus filhos Jerônimo e João, herdeiros da capitania, formularam um requerimento ao rei de Portugal, referindo-se à necessidade premente de povoar-se aquele território, habitado pelos potiguares:

...“ é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem; os quais todos os anos vão a ela a carregar brasil por ser o melhor de toda a costa. E fazem já casas de pedra em que estão em terra fazendo comércio com o gentio. E os anos passados estiveram nesta capitania dezessete naus de França a carga e são tantos os franceses que vêm ao resgate que até as raízes do pau brasil levam porque tingem mais as raízes do pau que nasce nesta capitania (...) E agora tomaram os franceses aos Potiguares três mil quintais de brasil que os portugueses tinham na praia feitos a sua custa para carregar. E antes que os franceses façam uma fortaleza que obrigue depois a muito, parece que será bom povoar-se por nós e com isso feito lhe não levarão este pau à França e ficará então rendendo muito a Vossa Alteza (1)”.

Provavelmente em 1582, a antiga Capitania de João de Barros reverteu ao domínio da Coroa, tornando-se então uma capitania real, sob a denominação de Capitania do Rio Grande.

O cronista português GABRIEL SOARES DE SOUZA, em seu “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, menciona os locais do litoral norte-riograndense freqüentados pelos franceses:

- 1) a Enseada de Itapitanga (Pititinga);
- 2) o Rio Pequeno, ou Baquipe, depois denominado de Ceará-Mirim, local penetrado pelas chalupas francesas, que ali iam resgatar com o gentio o pau-de-tinta, “as quais são das naus que se recolhem na enseada de Itapitanga”;
- 3) o Rio Grande, ou Potengi, onde os franceses iam carregar muitas vezes;
- 4) o Porto dos Búzios, na foz do rio Pirangi, “onde entram caravelões

- da costa em um riacho, que neste lugar se vem meter no mar”;
- 5) a Enseada de Tabatinga, entre o Porto dos Búzios e Itacoatiara (Ponta da Pipa), “onde também há surgidouro e abrigada para navios em que detrás da ponta costumavam ancorar naus francesas e fazer sua carga de pau-de-tinta”; e, finalmente,
 - 6) a Enseada de Aratipicaba (Baía Formosa), “onde dos arrecifes para dentro entram naus francesas e fazem sua carga (2)”.

Através de antigos relatos, tem-se conhecimento de que o principal porto freqüentado pelos franceses, na Capitania de João de Barros, era o rio Potengi, onde também aportavam navios ingleses. Ali eram feitos os reparos necessários nas embarcações, obtinham-se provisões de água, frutas, carnes e outros “refrescos”. Segundo Frei Vicente do Salvador, no Rio Grande, os “franceses iam comerciar com os potiguares, e dali saíam também a roubar os navios que iam e vinham de Portugal, tomando-lhes não só as fazendas mas as pessoas, e vendendo-as aos gentios para que as comessem (3)”.

O topônimo Refoles (ex-Nau de Refoles), coincidente com o trecho do Potengi onde foi construída a Base Naval de Natal, lembra a presença, naquele local, do traficante francês Jacques Riffault.

No Porto dos Búzios existia uma grande concentração de franceses, diversos deles casados com potiguares. No rio Pirangi, distanciado cerca de dois quilômetros da sua barra, ainda existem umas ruínas arquitetônicas, que no nosso entender teriam sido de uma antiquíssima casa-forte francesa, utilizada como aquartelamento e também no armazenamento de mercadorias, objeto das permutas efetuadas entre franceses e potiguares.

Os franceses nos legaram um precioso estudo cartográfico, de autoria de Jacques de Vaulx, de Claye, impresso em Dieppe no ano de 1579, no qual figura o território potiguar.

A presença francesa na capitania do Rio Grande, foi encerrada com a atuação das tropas trazidas pelo capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas Homem, chegado à barra do Potengi em 25 de dezembro de 1597. Investido na condição de Capitão-Mor da Conquista do Rio Grande, Mascarenhas Homem desenvolveu atividades que culminaram com a expulsão dos franceses da região, a edificação da Fortaleza dos Santos Reis da Barra do Rio Grande e a fundação de uma cidade, que depois receberia a denominação de Natal.

(1) BAIÃO, Antônio. Documentos inéditos sobre João de Barros. Coimbra, 1917.

(2) SOARES DE SOUZA, Gabriel. Tratado descritivo do Brasil em 1587, pp. 25-26, in Rev. do Inst. Histórico Brasileiro, tomo XIV, 1851.

(3) SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil 1500 - 1627, p. 267. B. Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

A 2ª GUERRA MUNDIAL E PARNAMIRIM

Marcos Maranhão
(Sócio efetivo)

A oportunidade proporcionada pelo Exmo. Sr. Brigadeiro Lúcio Carvalho Starling, Comandante do CATRE e da Guarnição da Aeronáutica em Natal, para a realização desta Palestra de Instrução aos Oficiais da FAB sobre a participação da Base Aérea de Parnamirim na 2ª Guerra Mundial, reveste-se do maior significado possível. Primeiramente, porque o estudo da História Militar é importante em todos os níveis do oficialato. Aos oficiais, em geral, no estudo das táticas utilizadas nas batalhas da guerra, e aos oficiais de Estado-Maior, em especial, no estudo da estratégia utilizada nas campanhas militares. Ao mesmo tempo é importante destacar que o Campo de Parnamirim e a Força Aérea Brasileira nasceram com o compromisso com a Democracia, para enfrentar as forças do nazi-fascismo que tentavam dominar o mundo.

Já dizia Cícero, na Roma Antiga, que a História é "testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuncia vetusta" - testemunha do tempo, luz da verdade, memória da vida, professora da vida, anunciadora vetusta.

Esta palestra visa demonstrar a importância de Parnamirim no conflito, estudando a 2ª Guerra Mundial como um todo. Adolf Hitler subiu ao poder na Alemanha como Chanceler prometendo devolver o sentido de honra a seu país. Conseguindo poderes absolutos, intitulou-se Führer e destruiu a cidadania e a liberdade, instituindo um regime baseado na supremacia do Estado, da raça e do sangue, sem nenhum sentido ético ou moral. No plano internacional violou o Tratado de Versalhes, ocupou o Sarre, militarizou a Renânia, anexou a Áustria e ocupou a Tchecoslováquia. Sua estratégia visava a supremacia alemã na face da terra e por suas ações destruiu a paz global, levando o mundo a uma guerra sem precedentes na História universal.

Em 1939 Hitler invade a Polônia, e a Inglaterra e França aliadas deste país declaram guerra à Alemanha. Iria começar o grande conflito que mais tarde faria nascer o Campo de Parnamirim, compromissado com os ideais da democracia e da liberdade.

Na Campanha da França o Alto Comando Alemão empregou o PLANO MANSTEIN. Foi elaborado pelo Marechal Von Manstein e aprovado pelo Führer e Estado-Maior da Wehrmacht. Previa o principal ataque alemão pelo centro, através das Ardenas. O Exército alemão dividiu-se em dois grupos. O Grupo B sob o comando do Marechal Von Bock fez o ataque secundário, diversionário, atacando através da Holanda e da Bélgica. O ataque principal foi feito pelo Grupo A, comandado pelo Mare-

chal Von Rundstedt, avançando sobre a França pelas Ardenas, incursionando pelo Luxemburgo belga. Este Grupo, o mais forte tinha 86 divisões e dois Grupamentos Blindados: O 41º Blindado, comandado pelo General Reinhardt e o 19º Blindado comandado pelo General Guderian. A Força Aérea alemã fazia a cobertura.

Os blindados alemães romperam o front aliado, fizeram envolvimento de grandes formações adversárias e fizeram um progresso veloz liquidando, como força combatente, os exércitos francês e inglês.

Diz "De Gaulle" no seu livro "Memórias de Guerra": "Cinco semanas depois desabava a tempestade. No dia 10 de maio, o inimigo tendo-se já apoderado da Dinamarca e de quase toda a Noruega, iniciava sua grande ofensiva. Esta seria conduzida do princípio ao fim pelas forças mecanizadas e pela aviação, com a massa a seguir o movimento. Em dois grupos-Hoth e Kleist, dez divisões blindadas e seis motorizadas lançavam-se impetuosamente para o Ocidente. Sete dessas dez Panzers, atravessando as Ardenas atingiram o Mosa em três dias. A 14 de maio tinham-se atravessado em Dinant, em Givet, em Monthermé e em Sedan, ao mesmo tempo em que quatro grandes unidades motorizadas as apoiavam e protegiam, que a aviação de assalto as acompanhava sem descansar e que os bombardeiros alemães atingindo na retarguarda as vias férreas e as estradas, paralisavam nossos transportes. No dia 18 de maio essas sete Panzers estavam reunidas em torno de Sant-Quentin prestes a carregar, quer sobre Paris quer sobre Dunquerque, tendo atravessado a Linha Maginot, despedaçado nosso dispositivo, aniquilado um exército nosso". Fala também De Gaulle da invasão mecanizada através da Bélgica e da Holanda: "Neste entretanto as outras três divisões blindadas alemãs, acompanhadas por duas motorizadas e atuando nos Países Baixos e Bradante, onde os aliados dispunham do Exército Holandês, do Exército Belga, do Exército Britânico e de dois Exércitos Franceses, lançavam neste conjunto de 800.000 combatentes uma confusão que não seria reparada. Pode-se dizer que numa semana estava selado o destino".

Nesta campanha vemos que a nova estratégia alemã, com o avanço pelas Ardenas, com as manobras através da Bélgica e Holanda, o uso dos blindados emassados, conjugados com forças motorizadas, uma poderosa aviação e pára-quedaistas conseguiu a vitória militar.

Na Holanda, Haia, sua capital, e o centro de comunicações, que era a cidade de Rotterdam, foram atacadas por pára-quedaistas. Ao mesmo tempo em que as fronteiras eram invadidas, a Força Aérea fazia bombardeios devastadores. Em guerra relâmpago (blitzkrieg) os blindados avançaram por uma brecha no flanco sul e no terceiro dia conseguiram a junção com os pára-quedaistas, percorrendo mais de cem quilômetros. A rapidez foi vital para a vitórias alemã. Na Bélgica, logo no primeiro dia a Força Aérea lançou pára-quedaistas que tomaram a principal fortificação holandesa, o Forte de Eben-Emael e capturaram as pontes do Canal Alberto, simultaneamente com a invasão blindada.

A rendição do Exército Belga e o avanço relâmpago dos Exércitos Alemães, com as pontas de lança blindadas de Hoth e Kleist, possibilitaram a rutura do front e a derrocada dos Exércitos Franceses e da Força Expedicionária Britânica. O restante foi o prosseguimento da ofensiva até o Canal da Mancha, a transposição dos grandes rios, ocupação de Paris, solicitação do armistício em 17 de junho e a chegada do Exército Alemão ao Atlântico, em Bordéus.

Estudemos agora a retirada do Exército inglês em Dunquerque. Essa retirada memorável que possibilitou a Inglaterra resistir na guerra e contar com os veteranos adestrados em combate que serviriam de tropas de luta e instrutores qualificados para a formação e adestramento de um grande número de reservistas e voluntários, foi conseguida pela ação da Força Aérea Inglesa (RAF). O poder aéreo inglês foi decisivo. O Tenente Brigadeiro Murilo Santos na "Evolução do Poder Aéreo" afirma: "Seversky invoca o exemplo de Dunquerque, quando foram evacuados centenas de milhares de homens, integrantes das tropas que abandonaram o continente o que não poderia ter ocorrido sem a conquista do domínio do ar". Cita Churchill: "Quem quer que observe as fotografias do reembarque em que se vêem as massas de tropas reunidas nas praias, oferecendo um alvo ideal durante horas a fio, compreenderá que esse embarque não teria sido possível, sem que o inimigo tivesse renunciado a toda esperança de superioridade aérea naquele ponto".

Dunquerque estava dentro do raio de ação de 150 milhas dos caças britânicos que impediam o bombardeio alemão. Registre-se ainda que a Força Aérea Alemã não estava de plena posse e operação de aeroportos franceses perto de Dunquerque, uma vez que o avanço relâmpago dos blindados de Guderian surpreendeu os planos mais otimistas do Alto Comando Alemão. A Força Aérea Inglesa atacou em massa, possibilitando assim a retirada da Força Expedicionária Inglesa e dos restos do Exército Francês.

O Ditador Alemão pretendeu, então, invadir a Inglaterra, dando ordens ao Estado-Maior para preparar a operação "Leão Marinho", para desembarcar o Exército Alemão na Ilha. Para tanto necessitava de supremacia aérea capaz de assegurar o transporte marítimo, através do Canal da Mancha, neutralizando, pelo ar, a esquadra britânica. Para isso era preciso, primeiramente, destruir a Força Aérea Inglesa (RAF). A Luftwaffe Força Aérea Alemã, deslocou seu potencial para a costa ocupada, diante da Grã-Bretanha. Estava para se desenrolar o que a História convencionou chamar de "Batalha Aérea da Inglaterra". Um punhado de bravos, os pilotos da Real Força Aérea defenderam sua pátria gloriosamente naquele instante. A eles a Inglaterra e o mundo devem até hoje o tributo de defesa da democracia. Como disse Churchill referindo-se aos pilotos da RAF em discurso: "Nunca tantos deveram a tão poucos".

Para a Batalha Aérea contra a aviação alemã empregou três frotas aéreas: Luftflotte 2, sob o comando do Marechal-do-Ar

Kesselring, baseada na França, Holanda e Bélgica; Lufflotte 3, comandada pelo Marechal-do-Ar Spennberg, também baseada na França e a Lufflotte 5, comandada pelo Coronel-General-do-Ar Stumpff, baseada na Dinamarca e Noruega.

Foi utilizado um efetivo de 3.000 aviões. A aviação alemã utilizou os famosos caças Messerschmitt 109 e Me-110, os bombardeiros Junker 88 e 87 (Stuka) empregando também os Heinkel 11 e Dornier 17.

A Batalha Aérea da Inglaterra teve seu auge entre julho e agosto de 1940. Entretanto, ela teve preliminares em junho e prolongou-se até 13 de outubro. A Inglaterra tinha setecentos aviões de caça, Hurricanes e Spitfires com oito metralhadoras, sob o comando do Marechal-do-Ar Dowding, Comandante do Comando Geral de Caças responsável pela defesa aérea da Grã-Bretanha.

A Indústria bélica aumentou imensamente sua produção. Durante o mês de julho foram produzidos 1.665 aviões. Faltavam, entretanto, pilotos experimentados. O heroísmo iria suprir a experiência. A descoberta e emprego do radar pelos ingleses iria proporcionar uma grande ajuda na defesa aérea. Postos de radar cobriam toda a costa e parte do interior da Inglaterra. Uma eficiente rede de radar foi instalada no Canal da Mancha. Canhões e metralhadoras antiaéreas eram estendidos nas áreas vitais. Um Corpo de Observadores formado por voluntários civis observava dia e noite o céu para avisar o Comando do Ar sobre aviões inimigos.

Em 13 de agosto, com o céu nublado, 1.400 aviões alemães atacaram a Inglaterra, sobre Southampton, Tâmesa e Ilha de Wight. Foi chamado o "Ataque da Águia". Avisados pelo radar os aviões ingleses levantaram vôo e enfrentaram com êxito a aviação alemã. A 15 de agosto as três frotas aéreas alemãs atacaram a Inglaterra, com 500 bombardeiros e 1.300 caças. Mais uma vez a RAF, com a ajuda da defesa anti-aérea enfrentou o ataque alemão.

No dia 16 de agosto, 1.300 caças e 400 bombardeiros alemães atacaram a Inglaterra, sendo repelidos pela RAF. De 24 de agosto até 6 de setembro as Frotas Aéreas 2 e 3 da Alemanha enviaram ataques diários de 1.000 aviões contra a Grã-Bretanha. A Força Aérea Inglesa pagou um grande tributo. Somente no mês de agosto houve uma baixa de 300 pilotos, com uma entrada em substituição de 260.

No dia 7 de setembro de 1940, Adolf Hitler modificou a estratégia aérea alemã. Até então o ataque aéreo visava a destruição de aviões e aeroportos. Neste dia o Ditador alemão ordenou o ataque as cidades inglesas. 400 bombardeiros, escoltados por 600 caças atacaram Londres. Essa decisão de Hitler, como Comandante Supremo das Forças Armadas Alemãs, proporcionou a Força Aérea Inglesa (RAF) condições para realizar suas missões sem esgotamento, atuando melhor com a defesa anti-aérea. Assim a Real Força Aérea pôde colocar novos aviões e treinar novos pilotos adestrados para a defesa da pátria.

A Força Aérea Alemã atacou Londres, maciçamente, novamente em

15 de setembro, com 1.000 aviões, na proporção de cinco caças escoltando cada bombardeiro. A RAF fazia uma grande atuação contra os invasores.

Frustrado em seus planos de uma rápida vitória aérea contra a Inglaterra, em 12 de outubro Hitler comunica ao Alto Comando Alemão que decidiu adiar a invasão da Grã-Bretanha e que iria realizar a invasão da União Soviética. O Poder Aéreo Inglês salvou a Inglaterra.

A decisão estratégica do Hitler de invadir a União Soviética em 21 de junho de 1941 e posteriormente, em dezembro do mesmo ano, declarar guerra aos Estados Unidos se mostraria desastrosa, pois colocou a Alemanha em guerra de várias frentes de combate, lutando contra poderosas nações industrializadas.

O Exército alemão atacou às 00:30 horas do dia 21 de junho, transpondo o rio Bug, entre Brest - Litovsky e Loomza, atacando a URSS, com três Grupos de Exércitos: O Grupo de Exército Sul, sob o comando do Marechal Von Rundstedt, tinha quatro Exércitos e o 1º Corpo Panzer do Gen Von Kleist. Tinha 25 divisões de Infantaria, 4 Divisões Motorizadas, 5 Divisões Panzer e 4 Divisões de Infantaria de Montanha. O Grupo de Exércitos Centro se compunha de 30 Divisões de Infantaria, 15 Divisões Panzer. Era comandado pelo Marechal Von Bock. O Grupo de Exércitos Norte comandado pelo Marechal Von Leeb tinha 21 Divisões de Infantaria agrupadas no 16º e 18º Exércitos e o 4º Grupo Panzer do General Hoepner. Cada Grupo de Exércitos era apoiado por uma Frota Aérea. A 4ª Frota Aérea, comandada pelo Coronel-General do Ar Lohr, escoltava o Grupo de Exércitos Sul. A 2ª Frota Aérea, comandada pelo Marechal-do-Ar Kesselring, acompanhava o Grupo de Exércitos Centro e a 1ª Frota Aérea comandada pelo Coronel-General do Ar Koller, fazia a cobertura do Grupo de Exércitos Norte.

A chamada Campanha da Rússia apesar do sucesso inicial, com o avanço de trezentos quilômetros em cinco dias, e a derrota de grandes formações combatentes soviéticas, com o tempo redundou em fracasso. As vastíssimas áreas ocupadas pelo Exército alemão dificultaram a logística. As condições climáticas, as péssimas estradas, a divisão dos objetivos a serem alcançados, com os exércitos alemães espalhados entre Moscou, Leningrado, o Cáucaso e os Urais, em larga extensão de várias frentes, levaram ao desastre, com a rendição do 8º Exército Alemão em Stalingrado, comandado pelo Marechal Von Paulus. A Força Aérea Alemã não tinha condições para fazer o abastecimento dos Exércitos isolados. As informações não foram suficientes para mostrar o potencial industrial e militar da URSS. Hitler com sua estratégia errada, não deu as condições para a Força Aérea Alemã realizar suas missões. A imensidão do terreno e as adversidades meteorológicas foram grandes óbices.

Quando, em 1942, os Estados Unidos da América, com todo seu potencial industrial, entraram no conflito, as nações amigas, integradas no seu alinhamento geo-político, como o Brasil, tomaram posições solidá-

rias.

Dentro da geo-estratégia era absolutamente necessário para a guerra que os Estados Unidos iriam enfrentar, pela Democracia, a participação do Brasil no conflito. O Brasil, em termos militares é um grande porta-aviões. A costa brasileira no Norte e Nordeste, da Bahia ao Pará tem uma área de quase três milhões de quilômetros quadrados, confrontando-se com o Oceano Atlântico em 3.800 quilômetros no litoral. Natal é o saliente, projetando-se para a África. Ponto vital para o transporte no Atlântico Sul em direção da África e da Europa. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra era necessário um corredor aéreo que levasse tropas e material para a ofensiva aliada que iria derrotar o exército alemão na Líbia e Tunísia, possibilitando a invasão da Itália pela Sicília.

Dentro da estratégia aliada o desmantelamento militar do Eixo na frente Ocidental iniciaria-se com a invasão da Itália, a capitulação do maior aliado da Alemanha, com o armistício firmado pelo Rei Vitório Emanuel e a deposição de Mussolini. Para isso foi necessário o ataque aliado, com o Exército Americano, comandado por Patton e o Exército Inglês, comandado por Montgomery. No final de 1942 executou-se a Operação Torch: cem mil soldados norte-americanos e ingleses derrotaram as forças do Eixo que se renderam em maio de 1943. Foi vital a invasão do norte da África pelas forças do General Eisenhower. Em julho de 1943 os Aliados executaram a Operação Husk, invadindo a grande ilha da Sicília, na Itália, derrotando as divisões alemãs e italianas que lá se encontravam. Em setembro atravessaram o Estreito de Messina e começaram a invasão da Itália continental. A 6 de julho de 1944 o Exército Aliado norte-americano e inglês, sob o comando do General Eisenhower desembarcou na França, na Operação Overlord. Cinco mil navios, partindo de diferentes portos ingleses, com a cobertura aérea de 12.000 aviões, transportaram as forças aliadas que iriam derrotar os alemães na maior e mais bem planejada operação militar de toda a História Universal. O General alemão Speidel, no seu livro "Rommel" afirma: "Os aliados realizaram a junção dos pontos de desembarque, conquistando a região norte a oeste de Bayeux. Sua potência aumentava muito mais rapidamente do que a utilização das reservas alemãs. Sem nenhum apoio aéreo, as unidades alemãs eram forçadas a marchar longe das estradas que, em muitos lugares, achavam-se bloqueadas ou inutilizadas pelo bombardeio. Como ficou demonstrado nos três primeiros dias da invasão, havia uma fantástica cooperação entre forças terrestres aliadas e seus apoios aéreo e naval". Conclui o General alemão: "Desta forma, a invasão terminou com um evidente sucesso militar político e psicológico dos Aliados, graças a precisa cooperação entre as três Forças Armadas e a grande eficiência do seu novo equipamento técnico".

O Brasil, que participou da guerra, na campanha da Itália com a FEB e o 1º Grupo de Caça da FAB, deu uma grande contribuição com a Base de Parnamirim. Pilotos brasileiros saindo desta Base utilizando T-6, P-40

e B-25 faziam vôos de cobertura aérea em proteção aos navios aliados no Atlântico Sul.

No campo de Parnamirim existiam duas Bases. A Base brasileira e a Base Norte-americana. Centenas de aviões e milhares de soldados norte-americanos passavam pelo Campo de Parnamirim, para os teatros de guerra no Ocidente. Oficiais da FAB viajavam aos Estados Unidos trazendo aviões. Desta maneira 452 aviões foram trazidos para o Brasil. Eram, principalmente, PT-19 para instrução. Em 6 de janeiro de 1942 pousou a primeira fortaleza aviadora, um B-17, em Parnamirim.

Esta Base foi a maior da América do Sul. Foi o "Trampolim da Vitória". Equipada com tudo que havia de mais moderno a época, como rádio faixa, teletipos, estação de fonia e rádio telegrafia, imensas pistas asfaltadas, grandes instalações para acomodação de pessoal militar, hangares de porte e material bélico sofisticado prestou imensos serviços para a vitória Aliada.

No livro "História da Base Aérea de Natal", o Cel. Av. Fernando Hippolyto da Costa nos relata: "Com a entrada dos Estados Unidos no grande conflito e com a cessão de áreas, pelo Governo Brasileiro, Parnamirim tomou, evidentemente, um grande impulso. As pistas de pouso asfaltadas 16-34 e 12-30 dividiram praticamente aquela imensa área em duas partes distintas: No setor oeste das pistas a Base Aérea de Natal. No setor leste das pistas foi edificada, em proporções muito maiores a Base Americana". Tudo isso era o Campo de Parnamirim. Aí foram construídas 700 edificações, dez hangares, pistas e áreas de estacionamento e decolagem para aeronaves em grande escala.

A Segunda Grande Guerra foi decidida pelo Poder Aéreo. Quando a Alemanha não teve mais capacidade de controlar e utilizar o espaço aéreo onde seus exércitos terrestres combatiam passou a perder as batalhas, indo em recuo até a rendição final.

A importância desta conferência que contou com a presença ilustre dos Oficiais-Generais, Comandantes do Exército e da Marinha em Natal, além dos Oficiais da Aeronáutica convocados pelo eminente Comandante da Guarnição da Aeronáutica em Natal, Brigadeiro Starling, foi mostrar o desenrolar da II Guerra Mundial, com a participação da Força Aérea Brasileira e do Campo de Parnamirim, de sua Base, dentro do ideal democrático.

É preciso cada vez mais fortalecer a Força Aérea Brasileira, equipando-a com os meios necessários para a defesa da soberania do Brasil.

O Campo de Parnamirim e a Aeronáutica nasceram com este compromisso e relembrando esta epopéia rendemos nossa homenagem a todos aqueles que empunharam armas por esta nobre causa e em particular a Força Aérea Brasileira.

REMINISCÊNCIAS

Valério Mesquita
(Sócio efetivo)

Extraí do livro “Macaíba de Seu Mesquita”, editora Clima, 1981, esgotado, com capa de Newton Navarro, cinco “causos”, que valem a pena serem rememorados.

São fatos verídicos da melhor expressão do folclore político local. Essas estórias são inéditas em jornal. Até o livro, publicado há doze anos atrás, tive dificuldades de achar um só exemplar.

1) “É sabido que o Chefe Político do interior casava e batizava. A sua palavra era um dogma. Do povoado de Sucavão, surgiu no sábado de feira, um matuto, alto, preto e forte, que veio convidá-lo para padrinho do seu casamento. Acanhado e desajeitado, o noivo fez o convite entre sorrisos e quase aos berros interrompendo a famosa pregação política do dia de feira. O casamento foi no domingo regado a fobó e cachaça.

No outro sábado, o matuto reapareceu pedindo “um particular” a seu Mesquita. Confessou desolado, que a noiva não tinha querido nada com ele. “Ela me refugou, seu Mesquita”, queixava-se com os olhos umedecidos. O velho procurou as razões e teve que descer à intimidade do casal. No final, compreendendo a razão da recusa da mulher, seu Mesquita ensinou que o noivo, primeiramente deveria fazer carinhos, etc., e não proceder à moda animal como fizera.

Ao cabo de oito dias, reunido em sua sala com vários amigos, seu Mesquita teve novamente interceptada as suas palavras por um vozeirão trinitoante saído da bocarra do negro, eufórico, que da janela escancarou seu sorriso entre os circunstantes, levantando o polegar da mão direita para dizer: “Seu Mesquita, ôia, chega descangotou!”.

2) “Pedro Luiz de Araújo, famoso “Mestre Pedro”, foi vereador e amigo leal de Mesquita, de quem era compadre. Um importante projeto administrativo estava para ser debatido na Câmara Municipal, cujo assunto havia se tornado polêmico. Reunidos todos na residência do velho, este orientou os vereadores de como proceder na votação, inclusive sobre o pedido de dispensa de interstício, a fim de abreviar a tramitação da matéria.

Já na Câmara Municipal, os vereadores começaram a discussão, quando, de repente, o nosso Mestre Pedro, sentindo a necessidade de advertir o líder da bancada, pediu a palavra para entre outras coisas sentenciar com seriedade: “Seu Presidente, está na hora de pedir dispensa de testículo e votar o projeto”. Com essa o Mestre Pedro entrou na histó-

ria”.

3) Alfredo Mesquita não tinha hora certa para atender ao povo. Ele fazia em casa, na rua, na residência de amigos, onde estivesse e fosse procurado. Tendo acordado cedo, como de costume, após o café da manhã, levava para o banheiro o seu jornal para melhor solenizar o ato fisiológico. Como não havia energia elétrica durante o dia, deixava entreaberta e escorada a porta do W.C., a fim de que penetrasse o sol para facilitar a leitura.

De imediato, chega um compadre, muito apressado, procurando-o. A empregada notando a impaciência do homem, rogou-lhe que se sentasse. Ao cabo de uns minutos, ao ouvir uma tosse vinda do quintal (o banheiro ficava lá) levantou-se e dirigiu-se para o local. Abrindo a porta com barulho, não precisa definir o susto e o inusitado da cena “Seu Mesquita, queria falar com o senhor !” - “Mas isto é uma miséria!” Esbravejou o velho, de pé, pijama arriado e a indignação no rosto. “Não está vendo, filho de uma puta, que eu estou cagando ?”.

4) “Ao cair da tarde, retornava com ele da granja, caminhando pela rua Maurício Freire. Encontrou-se com um compadre que gostava muito de pedir e era bastante cerimonioso. Nada mais irritava o velho Mesquita do que “uma conversa comprida”. Desejando fazer um pedido, o eleitor dissimulava o que realmente pretendia, desafiando a paciência do político. E pegue tempo. Pensando que fosse dinheiro, o velho já havia metido a mão no bolso, quando o “enrolado” correligionário disse: “Seu Mesquita, o seguinte é o seguinte, tem um baile hoje no Araçá e eu queria que o Senhor me emprestasse os seus óculos, que amanhã eu devolvo. Com ele, seu Mesquita, eu vou abafar!”. O velho tirou os óculos de lente, o único que usava, entregou-lhe, dizendo: “Tome, meu filho, vocês querem mesmo me levar ao deboche”. E saiu tropeçando na noite que começava.

5) O Padre Alcides Pereira foi vigário de Macaíba durante algum tempo. No limiar de 1960, quando chegou, Alfredo Mesquita Filho era o prefeito. Tinham temperamentos antagônicos mas, mesmo assim, foram bons os primeiros meses de relacionamento. Poder-se-ia dizer aqui, que o “Estado” casou com a “Igreja” e caminharam juntos por um certo período. O Padre Alcides, arrebatado “orador inflamado que usava guardanapos na garganta para servir bem a voz”, era temido quando colocava no ar os seus dez “bocas de ferro”, fincados na torre da Matriz.

Certa noite, deitou falação e criticou a administração municipal. Tal

fato revoltou o velho Mesquita que convalescia em casa, de uma infecção e a tudo ouvira. A guerra estava declarada.

Todas as noites, quando o Padre botava no ar o serviço de som, com um barulho ensurdecador, geralmente na hora do almoço ou do jantar, ouvia sempre improperios do velho Mesquita que dizia: - Esse é um padre miserável ! Faz isso de propósito ! E pegue palavras.

O tempo passou. E com ele veio a eleição de 1965 de Walfredo Gurgel/Dinarte Mariz. O Padre Alcides firmou posição contra o envolvimento de padres na política. Fez repetidos sermões nesse sentido. O velho Mesquita tomou logo conhecimento. Na política calcinada de Macaíba, os comícios explodiam quase todas as noites e na passagem em frente a casa paroquial, sempre uma janela se abria, parcialmente, para fazer aceno à passeata de Mesquita que apoiava Dinarte Mariz. Na noite seguinte, sentado à mesa para o jantar, ouviu-se trovejos no espaço. De repente, a voz do padre: "Este é o serviço de som paroquial, e se é paroquial é "seu". Era o prelúdio indefectível de todos os dias. Provocado, logo, pelo sobrinho Leonel Mesquita que se comprazia em ouvir a sua irritação, perguntou: "Tio, tá ouvindo esse doido, de novo ?" O velho sorveu o gole do seu café e disse, calmamente, levando o guardanapo à boca: "Leonel, esse Padre é uma Patativa. É o melhor orador sacro que nós temos"."

WALDEMAR DE SÁ - DA INTELIGÊNCIA E DO AFETO

Umberto Peregrino
(Sócio correspondente)

À passagem do Cinquentenário da morte de Euclides da Cunha, houve em Natal comemorações que culminaram com uma reunião na residência de Waldemar de Sá.

Ele reuniu para um almoço alguns dos seus amigos intelectuais mais chegados.

Mas não foi só reuni-los. Waldemar era anfitrião incomparável. Na casa bonita e agradável a gente instantaneamente se sentia à vontade. Tudo estava previsto e entrava a funcionar para o deleite dos convidados. E era o próprio Waldemar, impressionante, eficiente e inesgotavelmente atencioso, quem assegurava a todos e a cada um o máximo de bem estar.

Não faltava uísque no copo de uns nem água no copo de outros, nem salgadinhos diante de todos.

Estávamos naquele prelúdio de almoço, quando Waldemar nos colocou ao redor de comprida mesa, distendida por toda a extensão do seu espaçoso "living" e, nos intervalos da sua vigilante faina ao reprovizionar os copos, ia-nos oferecendo primorosas amostras de seu talento interpretativo. Waldemar de Sá era, na verdade, um mestre consumado dessa arte entre todas difícil. Com que propriedade e com que emoção sabia dizer a crônica impregnada do lirismo e a página sisuda de crítica, a poesia humorística e a cena dramática ! Assim interpretou páginas de Peregrino Júnior e de Costa Rêgo, de Câmara Cascudo e de Joracy Camargo. E, aliás, a interpretação de "Deus lhe pague" foi seguramente a sua melhor, a sua mais perfeita interpretação, talvez dada a natureza da composição, feita para a cena.

Mas Waldemar de Sá, convém insistir, era admirável na interpretação de qualquer texto que escolhesse. Como apreendia as intenções ou as emoções do autor e como sabia transmiti-las ! Seria decerto um grande artista dramático.

Admirava-me que não houvesse ainda assumido a condição de escritor, porque era forte, avassaladora e autêntica a sua vocação literária. As letras era a sua paixão, os escritores o objeto do seu permanente interesse admirativo.

Homem raro, curioso, aquele inteligente Waldemar de Sá !

Gabaram-lhe muito a memória, porque era de cor que dizia correntemente aquelas variadas e demoradas páginas da sua escolha. Considero, porém, que muito mais admirável ainda do que a memória prodigiosa

de Waldemar de Sá, sem falar no seu talento interpretativo, era o gosto literário, o qual revelava na eleição das páginas que constituíam o seu múltiplo repertório. De fato, tornava-se preciso ter familiaridade com a obra dos escritores de mérito e ter desenvolvidas preocupações intelectuais para afeiçoar-se àquelas páginas realmente valiosas tanto pelo conteúdo como pela forma literária.

Ao lado, porém, do intelectual imprimindo alto teor espiritual à reunião que presidia, havia um anfitrião incomparável. Que distinção na sua maneira de receber que era, não obstante, inteiramente destituída de formalismos. Era o tom inteligente e afetuoso que tornava tão distinto o ambiente da casa de Waldemar de Sá. Sua senhora, D. Dulce, secundava-o em tudo a esse respeito. Sua simplicidade e a eficiência que punha na direção doméstica seriam dois decisivos fatores do bem estar geral. E como se ainda fosse pouco tudo isso, o inteligente e afetuoso acolhimento de Waldemar e a envolvente solicitude de D. Dulce, havia ainda a presença graciosa e inquieta das duas netas, moças que, embora tão bonitas, não eram indiferentes às puggas do espírito. Observei-as, por exemplo, muito atentas ao discurso do Deputado Djalma Marinho, que produziu pequena obra - prima oratória. E como inteligentemente atentas estiveram às duas falas do Esmeraldo Siqueira, densas de conceitos, à palavra calma, elegante e sempre tão expressiva do Edgar Barbosa, à eloqüência vibrante e sincera de M. Rodrigues de Melo ou metódica e grave de Alvarado Furtado, ao verbo fácil, corrido, objetivo de Raimundo Nonato ! Sobretudo estiveram vivas, de olhar aceso, expressão enlevada ficaram quando Palmira Wanderley, a nossa poetisa maior, disse poema inspirado numa das praias de Natal.

Não teria fim aquela reunião à volta da mesa generosa, espiritual e afetuosa de Waldemar de Sá, porquanto inesgotável era a sua capacidade de obsequiar e de encantar, como total era o nosso enfeitamento.

Foi a tarde preste a extinguir-se que serviu de aviso para nos dispersarmos. Fim não teve, porém, aquela reunião, que fim não terá nunca na lembrança dos que ali estiveram.

LOUVAÇÃO CULTURAL DE CÂMARA CASCUDO E HOMERO HOMEM

Silvio Meira
(Sócio correspondente)

Não são poucas as emoções que me dominam, ao subir a esta tribuna, a fim de proferir a oração protocolar como novo ocupante da cadeira nº 6 da Academia Brasileira de Literatura.

Disse certa vez Rui Barbosa que sempre lhe tremiam as pernas toda a vez em que precisava iniciar um discurso. É que as sensações de quem fala são bem maiores do que as de quem ouve. E em certos momentos tornam-se mais fortes os estímulos, as causas dessa incontrolável exacerbação. Ora, se Rui, que era Rui, assim falava, que direi eu, seu menor discípulo, diante deste auditório tão expressivo ?

Há razões para estar assim. Quando Horácio de Almeida lançou as primeiras pedras do alicerce desta instituição, fui eu um dos convidados. Poderia estar aqui há muito tempo, com as honras de fundador.

Recusei, àquela altura, por motivos muito pessoais, que me impediram de atender a tão significativa convocação.

Hoje as coisas mudaram. Estou sendo presa de uma conspiração espiritual de que participam quatro potiguares. E esta palavra *potiguar* me soa com imensa sonoridade e ecoa no meu coração, porque trago no sangue a ascendência de quatro gerações de Ribeiro Dantas, que desde o século XVIII estão presentes nas terras de São José de Mipibú, a começar pelos três Miguel Ribeiro Dantas, o primeiro português que do Entre Douro em Portugal pediu terras para cultivar no Brasil no século XVII; o segundo, o maior de todos, titular do Império e o terceiro, continuador da atividade agrícola dos seus ancestrais, todos homens do campo, amantes da terra, cultivadores da extensa gleba dos vales verdejantes do nordeste.

Falei em conspiração de quatro potiguares. Sim, quatro: Luís da Câmara Cascudo, o patrono; Auta de Souza, a jovem e delicada poetisa que feneceu como os botões de rosa que não chegaram a abrir-se em flores; Homero Homem, o último ocupante e agora, exuberante de energia, o orador que me recebe, Umberto Peregrino, potiguar também de muitas gerações, com uma ancestralidade em que se misturam os Seabras e os Fagundes.

Eu não poderia recusar. Vejo nessas quatro personalidades a representação espiritual da terra em que passei dias inesquecíveis da infância e juventude, tendo sempre a encher-me os olhos o colorido verdejante dos canaviais. Todos temos os nossos tempos de infância e adolescência mais ou menos felizes. Quando olhamos para o passado a infância é o refrigerio, o bálsamo que amortece os impactos da vida adulta. Lembro

Renan com o seu “Souvenirs d'enfance et de jeunesse”. Pois é a minha infância que está presente nas recordações do Rio Grande do Norte, no vale do rio Ceará Mirim. Menino de engenho é a expressão consagrada por José Lins do Rêgo, um dos ficcionistas a influírem na minha primeira produção juvenil, com um romance, que conservo até hoje inédito, “Mato Grande” e que já trocou de nome várias vezes: “Os caminhos do Homem”, “Os Fugitivos do Sol”.

Esse amor pelo torrão potiguar é atávico, porquanto meu avô e meu pai já o exaltavam em versos, que eram muito estimados por Peregrino Júnior:

Regiões agrestes, vastidões de areia,
Os arvoredos mirradinhos ... Ai !
Caminhos brancos ... o luar, que ondeia,
Rios de leite derramado vai !

Agora, um lago ! Como o céu se arqueia !
Por um ribeiro se esgotando sai,
E, em mil rodeios, a gemer, serpeia,
No mar distante, silencioso cai !

Ei-la ! Extremoz ! Uma igreja ao longe,
de joelhos chora, como chora o monge,
na ânsia eterna de viver em paz !

Depois... um vale ! - a minha terra linda !
de chaminés a fumar, na infinda
maré-montante dos canaviais ! (2.06.1916).

Como deixar de louvar a Luís da Câmara Cascudo, com o qual me acho vinculado por muitos laços ? Dele guardo cartas amoráveis, comentários a livros meus, especialmente o romance “Os Náufragos do Carnapijó” e a tradução do “Fausto”, de Goethe. Comentou meus escritos, escreveu sobre meu pai, meu avô, meu bisavô e meu trisavô, Vede no “Livro das Velhas Figuras” o que diz sobre os dois Miguel Ribeiro Dantas, pai e filho, o primeiro de São José de Mipibú e o segundo do engenho “Diamante”, assim chamado, dizem uns, porque no conjunto de suas quatorze fazendas era aquela o “Diamante”; segundo outros porque possui a mais bela fonte da região de águas que fulgem como um diamante, fonte que abasteceu toda a cidade de Ceará Mirim por mais de um século. Ainda lembro, na infância, os burrinhos carregados de barris em direção da cidade, atravessando o vale todo verde de canaviais, os cambiteiros, o corte e a queima, a casa de engenho, os tachos fumegantes, as chaminés vomitando fumaça, a algazarra dos pássaros, os banhos de rio, um mundo que passou.

Como esquecer tudo isso, todas aquelas imagens nordestinas sedimentadas na alma, ao lado de outras imagens, bem diferentes, da Amazônia, seis meses na Amazônia e seis meses na terra dos canaviais, em Belém o céu plúmbeo, as chuvas torrenciais, o verde sempre verde, as águas que não acabam mais. Por isso guardo na memória quadros contraditórios, bem entrevistos por Viana Moog ao prefaciá-lo meu romance "O Ouro do Jamaxim". Amazônia, Nordeste, o chovido e o não chovido.

Mas estou aqui para falar, não a meu respeito, mas a respeito de três potiguares: Câmara Cascudo, Auta de Souza e Homero Homem.

CÂMARA CASCUDO - O POLIMORFO

Para dar-lhes um retrato completo de Luís da Câmara Cascudo e de sua obra teria de falar muitas horas. Só a sua bibliografia encheria o espaço regulamentar de uma oração acadêmica. Preciso dizer a tão culto auditório, em poucas palavras o que foi a sua vida e a extensão de sua obra. É um universo, como bem o classificou Américo de Oliveira Costa, seu biógrafo, em "Viagem ao Universo de Câmara Cascudo". Como todo o universo seus horizontes escondem continentes, mares, rios, oceanos e céus lindíssimos. Um pouco de tudo se encontra na produção extensa e variada daquele homem.

Nasceu Luís da Câmara Cascudo em Natal a 30 de dezembro de 1898. Era filho do coronel Francisco Cascudo e Ana Maria Cascudo. Seus primeiros estudos foram na capital do Rio Grande do Norte, no Atheneu Norte-Riograndense. Depois passou a estudar Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro o quarto ano. Desistiu da carreira médica, passando a estudar Direito no Recife. Colou grau em 1928, no ano seguinte ao centenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil.

Projetou-se como jornalista, professor de História e de Direito Público da Universidade Federal, Secretário do Tribunal de Justiça, Consultor Jurídico do Estado. O que dá mais brilho à sua vida é a obra polimorfa de historiador, antropólogo, folclorista, romancista, homem de saber variado, com uma personalidade luminosa, embora desservida de atrativos apolíneos. Um sábio à sua maneira. Um provinciano incorrigível, ele mesmo dizia. Como bem salienta Enélio Petrovich "é nome de rua, biblioteca, escola, museu, centro de ensino, medalha, memorial, viaduto". Ou como o afirmou Nilo Pereira: "Cascudo era um relâmpago nos abismos".

Escreveu mais de cento e cinquenta livros. Se desejares, poderei ler ao menos todos os títulos. Precisaréi no entanto de uma hora a mais nesta sessão.

Dele tudo se disse em escritos de tantos críticos e admiradores. Sua enorme bibliografia foi levantada por Zila Mamede. Sobre ele escreveram, copiosamente, potiguares e não potiguares de todo o país e do exterior. As entidades a que pertenceu e as condecorações sobem a centenas.

Mas, de tudo o que se disse a seu respeito é preciso extrair a essência. De nada adiantam os adjetivos bombásticos: foi gênio, lutador, luminoso, gigante, que se levantou da província. É preciso estudar a obra cascudiana por dentro, penetrar em seu pensamento, em sua mensagem, tarefa difícil.

Ortega y Gasset escreveu um pequeno livro sobre o gênio alemão intitulado "Goethe desde dentro". Sim, por dentro, não por fora.

Há críticos que rodeiam a imagem do escritor, louvam-no com doces qualificativos, mas esquecem o principal: a essência de seu pensamento, resultante de sua vida.

Há alguns aspectos a assinalar. Depois de conhecer quase toda a sua obra e os louvores que merecem, fiquei a meditar no papel desempenhado por aquele homem singular, diferente, que, nascido em uma pequena província do norte, se irradiou para o mundo como um fanal olhando o mar. Há que procurar as raízes ancestrais, o meio ambiente, a infância, as forças mesológicas e naturais que concorreram para tal produto.

Ele mesmo o informa candidamente: "Nasci na rua das Virgens" um bom prognóstico. E prossegue: "O padre João Maria batizou-me no Bom Jesus das Dores, campina da Ribeira, capela sem torre mas o sino tocava as Trindades ao amanhecer". Sua alma infantil encheu-se e coloriu-se com a paisagem: "Criei-me olhando o Potengi, o Monte, os mangues da Aldeia Velha onde vivera, menino como eu, Felipe Camarão". Que céus belíssimos deve ter contemplado, à beira-mar ou à beira-rio ! Diz mais: "Havia corujas de papel no céu da tarde e passarinhos nas árvores adultas, plantadas por Herculano Ramos". A cidadezinha nascia para a civilização: "Natal de noventa e seis lampiões de querosene. Santos Reis da limpa em janeiro. Santa Cruz da Bica em maio. Senhora da Apresentação em novembro. Farinha de castanhas e carrossel". E assim prossegue nas reminiscências: "Natal que se apavorou com o holofote, enchendo as igrejas de bramidos e arrependimentos". Nem todos podem falar assim de sua infância, tão liricamente, tão saudosamente, tão amorosamente: "Auta de Souza embalou-me o sono. Pedro Velho pôs-me na perna. Vi Segundo Wanderley declamar. Ferreira Itajubá cantando. Alberto Maranhão passeando a cavalo, manhã do domingo. Tinha treze anos quando veio a luz elétrica. Festas no Tirol. Violão de Heronides França. Livros. Cursos. Viagens. Sertão de pedra e Europa".

E a essa altura vem o grito de liberdade: "Nunca pensei em deixar a minha terra". Não fez como Gonçalves Dias que no exílio chorava a pátria de longe, morrendo de saudade: "Minha terra tem palmeiras/onde canta o sabiá". Não. Câmara Cascudo como Ulisses na tempestade amarrou-se às imburanas da terra natal. Deixá-la. Nunca !. Nem convites para altos cargos a capital federal. Nem tentações de Academias e Institutos. Nem provocações enganosas das glórias de humanas tão efêmera. Nada. Não deixaria nunca as "regiões agrestes, vastidões de areia" com a "maré montante dos canaviais".

Sua curiosidade mental o levava a investigar a origem e a história de tudo. "Querida saber - diz ele - a história de todas as coisas do campo e da cidade". Os estudos de Medicina lhe forneciam elementos para certas pesquisas de cunho científico. Sua infância crioua o ambiente propício. Sua mãe, mais zelosa do que muitas mães, levava a extremo os cuidados com o menino, a ponto de evitar amizades desconhecidas, isolá-lo de companheiros. E nessa preocupação materna, cercou-o de proteção, colocando-o num colégio de meninas.

Relembro Câmara Cascudo: "Fui menino magro, pálido, enfermiço. Cercado de dietas e restrições alimentares. Proibiram-me movimentação na lúdica infantil. Não corria. Não saltava. Não brigava. Nunca pisei areia nem andei descalço. Jamais subi a uma árvore. Cuidado com fruta quente, sereno, vento encanado ! Brincava com meninas. Um quarto cheio de brinquedos para exercício sedentário, tudo rodando no solo ou em cima duma mesa de mármore, que ainda possuo". E mais adiante: "Com pavor de que meus colegas me pusessem a perder, como depois me puseram, minha mãe fez-me estudar no "Externato Sagrado Coração de Jesus", das irmãs Andrade, Guilhermina e Maria Emilia. Externato exclusivamente feminino. Eu era o único varão sobre a terra da salinha quente, paredes ornadas de estampas piedosas e feias".

Uma infância igual à de August Forel; o cientista das formigas.

Vemos nessa primeira fase de sua vida a explicação psicológica para a sua pesquisa de insetos, pássaros, escorpiões, lacraus, corujas, cobras, morcegos, personagens do livro que mais lhe tocava ao coração: CANTO DE MURO. Confessa: "Nenhum outro (livro) possui, como este, a totalidade emocional". Explica ainda: "Quase todos os episódios contidos neste romance de costumes foram observados diretamente. Os seus personagens foram vistos "sem que soubessem que estavam sendo motivos de futuras exploração letrada". Sabeis quais os personagens ? "bichos, baratas, morcegos, lagartas, formigas, formigões, cupins" que observara atentamente durante horas a fio como se fora um fiscal da natureza.

Que semelhança, extraordinária semelhança com a infância do sábio August Forel, nascido na Suíça, em 1º de setembro de 1848. Objeto de extrema proteção materna, Forel, isolado do convívio com outras crianças, confessa, em suas "Memórias": que sua imaginação procurava campo de refúgio na natureza. Interessou-se em princípio pelos caracóis, "Entre os cinco e os oito anos passou a dedicar atenção às vespas e formigas. Para ele tinha muito de fascinante a vida social dos insetos. Estudava-lhes os hábitos. Observava as colônias de formigas. Nesse ambiente cresceu Forel, que acabou sendo cientista de renome universal, estudioso do mundo fantástico das formigas e vespas, como o foi Maeterlinck, na Bélgica (1862 + 1949), autor do "A vida das Abelhas".

Que identidade psicológica será essa, digna da perquirição de psicólogos e psicanalistas, da vocação semelhante de Forel, Maurice Maeterlinck e Câmara Cascudo, para penetração no mundo minúsculo das formigas e

das abelhas ?

Nenhum de seus biógrafos ainda atentou para essa vocação, que vinha da infância e que maturou na velhice.

Ai fica o tema para outros estudiosos que desejem desenvolvê-lo no futuro. Abro caminho com esta descoberta pessoal.

Com tantos livros notáveis, como o "Dicionário do Folclore Brasileiro", outros de fundo histórico e sociológico, Cascudo estimava sobremodo esse romance de costumes, nascido espontaneamente da observação dos seres inferiores da natureza, a ponto de dar-lhes nomes: Sófia, Quiró, Gô e outros semelhantes. Considerava esse livro quase mediúnico, como o registra Veríssimo de Melo. Outra observação que faço sobre a obra de Cascudo. Lêde-a toda, de fio a pavio, e não encontrareis, em nenhum de seus escritos, uma palavra azeda, uma crítica malintencionada, uma injúria pessoal a quem quer que seja.

Todas as linhas que escreveu são forradas de bondade. Bondade que parecia inata, natural, era "bom de seu natural", parodiando expressão de Rui Barbosa. Jamais o vi de lança em riste, querendo arrancar sangue do adversário. Esse, talvez, é o segredo da universalidade de suas afeições, das admirações que soube alimentar em terras distantes, a ponto de fazer-se uma verdadeira peregrinação à sua casa repleta de livros, à rua Junqueira Aires, em Natal.

Eu mesmo lá estive várias vezes. Quando se comemorou o centenário de meu pai, em 1973, Cascudo estava presente nas festas de Ceará Mirim, na igreja edificada por meu avô quando presidente da Província, na inauguração da Escola Augusto Meira em terras do "Diamante", do monumento em sua memória e do marco de pedra junto à casa de engenho em que nasceu e que fora propriedade do avô Miguel Ribeiro Dantas.

E Cascudo falou, sempre bom, afável, coração aberto, na companhia de Nilo Pereira, Enélio Lima Petrovich e tantas personalidades distintas.

Certa vez, me pediu informações sobre o quelônio "muçua", próprio da Amazônia. Dei-lhe a explicação solicitada e depois, de Belém, enviei-lhe um muçua embalsamado com alguns versos satíricos, que ora reproduzo:

1

AMIGO LUIS, alma sã,
amigo bom e sisudo,
envio-lhe um muçua,
aqui chamado "cascudo".

2

Se um dia vier ao Pará.
espero seja amanhã,
cuidado ! Alguém gritará:

- Viva o dr. Muçuã !

3

Não se ofenda, por piedade,
com bom tempero e pimenta,
muçuã é raridade,
que fortifica e alimenta

Como o que escreve, em verdade,
A alma nutre e sustenta.

Tempos depois disse-me ter transferido para o Museu Câmara Cascudo o quelônio amazônico. Os versos devem estar juntos.

Em palavras de pura confissão, afirmou ele: "Jamais abandonei o caminho que leva ao encantamento o passado. Pesquisas. Indagações. Confidências que hoje não tem preço. Percepção medular da contemporaneidade".

O culto do passado é algo que está na alma dos homens bem formados, que não pensam apenas no "hoje" e no "amanhã", mas que se preocupam com as próprias raízes da nacionalidade, certos de que, cada vez mais "os mortos governam os vivos".

Num país, como o nosso, em que certa corrente mal formada tenta invalidar os fastos da nacionalidade, quer duvidando de sua veracidade, quer dando-lhe versão diferente e mal intencionada, homens como o homenageado de hoje são exemplos solitários, que tem a acompanhá-los muitos valores, como Capistrano de Abreu, Varnhagen, Max Fleiuss, Taunay, Pedro Calmon e tantos outros.

Nada mais difícil do que a interpretação histórica do passado: os métodos utilizados, a sincronia com outros eventos nacionais e estrangeiros, a psicologia e a moral das épocas, os valores que mudam com o tempo.

Cascudo pertencia à estirpe, cada vez mais rara, dos homens que aliam à pujança na pesquisa, a probidade científica. Certa vez ele me confidenciou que foi solicitado a elaborar prefácio para um livro de lendas indígenas. Indagou do autor onde fizera as pesquisas. Disse-lhe o escritor, singelamente, que se tratava de puro produto de imaginação. Criara as lendas. Não investigara em lugar nenhum. Explicou-me Cascudo: "Recusei fazer o prefácio".

Eis a probidade do homem comprometido com a verdade, apenas a verdade. Nada de mistificações. Que se inventem lendas ou estórias fantásticas em obra de ficção, nunca em algo que possa ter cunho científico e assim passar à posteridade.

Rememorando sua vida, escreveu: "Nossa casa do Tirol hospedou a família imperial e Fabião das Queimadas, cantador que fora escravo".

E mais: "Intimidade com a velha Silvana, Cebola Quente, alforriada

na Abolição”.

Nunca tivera atrações pela política partidária praticada em nosso país. Num certo momento, é verdade, aliou-se a movimento nacional de colorido verde e amarelo, mas logo se desiluiu das glórias ou pretensas glórias de uma atividade que se tornou altamente corrompida. Confessa com toda franqueza: “Filho único de chefe político, ninguém acreditava no meu desinteresse eleitoral. Impossível para mim dividir conterrâneos em cores, gestos de dedos, quando a terra é uma unidade com sua gente”. Homem telúrico, como o foi Gilberto Freyre (também um desencantado da política), ele e Gilberto são as duas grandes cabeças pensantes do nordeste brasileiro, avessos a corporações, a entidades seletivas, a partidos e academias.

Pois cada um dos dois vale por um partido, por uma corporação de sábios, tão seguros estavam de que o grande julgador do mérito dos homens não são as comissões, nem os críticos rastejantes ou agressivos, mas o tempo, o grande juiz. Homens que em vida foram desprezados, consagrou-os a posteridade. Isso em todas as atividades do espírito, em todas as épocas da História, em todos os continentes. Um Lima Barreto, um Jorge de Lima - que hoje pesam pelo valor intrínseco de suas produções, foram relegados a segundo plano. Nas letras e nas artes, aqui e alhures, a história se repete. Na arte francesa, artistas como Gauguin, Cézanne, Pissarro, Van Gogh, Manet e tantos outros, apelidados pejorativamente “impressionistas”, transformaram o adjetivo mal intencionado em legenda de uma fase muito alta da criatividade humana. E o fenômeno se repete na escultura, na música e em outras produções do espírito humano. O tempo, o grande juiz, que faz arrancar dos velhos arquivos das igrejas de Minas Gerais as partituras amarelentas do padre Maurício, para surpresa do mundo! Basta de exemplos. Com Cascudo e Gilberto, porém, o destino foi mais generoso, deu-lhes a glória em vida.

- Como o salienta Petrovich - unidos pela destinação até deixar-nos, empobrecendo a nação. Entraram os dois juntos no céu, de mãos dadas, como a Irene preta do poema de Manoel Bandeira, ouvindo São Pedro dizer-lhes: - Podem entrar. Não façam cerimônia. A casa é sua.

Feliz paralelo entre os dois foi realizado por Nilo Pereira, saudoso amigo.

Era Câmara Cascudo, como o foi Gilberto, um estudioso daquilo que o primeiro chamava “material economicamente inútil”. Gilberto contemplava a sociedade como um campo de pesquisas científicas. Até recortes de jornais antigos despertavam a sua acuidade de sábio. Cascudo estudou os contos populares, a rede de dormir, os nomes da terra, cantadores da literatura oral, a cozinha africana, mouros, franceses e judeus, as coisas que o povo diz, a cachaça, os vaqueiros, as locuções tradicionais, a sociologia do açúcar, a jangada, ao mesmo tempo em que escreveu sobre o Conde D'Eu, Stradelli, o sábio da nobreza italiana que viveu na floresta amazônica e morreu de mal terrível, Montaigne, Dante Alighieri, e a tradi-

ção popular.

Escreveu sobre aquilo que os outros não vêem. Os fatos da vida cotidiana, a riqueza da floração do meio social, os homens, seus costumes, seus defeitos e excelências. Via o que outros não viam.

Há um episódio na sua vida, narrado por um dos seus biógrafos, que bem revela a sua natureza de homem filho de Deus, com uma pureza original. Passava os dias, as noites, os feriados e domingos enfurnado em sua biblioteca, rodeado de seus livros, o seu mundo. Vez por outra, porém saía sorratamente, procurava locais em que o profanum vulgus tão odiado pelo poeta latino Horácio, um bar popular, um botequim de subúrbio onde se reúnem bebedores de cachaça, cantadores, poetas menores, meretrizes. Ali se amesendava, conversava com todos, participava daquele festival de alegria popular, profundamente inocente. Interpelado, respondia: "Estou estudando o relacionamento humano".

Há estórias em torno dessas surtidas, às vezes noturnas. Diz-se que em uma dessas aventuras na escuridão da noite, Câmara Cascudo foi levado por um arrastão da polícia e trancafiado no xadrez em companhia de bêbados notívagos e mulheres da vida fácil. As suas pesquisas sociológicas deram naquele singular desfecho. O homem mais admirado e querido da cidade metido num xadrez distrital. Eis que, pela manhã, chegando o comissário, vê entre os presos o grande escritor. Reconhece-o e manda logo pô-lo em liberdade, pedindo desculpas pelo equívoco. Essa cena consta de um dos meus romances - Os Náufragos do Carnapijô - onde Cascudo é personagem, com o nome trocado. Pois bem. Cascudo leu e gostou e em página de crítica escreveu: "Livro soberbo, intenso, na trágica e poderosa movimentação sedutora, a viva paisagem suficiente, um conflito e complexo emaranhado de aranhas e serpentes insaciáveis, com toda a agressividade da perfídia". Cascudo personagem de meu romance !

Outro escritor, coberto de glória quis com ele, que descobrisse a sua presença acobertada em romance, encher-se-ia de ira, a glória ferida, a vaidade sangrando. Ele não. Espírito aberto, gostou, louvou, incentivou. Retirando boas gargalhadas.

Por mais este exemplo compreendi porque, no início desta oração, afirmei que não poderia fugir ao complô dos quatro potiguares, tão entrelaçados estão. Cascudo e Homero Homem escreveram sobre Auta de Souza. Umberto Peregrino dedicou páginas e poema, onde se lê:

Louvo em Cascudo os ilustres de minha gente,
Louvo a raça rija, louvo os oitenta,
Louvo os braços, louvo o peito, louvo a mente,
Louvo o riso ruidoso,
Louvo o coração bondoso,
Louvo o saber, louvo seus livros,
Louvo o autor, esse danado,

nas estranhas respeitado.

Homero Homem também dedicou-lhe um tríptico: “Meu bom rei Luis não só de França e Oropa / Mas, ôba, ôba, de todas as Bahias / Arriba e abaixo de São Salvador / eu te chaleiro e louvo. Irmão maior da opa / E Príncipe da chegada. Por onde andei e fui carreguei teu andor ... em meu longo ano / sombra de exilado / sem a ninguém pedir licença nem favor / fiz o que devia: Por onde andei / e fui / carreguei teu andor”. Sobre a poetisa norte-riograndense, morta na flor da idade, escreveu Cascudo: “Vida breve de Auta de Souza”. Irmã de outro grande poeta e escritor, Henrique Castriciano, Auta de Souza e Nísia Floresta são as duas mais queridas expressões da poesia potiguar. “Nosso amigo Castriciano”, escreveu ainda Cascudo. De Auta, cantavam as crianças e até hoje repetem os adultos os seus versos doloridos.

Auta de Souza.

Ave exilada do paraíso, como a classificou Palmira Wanderley, Auta cantava: “Ajoelha, ó minha alma, abraçada ao madeiro / em que morreu Jesus o teu celeste amigo / a seus pés acharás o pouso derradeiro / o derradeiro amparo, o derradeiro abrigo.

Tomada de profundos sentimentos religiosos Auta pertence à geração dos poetas que morriam em plena juventude e quase sempre tuberculosos, em contraste com alguns nossos contemporâneos, como Augusto Frederico Schmidt, bem nutrido, faces rosadas e rico ... louvando a morte.

Um dos mais admirados poemas de sua autoria canta:

Tão longe de casa, nem sequer alcanço
Vê-la através das matas ! Nos caminhos,
A sombra desce e sem achar descanso,
Vamos nós dois, meu pobre irmão, sozinhos.

É noite já. Como em feliz remanso
dormem as aves nos pequenos ninhos.
Vamos mais devagar, de manso em manso,
Para não assustar os passarinhos.

Brilham estrelas - todo o céu parece
Rezar de joelhos a chorosa prece
que a noite ensina ao desespero e à dor ...

Ao longe a lua vem dourando a treva,
turíbulo imenso para Deus eleva
O incenso agreste da jurema em flor.

Sobre Auta escreveu também Homero Homem um trabalho que, por proposta de minha autoria, foi incluído no Boletim do Conselho Federal de Cultura. 1976, n. 24, pág. 32.

Registrou Homero Homem: "Certa manhã de verão natalense, em princípio de 1900, Auta de Souza foi visitar sua amiga Donana na rua das Virgens, residência do tenente Cascudo, do Batalhão de Segurança; pai de Luis da Câmara Cascudo, ainda menino de colo. "Suspenso ao ombro de minha mãe - conta 60 anos depois mestre Cascudo - eu chorava impaciente pelo leite que a goma de araruta engrossava. Minha mãe equilibrava o papeiro no fogão de três bocas, aturdida pelo berreiro. Auta segurou-me, acomodou-me, falando-me, passeando no corredor. O choro mudou de tom, espaçou-se, desapareceu". (Bol. do C.F. de Cultura, Cit., p. 32).

Eis o que tecem as teias invisíveis do destino. Cascudo infante embalado por Auta de Souza. Mais tarde escreveu sobre a infortunada poetisa. Homero Homem escrevendo sobre Auta e Cascudo. Umberto Peregrino louvando Câmara Cascudo. Câmara Cascudo comentando meus insignificantes livros. Não há nisso tudo uma espécie de conspiração do acaso, em que todos nós estamos envolvidos? E agora ... sendo recebido nesta Academia pela palavra de Umberto Peregrino.

O destino tem desses caprichos, dessas surpresas, dessas improvisações. Por isso, talvez é que os antigos caldeus, egípcios, gregos e romanos divinizaram o Destino, dando-lhe um lugar na corte dos deuses: "O destino era uma divindade cega, filha da Noite e do Caos. As demais divindades, por mais poderosas, lhe eram submissas. Comenta P. Commelin: *Le plus puissant des dieux, Jupiter, ne peut fléchir le Destin en faveur ni des dieux, ni des hommes*". (Nouvelle Mythologie Grecque et romaine, Tours, imp. E. Arrault "Cia, sd, p.5).

O Destino era representado tendo o globo sob seus pés, e sustentando em suas mãos a urna que guarda a sorte de todos os mortais.

São as forças do Destino que nos aproxima nesta hora, trazendo a esta solenidade quatro potiguares irmanados pelas mesmas emoções, a fim de receber-me.

Eis as razões, repito mais uma vez, que me fizeram chegar até esta tribuna nesta hora, para mim, inesquecível. Quando Goethe, no Fausto, diz ao momento fugaz: - "Tu és tão lindo, espera! Não te vás!" (Verseile doch. Du bist so schon!) quer fixar bem aquele instante de felicidade que em breve vai desaparecer.

Homero Homem - O Poeta.

Senhores e Senhoras! É de meu dever dizer algo a respeito do último ocupante da cadeira nº 6, o poeta Homero Homem de Siqueira Cavalcanti. Seu nome é um verso alexandrino, como se o destino, sempre o destino, quisesse nele fixar a vocação do artista.

Nasceu no engenho Catu, no município de Canguaretama, Rio Gran-

de do Norte. Menino de engenho como José Lins do Rêgo e este orador que vos fala, trouxe para a vida urbana toda a ternura que se colhe na paisagem agreste, as cores sempre verdes, com muitas matizes, que tanto encantaram os olhos de um outro seu contemporâneo, Nilo Pereira, este nascido no engenho de poético apelido, “Verde - Nasce”, no vale do Ceará - Mirim.

Homero trazia nas veias o sangue dos primeiros povoadores da região: Homem, Siqueira e Cavalcanti, “Três vertentes ancestrais. Como tantos outros realizou os estudos primários na terra natal e como tantos outros alçou vôo para as grandes cidades, a fim de aperfeiçoar-se. Mas trouxe e conservou a vida toda, um coração de menino, uma carga emotiva que se expandia nos seus versos, versos de poeta de vanguarda, metafórico e expressionista. Estudou Relações Humanas no antigo IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes), Pré-Jurídico do MABE, dirigiu o serviço de relações públicas do IAPC, jornalista profissional a vida toda, cresceu, a pouco e pouco, culturalmente. Escreveu no Diário de Notícias, como redator político e repórter junto à Câmara dos Deputados ... Importantes órgãos da imprensa brasileira tiveram a sua colaboração: Última Hora, Manchete, Leitura, O Estado de São Paulo. Redator do INPS. Chefiou o Serviço de Documentação do Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República. Ganhou muitos prêmios literários, o “Alphonsus de Guimarães” do Instituto Nacional do Livro em 1958, o “Olavo Bilac” da Academia Brasileira de Letras; o “escritor do mar”, do Clube Naval, em 1965; o prêmio nacional de poesia falada, do Estado do Rio de Janeiro; mais o prêmio DNER do Ministério dos Transportes, no concurso de poesia sobre a Transamazônica.

Foi Secretário da União Brasileira de Escritores da Guanabara; um dos fundadores da Associação dos Escritores Profissionais do Rio de Janeiro, de onde saiu o Sindicato dos Escritores Profissionais, em plena atividade.

Sua obra é numerosa. Como ocorreu com a de Câmara Cascudo seria necessário muito tempo para discorrer sobre cada um de seus livros, em que predomina a poesia. Professor da Escola de Comunicação da UFRJ, desde 1969. Em 1972, foi presidente da Comissão Julgadora dos prêmios nacionais de poesia do Ministério da Educação e Cultura. Casou três vezes e teve nas suas companheiras admiráveis Teia Carpen, Zaira Leocadia Kemper de Andrade e Alzira Martins Figueirêdo as mais altas inspirações para sua produção poética. Três filhas alegravam os seus dias.

Homero Homem - O caçador de símbolos e metáforas -

Dele disse Manoel Caetano Bandeira de Melo “poeta da mais real realza”. E Raul Xavier: “HH, está vinculado ao Modernismo pela sua poemática”. Disse dele Armando Frazão: “Grande jogador de símbolos dentro da poesia brasileira contemporânea”. E Carlos Drummond de Andrade:

“O poeta Homero Homem quis dizer/em verso claro - e disse - o velho doer/ de penas nordestinas tão doídas que de lembradas tornam-se esquecidas”.

Eis aí: poeta metafórico, jogador de símbolos, de verso claro, vinculado ao Modernismo. E mais, segundo Stella Leonardos, é um poeta “que se insere no conteúdo material de um tempo”. E Mário Faustino: “Poesia expressa. Poesia de circunstâncias, quase sempre”. E Hildon Rocha, HH volta-se “para a raridade do vocábulo ou para a agressividade das imagens insólitas”. Ainda de Hildon: “o poeta saia do cotidiano, de suas lutas e fadigas”... “revelando uma nova personalidade literária nos versos que ia publicando” ... é perceptível a predominância das cores e dos sons, do ritmo e da cadência não raro musical”... “domador de palavras”.

Homero pertence à geração de poetas pós-modernistas. Várias gerações se sucederam no campo da poesia, três pelo menos, que “se somam à grande e ainda não ultrapassada geração pós-modernista” que teve em Carlos Drummond de Andrade “a sua expressão mais polêmica, mais agressiva talvez”. Hildon situa Homero Homem no grupo histórico de 50-60 “como talvez o mais seguro em auto-afirmação artística”, impondo-se entre poetas de alto valor como Geir Campos, Tiago de Melo e Ferreira Gullar.

Seu instrumento de trabalho era a palavra, o vocábulo, figura de mil faces, a metáfora, o símbolo, que o leva, numa certa audácia de imaginação, a falar, como no poema, da Transamazônica, num “jacaré de luz”. Fazia a poesia auditiva e a poesia visual, como os vanguardistas.

Com o passar dos anos sua poesia se transmuda, adquire novas feições diante dos impactos provocadores da existência.

“Passarinho vitroleiro / vem morar na minha mão / minha mão é de grão de alpiste / fruta verde, poça d'água / miolo de pão, alface / caixinha de papelão / Pensarei tua ferida / dormirás contra meu peito / entre zelos duros pêlos / que, para sarar meu canto / e planger tua ferida / serão madeixas macias de gaze-mercúrio-cromo / tira-mancha de veludo / entretelada de algodão”.

Como é natural, vêem-se nele influências de outros poetas, especialmente Drummond e Vinicius. Fenômeno corrente. Goethe já dizia que nenhum artista tem geração espontânea. Rafael não nasceu do solo. Todos têm seus ancestrais. O uso de metáforas e símbolos às vezes é compensado pelo conteúdo poético. Um poeta da minha terra, Alonso Rocha, fala numa “lua de celofone”. Homero verseja na mesma linha que caracteriza alguns de sua geração: “Lívido orvalho de néon, confeccionando uma rosa / no jardim pálido de susto”.

No abecedário da Transamazônica sua imaginação se exacerba no exagero das metáforas, símbolos e contorcionismos verbais:

“metalongínquo corpo nu a Estrada / avança pelo chão de Tordesilhas. / Vista de cima imita na caçada / pegada de jaguar nas trilhas / Vista do chão é maracá de guerra, / floração do trator sangrando a terra / De flanco

já é mulher: a Transmada / em seu leito de reta de chegada”.

Assim prossegue em sua técnica de símbolos e metáforas: “Prenda a respiração, escute a flauta / doce do uirapuru pela floresta / solo de tangará, côro pernalta / os metais do japiim abrindo a festa”. “Metais do japiim” /, “Aliança do chovido e não chovido”, “multiespaço vazio e ganhapão / brasis de terra roxa / pedindo ocupação”, ... “Verde-macios entretons de azuis, / Aves douradas beliscando o orvalho / brilha o silêncio, jacaré de luz”. E assim continua na sua louvação à “estrada machifêmea, morenaça amazona de terra e da Fortuna transmovida a óleo diesel e dendê”.

Sua identificação com Drummond se reflete na própria manifestação deste, em versos: “Vai chovendo lá fora. E me comove / um livro sangue: O país do não chove”.

Tudo nele é originalidade de concepções, de às vezes agressivas figuras metafóricas, diria mesmo, surrealistas: “Arranha-céus são chaminés, navios / portarias beliches de primeira / apinhadas de antenas de tevê / singram o azul do céu as cumieiras (IPANEMA).

Por vezes se faz pintor, certo de que as tintas, as cores e os sons são irmãos gêmeos que se abraçam na poesia.

Em seus versos a Alzira, sua última esposa, que lhe fechou os olhos para a eternidade: “Mas a você que, eu, afinal amei, / me reflori e me tornei converso, / a você que eu amei e multiamei, / ouro e sistema do meu universo, / a você que eu amei e multiamei, / sonhei dar muito mais que amor em verso./

Era um caçador de metáforas e símbolos.

Estudando essa fase da poesia universal em nosso século, Guillermo de la Torre, no livro “Literaturas européias de vanguarda” (Caro Raggio, Madrid, 1925, p. 296) observa: “La mayor parte de los poetas actuales, perseguidores fervorosos de módulos intactos, manipulam basicamente en sus laboratorios con elementos eternos: las imágenes y las metáforas. La imagen es el protoplasma primordial, la substancia celular del nuevo organismo lirico. La imagen es el resorte de la emoción fragante y de la visión inesperada: es el reativo colorante de los precipitados quimico-liricos”. Fala do poema libertado, sintético, aéreo e velivolante, despojado de todas as suas vísceras anedóticas e sentimentais.

A metáfora, “como indica su etimologia grega (meta y ferin) encierra la idéa de llevar, trasladar: y esta idéa de llevar, trasladar: y esta idéa de hacer viajar del concepto de dotar de alas el verbo alcanza su mayor altura, su máxima realización en la nueva lirica contemporânea: Hacia la cumbre de la metáfora se tienden como arcos ideales las más tensas ambiciones liricas”.

Eis aí. A metáfora põe asas na palavra e com essas vôa. É a metáfora “novimorfa”, “noviestrutural”, “creadora de nuevos equivalentes liricos o ideologicos”. Jean Epstein, em “Dança da paisagem” de Cendrars, dá um exemplo: “Le paysage ne m’interesse plus/. Mais la danse du paysage”.

Escreveu Proust: "Só a metáfora pode dar o cunho da eternidade ao estilo".

É preciso casar rapidamente, com olhos de "arqueiro célere", "estas imagenes-corzas que rayan cinematicamente el paisaje mental".

Essa renovação não é só brasileira, pelo contrário, é reflexo de movimentos de cultura universais, vindos principalmente da Europa. São as "gestas de vanguarda", a que se refere Guillermo de la Torre, como o movimento ultraista espanhol, o cubismo francês, o movimento Dadá (dadaísmo), neodadaísmo e surrealismo, o movimento futurista italiano, o anti-realismo artístico, a visão instantânea e o dinamismo, a influência da velocidade, o influxo do subconsciente (melhor diria do inconsciente), a imagem pura, a criatividade precursora, que vem do passado com Gôngora e Mallarmé e Rimbaud.

Os exemplos vêm de fora: "La luna nueva / es una vocecita en la tarde" (Jorge-Luis Borges. Ou neste outro: "Las banderas cantaron sus colores" (id.).

Em Vicente Huidoro, poeta chileno; em francês: "Tu boiras goutte la clair de lune".

Ou em Eugenio Montes: "Èl dia cae de la boca de un pájaro". Ou em Cendrars: "Poèmes elastiques: Les yeux sont des kilos qui pesent la sensualité des femmes".

Ou em Jean Cocteau: "La lune joue aux dominos" (poésies).

Ou ainda em P. Reverdy: "Les cypres tiennent la lune dans leurs doigts".

E ainda de Huidoro: "La luna nueva / con las jarcias rotas / anclo en Marsella esta mañana". A abolição da rima e a valorização do ritmo são nova conquista a assinalar.

Outra tendência é a de reabilitar a adjetivação, adjetivação tão censurada e muitas vezes enfraquecedora da maneira de expressar. Diria que esses movimentos são reabilitadores de muita coisa no campo da arte, que se renova, nos seus impulsos de independência e liberdade, mas que sempre tem as âncoras presas ao lastro do passado. Adjetivo individualizador e semi-metafórico, o adjetivo "antitético" "Escreve De la Torre: "En algibra, él signo más y el signo menos se excluyen; en literatura, los contrarios se hermanam e inponen a la conciencia una sensacion mixta; pero non menos verdadera que las demás..." (De la Torre, cit., p. 325). Este autor salienta que na língua árabe muitas vezes "perduram muchos vocabulos que traducen a la vez dos cosas opuestas". Não apenas no árabe, digo eu, no latim antigo se encontrava o mesmo fenômeno. Para dar um só exemplo: a palavra sacer, que tanto significava "sagrado", quanto "execrado".

A palavra bíblica continua de pé: nada de novo sob o sol. Mudam os anos, os séculos, os homens. A tentativa de renovação cria novas formas de dizer e de fazer, mas há uma realidade central, nuclear, que nunca desaparece. No surrealismo revolucionário de um Salvador Dali estão pre-

sentas as formas mais puras do classicismo pictórico.

É o princípio científico de Lavoisier que pode aplicar-se à arte: “nada se cria, nada se perde na natureza, tudo se transforma”. Dentro dessa linha universal de renovação da poesia engajou-se Homero Homem de Siqueira Cavalcanti, poeta pós modernista, da geração 50-60, usador de símbolos e metáforas, os mais arrojados. Um homem simples, misto de menino de engenho e cabra das rocas. Vivendo a infância em terras do litoral, teve a sua grande vivência do mar, da luz e do sol dos mares nordestinos de tal forma verdes, que sua vida juvenil se repartiu entre o verde dos mares e o verde dos canaviais.

Deve estar ao lado de Câmara Cascudo na mesma esfera celestial. Câmara Cascudo, em carta a seu amigo Raimundo Nonato, em 1977, escreveu: “Do Paraíso, onde pretendo fixar-me, aplaudirei as realizações dos outros setenta anos desta existência sem mancha de inveja e nódoa de recalçado despeito nas amarguras da decepção tenebrante”. (Apostilla do afeto, Coleção mossoroense, Série C, vol. 336, 1986, p. 59).

Aguardou a morte com resignação e esperança:

“Senhor Meu, Deus patrulado / Galáxia do desvalido / Hábeas do necessitado / Perdoa / e não leva a mal / Sopra a luz do teu apito / Pára o irmão patrulheiro / me abre logo o Sinal”.

Pedia a Deus que, soprando o seu apito de luz, abrisse logo a entrada do céu. Lá estará, ao lado de Câmara Cascudo e Auta de Souza, satisfeitos, os três, por serem lembrados nesta hora.

Há, na literatura alemã, um belo poema de Frederico Schiller, intitulado DIE TEILUNG DER ERDE (A divisão da terra). Ou A PARTILHA DO MUNDO.

“Tomai a vossa porção do mundo”, teria exclamado Zeus das suas alturas, dirigindo-se aos homens: “Tomai, ele deve ser vosso !”. “Fazei uma partilha freterna”. Cada qual levou o seu bocado. O agricultor os frutos da terra, o comerciante as mercadorias, o rei ocupou as pontes, estradas e cobriu os trilhos, os sacerdotes as melhores espécies de vinhos. Quando todo o mundo estava distribuído chegou por último o poeta. Nada mais havia a repartir. O poeta vinha de longe: “eram aus weiter Fern”. Nada mais sobrara para ele. “Wehr mir !”, exclama: “Pobre de mim ! Fui esquecido”. O seu grito de tristeza ecoou até o trono de Júpiter. “Onde estavas então quando se dividiu o mundo ?”. Pergunta Zeus ao poeta. “Ich war bei dir!”. Eu estava ao teu lado. Meus olhos se refletiam no teu rosto, meus ouvidos ouviam a harmonia celestial. “Que fazer ?” - disse Zeus - “o mundo já foi distribuído”. “Colheita, a caça, as mercadorias, nada é meu mais. Queres morar comigo no céu ? Se o quiseres logo estará aberto para ti”. E assim o poeta encontrou abrigo no céu, ao lado do Senhor.

(Oração pronunciada na Academia Brasileira de Literatura, RJ, na sessão solene de posse na cadeira nº 06, patronímica de Luís da Câmara Cascudo, vaga de Homero Homem, em 29/07/1992).

SAUDAÇÃO AO MINISTRO JOSÉ FERNANDES DANTAS

Mário Moacyr Porto
(Sócio efetivo)

Recebi desvanecido e honrado o convite que me fez o Presidente desta Casa para saudar V. Excia. ao ensejo da sua investidura como sócio deste Instituto, que é a memória que faz presente os registros históricos do passado do Rio Grande do Norte. Quem diria, senhor Ministro, que o menino nascido em Pau dos Ferros, de modesta condição econômica e sem tradições familiares de poder e prestígio, chegasse, por merecimento próprio, a integrar, como ministro, o Superior Tribunal de Justiça, que é o segundo em hierarquia do Poder Judiciário do país. A sua vitoriosa carreira na magistratura, senhor Ministro, iniciada em modestas Comarcas do interior do Rio Grande do Norte, é uma brilhante sucessão de êxitos, marcada, significativamente, pelo trabalho, estudo, independência e aptidão. Para tão expressivo sucesso prescindiu V. Excia. da interferência dadivosa do compadrismo político e, sequer, foi ajudado pelos golpes de sorte de um arrivismo favorável. Começou do princípio e não deu saltos, pois os saltos que antecipam carreira e queimam etapas são, quase sempre, frutos do carreirismo inescrupuloso. O mais novo sócio deste Instituto, o Ministro Fernandes Dantas, foi professor, Promotor Público, Juiz de Direito, Defensor Público, Procurador da República, advogado, Procurador Geral do Estado e, coroadando tão afanosa carreira, foi ministro do Tribunal Federal de Recursos. Por fim, aproveitado na composição do Superior Tribunal de Justiça, órgão judiciário criado pela Constituição Federal de 1988, como um dos mais destacados Ministros, aonde pontifica com zelo e competência notórias.

Foi membro efetivo do Superior Tribunal Eleitoral e Corregedor da sua justiça. Quando ministro do Tribunal Federal de Recursos, exerceu a sua presidência, por um biênio. Participou de julgamentos, por convocação, no Supremo Tribunal Federal. Esta é a longa e afanosa carreira do eminente magistrado. Mas não se pense que o Ministro José Fernandes Dantas é, apenas, um exemplar magistrado, que, por décadas, cumpriu, conscientemente, os deveres do seu cargo. Não. O Ministro, que tenho a honra de saudar, é homem de estudo, jurista da melhor cepa, e disso dão testemunho os trabalhos que publicou e os votos que proferiu e profere nos Tribunais onde serviu com exemplar competência e hoje atua com admirável correção e brilho. Entre os seus trabalhos jurídicos, que são numerosos e bons, cabe destacar "O Município brasileiro". "Presença na vida política do país". "Capacidade jurídica da mulher casada". "Dez anos

de Ministério Público Federal". "Inspiração cristã para a justiça dos homens". "A jurisprudência como modelo judiciário". "Modernização instrumental da Justiça Federal". Desejo fazer um registro especial ao voto magistral que proferiu quando ministro do Tribunal Federal de Recursos, transcrito na Rev. do Trib. onde servia, (vol. 80, p. 129) no qual, como absoluto pioneirismo, sustentou, vitoriosamente, a tese da aplicação da correção monetária aos benefícios previdenciários em atraso, inaugurando uma jurisprudência seguida e sufragada pelos Tribunais de Justiça do país. Como público reconhecimento dos seus méritos, foi distinguido com várias medalhas e condecorações, entre as quais a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, a de grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, grande Oficial da Ordem do Mérito Militar e do Mérito Naval e, por fim, a medalha do mérito Alberto Maranhão. É professor emérito das Faculdades Metropolitanas de São Paulo.

Disse certa vez e me apraz repetir nesta oportunidade, que a magistratura não é uma profissão que se escolhe mas uma predestinação que se aceita. Quem não é tocado pela graça do chamamento jamais se integrará na comunidade dos eleitos. O juiz de hoje - participe atuante e não testemunha indiferente da evolução sócio-econômica, não é mais, como antigamente, uma acomodato locatário de torres de marfim. Vossa Excelência, senhor Ministro, é um significativo exemplo da libertação do magistrado da camisa de força das convenções limitadoras da sua autoridade, do abstruso entendimento de que o Direito se confina e exaure nas limitações dos Códigos, das parênteses dos praxistas, na dosagem e cômoda sabedoria das súmulas. Neto e filho de magistrado que sou, e eu mesmo magistrado por muitos anos, sei, por experiência pessoal, que a lei não esgota o Direito e que o trabalho da recriação do Direito há de inspirar-se nas forças que marcam as periódicas transposições dos ciclos culturais, e o intérprete há de acertar o passo da sua conduta profissional pela marcha batida das transformações do tempo. E uma ponta de audácia, quando inspirada no propósito de bem servir, é um fator de necessária renovação da jurisprudência. As coisas boas da vida, as coisas grandes do mundo, não foram criadas pelo frio bom senso de Sancho Pança, mas pelo arroubo temerário de D. Quixote.

SENHOR MINISTRO:

A investidura de V. Excia. na condição de sócio desta Casa enriquece os seus quadros e honra a todos nós. O Rio Grande do Norte é uma terra de grandes juristas e a memória dos fatos históricos, razão de ser deste Instituto, é um valioso subsídio à compreensão do fenômeno jurídico, sabido que o Direito é particularmente sensível às mutações da vida social através do tempo. Benvindo, pois, a esta casa da memória, que é o nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por batismo semântico do nosso Presidente Enélio Lima Petrovich, batalhador

incansável a prol da preservação do seu patrimônio e prestígio da Casa que tão bem dirige.

Saudação, em nome do IHG/RN,
ao novo sócio correspondente Ministro
José Fernandes Dantas - Dia 23/7/92 -
Salão Nobre do Instituto.

TIRADENTES - HERÓI DA PÁTRIA

José Fernandes Dantas
(Sócio correspondente)

Se os sinais de pontuação comemoram idade, o entre-aspas que se segue está celebrando quarenta e dois anos de mais sentida saúde, mapeada com destaque no curso de uma vida.

“Senhores:

Há no rumorejo da vida humana uma tendência acentuada para o evoluir. Em nada se percebe o desenrolar de forças para o perecer, ou para o estagnar, mesmo em estabilidade proveitosa. Desdobram-se as faculdades do pensamento, buscando no ordenar das lutas o alento da ascendência na escala planejada, percorrida em procura do perfeito. E no decorrer destas caminhadas, em que galga, um a um, os marcos destes progressos, o homem vai formando em si próprio o depositário dos conhecimentos, para construção de seu patrimônio.

Logo que este se faça sentir pela sua firmeza, tem o homem, além de sua vontade inata, ainda o adjutório dessa segurança, para que os associando, enfrente o volume das lutas com o alcance destas reservas. Se a direção da luta cobre uma extensão perfeitamente definida, definidas serão as proporções em que agirá a força deste patrimônio; se porém essa extensão tender para o indefinido, para lá se impulsionarão também essas proporções. Geram-se aí as razões daquelas tendências, em que a vontade, persistindo em executar o planejado, cria esforços e reclama atividades, para que a ação daquelas proporções patrimoniais não sofra suspensão em sua continuidade, pelo simples fato da luta atirada ao indefinido ir além das possibilidades da força também para lá dirigida.

Pela sucessão de tendências, redobro de esforços e avolumar de atividades, executa a delineada pesquisa do perfeito. Avizinha-se dele, porém nunca sente, em qualquer forma, o seu alcance, dada à indestrutível interrogação que margeia a luta, desafiando as tendências e provocando a vontade, no convite ao desconhecido. A interferência do tempo, contudo, desnorteia o esboço dos combates, e o homem que passa somente deixa ao homem que vem o quase nada de suas vitórias.

Senhores:

Rabiscando este quadro da labuta humana, onde buscar exemplo dessas lutas ? - Onde encontrar personagem à representação dessa saga ? - Onde angariar material para dar forma aos esforços e tendências postos em campo na investigação do perfeito ? - Rebuscar no arquivo da história os nomes dos que impulsionaram as ciências ou imortalizaram as artes ? - Não ! Desnecessário se torna ir longe na cata destes elementos. Basta que aqui se fique, e no descortinar desta perspectiva, como expressão mais legítima dos valores que lutam, se aponte esta mocidade.

A mocidade do Centro Acadêmico de Direito, porque ela se enquadra perfeitamente na tela da positiva faina da diligência humana. Porque esta mocidade peleja, vencendo contingentes ponderáveis advindos do deficiente mesológico e do financeiro individual. Alimentada na substância das tendências para o evoluir, rompe as cadeias desses fatores negativos para assomar a outras paragens, onde haja ambiente para a construção de seu patrimônio.

Contudo, o peso das finanças ainda a reconduz à deficiência do meio, permitindo que estas arrancadas aos ambientes mais vastos sejam feitas somente por espaços de tempos, e que a formação de seu reservatório de conhecimentos seja feita apenas por ensaios periódicos. Ainda assim, esta mocidade persiste. Separada do convívio das aulas, ela enfrenta a sós a muda voz dos mestres que escreveram. E ainda tenta ouvir ensinamentos, porque sabe que o deficiente do meio contra que luta não se prende à falta de mestres, porém, unicamente de escolas. - Daí, os seus convites, as suas solicitações aos valores culturais de sua terra. E em cada oportunidade de ouvir, apresenta o brilho desta satisfação.

Senhores:

Em uma daquelas oportunidades, hoje esta casa vive uma das suas satisfações. Desvanecida diante da atenção que mereceu de seu convidado, ela espera a palavra do Dr. Nestor Lima, certa da parcela de cultura que irá assimilar, conhecedora que é do conceito desfrutado pelo seu conferencista, no alto meio jurídico-cultural do Rio Grande do Norte. Pois que ele já assume a posição dos que enfrentam os combates da vida com o reforço de um poderoso patrimônio intelectual.

E a evidência deste fato encontraremos, quando, mesmo um rápido folhear do passado ao presente, quisermos traçar uma relação de sua vida à vida do nosso Estado, de vez que elas de há muito vêm ligadas. - Ligadas, quando a vida político-social-administrativa de nossa terra sentiu a sua pre-

sença na Secretaria Geral do Estado; ligadas, quando o Departamento de Educação recebeu o influxo de sua administração; ligadas, quando a Diretoria da Escola Normal de Natal cresceu em conceito, sob a ação de sua disciplina; ligadas, quando a mocidade estudiosa de nossa terra ouvia, no decorrer de tempos, a voz do professor de Pedagogia da Escola Normal; e ligadas continuam, quando ainda a valia dos seus serviços se impõe nos diversos setores do nosso social, sobretudo nos meios jurídicos, não apenas como autoridade em assuntos, porém ainda pela firme seriedade com que vem presidindo o Conselho Penitenciário do nosso Estado.

Sr. Dr. Nestor Lima: - que a expectativa visível dos que aqui se encontram, seja o agradecimento desta casa à benevolência de vossa atenção; que os aplausos que mereceis desta mocidade, sejam o reconhecimento e a admiração às vossas palavras de mestre, porque, nesta hora, mais uma vez a mocidade do Rio G. do Norte é vossa discípula”.

Da mesma data é o seguinte aspeado, recortado do antigo jornal “A Ordem”, de Natal:

“Educação e Cultura Conferência do Dr. Nestor Lima no C.A.D.

No salão nobre do Instituto Histórico, realizou-se sábado passado, a anunciada conferência do Dr. Nestor Lima, um dos mais conceituados advogados desta capital, membro da nossa Academia de Letras e presidente do Conselho Penitenciário do Estado.

A solenidade foi aberta pelo presidente do Centro Acadêmico, Boanerges Soares, que convidou para tomarem assento à mesa, o general Fernando Távora, Dr. Adolfo Ramires e desembargadores Floriano Cavalcanti e Adalberto Amorim.

O tema da conferência do Dr. Nestor Lima foi “A GRAÇA NA EXECUÇÃO DA PENA”, questão considerada das mais importantes na técnica moderna do Direito Penal. Tendo em vista, principalmente, os acadêmicos promotores da solenidade e de quem recebera o convite para a sua conferência, as suas palavras assumiram o caráter de uma verdadeira aula, completada pela sua longa experiência de mestre e a sua atenção constante no nosso Conselho Penitenciário.

Em seguida usou da palavra, especialmente para saudar o ilustre conferencista, o acadêmico José Dantas que numa belíssima oração agradeceu ao Dr. Nestor Lima em nome do Centro Acadêmico de Direito”.

Pelo visto, o calouro da Faculdade de Direito de Alagoas (1950) está de volta a esta Casa. De volta à sua gloriosa tribuna, mais antiga testemunha da construção da avançada cultura norte-rio-grandense; guarda fidedigna e vigilante dos seus acervos há noventa anos; sentinela da sua história heróica e santa, enquanto escrita pela resistência de sua gente às vicissitudes palmares de uma sofrida geografia.

Caminho de volta, palmilhando o milagre da persistência de quem amou Natal nos idos da juventude, para não esquecê-la nos torvelinhos da maturidade, comprometido em honrá-la nas meditações da terceira idade de agora, tudo em resumo de uma inesquecível **Pasárgada** de origem, sempre propalada no repetido diapasão sentimental: eu sou de lá !

Certamente que o assomo de agora não pretende merecer o qualificativo “belo”, como de resto imerecido fora o daquele outro de antanho; mas possui uma beleza própria que me é muito grata: a circunstância de, senão novamente louvar a figura exponencial do Dr. Nestor Lima, pelo quanto foi credor da cultura norte-rio-grandense, mas de agora dever fazê-lo, de passagem que seja, à figura igualmente credora desses louvores - um seu parente, o Dr. Enélio Lima Petrovich. Presidente deste sodalício já por anos, com a paixão dos vocacionados para as causas do espírito, as dificuldades materiais da empreitada nunca o venceram, mas frenaram a animação contagiante de terceiros, tal como acabou por me convocar ao quadro de correspondentes desta sua catedral acadêmica.

Rezarei nela, doravante, Senhor Presidente, com o fervor do meu agradecimento aos ilustrados pares.

Meus Senhores:

Cobrado pelas regras estatutárias, sob título de pesquisa, o presente tributo pago pelo dignificante direito de assentar-me ao lado de tão eminentes confrades diz muito pouco, em termos da avaliação acadêmica jurada no tema dos estudos históricos ou geográficos inerentes ao dinâmico programa-mestre desta Casa.

Neófito nesse especializado ofício que se me cobram, socorram-me no contributo para tão nobilizante retorno a esta tribuna, a iluminarem-me a temática de ingresso, duas coincidências superpostas. A primeira, a de haver eu integrado a Comissão do Centenário da República e da Constituição de 1891, como um dos representantes do Poder Judiciário (ADCT da CF de 1988), e só por isso, acredito, renomeado pelo Sr. Presidente da República para o similar encargo na **Comissão do Bicentenário de Tiradentes**. A segunda, a da lembrança de, também neste ano do bicentenário do protomartírio, ter acontecido a escolha de meu nome para sócio-correspondente desta honrável entidade.

Por isso que me ocorreu tentar suprir a carência de vivência com a especificidade dos estudos programáticos deste Instituto, por meio

da formulação de um testemunho do que **vi, ouvi** e modestamente **participei** naquela ilustrada Comissão, no correr deste ano de 1992; tudo a propósito das comemorações que devem estender-se até 21 de abril de 1993, em glorificação de **Joaquim José da Silva Xavier**.

O relatório que apresento cinge-se a uma mera ressunta informativa, remetendo-se os pormenores às peças enfeixadas em anexo, aleatoriamente recolhidas.

I - ANAIS DA COMISSÃO

Criada por decreto do Presidente Fernando Collor de Mello, datado de 17 de janeiro de 1992, a Comissão do Bicentenário de Tiradentes justificou-se pelos seguintes **consideranda**:

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e

Considerando o papel desempenhado nesse movimento por Tiradentes, Patrono Cívico da Nação Brasileira, executado aos 21 de abril de 1792;

Considerando a importância que assume para a nacionalidade brasileira a comemoração de eventos e datas significativas para a preservação de nossa memória histórica e cultural;

Considerando a oportunidade de se comemorar da forma mais ampla possível o movimento da inconfidência Mineira e o sacrifício de Tiradentes, que a simboliza, envolvendo toda a sociedade brasileira,

DECRETA...” - Anexo 1.

A designação dos respectivos membros da Comissão deu-se por ato presidencial daquele mesmo dia, nomeados os seguintes representantes dos Poderes:

I - **Executivo**: Jarbas Passarinho, Ministro de Estado da Justiça; José Goldemberg, Ministro de Estado da Educação; e Sérgio Paulo Rouanet, Secretário da Cultura da Presidência da República; II - **Judiciário**: José Fernandes Dantas, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Aldo Fagundes, Ministro do Superior Tribunal Militar; e Marcelo Pimentel, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; III - **Legislativo**: Marco Maciel, Senador; Ibrahim Abi Ackel, Deputado Federal; e Genésio Bernardino, Deputado Federal. (Anexo 2).

A par das atribuições da Comissão, destinada, evidentemente, a coordenar e unificar o grande programa nacional das comemorações, seguiram-se as designações do Secretário Executivo, o Prof. Murílio de Avellar Hingel, e do Grupo Executivo, presidido pelo Dr. José Aparecido

de Oliveira (Anexos 3 e 4).

Reunida no Palácio do Planalto, instalou-se a Comissão do Bicentenário a 24 de fevereiro. Na ocasião, seu presidente, o Vice-Presidente da República Itamar Franco, proferiu discurso, cujos trechos principais mereceram inclusão nos anais do Senado Federal, conforme pronunciamento do Senador Marco Maciel, com esta transcrição:

“O programa deverá ser elaborado em articulação com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, cujos representantes na comissão foram indicados, respectivamente, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e pelo Presidente do Congresso Nacional, devendo envolver os governos estaduais e os municipais e a contribuição de toda a sociedade civil”.

“O Presidente da República em especial deferência, designou-se para presidir a comissão, atribuindo-me a honrosa tarefa de coordená-la no âmbito do Poder Executivo, com a participação de toda a administração federal, direta e indireta. No momento em que se instala a comissão desejo agradecer a homenagem prestada aos ministros e manifestar junto aos membros que a integram, representantes dos poderes da República, a certeza de que não nos faltará o indispensável apoio para que o programa do Bicentenário de Tiradentes alcance a maior expressão em todas as camadas da população brasileira”.

“Penso, entretanto, como o fazem todos aqueles que se preocupam com a preservação da memória nacional, que a Inconfidência Mineira e seu principal herói, o Tiradentes, transmitem uma mensagem de sua atuação, apresentam grande atualidade no momento vivenciado pela sociedade brasileira”.

“Os ideais dos inconfidentes e a causa por que Tiradentes foi executado continuam válidos e extremamente atuais, pois dizem respeito a aspirações nacionais identificadas com os esforços do Governo brasileiro. Por isso, pretende-se que as ações e eventos comemorativos não se atenham ao sacrifício de Tiradentes por mais representativo que seja como ato meritório, mas se voltem para a idéia central de um Tiradentes vivo, simbolizando ideais de liberdade, cidadania e integridade nacional”.

“Esses temas deverão delinear o programa a ser desenvolvido, até porque se justificam por si mesmo e ensejam as mais ricas e variadas abordagens, assegurando a dimensão nacional do ano do bicentenário de Tiradentes. Os trabalhos da comissão, que ora se instala, serão orientados por uma secretaria executiva, apoiada em grupo executivo, que promoverá pesquisas e estudos específicos, emitirá as iniciativas, sempre informando e assessorando a Comissão Nacional” - Anexo 5.

Na reunião ordinária que se seguiu, a par do esboço geral de ordenamento das tarefas a cargo da Comissão, veio à baila o problema dos ossos insepultos, que seriam de inconfidentes falecidos no exílio. Tais ossos estavam sob a guarda do Ministério das Relações Exteriores, como

vieram ao Governo Brasileiro em 1934, e findaram esquecidos, ao contrário das ossadas de dez outros inconfidentes também deportados para a África, as quais de há muito repousam no Panteon do Museu da Inconfidência em Ouro Preto.

Debatidas as sérias dúvidas existentes sobre o assunto, inclusive o porquê de tão longo esquecimento que o envolveu, assentiu-se, então, em prestigiar a iniciativa do Secretário Nacional da Cultura, Embaixador Sérgio Rouanet, Membro da Comissão, de submeter o caso à opinião de *experts*, com vistas a que, afinal, venha a dar-se àqueles ossos o devido sepultamento. Incumbiu-se da missão inicial a pesquisadora Carmem Sílvia Lemos. A propósito, lembro pormenorizada reportagem de Márcia Carmo, publicada no Jornal do Brasil de 22/3/92 (Anexos 6 e 7), da qual transcrevo estes elucidativos tópicos:

“PROFESSOR CONDENA INDIFERENÇA

A grande incógnita é saber o porquê da indiferença das autoridades com os fragmentos dos ossos. “Essa é uma pergunta que a gente faz até hoje”, indigna-se a historiadora Carmem Sílvia Lemos, do Museu da Inconfidência, designada para rastrear a história. “Podemos estar diante da memória nacional”.

O assessor especial da Secretaria de Cultura, embaixador aposentado Wladimir Murinho, que, curiosamente, dirigiu o Arquivo Histórico do Palácio do Itamarati, em 1940, justifica que até a década de 70 os locais por onde passaram os inconfidentes deportados eram colônias portuguesas. Até então, Portugal vivia o regime autoritário o que, segundo ele, dificultava pesquisas.

A chegada dos restos mortais dos inconfidentes foi noticiada na década de 30, mas caiu no esquecimento. “Acho que algumas pessoas temem que os restos mortais que estão em Ouro Preto sejam contestados”, aposta um pesquisador. O ministro Francisco Rezek não quis falar sobre o assunto.

“É começar uma revisão da própria história”, diz Carmem Lemos. “A gente não entende por que essas ossadas ainda não foram para o Museu”. A própria história contada nos livros parece feita para confundir. Enquanto no volume 9 dos Autos da devassa está registrado que os deportados viveram e morreram na Ilha de San Tiago, em Cabo Verde, na África - o que se aproxima da documentação da caixa preta - na edição de 1927 do livro O papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira, de Lúcio José dos Santos, cada um dos três inconfidentes

vai para lugar diferentes.

O capitão José de Rezende Costa vai para Bissau, o médico Domingos Vidal de Barbosa para a Ilha de San Tiago e João Dias da Motta para Cachéu. “ Temos muito que pesquisar”, confirma, com um mapa na mão, o professor de história e secretário executivo da Comissão do Bicentenário de Tiradentes, Murílio Hingel. “É preciso fazer novamente todo o caminho percorrido pelos deportados”. A história da inconfidência fica confusa, principalmente, quando se quer saber o número exato dos acusados de traição a Portugal. Uns apostam em 12, outros em 13 e chega-se até a mais de 20”.

Já a 24 de março seguinte, aprovou-se a programação oficial sob patrocínio da Comissão, cujas principais comemorações se dariam, como se deram, a 21 de abril, nas cidades: de Brasília - eventos maiores, inauguração do busto e inscrição do nome de Tiradentes no Livro dos Heróis da Pátria; do Rio de Janeiro - instalação do seminário “A Sagração da Liberdade”, em homenagem a oito heróis latino-americanos: Tiradentes, Artigas, San Martin, Tupac Amaru, Bolívar, Juarez, José Martí e Toussaint L’Ouverture; na cidade de Tiradentes - Missa de Réquiem/Ressurreição; em São João Del Rei - ressonâncias do toque de sinos por Minas Gerais e pelo Brasil; e Ouro Preto - transferência simbólica da Capital do Estado de Minas Gerais e acendimento da Pira da Liberdade, junto ao Monumento a Tiradentes - Anexo 8.

De 21 de abril a 13 de maio, fez-se a Reconstituição Histórica da Marcha da Tropa que conduziu os restos mortais de Tiradentes, do Rio de Janeiro até Vila Rica (Ouro Preto), levada a cabo por soldados da PM carioca e da PM mineira, vestidos com uniformes da época - Anexos 16 e 3

7

De 12 a 15 de maio, realizou-se o Forum Nacional dos Secretários de Cultura “Liberdade e Cidadania - Tiradentes Vivo”, encerrado com a fixação do marco comemorativo da morte de Tiradentes, na Fazenda Pom-bal, local de seu nascimento, e no qual foi deposta uma porção de terra de cada uma das vinte e sete Unidades da Federação - Anexo 36.

A cargo do **Poder Judiciário**, os eventos oficialmente programados resumiram-se ao âmbito do Supremo Tribunal Federal; primeiro, pela mensagem de seu Presidente, o Ministro Sydney Sanches, endereçada a todos os tribunais judiciários do País, no sentido de que registrassem em ata, da primeira sessão plenária seguinte a 21 de abril, o transcurso do bicentenário da execução de Tiradentes; e segundo, pela sessão especial daquela Excelsa Corte, realizada a 29 de maio seguinte, na qual falaram, pelo Tribunal, o Ministro Sepúlveda Pertence, pelo Ministério Público, o Procurador-Geral Aristides Junqueira, e pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Presidente do seu Conselho Federal, o advogado Marcelo Lavanere Machado.

Destaco desses eventos a atenção dispensada à efeméride por todos os tribunais solicitados, dentre os quais o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, conforme registro da seguinte moção na ata dos trabalhos da sessão extraordinária do dia 23 de abril deste ano:

“ORDEM ADMINISTRATIVA: Usando a palavra, o Desembargador Deusdedit Maia, Presidente, registrou a passagem do dia 21 de abril, quando a nação relembra o Bicentenário de Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira e figura expressiva da história do nosso país, que lutou ardentemente por um ideal de liberdade e justiça social, que dignificaria a nação tão sonhada por aqueles que tentaram, um dia, modificar o regime da época”. - Anexos 39/40.

A seu turno, merece relevo, pelo ineditismo, a excelência da tônica dos discursos proferidos naquela sessão comemorativa no Supremo Tribunal Federal, curiosamente desenvolvida em torno da crítica à sentença condenatória do **Alferes**, com acenos a uma revisão criminal. Isso, não no sentido jurídico, propriamente dito, mas no sentido político animado pelo ideário cívico que orientou a sublevação mineira.

A cargo do **Poder Legislativo**, aprazou-se sessão especial do Congresso Nacional, cuja realização, porém, continua até agora adiada (Anexo 34)

II - REVISÃO HISTÓRICA DO PAPEL DE TIRADENTES NA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

A temática maior das comemorações do bicentenário centrou-se em reavaliar a participação de Tiradentes na Conjuração. Verificou-se a injustiça histórica de focalizar-se o protomártir como mero propagandista da conspiração libertária. Tal erro de avaliação motivou-se pelo século de silêncio feito ao movimento mineiro, como interessava fazê-lo a própria Monarquia, herdeira natural, por contingenciamento político e sanguíneo, de todos os interesses da dinastia portuguesa, protagonizada no episódio por D. Maria “A Louca”.

De forma que a República, positivamente implantada, ao construir o mito, pelas melhores qualificações do herói de que precisava a termo das novas concepções da nacionalidade a sedimentar, teve dificuldades na formulação histórica, à míngua mesmo de melhores fontes do que as da Coroa Portuguesa sobre a Inconfidência, propositadamente minimizantes do papel do **Alferes**, por ela infamado.

Certo é que, até ali, do pouco que se sabia dos chamados Autos da Devassa, a personalidade do **Alferes**, resultara desmistificada, a vulto dos poucos dados historiográficos alinhados. A exemplo dessa míngua, a obra de Joaquim Norberto da Silva (História da Conjuração Mineira) “dou-

tora-se” em menosprezo, a começar pela descrição de Tiradentes como repelente, loquaz, leviano, exaltado e fanático. Esses qualificativos, na verdade, acusam o **Alferes** como responsável pelo desbaratamento da conjuração, negando-se a exaltarem-lhe a coragem e a determinação que de fato foram o forte de sua decisiva contribuição ao movimento, apesar mesmo da sua notória “incontinência verbal”, de qualquer forma prejudicial ao vazamento da sedição, no dizer do Prof. Francisco Iglesias.

De tão polêmicas essas posições da historiografia - mesmo porque as conjurações políticas são por natureza avessas a registros precisos e informações detalhadas dos fatos e seus personagens, e se abortadas subsistem memoráveis apenas pela versão dos vencedores -, ganhou foros no seio da Comissão do Bicentenário a preocupação de incentivar o interesse dos estudiosos para a tarefa da desejada reavaliação histórica.

Nesse mister, na verdade, a programação officiosamente coordenada obteve a repercussão desejada. A começar da conferência da prof^a Isolde Hellena Brans, proferida perante a Comissão, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, no dia 7 de abril, esboçou-se a nova figuração do herói. Os excelentes estudos dessa emérita pesquisadora puseram em debate informações inéditas na historiografia nacional, imbricadas a induções de magna importância.

À luz da farta documentação consultada, a ilustre conferencista disertou dados da maior relevância para os desejados retoques da estatura do **Alferes** dentre os principais mentores do movimento libertário, senão o principal deles. Ponto alto da pesquisa, segundo a própria conferencista, seria a demonstração da estada de Tiradentes na Europa, como emissário da conspiração, comunicando-se com universitários brasileiros (os chamados **vendeks**) e possivelmente com o celebrado republicano Jefferson, então embaixador americano na França.

A propósito, releia-se a seguinte entrevista da prof^a Isolde Hellene, concedida ao jornalista Fernando Marques:

“Como nasceu a idéia de estudar vida e obra de Tiradentes ?

As origens do interesse pela inconfidência são remotas. Visando comprovar uma hipótese de trabalho - o engajamento de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, aos ideais da Conjura -, busquei maiores informações sobre aquele movimento pré-revolucionário na leitura dos Autos da Devassa.

Qual a hipótese de trabalho básica ?

O episódio que envolvia Thomas Jefferson e universitários brasileiros, na França, não estava suficientemente esclarecido. O desejo de investigar o que houve deu início ao trabalho.

Quais foram os passos principais ? Há documentos inéditos, descobertos no decorrer da pesquisa ?

Reuni uma seqüência de documentos (pertencentes a:

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Arquivo Público Mineiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo de Diamantina, Arquivo e Biblioteca do Congresso Americano, Arquivo da Universidade de Princeton, EUA, que contém indícios, veementes, da presença de Tiradentes na Europa, em 1787 (1786-1788). Naquele ano ocorreram contatos entre T. Jefferson e um grupo de brasileiros, integrantes da missão, secreta, Vendek. Do Brasil, partiram dois emissários, levando informações recentes sobre a situação da Colônia. Em testemunho publicado no século passado, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, encontra-se a narrativa de escolha do Alferes Xavier para “servir de correio”, transmitir informes e ser o portador de “cartas” (mapas). As mensagens destinar-se-iam a Jefferson. Mas contamos também com um manuscrito da época. Trata-se do Rascunho dos Primeiros Embargos de Defesa dos réus da Inconfidência, elaborado pelo advogado dativo, Dr. José de Oliveira Fagundes. À margem da lista de 29 nomes dos conjurados, o advogado - ou seu escrivão - anotou uma série de “lembretes”. Todas estas notas compõem o texto definitivo de Defesa - com exceção desta parte final da anotação referente a Tiradentes: **“Enthusiasta pela América Inglesa, chegara da Europa e ocupava-se em um trapiche em Andaray”** (grifo da pesquisadora). Esta anotação, manuscrita, feita à Vista dos Autos (que data de 02/11/79), rascunhada às últimas folhas de um caderno do Tribunal - onde, cinco meses mais tarde, inadvertidamente, um escrivão copiaria a Sentença (18/04/1792) - ratifica todos os indícios anteriores, conferindo-lhes força probante.

A que conclusões chegou ? A figura nova de Tiradentes, que emerge de sua pesquisa, não corre o risco de cair no extremo oposto, ou seja, no ufanismo ingênuo ?

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier que emerge dessa busca é um estadista, um patriota lúcido, um articulador da República e do nosso comércio exterior, interlocutor de um Thomas Jefferson, negociando com isenção nossa inserção no concerto das nações ou “potências estrangeiras” do final do século XVIII com medidas que tornariam viável a estabilização econômica do Brasil autodeterminado e soberano. O Tiradentes articulador que se ergue não corre qualquer risco de cair no ufanismo ingênuo - mesmo porque este seria um ufanismo autêntico, apoiado nesta verdade, que jamais é “tardia”. Temos, sim, um herói nacional - e internacional - cujo nome se insere, irrecusavelmente, entre os dos líderes das Américas”. - Correio Braziliense, Brasília, 21/4/92. (Anexo 21).

Lançada essa nova luz sobre pontos fundamentais da controvérsia

histórica - se Tiradentes teria sido mero leva-e-traz nas andanças entre Minas e o Rio de Janeiro, pela caricatura do "loquaz, leviano e imprudente" memorizado nos idos do império; ou se fora o chefe, idealista, republicano convicto como o repintaram os modernos -, avultaram-se autorizadas vozes defensoras da reclamada postura do herói a reabilitar.

Vale cotejar dois desses depoimentos, pelo muito que conclamaram os intelectuais para a jornada cívica revisionista, e pelo alcance pedagógico de sua elucidação doutrinária, conforme trechos que se seguem.

- Prof. Darcy Ribeiro

- Tópicos da entrevista sobre o Seminário Sagração da Liberdade.

"- A história ainda hoje não faz justiça a Tiradentes?"

- Não e isso é compreensível, porque a conspiração é de 1785 a 1792, quando morre Tiradentes. Nós só nos livramos da família real portuguesa quase um século depois, em 1888. Durante todo esse período prevaleceu o ponto de vista da rainha. A história foi escrita pelo trono e mesmo depois prevaleceu essa postura anti-Tiradentes, anti-libertária, que formou a maior parte dos livros que existem por aí escritos por gente como Capistrano de Abreu e pelo próprio historiador da Inconfidência, J. Norberto de Sousa e Silva."

.....

"- Qual a programação do seminário em que o senhor falará sobre Tiradentes?"

- Serão três conferências no Museu Nacional de Belas Artes. Quem vai abrir o ciclo é o secretário nacional de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet. Vários oradores falarão sobre os heróis de seus respectivos países. Haverá palestras sobre Juarez, Bolívar, Toussant L'Ouverture, Tupac Amaru, San Martin, José Martí e Artigas.

- O senhor poderia adiantar alguns pontos de sua palestra?"

- Pretendo dar ênfase ao revisionismo histórico. Por exemplo, há documentos e anotações nos Autos da Devassa que mostram Tiradentes como "recém-chegado da Europa". Vou mostrar como se fez uma profunda investigação sobre os encontros de brasileiros com Thomas Jefferson no sul da França. Jefferson mandou um documento muito extenso ao governo norte-americano, com muitas informações sobre o Brasil e falando favoravelmente à hipótese do governo americano ajudar a independência do Brasil.

- Mas há provas do encontro de Tiradentes com Thomas Jefferson?"

- Nesse momento, o desafio mais forte à historiografia brasileira é para que ela tome vergonha e examine esse tema.

Dada a quantidade de provas acumuladas, não há dúvida de que Tiradentes esteve na Europa e seja um dos **vendeks**, pseudônimo dos brasileiros que estiveram com Jefferson. Há uma documentação grande sobre isso nos arquivos de Jefferson. A historiadora Helena Abrantes fez o levantamento de vários documentos e publicou um livro sobre isso.

- **Por que isso nunca veio à tona?**

- Porque sempre houve grande má vontade histórica. A história foi toda deformada e estamos falando de fatos que aconteceram há 200 anos. E se uma coisa ocorrida há 20 anos tem muitos testemunhos e diferentes versões, o que houve há 200 anos é muito mais difícil. Mas, nesse caso, embora não haja uma prova completa, há uma série de indícios muito importantes. Espero que essa conversa de eruditos chegue aos livros mas é muito difícil lutar contra o chumbo da tradição histórica."

- Jornal do Brasil, Rio, 21/4/92. (Anexo 18).

- **Embaixador Sérgio Paulo Rouanet**

- Tópicos da conferência pronunciada no Seminário Sagração da Liberdade (Rio)

"Ora, parece-me que somos todos filhos do iluminismo, precisamente através dos homens que constituem o objeto do seminário **A sagração da liberdade**. Eles foram majoritariamente iluministas, inclusive no sentido cronológico. Dos oito vultos examinados aqui, somente Juárez e Martí não nasceram no século XVIII: Tiradentes é de 1746, San Martín é de 1778, Bolívar é de 1783, Tupac Amaru é de 1743, Toussaint Louverture é de 1743, e Artigas é de 1764. Todos ou quase todos foram influenciados por Voltaire, Rousseau, Diderot, Raynal, o Abade Saint-Pierre, Bolívar foi discípulo de um preceptor rousseauista, Simón Rodriguez.

Não surpreende, portanto, que tenham advogado a solução iluminista para os dilemas da liberdade.

Todos se filiaram ao conceito integral de liberdade. Foi o caso de Tiradentes, que queria ver no Brasil independente uma república democrática, tomando como modelo a Constituição americana. Foi o caso de Juárez, que pôs fim à aventura imperialista de Maximiliano e governou segundo princípios liberais. Foi o caso de San Martín, que libertou dos espanhóis o Chile e o Peru, como foi o caso de Bolívar, que libertou a Venezuela, a Colômbia, o Equador, e que em nenhum momento pensaram em sacrificar a liberdade política, uma vez alcançada a soberania externa."

.....
"Sim, cultura da liberdade. Liberdade para criar. Criação a partir da liberdade. Liberdade interna, ou democracia. Liber-

dade externa, ou independência. Soberania temperada em seu exercício pelos direitos dos outros povos e pelos valores comuns a todos os homens. São as lições de Joaquim José da Silva Xavier, de Benito Juárez Garcia, de José de San Martín, de José Martí, de Simón Bolívar, de Tupac Amaru, de Toussaint Louverture e de José Artigas." - Jornal do Brasil, Rio, 2/5/92. (Anexo 35).

Relatada a questão **tiradenteana** na linha dessas elevadas proposições intelectuais, produtivamente visualizadas sob uma ótica elitizada, parece que, já no plano das camadas populares, os frutos da campanha demoraram a ser colhidos.

De fato, afora a participação popular nos eventos festivos mais abertos ao público, cujo comparecimento deveras empolgou, consoante noticiário da imprensa sobre as principais comemorações do dia do bicentenário, convenha-se que, de imediato, o falado revisionismo histórico só num ponto despertou maior interesse das pessoas do povo. Refiro-me ao novo retratamento do **Alferes**, desprovido da longa barba que lhe ornou a imagem por mais de um século.

Sobre o "bizarro" pormenor, vejam-se os componentes negativos de que o **Alferes** usasse a barba que ganhou na montagem mítica de sua efígie personalizada. Eis as explicações em voga, cujo debate foi levado ao povo por todos os meios de comunicação, ao ensejo dos festejos do bicentenário. Primeiro, obrigatoriamente barbeado era o estilo dos militares àquela época; segundo, dentre os pertences de uso pessoal recolhidos da ceia na qual Tiradentes penara durante o processo da devassa, arrolaram-se duas navalhas de barbear e um espelho, que outra finalidade não teriam senão que a discutida barbeação; terceiro, portanto, a **barba** lhe fora posta na montagem da imagem histórica, por mero engenho dos republicanos, os quais, por perderem a simbologia do Cristo, ao separarem a Igreja do Estado (separação movida em bom tom positivista), necessitaram montar um mito vinculado à nova forma de governo, de maneira que, como apelo popular, guardasse um mínimo das aparências messiânicas a que acostumados os brasileiros. (Anexo 22).

A propósito, consigne-se que, embora **en passant**, a Comissão do Bicentenário manifestou-se sobre a pitoresca controvérsia. No ensejo de selecionar os **briefings** e videoclipes para divulgação programática das comemorações do bicentenário, recusou algumas sugestões inovadoras da imagem do **Alferes** sem barbas e sem a corda ao pescoço.

Na verdade, tal figuração não teriam a mínima identificação popular, a exemplo de como ao cristão se houvesse de impingir um Cristo desvinculado da simbologia da cruz.

No entanto, o Estado de Minas Gerais apressou-se em fixar os traços da nova estatuária do **Alferes**. Fê-lo por iniciativa de sua briosa Polícia Militar, consoante as minuciosas informações divulgadas pela imprensa nestes termos:

“BELO HORIZONTE - No ano do bicentenário de sua morte, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, está de cara nova: sem a barba espessa que marca as pinturas e estátuas feitas para reverenciar sua memória. O alto comando da Polícia Militar de Minas Gerais - instituição cuja história remonta à tropa de Tiradentes e que o tem como patrono - encomendou um busto ao artista José Sinfronini de Freitas Castro para ser colocado perto do quartel-general, na Praça da Liberdade. E vai mandar alterar até os distintivos da tropa que mostram o alferes com barba.

Navalhas e espelho - A novidade é resultado de um trabalho de pesquisa, que juntou oficiais e historiadores. A conclusão a que chegaram é que, na qualidade de alferes da tropa paga - cargo que corresponde ao de 2º tenente na atual hierarquia -, ele não portava barba. De acordo com os Autos da Devassa, na cela de Tiradentes no Rio foram encontradas duas navalhas e um espelho, provas de que ele se barbeava.

“Para que ele teria uma navalha na cela ? Para tirar calos, não era. Isso comprova que ele fazia a barba, até porque deixar crescer juntava piolhos”, argumenta o coronel da reserva e membro da comissão, Geraldo Tito da Silveira, de 75 anos, que há 50 anos se dedica a estudar a história da PM mineira e, em 1955, lançou o primeiro livro sobre a instituição, chamado **A Polícia Militar de Minas**.

O coronel conseguiu também que o ano de fundação da PM fosse alterado de 1831 para 1775, alegando que a polícia funciona sem interrupção desde a tropa à qual pertenceu Tiradentes. O coronel afirma ainda que, na época, era norma raspar cabelo e barba dos condenados antes da execução.

Duas alterações - Sinfronini vai moldando em argila a nova imagem do herói, vestida com uniforme militar da época. Ele foi obrigado a fazer duas alterações importantes por ordem dos historiadores: teve que aumentar o tamanho do tricórnio (chapéu de três bicos) e dos cabelos, que ficarão curtos nas laterais, mas compridos atrás, amarrados por uma fita.

O novo Tiradentes tem a tez clara, cabelos começando a ficar grisalho, o olhar firme e um nariz menos adunco: “É tudo baseado na descrição dos historiadores”, garante o artista.

“Foi tudo imaginação, igual para o rosto de Cristo”, admite o coronel Silveira. Mas, o velho oficial tem argumentos para reclamar de outras representações de Tiradentes. “Representaram Tiradentes muito velho. Ele foi enforcado com menos de 50 anos”, afirma.

No Livro **Tiradentes**, Diliam José observa que “no processo da Conjuração, minucioso em excesso sob tantos as-

pectos, o que se registrou a respeito do físico de Tiradentes era deficiente e torcido pela paixão de incriminar o alferes”, pintando-o como oficial feio e espantado.

A partir da falta de registros, valeu a imaginação do artista e apareceram Tiradentes barbados, sem barba, cabelos partidos longos ou curtos e até louro de olhos azuis. Diliam José considera que o Tiradentes mais conhecido, com longa barba, traduz uma preocupação de aproximar a fisionomia à de Cristo. “E é provável que essa semelhança ocorra por conta do desejo que havia em dar caráter messiânico ao sacrifício do líder da Conjuração Mineira”, avalia”. - Anexo 24/25.

Finalmente, por uma questão de fidelidade, para não se ficar no registro apenas da repercussão mais positiva da temática comemorativa do Bicentenário do Martírio de Tiradentes, dê-se amostra, ligeira que seja, de comentários mais acrimoniosos e de reparos mais desabridos aos precitados temas. Ei-la:

- Heroísmo
- “Tiradentes

O ministro da Educação precisa parar de propagar pela TV que Tiradentes foi líder da Inconfidência Mineira. Trata-se de uma rematada tolice. O mártir da Inconfidência Mineira, um alferes do período colonial brasileiro, jamais liderou os médicos, poetas, desembargadores e militares do movimento, qualquer estudante aplicado do 2º grau deste país sabe perfeitamente que Tiradentes foi um homem de confiança do Dr. José Alves Maciel e que executava missões de correio do movimento para comunicar certas informações. Inventar agora, no final do Século 20, que Tiradentes liderou o ilustre Thomas Gonzaga, o poeta Cláudio Manoel da Costa, um oficial da patente do coronel Francisco de Paula Andrade e outros notáveis da época, é falsear a história e abusar da paciência de quem ainda estuda neste país. **Paulo Sérgio Paraíso Cavalcanti - Rio de Janeiro**”. - Jornal do Brasil, **Cartas**, 21/4/92.

- Barbas do Herói
- “Besterol

Primeiro discutiu-se se Capitu traiu Bentinho. Agora se discute, aceleradamente, se Tiradentes usava barbas. O Brasil tem lá problema sério ! Ou tem!” - **Opinião** - **DORIAN JORGÉ FREIRE**, Gazeta do Oeste, Mossoró-RN, 25/4/92.

- “Cultura do nada

Os historiadores de plantão não se aquietam. Depois de tentarem crucificar Cristovão Colombo, atribuindo ao descobri-

dor da América um perfil psicológico de um energúmeno, voltam-se com o mesmo espírito divertido para discutir se Tiradentes possuía ou não barba, tentando um escanhoamento histórico, alterando o clichê hirsuto que todos os brasileiros têm na memória. Trata-se de uma típica pesquisa do inútil, em busca do nada para se chegar a lugar nenhum". - Correio Braziliense, Brasília, 22/4/92.

- Roteiro dos despojos

- "LAN

Trajeto de Tiradentes

A reconstrução, pela Polícia Militar, ao trajeto obedecido por Tiradentes nas suas idas e vindas, Minas-Rio-Minas, é um descalabro histórico. Simplesmente, o embarcadouro da praia de Mauá só passou a existir no século 19. O porto da Estrela, no rio do mesmo nome, era o ponto de embarque e desembarque, aonde chegava a variante do Caminho Novo de Minas Gerais. Dali passava pela famosa fazenda da Mandioca - a do Conde Langsdorff - alcançava a garganta que dá acesso à atual Rua Teresa, na antiga fazenda do Córrego Seco (comprada por D. Pedro I, em 1827, depois loteada (pela família e transformada na Petrópolis de hoje), passava pela fazenda do padre Corrêa, agora Correias, chegava a Pedro do Rio, pelo lado do Rio Piabanha, contrário ao da posterior Estrada União e Indústria. Sucessivamente ultrapassava Secretário (secretário do governador), Fagundes e atingia Sebollas (com s) - chamada de Inconfidência após 1964 - antes de se entroncar com o Caminho Novo, em Paraíba do Sul. Em Sebollas, foi exposto e, depois, enterrado um dos quartos de Tiradentes. O erro mais grave foi o de incluir a praia de Mauá, situada no município de Magé, e que deu seu nome ao Barão, no dia da inauguração da primeira estrada de ferro brasileira. O porto da Estrela, próspero no século 18, pertence ao município de Duque de Caxias porque justamente ali nasceu o Pacificador, cuja casa original é um museu. Décio Luís - Rio de Janeiro". - Jornal do Brasil, 26/4/92.

Como fecho dessas notícias interessantes pelo bom humor e comicidade, mas que não chegam ao desrespeito à venerável memória do **Alferes**, leia-se esta última, procedente de Belo Horizonte:

- Nova imagem de Tiradentes

PM tem estátua do Alferes sem barba e com rabo de cavalo" -
Jornal do Brasil, 5/6/92 - Anexo 25.

Meus Senhores:

Ao cabo desta insípida dissertação, para a qual o depoente previa-

mente pediu a tolerância dos insígnos pares de admitirem-na a título do compromisso estatutário cobrado ao ingresso nos quadros deste colendo sodalício, volta o orador ao mesmo rogo.

A pecarem estas notas pretensiosamente acadêmicas - justo porque opostas a tal pretensão, incompatível com alocações lineares despidas de profundidade intelectual e versatilidade estilística -, ainda assim, não peca o ardor da sua motivação.

Por isso, alteiam-se elas para além da pobreza cultural do autor, e ganham mérito pelo sentido cívico da problemática que cuidaram de acentuar para guarda perpétua desta casa. Guarda do registro-relatório formulado por quem, embora modestamente, participou da elaboração de uma temática riquíssima pelo patriotismo que anima a sua aviventação histórica, e da qual esteve pesarosamente em débito toda a Nação Brasileira para com o seu **glorioso enforcado**; seu **herói primeiro**, cuja valentia no martírio somente se suplantou pela coragem maior do grito de sua rebeldia contra a tirania; pelo heróico significado da semente lançada ao solo pátrio como valor perene da fé na independência dos povos e da crença na democracia dos governos.

“Vou fazer este povo feliz”. - “Se todos quisermos, poderemos fazer deste país uma grande nação”. - **Palavras do Herói. Graças à Pátria.**

(Discurso de posse, na qualidade de sócio correspondente do I.H.G./RN. Sessão solene em 23 de julho de 1992).

ADAUTO DA CÂMARA (ENSAIO BIOGRÁFICO)

Henrique Zarembo da Câmara
(Sócio correspondente)

Guimarães Rosa costumava dizer que as pessoas não morrem, ficam encantadas.

Trago-lhes a memória de meu pai - Adauto Miranda Raposo da Câmara - cujas realizações no campo da política, da administração pública, da cultura, do jornalismo, do magistério e, sobretudo, da pesquisa histórica, desejo reviver como tributo a um homem que jamais esqueceu o Rio Grande do Norte, que foi, por toda sua vida, seu tema maior e preocupação mais profunda.

Não é fácil falar de um pai, porque, de um modo ou de outro, isto significa um julgamento e não foi para julgá-lo que vim aqui. Também não vim para louvá-lo gratuitamente, que meu pai não era afeito a estes gestos vazios. Vim para lembrá-lo na justa medida de um discurso que pretendo seja, ao mesmo tempo, justo e generoso, intelectualmente correto e verdadeiro.

Aprendi com ele que a história se faz com a compreensão do passado, mas com os pés no chão da realidade. Estou aqui na qualidade de professor, como ele, e de homem preocupado com meu tempo, com minha história, com minha circunstância, como ensinava Ortega y Gasset. Venho ofertar-lhes o passado, mas não o passado meramente decorativo, elenco vazio de citações mais ou menos gratuitas, mas o passado vivo, vibrante em fatos, história viva dos acontecimentos que ficaram, por uma razão ou outra, esquecidos ou obliterados do conhecimento público.

Trago-lhes, como no dizer de Raymond Aron, um "espectador engajado", participante e atento, que soube ler no seu tempo as pulsações do destino, os movimentos dos interesses, o pulsar dos acontecimentos e pôde prever, com a argúcia de seu talento, o compasso do que seria a vida futura, sob o fogo cruzado dos acontecimentos dos anos 30.

Pretendo, enfim, não apenas uma biografia moral, porque esta já foi feita muito competentemente por seus biógrafos - Raimundo Nonato, Carlos Borges de Medeiros e Raimundo Soares de Brito - em diferentes décadas, desde 1954. Pretendo, sobretudo, uma biografia intelectual que seja capaz de registrar seu percurso reflexivo e sua inesgotável preocupação com o que ele denominava "Verdade dos Fatos".

RAIMUNDO NONATO relata no seu *Figuras e tradições do nordeste* um encontro com ele, no Rio de Janeiro:

Afastados dos outros, que debatiam temas novos, estivemos na sua

biblioteca, numa sala contígua. Falou dos escritores norte-rio-grandenses apontando livros de muitos, que descansavam nas estantes. Folheou, com carinho, um volume de Nísia Floresta: “Este foi um presente de Henrique Castriciano. Vale hoje um tesouro. Andei procurando outros, até em publicação e a pedidos dos jornais, mas, infelizmente, nada encontrei”.

Depois, pegando o livro seu, *O Rio Grande do Norte na guerra do Paraguai*, de edição recente, feita em Natal, com a chancela do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, ao qual pertencia, faz esta revelação de que somente eu fui testemunha: “Este será meu último livro”.

Pois bem, devo corrigir um dos seus melhores biógrafos e declarar que não foi aquele seu último texto. Na verdade, trago-lhes hoje o livro que fizemos publicar, minha mãe, meu irmão e eu, a partir de suas memórias que permaneceram inéditas 60 anos: *O ocaso da República Velha no Rio Grande do Norte*, e que seu biógrafo não tinha como conhecer.

É a partir deste trabalho que pretendo relembrar a memória de Adauto da Câmara e reavaliar sua contribuição para a história deste Estado, 40 anos após a sua morte.

Adauto Miranda Raposo da Câmara nasceu em Mossoró, no dia 14 de março de 1898 e morreu no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1952. Viveu, portanto 54 anos. Aos sete anos de idade, veio com a família para Natal, onde construiu parte significativa de sua vida. Formou-se em Direito pela Escola do Recife, foi deputado na Assembléia Legislativa, Secretário de Segurança, professor, jornalista, intelectual militante.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e à Academia Norte-Riograndense de Letras, tendo sido delegado junto à Federação das Academias de Letras do Brasil.

Na verdade, sua vida dividiu-se em dois momentos, como a própria história do Brasil nos anos 20-30.

Na primeira parte, até a Revolução de 1930, era ele dedicado, com toda a força de sua juventude, à sua formação de homem público dentro dos ideais e da ética da República. De humilde funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos, onde entrou aos 14 anos, até líder do Governo e chefe de Polícia na gestão de Juvenal Lamartine, construiu, passo a passo, sua vocação para o serviço público.

O que significava exatamente isto, para um homem que tinha como pai um professor de poucas posses, meu avô, Theódulo? Como eram esses mecanismos de mobilidade e de ascensão social para um jovem do interior que não contava com nenhum capital social posto que não tinha tempo nem condições de se relacionar com as elites de Natal? Tinha de contar com um, e somente um, trunfo para sua vitoriosa carreira: o talento. E isto ele tinha de sobra, basta verificar que, aos vinte um anos apenas, já redigia pareceres e opinava sobre vários temas, de alguma gravidade, que lhe pedia o Governador do Estado. Até hoje disponho de pequenos cartões onde estes pedidos estão grafados.

Cedo entendeu que sua grande fortuna era a inteligência, a cultura e

o extraordinário dom de redigir. Procurou, então, aprofundar e melhorar estes talentos, através de longas jornadas de trabalho e de leituras, hábito que jamais abandonou. Eu mesmo, quando criança, costumava vê-lo pesquisando, escrevendo, lendo, horas a fio, em sua biblioteca particular, sob a luz solitária de uma lâmpada bruxuleante.

Eis que ele constituiu toda sua carreira no cenário aberto pela República Velha, com seus quadros intelectuais e acadêmicos que respeitava e admirava com fervor, em especial Afonso Arinos, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Durante os anos 20 até 1930, dedicou-se a consolidar sua carreira de intelectual e homem público. Desenvolveu, neste período, as atividades de redator chefe de A REPÚBLICA, professor de História e de outras matérias no mais importante estabelecimento de Natal, o Atheneu Norteriograndense, líder do governo na Assembléia e chefe de Polícia, cargo em que o surpreendeu a Revolução que ele narra tão dramaticamente no livro que lhes vou apresentar.

Construir-se deste modo custou-lhe, certamente, os melhores anos da vida, mais exatamente, entre os 20 e 32 anos de idade.

O que estes anos de formação mostram é que meu pai sempre soube dosar o trabalho intelectual com a atuação política, sempre soube encarar o mundo das relações de poder como uma segunda natureza da qual ele nada poderia tirar que não fosse a experiência de vida e o orgulho de servir a seu povo e à Pátria.

Podemos considerar estes anos como aqueles da formação política de um *liberal*, com todas as ressalvas e reservas que esta palavra merece ter, não só porque sofreu diversas interpretações, ao longo de nossa história, como também em razão de sua ampla significação, como bem assinala José Guilherme Merquior.

O jovem Adatao era um liberal no sentido da República Velha. E isto quer dizer o seguinte: que a liberdade pública e privada é o maior bem que uma sociedade pode ter e que os limites da liberdade são a lei e a ordem.

Adatao da Câmara pretendia, dentro do seu liberalismo, encontrar valores que se aproximassem daquilo que Voltaire chamava "fundo comum da humanidade", isto é, o conjunto de valores morais que falassem o ser humano ideal, encarnado no homem comum e no cidadão.

Era, portanto, uma propedêutica, ou, se quisermos, um programa mínimo de emancipação do indivíduo em direção à cidadania.

Os três projetos intelectuais que cultivava, o de professor, de jornalista e de historiador, significavam, desde a primeira fase de sua vida, um programa voltado para a construção do cidadão.

Seu provincianismo não era senão uma ação estratégica voltada para o entendimento mútuo, capaz de gerar consciências politicamente livres.

Entretanto, seu projeto maior era, sem dúvida, nesta fase, preparar-se para a ação política, significando com isto a dedicação de sua vida à

atuação na esfera pública.

Sem embargo, este projeto era antes e acima de tudo uma vocação, para além da pura e simples conveniência, de modo algum identificada com carreirismo ou qualquer outra ilação semelhante.

Para isto, ele se preparou, metódica e pacientemente, com o ideário do homem público recolhido no exemplo ético do passado, na velha tradição dos grandes oradores do Senado do II Império e, sobretudo, com sólido fundamento cultural, porque sabia ter em si a vocação do homem público, do tribuno, do pesquisador e do intelectual engajado.

Sempre esteve claro, na vocação do cidadão Adauto da Câmara, o necessário liame entre *emancipação e cultura*. Sua definição para ação política era sempre sustentada na educação e na "elevação do indivíduo", porque, para ele, democracia só seria possível em um meio culturalmente emancipado. No momento em que seu projeto tornou-se inviável, voltou-se integralmente para o ensino, fundando, em 1932, no Rio de Janeiro, o Colégio Metropolitano que seria, de algum modo, a extensão de suas preocupações como educador e como cidadão.

Sua convicção era de que somente pelo consenso, por um grande esforço entre os povos, seria possível a convivência democrática.

É inegável que os episódios de 1930 obrigaram-no a uma completa reformulação de seus projetos. Isto não é tarefa simples para ninguém, muito menos para um homem em franca ascensão, no melhor momento de sua energias físicas e mentais.

É também evidente que não é fácil conviver com tantas perdas em tão pouco tempo. Mas este não foi absolutamente o móvel pelo qual ele contestou a revolução. Ele sabia perfeitamente que isto é parte do jogo do poder, principalmente quando se mantém a fidelidade a certos princípios. O que pesou no seu repúdio foi o absurdo do recuo da legalidade, da selvageria, da estupidez de todas as revoluções e principalmente de sua ética oportunista; do que ela é capaz de liberar no animal homem.

Bem pesadas as coisas, ele foi até, de certo modo, beneficiado por ela, já que reduziu sua atuação na vida pública, o que lhe permitiu dedicar-se mais ao trabalho intelectual.

Pôde, ao trabalhar na fundação do Colégio Metropolitano, conviver mais com a família, escrever seus livros, fazer suas pesquisas.

Foi, pois, a Revolução de Outubro um divisor de águas em sua vida, conforme conta em *O Ocaso da República Velha no Rio Grande do Norte*, não sem alguma nota de amargura, mas principalmente com objetividade e integridade intelectual.

No dia em que a Revolução eclodiu no Norte, Adauto da Câmara lia em seu escritório, como sempre o fazia aos sábados pela manhã. Daí em diante, instalou-se o pesadelo, conforme se pode ler na publicação a que nos referimos. São detalhes que compõem o vasto painel descrito por ele e que, de certo modo, dramatizam o que veio a ser esta segunda fase de sua vida, sob o signo de Marte.

Entre 1932, data em que iniciou seu trajeto de educador, na Capital Federal, e 1952, ano de sua morte, portanto 20 anos, cumpriu ele sua carreira de intelectual, publicando, entre 1937 e 1951, cerca de 20 trabalhos. Não só textos de grande envergadura, como o de Nísia Floresta, mas também separatas de suas conferências e artigos jornalísticos, principalmente no "Diário de Notícias". Pronunciou mais de 50 discursos, na Academia, no Colégio Metropolitano, em conferências, congressos e reuniões oficiais. Publicou intensamente suas pesquisas históricas e trabalhou muito em busca de novas interpretações da História do Rio Grande do Norte, através de seus grandes vultos.

Há, em seus arquivos pessoais, inúmeras cartas e anotações sobre suas pesquisas. Páginas e mais páginas sobre suas memórias pessoais, sobre sua viagem a Natal, em 1947, além de simples cópia de textos literários de autores a quem admirava, como era o caso de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.

Tudo computado, há centenas de páginas de documentos que pude reunir numa Coleção envolvendo não só sua obra, mas também o cenário em que se moveu sua vida de intelectual participante.

É fora de dúvida que sua vocação de pesquisador e de professor floresceu intensamente a partir da frustração que foi obrigado a vivenciar quando perdeu a possibilidade de avançar seu projeto político. Creio que isto ocorreu muito mais por vontade própria do que por imposição das circunstâncias.

Sem embargo, após o primeiro ano de seu exílio voluntário no Rio de Janeiro, quando morou em um "porão habitável", no bairro do Grajaú e vivia de aulas particulares, enquanto era forçado a conviver com as mazelas da Revolução, dedicou-se inteiramente ao trabalho de educador, pesquisador e escritor.

O seu método de pesquisa histórica constituía-se de três etapas bem definidas e interligadas: no primeiro momento, buscava ele definir seu objeto que era sempre situado dentro da Província do Rio Grande do Norte e sobre um tema que não constava da pauta oficial, assumido como verdade histórica; no segundo momento, tratava-se de mapear as fontes primárias, numa verdadeira garimpagem, onde ele encontrava fatos e informações desprezadas, na maioria das vezes, pelos historiadores em geral; no terceiro estágio, retomava o acervo das anotações e procurava dar-lhe alguma redação, sempre elegante, segura e correta.

O maior arquivo dele era, no entanto, sua extraordinária memória acrescida de enorme capacidade de trabalho - a capacidade de trabalho de uma alma sertaneja, que isto ele sempre foi, orgulhosamente, de onde tirava sua força e energia para suportar o que a vida assim determinasse.

Amparado nestes dois pilares, fazia um "história das mentalidades", *avant la lettre*, garimpando detalhes, descobrindo o traço particular, redesenhando o perfil e o universo privado das personagens envolvidas no fato pesquisado.

Desse modo, Dr. Adauto produzia um texto agudo, fino, sutil, revelando sempre, segundo senso jornalístico, o detalhe capaz de mobilizar o leitor que devia funcionar como uma testemunha dos acontecimentos.

Assim é que, somando o jornalista com o advogado, isto é, a busca da informação e a exposição judiciosa dos fatos, sua história é a que se faz hoje, especialmente entre os franceses e após o relativo cansaço de uma "história das estruturas", uma história total, como queiram os marxistas mais duros.

Essa fusão do jornalista e do advogado resulta também em uma conceituação mais comunicativa dos fatos investigados, fazendo com que o leitor, sob certo aspecto, participasse ativamente da argumentação em busca de um consenso livremente estruturado.

Assim é que, ao aproximar um fato analisado e pesquisado em fonte primária, afastado temporalmente, buscava reintegrá-lo à realidade presente, com a finalidade de dar uma nova visão do fato ou dos fatos que configuravam a personalidade examinada.

Cumpriu-se com isto a finalidade pedagógica, através do exemplo e do estímulo a novos comportamentos, ao mesmo tempo em que se reconstruía a chamada "verdade histórica".

Trata-se, portanto, de uma espécie de reconstrutivismo, bem ao gosto da nova historiografia, tanto no que diz respeito ao Brasil, quanto ao que se fazia já no exterior. Isto prova que o Dr. Adauto estava familiarmente sintonizado com as teorias históricas que se desenrolavam no mundo acadêmico.

Seu biografismo era um biografismo crítico, no sentido de buscar novas fontes de informação capazes de dar um mínimo de racionalidade e de coerência às atitudes de seu biografado, sem que isto significasse um menoscabo ou mesmo uma depreciação dos fatos. Não fazia, pois, um biografismo elogioso, de fatos adjetivos gratuitos, antes, pelo contrário buscava um "reconstrutivismo" de justa medida, ponderando pacientemente cada ação com o bom senso, com documentações referenciais, com o próprio julgamento.

Isto é o que ele propunha ser um *memorialismo*, gênero por ele considerado fundamental para um país sem memória como o nosso. Procurava aliar a este método, o estilo do jornalista, gerando interesse do leitor e, não raro, um certo ar de suspense.

Considerando o conjunto de sua obra, quase toda ela voltada para o memorialismo, pelo menos a parte publicada e catalogada até agora, seja em livros ou jornais, podemos propor uma tipologia.

Num primeiro grupo, poder-se-iam classificar como *Memorialismo Objetivo* aquelas obras que, sempre sustentadas em documentação primária, retirados dos Arquivos oficiais de nossa história, buscavam reconstruir personagens e eventos do Rio Grande do Norte, sempre de maneira objetiva, até onde isto é possível, isto é, reduzindo ao mínimo qualquer julgamento de valor ou impressão pessoal.

Fazem parte deste grupo:

1. *História da Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte (1937 - 1938)*;
2. *Elogio Acadêmico do Padre Miguelinho, 1938*;
3. *História de Nísia Floresta, 1941*;
4. *D. Manoel de Assis Mascarenhas, 1944*;
5. *O último senador do Império pelo Rio Grande do Norte, 1947*;
6. *O Padre João Manoel, 1949*;
7. *O Culto de Baraúna, 1949*;
8. *Amaro Cavalcanti, esteio da ordem, 1949*;
9. *O Rio Grande do Norte na guerra do Paraguai, 1951*.

Num segundo grupo, podemos considerar seu *Memorialismo Subjetivo*, cujo centro é ele mesmo, suas vivências, suas visões de mundo. A partir de uma impressão pessoal, tenta reconstruir seu próprio *eu* como se um personagem do qual ele mesmo falasse, buscando encontrar uma tonalidade a mais neutra possível, tendo como material de pesquisa a sua extraordinária memória e seu senso de oportunidade na escolha das situações e da significação das pessoas envolvidas nos episódios.

É neste grupo de textos que ele se revela um homem sensível, por detrás daquela espessa camada de objetividade e, algumas vezes, de rudeza. É que Adauto da Câmara era um homem do sertão, era, parodiando Euclides da Cunha, “depois de tudo, um forte”, e esta realidade não se pode negar, ela é veemente por si mesma. No entanto, lá no fundo de seu espírito, morava uma extraordinária delicadeza e sensibilidade que nem os mais rudes golpes da vida puderam extirpar. Ele era apenas como um personagem de Graciliano Ramos, duro por fora, mas frágil por dentro. Isto, entretanto, não o angustiava, não o dividia, muito pelo contrário, vivia tranqüilamente com estes dois senhores de seu gênio como se fossem velhos amigos que se encontram ocasionalmente.

Seu memorialismo que denominei, não sem alguma arbitrariedade, de *Subjetivo*, à falta de um nome melhor, era seu “diário pessoal”.

Compõem este segundo grupo os seguintes textos:

1. *Câmaras e Miranda-Henriques, 1944*;
2. *Henrique Castriciano, 1947*;
3. *Reminiscências do Atheneu Norte-Riograndense (1909-1916), 1947*;
4. *Evocações e memórias, 1950*;
5. *O Ocaso da República Velha no Rio Grande do Norte, 1992 (obra póstuma)*.

Creio não incorrer em erro grave se afirmar que aí estão seus textos mais comovidos e mais literalmente sofisticados, em especial o último

deles, que fizemos publicar e que foi escrito ao longo do ano de 1931, no Rio de Janeiro, quando vivia sua maior amargura, seu exílio voluntário, e que lhe marcou a segunda fase da vida; por boa fortuna, a mais criativa, a mais profundamente comprometida com seu projeto intelectual, conforme passo a relatar.

O Ocaso da República Velha no Rio Grande do Norte é um painel amplo que toma como ação a Revolução de 1930 e sua eclosão em Natal, onde Adauto da Câmara era chefe de Polícia do Governo Juvenal Lamartine.

O tempo real dos acontecimentos começa no mês de outubro, no dia 5, se desenrola até o embarque com a família e demais companheiros no *Itanagé* rumo ao Rio de Janeiro e se estende até o ano de 1931.

O tempo narrado é muito mais vasto. Procura ele entender as causas da Revolução, suas origens objetivas e subjetivas, faz um longo relato do contencioso político do Antigo Regime, desde suas origens nas articulações do poder e do governo do Sr. Washington Luís, até a condenação dos oportunistas de plantão.

Este livro é seu testamento ideológico.

Escrito ao longo de 1930 e 1931, como já acentuei, fica, no entanto, impublicado e tenho a impressão de que ele não desejava fazê-lo naquele momento ou mesmo em vida. Sempre tive a sensação de que gostaria de vê-lo editado após sua morte, não só pela linguagem que usou como também pelo tom dramático que deu aos acontecimentos.

É seu livro mais pessoal, mais emocionado. E não poderia ser de outro modo, porque jamais aceitou a Revolução como um fato consumado. Dizem que contra fatos não há argumentos, mas ele achava que só há argumentos contra fatos, que precisam ser esclarecidos, colocados no devido ângulo, na devida dimensão, para que não se percam no emaranhado de opiniões, o mais das vezes, parciais e sem precisão.

Buscou, pois, no *Ocaso da República Velha* não um ajuste de contas com o passado, porque não havia contas a ajustar, mas uma correção de rumos, porque acreditava poder testemunhar os acontecimentos, que ele sabia serem históricos, de um ponto de vista de quem estava no meio da borrasca no olho do furacão.

Os relatos são precisos, com fatos, nomes, datas, citados a partir de sua memória e das anotações que fazia, principalmente ao longo da viagem marítima até o Rio de Janeiro.

A redação final começou na Capital e foi realizada de uma só vez, num fôlego só. Como Adauto da Câmara era um homem extremamente meticuloso, foi fazendo correções ao longo dos anos seguintes, alterando perfis, corrigindo acontecimentos, reavaliando situações, até mesmo do papel histórico da Revolução, que, afinal de contas, encontrou seu lugar na história do Brasil.

Não era de modo algum um sectário. Podia, aqui ou ali, movido pela indignação que lhe inspiravam certos atos mesquinhos, desenhar um per-

fil menos generoso de uma situação ou de um personagem, mas, verificada a injustiça, ele mesmo tratava de corrigir sua avaliação inicial.

Assim, por exemplo, aconteceu com o chefe da Revolução, o Presidente Getúlio Vargas, por quem não nutria especial afeição, mas que, ao longo dos anos seguintes, veria o homem empenhando em transformar o país, em dar-lhe feição moderna e desenvolvida, a despeito do aspecto autoritário de seu governo.

Não posso assegurar se a versão última do *Ocaso* é esta que damos à luz, porque, ao morrer tão prematuramente, estava vivendo seu melhor e mais amadurecido desenvolvimento intelectual. O historiador, como se sabe, é tanto melhor quanto mais vivência tiver, que lhe permita filtrar a paixão, decantando o que for pertinente ao fato analisado. Mal entrara neste estágio, quando os fados o levaram.

Seu memorialismo subjetivo foi, por vezes, o testemunho de seu afeto, um modo de expressar a consideração e a amizade que, neste homem simples e direto, não era muito fácil de se notar nem de se conquistar.

Tal, por exemplo, é o texto *Henrique Castriciano*, publicado em 1947, no "Jornal do Comércio".

Este artigo talvez seja o mais subjetivo, o mais profundamente emocionado de todos os que escreveu. Vejo nele a sombra de Goethe - *As afinidades eletivas* - e de Plutarco - no *Vidas paralelas*. De toda a obra que li, incluindo os inéditos, as anotações, os esboços, não encontrei nada mais pessoal, nada mais pessoal, nada mais próximo do centro da sensibilidade de Adauto da Câmara, do que o resumo da vida de Henrique Castriciano.

Tão forte era sua admiração por esta vida paralela que me deu o nome Henrique, em honra desse cidadão exemplar.

A derradeira dimensão da vida de Adauto da Câmara, que me esforço aqui por reconstruir, é a do educador. Sem dúvida a mais brilhante, a mais criativa de suas atuações, onde procurou agir na esfera pública ao mesmo tempo como intelectual militante e professor de gerações. Para ele, educar era mais do que uma vocação, era uma missão, uma necessidade para todos os que, de algum modo, pretendiam melhorar as condições do país em que vivem.

Com este escopo, fundou ele, em 1932, o COLÉGIO METROPOLITANO no Rio de Janeiro, que completou em 1º de junho de 1992, sessenta anos de atuação ininterrupta, hoje sob minha responsabilidade.

Pelo início da década de 40, o Metropolitano já se vinha consagrando como uma instituição séria e adequada às aspirações das comunidades a que servia.

Conseguiu ele com o concurso de familiares ampliar mais ainda o raio de ação do que pretendia. No entanto, foi sua orientação acadêmica - segura e inteligente - que organizou o modelo pedagógico e impulsionou o Colégio Metropolitano, que na data de sua morte prematura, contava

com 1.700 alunos e que hoje possui 3.300.

Gerações inteiras de jovens estudantes seguiram o regime de trabalho do Colégio, cujo principal lema ele o pronunciou num discurso de 1939

Toda virtude conduz a um triunfo

Considerando tudo, a Revolução que o puniu com o fim de uma carreira política que se desenhava triunfante, se por um lado, causou-lhe prejuízos, por outro fê-lo descobrir sua verdadeira vocação, o magistério. Estranha condição, como diria Camões, porque vastos são os desígnios do Mistério.

O que pode um filho dizer de um pai, senão o bem que ele fez? Não seria justo, não seria moralmente correto, que um filho escrevesse algo para dizer mal de um pai. Entretanto, o esforço de um homem justo é encontrar a justa medida entre a gratidão e a verdade.

E esta foi a grande lição que meu pai, com quem convivi até os 13 anos, me ensinou, sobretudo, através do testemunho que ele me deixou, pois seu maior legado foi, sem dúvida, sua vida exemplar.

Para ele a verdade, a justiça e a liberdade não são privilégios da condição humana, são conquistas cotidianas que se obtêm na refrega do dia-a-dia, na luta pela sobrevivência, no cultivo de si mesmo, buscando sempre superar-se.

Entendia que a educação não devia ser privilégio de classe, mas o resultado do esforço de cada um, da vontade férrea, que precisava ser cultivada e exercitada, como prova de que o homem pode, quando quer, superar as barreiras sociais e os óbices da fortuna.

Dizia que o dever era a primeira regra do cidadão, que não há um só direito sequer a que não correspondia uma obrigação moral.

Pregava que podemos tratar a vida como uma obra de arte, procurando fazer dela o que um gênio faz de sua música, pintura ou literatura, podendo e devendo procurar na vida o que ela tem de superior e de humana.

Ensinava que a dignidade do homem é obra de muitas lutas, que não acontece naturalmente, mas através de um esforço sincero para superar nossa imperfeição.

Eis o cidadão ADAUTO DA CÂMARA, meu pai, que lhes apresento através do testemunho de sua palavra vibrante, de sua inesgotável energia, de seu inabalável rigor intelectual.

Num dos meus poetas favoritos, Fernando Pessoa, sempre encontro uns versos que traduzem o que de melhor meu pai me legou:

Segue teu destino,
Rega tuas plantas,
Ama as tuas rosas.

O resto é a sombra
De árvores alheias.

(Discurso de posse - sessão solene realizada em 13 de agosto de 1992).

OS DESCONHECIDOS

Yapery Tupiassu de Brito Guerra
(Sócio correspondente)

Nos idos de 1930, o então prefeito da cidade de Natal - Engº Omar O'Grady, num gesto elevado e patriótico, solicitou deste Instituto Histórico, nomes de relevo, patrimônio da nossa história, para lembrá-los em placas designativas de ruas e avenidas desta deliciosa cidade, onde tive eu o privilégio de vir ao mundo.

O meu saudoso pai, que não era membro deste sodalício, mas apoiador entusiástico da organização, "já que outros mais autorizados não o fizeram", como mencionou numa série de artigos que escreveu, atendeu ao apelo do alcaide, trazendo aos nossos conterrâneos, a história verdadeira de alguns heróis nossos co-estaduanos, nascidos na então freguesia de Campo Grande, hoje Augusto Severo, onde também nasceu meu pai, e que por suas modéstias "desapareceram do cenário da vida, ignorados dos contemporâneos de outras paisagens e das gerações subsequentes".

Assumi o meu pai, o saudoso Dr. Barôncio Guerra, o compromisso de desenterrar do passado a história desses conterrâneos, exemplos de civismo e de bravura. Qualidades que se tornam cada vez mais raras entre os brasileiros, por falta de educação cívica e pelas atividades deletérias de certos políticos ao longo da nossa história, que incentivaram a idéia de obter vantagens à qualquer custo, o golpe sujo, a rasteira moral e outros meios hoje firmemente implantados na mentalidade e nos hábitos do brasileiro médio.

O compromisso espontâneo assumido pelo meu pai, era sua maneira de homenagear os norte-riograndenses desconhecidos da história, que na sua opinião deveriam figurar em "páginas douradas uns, luminosas outros", como deixou registrados nos seus artigos sobre o assunto, publicado no jornal "A República".

Na verdade o Dr. Barôncio Guerra, boêmio na mocidade, frequentador e membro da Diocesia, no Café Majestic, na companhia de Jorge Fernandes, Deolindo Lima, Aristóteles Costa, Ferreira Itajubá e muitos outros, compositor, instrumentista emérito, jornalista e dono de inteligência privilegiada era, antes de mais nada um patriota autêntico, apaixonado por tudo o que dizia respeito ao Brasil e sua história, sua organização política, seu desenvolvimento econômico e, em especial suas forças armadas. Fundou em Natal o tiro de Guerra 18, juntamente com Deolindo Lima e Aristóteles Costa e foi o seu primeiro comandante com o posto de Capitão. Em consequência tornou-se, com os dois citados amigos, o precursor dos atuais oficiais da reserva formados pelos Centros de Prepara-

ção de Oficiais da Reserva (COPR) e, por sua visão larga, que via muito além da época de sua mocidade, sofreu o ciúme e a inveja de alguns oficiais do Exército da época, cuja formação intelectual deixava a desejar e cuja inteligência não os recomendaria para a graduação de terceiro Sargento nos dias atuais. Era tanto o fervor cívico do velho Barôncio, que ao declarar o Brasil guerra à Alemanha, em 1914, foi ele, juntamente com Deolindo Lima e Aristóteles Costa, o primeiro a se apresentar ao Exército, como voluntário, para lutar pelo Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Na verdade tentava repetir o meu pai, o gesto daqueles norte-riograndenses, daqueles filhos de Campo Grande (hoje Augusto Severo) que, como ele dizia, “deixaram o seu sangue nos campos de batalha do Paraguai, daqueles que ao troar dos canhões, ao sibilar das balas, ao choque dos cargas de baionetas nunca desfaleceram; e valentes e loucos de ardor patriótico, avançavam como leões indomáveis para a conquista da vitória de sua grande pátria”. Infelizmente para o meu pai, nem ele nem seus dois bons amigos tiveram oportunidade de lutar por esta grande nação, porque na 1ª Grande Guerra, apenas a Marinha teve participação na luta e, assim mesmo, mais simbólica do que real. A luta se processou na Europa, de pouca terra e muita guerra e as nossas forças de terra não tiveram oportunidade de entrar na contenda, de vez que a guerra acabou antes que o nosso contingente pudesse ser preparado e enviado à luta. A Marinha participou com uma divisão de cruzadores e destroyers que teve contudo atuação limitada na guerra no mar.

Pois bem, meus senhores e minhas senhoras, é a história desses heróis da Guerra do Paraguai que pretendo relembrar nesta noite de posse muito significativa para mim, que nasci aqui mesmo nesta Praça André de Albuquerque, na casa nº 604, do outro lado do jardim, nos idos de 1921. Aqui tive uma infância feliz; furtei juntamente com Jair e Jadir Vilar, Veríssimo de Melo, Luiz e Otávio Rabelo, e outros, hóstias e vinho de missa da antiga catedral aqui ao lado, com a conivência do sacristão Arruda, e o desespero do bom vigário de então, Monsenhor Landim. Fiz muitas brincadeiras aqui mesmo nesta praça acompanhado da minha “gang”, hoje toda transformada em grupo de cidadãos respeitáveis, de idade provecta, alguns dos quais me honram com suas presenças aqui, nesta noite.

Por estas e outras razões, esta posse é altamente significativa para mim. É que ela me faz membro deste Instituto que me acostumei a admirar desde a meninice, quando aqui vinha, na antiga sede da Praça Sete de Setembro, no princípio para ver as figuras e depois ler os textos do “Tesouro da Juventude”. É uma posse envolvida em muita emoção, pois me sinto como o filho pródigo que volta à casa, ao lar, não mais com o ardor e a vitalidade da juventude, e sim com os cabelos encanecidos pelo tempo e pelos embates da vida, mas com a consciência tranqüila de não ter deslustrado até aqui, ao longo de toda a caminhada, com os exemplos e ensinamentos do Dr. Barôncio, nem a estirpe dos Britto Guerra, nem o

nome do meu estado natal.

O meu propósito, nesta noite, é trazer ao conhecimento dos agora meus pares neste sodalício, não a história completa dos heróis, porque pretendo fazê-lo em livro com autoria de quem de direito - o Dr. Barôncio Guerra, mas apenas alguns fatos históricos incontestáveis que mostram à sociedade porque foram bravos.

- 1) - Alferes Antonio Martins Corrêia
- 2) - Padre Amaro Theot Castor Brasil
- 3) - Capitão Manoel Martins Corrêia e Castro
- 4) - Tenente José Lucas Barbosa
- 5) - Major Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro
- Alferes Joaquim Castriciano de Brito
- 6) - Soldado Francisco Justiniano de Melo

Todos nascidos no município de Augusto Severo, que teve também o privilégio de dar ao estado aquele que, para mim, foi o maior dos seus filhos - o Dr. Barôncio Guerra, meu pai.

Naquele tempo, residia na Fazenda Espírito Santo, na então freguesia de Campo Grande - "Um senhor por todos os títulos respeitável, chamado Jerônimo José Peixoto, casado com D. Joana Peixoto, de uma família daqui do "Agreste". Além de vários filhos, tinha o casal oito filhos varões, dois casados, quatro solteiros e dois menores, todos com nomes diferentes, esquisitice do velho Jerônimo.

Declarada a guerra contra o ditador Solano Lopes, começaram a percorrer o interior da província, forças ambulantes fazendo o recrutamento de homens para o Exército em operações e, "enquanto muitos fugiam ao chamado da pátria ultrajada", o velho Jerônimo e sua mulher, preparavam os filhos solteiros "para o pagamento do tributo de sangue a que todos estamos obrigados", enquanto um dos filhos que era padre, convencida pela palavra, seus conterrâneos, a acompanhá-los na jornada patriótica. Uma nota extraída do diário do Alferes Martins Corrêia, diz o que se segue:

"Seguimos com meu pai, voluntariamente eu, e meus irmãos Padre Amaro Theot Castor Brasil, Manoel Corrêia e Castro e José Lucas Barbosa; meu primo Elias, Francisco José de Melo, Sabino e outros. Deixamos a casa paterna no dia 13 de março de 1865, ficando a nossa querida mãe banhada em lágrimas, mas dizendo-nos na hora da despedida, que fossemos tranqüilos pois que suas orações nos acompanhariam. Pediu-nos mais que, depois da vitória do nosso querido Brasil, voltássemos ao nosso lar, pois queria abençoar-nos sãos e salvos, como esperava em Deus".

Chegamos à Natal, capital de nossa província e daí voltou meu pai. Em junho do mesmo ano, mais ou menos destro nas armas, embarcamos para o Rio de Janeiro e, de lá, para Santa

Catarina, Porto Alegre e Cachoeira, onde fomos principiar a campanha, isto no dia 29 de agosto de 1865. Aí armamos barraca pela primeira vez, tivemos batismo de fogo num ligeiro combate e marchamos então para Uruguiana onde os paraguaios estavam senhores daquela cidade e da Vila de São Borja. Aí não brigamos porque os paraguaios se entregaram”.

O Alferes Antonio Martins Corrêia, que antes da fase militar de sua vida assinava Antonio Martins Corrêia Peixoto, foi o único filho de Jerônimo José Peixoto que adotou o nome da família. Nasceu a 1º de julho de 1841, no sítio Espírito Santo, freguesia de Campo Grande, fez toda a Campanha Paraguai, desde a rendição de Uruguiana até o combate de Arroio Fundo, quando diz ele: “avistamos o pequeno grupo de Lopes do outro lado do rio e sobre o qual fizemos fogo. Nesse combate “cequei”, regressando ao Rio de Janeiro e, quando entrei ali para o hospital, foi participando da festa em que cantava-se hosanas pela morte de Lopes”. Era o alferes um homem de compleição franzina, feio, de gênio irracível, estrábico, mal ajeitado, de poucas letras, mas bastante inteligente. Valente, não aceitava “pau no ouvido” ou prosa de quem quer que fosse.

Participou como soldado de infantaria, sob o comando do coronel Villagran Cabrita, dos combates de Itapirú; combateu em Estero-Bellaco, integrando o reforço que sob o comando de Ozório, evitou um desastre para as armas brasileiras; tomou parte, já como sargento, na batalha de Tuiuty; participou, combatendo, da vitória de Curuzu e do desastre de Curupaity, cuja responsabilidade pelo fracasso é atribuída ao general argentino Mitre; tomou parte na passagem de Humaitá e no ataque a Tibicuy. Em 1868, promovido a Alferes por bravura e transferido para a cavalaria, combateu em Carambaby, na tomada da Barreira Grande e também, da força expedicionária que tomou Caragantahy, tendo perseguido o inimigo até Arroio Fundo.

Entre os grandes feitos do exército brasileiro na campanha do Paraguai, conta-se a passagem de Itororó, no dia 6 de maio de 1868, onde o Brasil perdeu muitas vidas, especialmente de oficiais. O Alferes nela tomou parte como integrante da coluna do general Ozório que, por ordem de Caxias, fora mandado atravessar Itororó para flanquear o inimigo e atacá-lo pela retaguarda. Andrade Neves investiu com sua cavalaria e, naquela oportunidade o Alferes Martins Corrêia estava na vanguarda e fez prodígios. A seguir, participou da tomada de Avahy, Lomas Valentina e, em dezembro de 1868, entrou com as tropas em Angatura.

Certo dia, depois da batalha de Tuiuty foi o Alferes designado para um reconhecimento muito perigoso. Na madrugada de 31 de maio, guiado por um prisioneiro paraguaio, tentou tomar uma trincheira do inimigo. Uma salva de artilharia paraguaia, contudo, pôs fora de combate 33 soldados brasileiros e feriu no braço o nosso Alferes. Mesmo assim, combateu Martins Corrêia até o fim da tarde, completando o reconhecimento. Demorou-se ainda no campo de batalha para remover os feridos e enterrar

os mortos. Somente depois, procurou o hospital de sangue, para cuidar do seu próprio ferimento.

Ao chegar ao hospital foi impedido de entrar. Chamado o médico, seguiu-se o diálogo abaixo indicado:

- Dr., fui ferido. Tive de demorar cuidando de feridos e mortos e, somente agora, me foi possível pensar no meu próprio ferimento. O senhor não deve negar-me entrada no hospital.

- Já disse, redargui o doutor, a estas horas não recebo feridos.

E o próprio Alferes, registra nas suas notas pessoais:

"Ferveu-me o sangue da raça e gritei:

- Ou abre a porta ou a botarei abaixo e entrarei de qualquer maneira...

Mudou o homem de opinião porque alguém lhe dissera quem eu era...

Abriu-se a porta e o tal doutor, examinando o meu ferimento, achou-o com tétano e avisou-me de que ia amputar o meu braço. Avaliei ser uma vingança e objetei que a isto não me sujeitaria.

- Mostrarei se a sua vontade significa alguma coisa, vociferou o médico e, imediatamente, escreveu um bilhete ao chefe do hospital que logo compareceu acompanhado de outros colegas.

Estava já deitado, quando compreendi que os médicos se preparavam para a operação. Levantei-me de um pulo, bati às mãos às armas, cheguei-me para perto deles e pedi-lhes que adiassem para outro dia a intervenção cirúrgica.

- Não, disseram. A operação será agora mesmo.

Fiz uma pausa, dei alguns passos à retaguarda e retorqui:

- Não consinto que meu braço seja cortado; se Deus me quisesse com um braço só, a bala o teria levado. Felizmente é o braço esquerdo e com este outro ainda brigarei até cair morto.

Quando isto acabei de dizer, estava com as costas apoiadas na parede e o revólver engatilhado. Corri a vista na sala e não vi mais nenhum médico. Tratei-me, não amputei o braço, não precisei brigar, custou-me apenas não conseguir, desta vez, um galão".

O Alferes foi condecorado com a ordem da rosa, ainda sargento, na batalha de Tuiuty. Foi feito Cavaleiro da Ordem de Cristo, como Alferes, pelos serviços prestados nos combates de dezembro de 1868. Recebeu a Medalha Geral de Campanha do Paraguai, a Medalha do Mérito Militar e uma pensão mensal de 30 mil réis por ter perdido uma vista em campanha. Foi levado de soldado a Alferes em campanha, com todas as promoções por ato de bravura.

Regressando à sua terra, depois da guerra, Martins Corrêia, casouse, teve muitos filhos e morreu na miséria, sem jamais ter tido uma palavra de desamor para com a pátria ingrata que o deixou morrer em condições de miséria absoluta.

II - PADRE AMARO THEOT CASTOR BRASIL

O Padre Amaro Theot Castor Brasil nasceu na Fazenda Espírito Santo, Augusto Severo, a 18 de fevereiro de 1833. Começou seus estudos com aulas particulares de latim, dados pelo Padre José Adelino de Brito Dantas, único professor do município, na época. Quando o Padre Brito Dantas transferiu-se para Currais Novos onde assumiu a Capelania, foi Amaro continuar seus estudos com o Padre Rolim, no povoado de Cajazeiras, na Paraíba.

Dai o estudante foi mandado por seu pai matricular-se no seminário de Olinda, em Pernambuco, no qual fez o ginásio (preparatórios) estudou teologia e ordenou-se sacerdote em 1862. Rezou a primeira missa na igreja de São Pedro Novo, naquela cidade, missa a que assistiu o meu avô paterno - Manoel Basílio de Brito Guerra, na época cursando o primeiro ano de teologia no seminário de Olinda.

Ordenado Padre, veio Amaro para sua terra natal e ali, depois de declarada a guerra contra Solano Lopes, apresentou-se como voluntário para a defesa da pátria, na companhia de três irmãos, dois primos e outros conterrâneos que, ouvindo as suas prédicas patrióticas, resolveram seguir-lhe o exemplo.

Era intenção do padre alistar-se como soldado, mas considerando que na monarquia a religião católica era religião do estado, recebeu ele, em Natal, a nomeação de capelão do exército e embarcou para o Rio de Janeiro com o "28º Batalhão de Voluntários de Pátria", do qual fizeram parte todos os companheiros de Campo Grande (Augusto Severo), dentre os quais Joaquim Castriciano de Brito, meu tio-avô paterno.

Castor Brasil prestou relevantes serviços na guerra, portando-se sempre com muita dignidade e bravura. Testemunho colhido por meu pai em Augusto Severo, de sobreviventes da Guerra do Paraguai, confirmam que o Padre esteve sempre na linha de fogo, carregando feridos, dando socorro espiritual aos agonizantes, sempre preocupado com a sorte dos seus conterrâneos.

Seu batismo de fogo se deu em frente ao Forte de Itapirú no dia 16 de abril de 1866 quando trabalhou no hospital da campanha e no próprio campo de batalha, até que os clarins anunciaram a vitória brasileira.

O ponto mais alto da trajetória de Amaro na guerra foi, porém, no ataque ao Forte de Humaitá. Dizem dados oficiais que Caxias, informado por prisioneiros de que o inimigo estava se abastecendo através da estrada de Potreiro Ovelha, mandou fazer um reconhecimento e ocupar aquela posição. Ao anoitecer do dia 28 de outubro de 1867, o Brigadeiro Mena Barreto recebeu ordens para marchar sobre São Solano "com 4 mil homens das três armas". Acompanhou-o o Alferes Capelão Padre Amaro Theot Castor Brasil, em obediência a ordens superiores.

Ao toque da alvorada, Mena Barreto marchou de São Solano para Potreiro Ovelha. Vanguarda investiu em ataque frontal e o restante da

tropa dividiu-se em duas alas - uma atacou pelo flanco esquerdo; outra "atravessando extensos banhados" surpreendeu a retaguarda paraguaia que se apoiava nas fortificações. Como resultado, a tomada das trincheiras foi feita à arma branca.

A Ordem do dia de Caxias nº 152 de 9/11/1867, mencionava o Alferes Padre Amaro, declarando que cumpriu religiosamente o seu dever. O que o laconismo da ordem do dia não menciona é que Amaro, no assalto final às trincheiras, vendo cair o oficial que conduzia a Bandeira da Pátria, tomou-a na mão direita e dando vivas ao Brasil e ao Imperador, avançou com seus companheiros. Quando a vitória soou, através de toque de clarins, Amaro formou ao lado de outros porta-bandeiras e recebeu da tropa vencedora, as continências de estilo.

Amaro foi feito Cavaleiro da Ordem de Cristo pelos serviços militares prestados no combate de 29 de outubro de 1867 e continuou prestando serviços até 6 de janeiro de 1870 quando foi, a pedido, dispensado do exército. "A ocasião, Lopes já fugia e era perseguido por pequena força. Em Assunção já governava uma junta composta de paraguaios, nomeada pelos aliados.

Deixando o teatro de operações, Castor Brasil regressou ao Rio de Janeiro, onde assistiu os festejos da vitória final. Depois, veio com os irmãos visitar a família. Em seguida, sucessivamente, assumiu o cargo de vigário de Nova Friburgo, capelão de Ceará-Mirim, vigário de Caicó, e finalmente de Campo Grande, onde ficou até setembro de 1900. Emigrou então para o Amazonas, foi vigário de Maués e finalmente morreu em Manaus a 31 de julho de 1906.

III - CAPITÃO MANOEL MARTINS CORRÊIA E CASTRO

Segundo filho varão do casal Jerônimo Peixoto, nasceu na Fazenda Espírito Santo, Augusto Severo, no dia 26 de abril de 1836 e faleceu no mesmo local a 7 de abril de 1909, aos setenta e três anos de idade. Tinha estatura mediana, moreno claro e era mais calmo do que seus irmãos e companheiros de campanha.

Ao contrário dos outros, não fez toda a campanha do Paraguai, tendo sido dispensado do serviço por motivo de saúde. Voltou ao lar paterno a 27 de maio de 1867, já coberto de glória e deixando ainda na luta, os seus irmãos Amaro, Antônio e José. Teve seu batismo de fogo pouco antes da rendição de Uruguaiana, assistiu a citada rendição, combateu em Itapirú e depois na batalha de Curuzú, onde já alferes por bravura, se houve com tal distinção que foi promovido ao posto de tenente, novamente por bravura, de acordo com a ordem do dia de 4 de setembro de 1866, e recebeu a Ordem da Rosa no grau de cavaleiro.

A seguir, como é da história, houve uma trégua e o exército brasileiro em operações passou ao comando do Marquez de Caxias. O tenente Corrêia e Castro várias vezes distinguido na linha de frente, foi afinal

comissionado em capitão pela Ordem do Dia nº 56 de 18/3/1867 e classificado no mesmo batalhão. A 27 do mesmo mês e ano deixou o serviço por motivo de saúde, de acordo com a Ordem do Dia de Caxias nº 82 emitida no Quartel General de Tuiuty.

Foram poucos os combates em que Manoel Martins tomou parte, mas de tal maneira neles se comportou, que, entrando na guerra como soldado, chegou ao posto de Capitão. Infelizmente, meu pai que menino, conheceu pessoalmente o Capitão, não conseguiu documentos indicadores das outras condecorações que, algumas vezes viu sobre o peito daquele valente norte-riograndense, em dias de comemorações cívicas. Meu pai mesmo foi também, juntamente com minhas tias, ouvinte atento das estórias da guerra contadas pelo valente veterano, nas visitas que costumávamos fazer ao meu bisavô materno e seu grande amigo João José de Albuquerque, para o almoço dos domingos. O limite de tempo não permite que relembre aqui algumas dessas estórias.

Limito-me a lembrar o episódio em que, de espada em punho, nas trincheiras Itapirú, esgrimou com outro oficial brasileiro, em defesa da vida de um prisioneiro paraguaio que a ele se rendera e estava sendo ameaçado de morte pelo colega brasileiro. Salvou a vida do prisioneiro e foi preso pelo citado oficial brasileiro de maior patente. A prisão foi depois tornada sem efeito por ordem do Imperador e o Capitão recebeu mais um elogio.

De volta à sua cidade natal, casou-se a 27/6/1870 com uma sobrinha e teve vários filhos defeituosos, conseqüentes talvez do casamento consaguíneo. Morreu pobre na fazenda onde nasceu.

IV) TENENTE JOSÉ LUCAS BARBOSA

Nasceu o Tenente José Lucas Barbosa, que todos conheciam como o "Tenente Zumba", no mesmo sítio Espírito Santo onde residiam seus pais e faleceu a 17 de dezembro de 1914.

Não foi menor do que a dos seus irmãos a atuação do Tenente Zumba na Guerra do Paraguai. Não foi possível ao meu pai conseguir dos seus dois filhos os documentos comprobatórios de todas as condecorações que recebeu, de vez que tais documentos foram enviados ao Rio de Janeiro, como comprovantes de interesses legítimos da família e nunca mais foram devolvidos. No entanto, os falecidos generais João Varela e Manoel Cornélio, o primeiro dos quais conheci e, acredito, muitos dos presentes também o fizeram, confirmaram para o meu pai a trajetória heróica desse nosso conterrâneo, trajetória confirmada pelas sucessivas promoções por bravura, que o levaram, nos campos de batalha, de soldado raso a Tenente da Guarda Nacional.

O Tenente Lucas Barbosa serviu sempre na cavalaria e esteve em ação até o fim da guerra. Foi promovido a Alferes no dia 30 de junho de 1868 e classificado no 20º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de

acordo com a Ordem do Dia nº 225 do Marquez de Caxias no seu Quartel General de Pare-Cuê. A promoção a Tenente, deu-se no dia 29 de maio de 1870, segundo a Ordem do Dia nº 46 de sua alteza o Príncipe Conde D'Eu, no dia 15 de abril do mesmo ano, no seu Quartel General em Humaitá.

Terminada a guerra, voltou à sua terra natal para visitar seus pais. Trabalhou durante certo tempo para o Governo do Paraná, combateu silvícolas no Amazonas, tomou parte na Revolução Acreana chefiada por Plácido de Carvalho, tornou-se dono de seringais, fez fortuna e voltou à terra natal onde casou com D. Maria Veras Barbosa, teve dois filhos e faleceu rodeado da própria família.

V) MAJOR MANOEL CORNÉLIO BARBOSA CORDEIRO

Nasceu Manoel Cornélio em 1836, na Fazenda Beldroega, Município de Campo Grande, filho legítimo de Manoel Thomaz Peixoto e D. Maria Miranda de Castro. Era primo irmão do Padre Amaro Theot Castor Brasil e seus irmãos e com eles conviveu durante a infância e adolescência. Na verdade cresceram como se fossem irmãos, tanto que chamava ele ao velho Jerônimo Peixoto, de "Pai Jerônimo" e a D. Joana, "Mãe Joanhina".

Meu pai recebeu do próprio major, suas anotações de guerra. Em tais anotações ele nos diz, entre outras coisas que "influenciado pelos horrores praticados pelos paraguaios em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, como noticiaram os jornais, levantou-me o ânimo de morrer ou viver em defesa do meu país, do meu querido Brasil". "Em janeiro de 1865, ofereci-me para ir em defesa da pátria. O Governo aguardava a chegada de voluntários do litoral e do sertão". Só tivemos ordem de embarcar em 16 de dezembro do mesmo ano, direto ao Rio. Entre oficiais e praças eram 280". "Chegamos à capital do país e aí organizou-se um batalhão que tomou o número 28º da Infantaria, tendo sido nomeado Comandante o Ten. Cel. Francisco de Albuquerque Bello".

Este Batalhão em março de 1866 seguiu para Corrientes, incorporado ao 1º Corpo do Exército sob o comando de Manoel Luiz Osório "que a todos impressionava pela bravura, porte marcial e deliberação pronta".

A luta para Manoel Cornélio começou em Cerro Corá. Naquele dia, 16 de abril, as forças de Osório, protegidas pela esquadra, transpuseram o Rio Paraná e desalojaram o inimigo de suas fortificações. "Ao local se chamou Passo da Pátria, nome sugestivo lembrando um dos magníficos feitos do soldado brasileiro, que pisava, pela primeira vez, solo paraguaio". A seguir Manoel Cornélio tomou parte na Batalha de Itapirú, nas ações que conduziram a Batalha de Tuiuty, no dia 24 de maio. Nas suas notas o major descreve não só as ações, mas com detalhes a famosa batalha de Tuiuty. O tempo não nos permite aqui analisar aqueles detalhes, mas peço licença para reproduzir um trecho em que relata: "A direita, porém ocupada pelos argentinos, a cuja frente se encontrava um general fraco, mal

suportava os embates inimigos. Vem a confusão. Há quem diga que os argentinos facilitaram mesmo a investida paraguaia - o nosso General João Varela era um deles. A cavalaria paraguaia traz nas garupas dos cavalos, soldados e silvícolas armados de machados que ao chegar perto das peças de artilharia, saltavam e se abraçavam com elas, procurando tomá-las. Um general argentino, Wenceslau Paunero, tenta levantar o brio de seus soldados e sua gente avança. Junto às peças de artilharia a carnificina é tremenda”.

Diz Pires de Almeida que “neste instante Osório percebe o que se está passando no campo aliado e fincando as esporas no relinchante cavalo baio, disparou em direção à direita, sendo recebido entre aclamações pelos argentinos”. A luta continua, com nossa cavalaria lutando denodadamente contra inimigo superior. A artilharia corta afinal o inimigo em duas frações. Osório avança com a esquerda, e o centro, lutando à baioneta por um terreno juncado de cadáveres. Aumenta a fuzilaria e, após seis horas de luta, os clarins anunciam a vitória.

Sobre a batalha conclue Manoel Cornélio Carneiro “juncado de cadáveres, o campo era o panorama mais triste e horrível que vi em toda minha peregrinação por este vale de lágrimas e de misérias, onde ouvi gritos e gemidos de feridos lançados ao chão a pedirem socorro, e vi dilacerados uns, de miolo e sangue derramados pela terra, outros. Quem não viu uma guerra não imagina, nem pode imaginar esta triste cena”.

Depois desses eventos, caiu doente o então Tenente Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro e foi recolhido muito mal e magro ao hospital em Corrientes. Caxias, que veio a Corrientes para assumir o Comando do Exército, mandou-o à inspeção de saúde local o encaminhou ao Rio de Janeiro, para uma segunda inspeção, quando foi então considerado incapaz para o serviço do Exército e mandado de volta ao Rio Grande do Norte. Meu pai verificou que o Tenente Barbosa Cordeiro foi dispensado do Exército por Portaria de 24/1/1867, em virtude do termo de inspeção que procedeu a Junta Militar da Corte, em sessão de 4 de janeiro do mesmo ano.

Durante sua permanência em nossa terra prestou serviços à segurança pública e juntamente com o Major Miguel Seabra, quando era este ainda Alferes, prendeu e limpou o estado de 47 ladrões e malfeitores protegidos de figurões políticos da época. De 1893 a 1897 comandou a fortaleza de Macapá, por nomeação do Marechal Floriano Peixoto, seu companheiro da Campanha do Paraguai. Dispensou-o o Presidente Prudente de Moraes. O posto de Major honorário do Exército foi-lhe conferido pela mesma lei que elevou à igual patente o respeitável General João Varela.

VI) SOLDADO FRANCISCO JUSTINIANO DE MELO

Quando meu pai escreveu a série de artigos denominada “Desconhecidos ...” nos idos de 1930, ainda vivia em Campo Grande numa choupa

na prestes a cair, cego de uma das vistas, corcunda e em estado de miséria, abstendo-se de falar dos seus feitos na guerra, mas comovendo-se até às lágrimas ao saber lembrados seus companheiros na Campanha do Paraguai, o velho Francisco Justiniano de Mello - Chico Vicente, como era popularmente conhecido. Recebia ele, na época, uma pensão de 360 réis diários, pelos serviços prestados na guerra contra Solano Lopez, isto é, dezoito vintens diários que correspondiam, na ocasião, a um litro de farinha. Tal compensação, ridícula por todos os padrões de comparação, era a compensação dada pela nação a um cidadão que, voluntariamente partiu para a guerra com apenas vinte anos e que ali se portou com extrema bravura, como atestam as cicatrizes dos vários ferimentos recebidos em combate.

Revoado com o estado de penúria daquele veterano da Guerra do Paraguai, o Dr. Barôncio Guerra, iniciou uma campanha junto as autoridades militares, ao Governo Estadual e a Assembléia Legislativa, pela concessão de pensão com o objetivo de retirar da miséria o heróico filho de Augusto Severo que apenas “vivia com sua velha companheira, protegida apenas por uma filha, que ia ao rio buscar o pote de água que lhes mitigava a sede, e ao mato colher os garranchos para meter na trempe e fazer o caldo do pedaço de osso, presente do açougueiro generoso”. “É muito pequeno o auxílio, bradava meu pai, e muito grande o efeito moral”. Infelizmente, não tenho indicações precisas sobre se a campanha teve ou não o sucesso necessário.

Francisco Justiniano de Mello nasceu a 30 de abril de 1845, na então freguesia de Campo Grande. Era filho legítimo de Vicente Ferreira de Mello, razão pela qual tinha o apelido de “Chico Vicente” e de D. Maria Joaquina de Mello.

Segundo depoimento do próprio veterano - “ouvindo falar de horrores praticados pelos paraguaios e sabendo da ida de Joaquim Castriciano de Brito e outros para a guerra, obteve licença dos pais e, nos fins de 1865 veio para Natal e alistou-se no 28 de voluntários. Embarcou depois para o Rio e assistiu a rendição de uruguaiana. Seu batismo de fogo se deu em Curuzú, onde foi gravemente ferido. Em consequência, foi operado e permaneceu hospitalizado 2 meses e 25 dias. Em Curupaity recebeu outro ferimento que o colocou no hospital por mais 15 dias. Em combates subsequentes recebeu mais três ferimentos menos graves e chegou a sargento por ato de bravura. Contudo, já no final da campanha, por um ato de indisciplina foi rebaixado a soldado raso. Não assistiu a morte de Lopes, mas chegou ao local logo depois e ainda viu o cadáver do ditador às margens do Aquidauana.

Dizia meu pai que Chico Vicente era popularíssimo entre a criança da de Campo Grande da época e todos adoravam ouvi-lo contar as peripecias da campanha.

Era, quando válido, um homem calmo e enérgico. Um dia, na feira de Campo Grande onde vendia farinha, enfrentou um soldado de polícia,

bêbado, que lhe exigia um litro daquele cereal. O tal soldado, Chico Ricardo, intimava-o a dar-lhe um litro de sob pena de engolir um osso que trazia na mão. Chico Valente ponderou sua condição de veterano, de homem de idade, mas nada demovia o soldado bêbado. Então, o velho servidor da pátria terminou o diálogo dizendo: "Olha soldado, não dou a farinha, nem engulo o osso. Não será um reles polícia que desmoraliza um homem como eu". Feirantes interferiram e afastaram o desordeiro. O fato foi comunicado ao Tenente Francisco Cascudo, Comandante do destacamento que prendeu o soldado atrabiliário.

Bem meus senhores, com este resumo dos feitos do soldado Francisco Justiniano de Mello, encerro esta evocação dos feitos dos heróis de Augusto Severo na Guerra do Paraguai. Um outro veterano, mereceria sem dúvidas igual destaque - o Alferes Joaquim Castriciano de Brito - que ajudou muito na organização o "28º de Voluntários" e de tal modo se houve naquele mister, que já saiu de Natal para a guerra, promovido ao posto de Alferes.

Dois motivos me fazem não entrar em detalhes sobre a vida e os feitos deste notável norte-riograndense: primeiro., por ter sido ele, em vida, meu tio-avô e padrinho de batismo do meu pai; sinto-me, em consequência, suspeito para enaltecer a figura deste meu ancestral, por quem o meu venerado avô tinha o mais alto carinho e respeito; segundo, por ter ele participado de poucas ações bélicas, uma vez que, depois da rendição de Uruguaiana, quando o alto comando brasileiro resolveu dissolver o "28º de Voluntários" para completar claros existentes em outras unidades, aceitou o oferecimento do Imperador e deixou o campo de luta.

Joaquim Castriciano de Brito, juntamente com vários oficiais de "28º de Voluntários" que não concordaram com sua extinção, aceitou o oferecimento do Imperador e desistiu da luta. Dentre os que voltaram se incluíram o comandante daquela unidade Ten.-Cel. José da Costa Villar, trisavô do meu amigo Jair Vilar e o Capitão Antonio de Moraes Castro, Comandante da companhia a que pertenceu, como voluntário, o nosso lendário General João Varela.

Permitam apenas que afirme - em homenagem à memória do Alferes, que era ele de estatura regular, muito corajoso, trabalhador, discreto, honrado à toda prova, de conduta exemplar, bom filho, bom esposo, bom irmão e, na velhice de seus pais, foi o grande timoneiro moral e econômico de sua gente. Meu avô - Manoel Basílio de Brito Guerra, um varão de caráter puro - referia-se ao Alferes como "um cadastro de boas obras" e "que suas obras, sua caridade e sua consciência salvaram a muitos".

Não comento aqui os seus feitos na Guerra do Paraguai, mas deixo consignado o respeito, a admiração e o imenso carinho com que toda a família do meu pai dedicava ao Alferes, sentimentos que se propagaram até mesmo aos descendentes que não o conheceram, como é o caso deste norte-riograndense modesto que vos fala.

Para terminar gostaria de mencionar que o prefeito Omar O'Grady

aceitou a sugestão do meu pai e quatro ruas foram batizadas com os nomes de Castor Brasil, Martins Corrêia, Lucas Barbosa e Corrêia e Castro. Não sei se as denominações ainda perduram, nem tenho condições de fazer uma verificação pessoal, dado ao meu longo afastamento desta deliciosa cidade. Disponho porém das localizações e faço um apelo ao ilustre presidente desta casa de memória, para que mande verificar a manutenção, ou não, dos nomes e, em caso negativo, que o Instituto solicite da municipalidade o restabelecimento dos nomes desses heróis para mantê-los na memória da cidade e de sua gente.

(Discurso de posse, na categoria de sócio correspondente do I.H.G./RN, em sessão solene realizada no dia 13 de agosto de 1992).

A RESTAURAÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS, DO ENGENHO CUNHAÚ

Jeanne Fonseca Leite Nesi
(Sócia efetiva)

O Engenho Cunhaú, localizado no município norte-rio-grandense de Canguaretama, pode ser considerado o mais tradicional estabelecimento rural da Capitania do Rio Grande. No decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, Cunhaú teve uma decisiva atuação nos mais palpitantes episódios rio-grandenses. A história do Engenho Cunhaú foi objeto de antigos relatos, de autores luso-brasileiros e holandeses.

Aos 2 de maio de 1604, Jerônimo de Albuquerque, que foi o segundo capitão-mor do Rio Grande, doou aos próprios filhos, Antônio e Matias de Albuquerque, 5.000 braças de terra em quadra, na ribeira do Cunhaú, cuja medição principiava "donde entra a ribeira de piquis em Curumatáu".

Ao que tudo indica, a ereção do Engenho Cunhaú ocorreu naquele mesmo ano de 1604, graças aos esforços desenvolvidos pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque. Este, por conta de sua destacada atuação na reconquista do Maranhão aos franceses, em 1614, recebeu a mercê real de acrescentar ao seu sobrenome Albuquerque, o apelido Maranhão. Surgiu então a família Albuquerque Maranhão.

Como era de praxe à época, juntamente com o engenho propriamente dito, foram erguidas uma casa-grande e uma capela, que recebeu a proteção de Nossa Senhora das Candeias.

Cunhaú, que era um engenho movido a água, isto é, um engenho real, foi palco durante o período do domínio holandês na capitania (1633 - 1654), de memoráveis tropelias e batalhas. Na capela do engenho ocorreu o triste episódio conhecido como o Massacre do Engenho Cunhaú, na manhã de domingo, 16 de julho de 1645. Tapuias janduis, comandados pelo alemão Jacob Rabbi, massacraram traiçoeiramente dezenas de luso-brasileiros, no interior daquela capela de Nossa Senhora das Candeias.

Durante o período da dominação flamenga, Cunhaú passou pelas mãos de proprietários holandeses: Joris Gardtzman e Balthazar Wyntges (sócios); Willem Beck e Hugo Braswinckel (também sócios).

Naquele interregno holandês, o pintor Frans Post desenhou uma alegoria que retratava as edificações do engenho, inclusive a capela. Tal alegoria foi incluída, como decoração, no mapa de Jorge Marcgrave (1643), relativo à Capitania do Rio Grande. O referido mapa faz parte do famoso livro **Rerum per Octennium in Brasilia**, de Gaspar Barléu, editado em 1647 em Amsterdam, Holanda.

Naquela primeira imagem do engenho, a capelinha se apresentava

com capela-mor e nave. Possuía feição colonial, com cobertura em três águas, duas para as laterais do prédio e outra para a parte posterior. A capela-mor, com telhado rebaixado em relação à nave, também apresentava cobertura em três águas. À sua frente, erguiam-se um cruzeiro e uma sineira.

No oitão direito do templo, desenvolvia-se a casa-grande do engenho. O prédio da igreja foi muito bem construído, em alvenaria de pedra, daí o motivo de sua resistência ao tempo e ao abandono.

Segundo Dom Nivaldo Monte, a Capela de Nossa Senhora das Candeias é o mais importante monumento histórico da vida religiosa do povo brasileiro.

Com a expulsão dos holandeses, em janeiro de 1654, Cunhaú reverteu ao domínio da família Albuquerque Maranhão, que também exerceu uma decisiva atuação durante os anos da chamada Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gêtio Tapuia (1683 - 1720).

No ano de 1810, hospedou-se na casa-grande do Engenho Cunhaú o britânico Henry Koster, que ali conheceu o coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão (1773-1817). Koster, no seu livro **Travels in Brazil**, descreve minuciosamente tudo aquilo que presenciou no Engenho Cunhaú: a vastidão das propriedades rurais da família Albuquerque Maranhão, as plantações de cana ao longo do caminho, os finos cavalos de estribaria. Koster também descreve uma ceia que lhe foi servida a uma hora da madrugada, da qual constaram iguarias suficientes para umas vinte pessoas, apesar de a mesa achar-se ocupada por apenas quatro. Somente às três horas da madrugada, Koster pode se recolher a uma boa cama. Segundo o inglês, em Cunhaú “tudo tinha um certo ar de magnificência; até as toalhas eram guarnecidas de rendas...”.

André de Albuquerque Maranhão, coronel de milícias, conhecido como Andrezinho de Cunhaú (para diferenciá-lo do pai, também chamado de André de Albuquerque Maranhão), chefiou a Revolução Republicana de 1817, na capitania do Rio Grande do Norte. André era o 6º senhor hereditário de Cunhaú. Faleceu no cárcere da Fortaleza dos Reis Magos, em 26 de abril de 1817, vitimado por um golpe de espada.

Com o falecimento de Andrezinho, principiou a decadência do Engenho Cunhaú, que foi confiscado pela Coroa Real. Durante cinco longos anos, as propriedades pertencentes aos Albuquerque Maranhão foram espoliadas, saqueadas, arrasadas. Com o perdão concedido pelo imperador Pedro I, em 1821, os Albuquerque Maranhão envolvidos na Revolução de 1817 foram libertados, recuperando as suas propriedades e bens.

Dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, mãe de Andrezinho, faleceu poucas horas depois de ter recebido a notícia do falecimento do seu único filho varão. Em 1823 ocorreu o inventário de dona Antônia Josefa, através do qual são fornecidas importantes informações sobre os bens que haviam pertencido à inventariada e também ao próprio André de Albuquerque Maranhão. O inventário menciona as diversas propriedades

rurais (engenhos e fazendas de criação) pertencentes a dona Antônia Josefa e a Andrezinho, espalhadas pelo Rio Grande do Norte e Paraíba.

A tradicional família Albuquerque Maranhão manteve-se proprietária das terras de Cunhaú, durante mais de 3 séculos.

Atualmente Cunhaú, que já teve o seu engenho desativado há muitos anos, pertence ao Sr. Hugo de Araújo Lima, que ali explora a agropecuária.

II

A atual feição do templo já não é mais a original. Ele chegou aos nossos dias, apesar de arruinado, com aspecto de edificação do século XVIII, pelo estilo barroco do seu frontispício. O prédio é constituído de capela-mor, nave e sacristia. Na capela-mor existe um nicho, originalmente ocupado pela imagem de Nossa Senhora das Candeias, sua padroeira.

A fachada, emoldurada por cunhais e cornija, apresenta frontispício revolteado barroco, ladeado por dois pináculos, com um nicho central e encimado por uma cruz. Possui apenas uma porta de acesso na fachada principal e duas janelas ao nível do coro. Todas as esquadrias são de madeira pintada e estão assentadas em vãos de vergas retas com cercaduras de massa.

Existe uma outra porta na parede direta do templo. A sacristia, de construção posterior, possui duas portas, uma dando acesso à capela-mor e a outra, que se abre para o exterior.

Segundo informa Paulo de Albuquerque Maranhão, existem referências a atos religiosos celebrados na Capela de Cunhaú, até por volta de 1860. É possível que a partir de então, tenha tido início o declínio do templo.

As primeiras fotografias de que se tem notícia da capelinha, datam de 1920, quando a mesma já se apresentava em estado de ruína.

Vários historiadores levantaram a voz em favor da recuperação do templo. Luís da Câmara Cascudo lutou com veemência pela causa, tendo publicado em 13.10.1945, uma de suas Actas Diurnas, onde declarava: "Tenho feito o impossível para que as ruínas históricas do Rio Grande do Norte não pereçam. Relatórios, moções, artigos, fotografias, resumos, notas, tudo, profusamente, tenho feito e enviado aos entendidos particulares e aos desatendidos oficiais".

Em outra Acta Diurna, de 03.12.1949, novamente Cascudo elevava a sua voz, em favor da recuperação do prédio: "Será possível a continuidade desse abandono injustificado? Tanta verba espalhada e nessa chuva benéfica de ouro não caberão algumas moedas na mãozinha branca de Nossa Senhora das Candeias?".

Na década de 60, o dr. Luís Emygdio de Mello Filho, descendente da Casa de Cunhaú, em nome de familiares dos antigos proprietários de

Cunhaú, residentes no Rio de Janeiro, encaminhou ao antigo IPHAN documento em que pleiteava a restauração da Capela de Nossa Senhora das Candeias, do Engenho Cunhaú.

Em 1964 ocorreu o tombamento da capela. O antigo IPHAN, através do seu representante no Rio Grande do Norte, professor Oswaldo de Souza, realizou obras de consolidação das ruínas, protegendo-as do total desmoronamento. À época, foram retiradas as ervas daninhas que aumentavam as fissuras existentes nas paredes, tendo sido fechadas as referidas fendas e demolida, parcialmente, a parede lateral esquerda, que já ameaçava ruir arrastando consigo o belo arco cruzeiro da cantaria.

Aquela medida preventiva protegeu o templo até que chegassem as verbas destinadas à restauração. Finalmente, na década de 80 os recursos chegaram, graças a um convênio firmado entre o Governo do Estado, através da Fundação José Augusto, a Fundação Roberto Marinho e a antiga Pró-Memória. Os recursos foram repassados à Fundação José Augusto graças, em grande parte, ao empenho pessoal do então presidente dr. Valério Mesquita, cuja devotada dedicação à recuperação do patrimônio cultural do Rio Grande do Norte, impediu o arruinamento total da capela.

Os trabalhos de recuperação demoraram mais de um ano, pelas dificuldades que os técnicos da Fundação José Augusto tiveram de enfrentar.

Seria possível recuperar o prédio de acordo com a sua feição barroca, que remontava ao século XVIII, pois as peças que compunham o frontispício achavam-se caídas ao solo, com possibilidade de serem recompostas à maneira de um gigantesco quebra-cabeça. Mas, como erguer aquelas enormes e pesadas peças, há vários anos dispostas no chão ?

Optou-se pelas utilização de um guincho, que pelo seu peso e tamanho, teve grandes dificuldades em chegar àquela localidade, percurso realizado através de uma estradinha de terra.

A capela recebeu cobertura nova, em duas águas, conservando-se o antigo acabamento dos beirais, de beira seveira.

Restaurou-se o interior e, em seguida, foi recuperada a parede da fachada principal, sendo recolocadas as peças que compunham o seu frontispício, mediante ajuda do guincho e o enorme e abnegado trabalho dos técnicos da Fundação José Augusto.

Finalmente a capela ficou pronta e foi reinaugurada solenemente, no dia 15 de fevereiro de 1986. Compareceram à cerimônia, d. Nivaldo Monte, arcebispo de Natal; Valério Mesquita, ex-presidente da Fundação José Augusto; jornalista Paulo Macedo, presidente da referida Fundação; Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão, representante da família Albuquerque Maranhão, residente no Rio de Janeiro; Domingos Linheiros, delegado regional da Fundação Pró-Memória.

Na ocasião da reinauguração, Valério Mesquita declarou que as obras

de restauração da Capela do Engenho Cunhaú, representaram a sua principal meta à frente da Fundação José Augusto.

Restaurada a histórica capela, a tradicional imagem de Nossa Senhora dos Candeias foi devolvida ao seu local de origem, naquele mesmo dia. Segundo informou na ocasião Dom Nivaldo Monte, a antiga pia de água benta da capela, encontra-se possivelmente na Capela de Santa Júlia, na capital da Paraíba. Dom Nivaldo comprometeu-se também a conseguir a devolução do sino da capela de N.S. das Candeias, levado para João Pessoa - PB.

Estiveram também presentes à reinauguração, o prof. Hélio Vasconcelos, que representou o Governador José Agripino Maia; o presidente do Instituto Histórico e Geográfico, Dr. Enélio Lima Petrovich; o prefeito municipal de Canguaretama, Juarez Rabelo; a prefeita de Macaíba, Odiléia Mesquita; o padre Tarcisio Pereira, capelão de Cunhaú; além do atual proprietário de Cunhaú, Hugo de Araújo Lima.

Dom Nivaldo Monte celebrou a cerimônia de bênção do templo. Abrilhou a festa ocorrida em Cunhaú, o Quarteto do Instituto de Música da Fundação José Augusto.

FONTES: Informações gentilmente cedidas pelo pesquisador Olavo de Medeiros Filho; "Ruínas de Cunhaú", trabalho apresentado por D. Nivaldo Monte, no I Seminário de Estudos sobre o Nordeste; "A Capela de Cunhaú e seu valor histórico", de Paulo de Albuquerque Maranhão, 1986; "A Capela de Cunhaú", de Hélio Galvão, *in* Anais do Museu Histórico Nacional, vol. III, 1942, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945; "Acta Diurna" - Pela Capela de Cunhaú, de Luís da Câmara Cascudo, *in* Diário de Natal de 3.12.1949; "O Engenho Cunhaú à luz de um inventário", de Olavo de Medeiros Filho, a ser brevemente lançado pela Fundação José Augusto, Natal-RN; "Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte", de Oswaldo de Souza. Fund. José Augusto, Natal, 1981; "Capela de Cunhaú, monumento religioso importante do RN", *in* Diário de Natal de 18.2.1986; outras pesquisas realizadas pela autora.

ULYSSES DE GOES, UM APÓSTOLO

Nilo Pereira
(Sócio correspondente)

Foi em 1924 que conheci Ulysses de Goes. Posso dizer que ainda era adolescente, nos meus 14 anos de idade. Começava eu o curso da Escola do Comércio de Natal. Ele, Secretário Executivo da Escola, da qual era Diretor o Advogado e Jornalista Alberto Roselli.

Ao lado da Escola, ou mesmo dentro dela, estava a Congregação Mariana de Moços de S. Luís de Gonzaga. Ulysses se distribuía por essas duas entidades. Seu apostolado começou aí e estendeu-se à Caixa Rural e Operária, que ele fundou ao lado de alguns cooperativistas do porte de Heráclio Vilar, Dioclécio Dantas Duarte, Francisco Veras Bezerra e outros.

Natal vivia uma fase de transição. Estávamos no governo do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. Um momento de renovação de valores se iniciava, continuado no governo do Dr. Juvenal Lamartine. O Bispo de Natal, Dom José Pereira Alves, grande orador, dava nova dimensão à Diocese. Fundava-se o "Diário de Natal", órgão católico. Jornal bem feito, para o qual entrei em 1927, com 17 anos, já escrevendo sueltos e comentários de circunstância. Fiz diversas entrevistas. Tinha a categoria de Redator (ou Redactor, como está nos cartões então impressos, que guardo como uma lembrança desse tempo já longínquos).

Entrevistei Mermoz, Ítalo Balbo, que assinou um desses cartões, que eu apresentei como credencial, e fiz a cobertura do vôo de alguns aviadores famosos, dentre os quais Sarmento de Beires, que Dom José saudou em praça pública num discurso memorável.

Foi por essa época que conheci, em Natal, o aviador Saint-Exupéry. Pareceu-me bisonho, ensimesmado. Ele e Mermoz estavam numa cabana, em Pamamirim, que seria, mais tarde, o campo de atividades aviatórias celebrizado no mundo inteiro, quando Natal se transformou no "trampolim da vitória".

Ulysses era grande animador desse movimento jornalístico. Gostava de ver o "Diário de Natal" inserido no jornalismo cotidiano, noticiando os fatos e divulgando a doutrina da Igreja através de nomes consagrados como Luís da Câmara Cascudo, Padre Luís Gonzaga do Monte, Desembargador Francisco de Albuquerque Mello, Oscar Wanderley, Alberto Roselli, José Ferreira de Sousa. Dentre os jovens estavam Afonso Bezerra, Miguel Seabra Fagundes, Jorge O'Grady de Paiva, Raimundo Macedo, entre outros.

Para nós, jovens marianos, o modelo de nossa atividade era Jackson de Figueiredo. O lutador da Igreja, o leigo incomparável, o idealista e filósofo impregnado do que ele chamava "a reação do bom senso", mar-

cava a nossa época. Tínhamos nele, em Tristão de Athayde e no Padre Leonel Franca os modelos insuperáveis de atividade católica. Quando Jackson morreu no Rio de Janeiro, sentimos que um mundo inteiro desabava sobre todos nós. Mas, em Natal, um homem incomum, um cruzado da mesma peleja, que era Ulysses de Goes, nos animava a continuar; e nós continuamos, sempre fiéis a Jackson, aos mestres de nossa geração.

Tenho a impressão de estar vendo Ulysses de Goes na Escola de Comércio, no "Diário de Natal", na Congregação Mariana, na Caixa Rural e Operária como um apóstolo sem descanso. Predominava nele a pureza da doutrina, que punha em prática com absoluta fidelidade à Igreja, da qual foi cavaleiro sem medo e sem mácula.

Sua vida foi uma lição inteiriça de unidade e de fé. Viveu longamente, como Deus lhe permitiu. Cada dia de sua vida era uma página aberta ao fascínio dos seus congregados e discípulos, que viram nele, a todo momento, o homem de exceção o batalhador insatisfeito.

Tenho cartas dele, falando com entusiasmo juvenil do jornal "A Verdade" que pretendia fundar. Teve a alegria e a felicidade de ver o seu jornal circular. Foi a sua despedida. A derradeira mensagem de sua alma apostólica, diáfana, sempre pronta a servir, o grande verbo de sua vida.

Agora, ele se vai. Sabe Deus como recebi a notícia de sua morte. Foi como se, de repente, tudo escurecesse ao redor de mim. Um amigo, um mestre, um cruzado medieval da Igreja, um lúcido e arguto defensor do Concílio Ecumênico Vaticano II, um santo, deixava a nossa convivência. Guardo muitas de suas cartas, naquela letra miúda, que parecia esconder a sua grandeza. Essas cartas são o seu testamento espiritual. Em poucas palavras dizia muita coisa, falava à nossa alma, suscitava bons e nobres sentimentos, abria novos horizontes aos nossos olhos, e sacudia o nosso espírito com a juventude que era nele um sinal de Deus.

Como todo santo, era alegre. Seu riso contagiava. Tinha um estilo sincopado. No telefone cortava, de repente, a conversa. Ria muito. Para ele não havia ninguém ruim; julgava os outros por si; era desprevenido e até ingênuo. Seu mundo interior se compunha de satisfações pelo dever cumprido e de esperanças numa fraternidade que nunca chegou a alcançar, como a imaginava.

Tenho dele a sua presença cotidiana no exemplar que me ofereceu da "Imitação de Cristo", numa encadernação de folhas douradas, com uma dedicatória que foi para mim um compromisso, pois que ele me chamava "o modelo dos moços". Isso, longe de me envaidecer, ficou sendo um estímulo para a vida toda. Essa oferenda foi em 1925, nos meus 15 anos.

Agora, que ele não mais existe, resta-me essa palavra generosa, que é um testemunho do coração abrindo novos caminhos ao jovem que ele tanto animou e ajudou.

Todos nós sabemos que ele pode perfeitamente figurar na galeria dos santos de Natal como sendo o terceiro na ordem cronológica. O pri-

meiro é o Padre João Maria, canonizado pelo povo; o segundo é o Padre Luís Gonzaga do Monte, o santo da humildade e do saber universal como expressão da Verdade revelada.

Deixo aqui o meu depoimento desvalioso sobre uma vida que foi verdadeiro prodígio de purificação de almas e de ideais.

Ulysses de Goes passou a viver a imortalidade que, paradoxalmente, se conquista com a morte. Ele continua a ser o nosso timoneiro e o nosso guia espiritual. Sua palavra mansa e cordial será sempre ouvida nas nossas perplexidades, toda vez que a nossa consciência necessitar duma luz mais forte capaz de iluminar caminhos mais difíceis.

Meu adeus ao grande Ulysses de Goes é um profundo sentimento de ausência e de orfandade espiritual. Deus há de ter recebido o seu servo, recompensando-o pelo bem que fez, pela certeza que deixou do valor da atividade humana em função das coisas absolutas e eternas.

(Recife-Maio de 1992.)

OS SETENTA ANOS DA “PRAIEIRA DOS MEUS AMORES...”

Cláudio Augusto Pinto Galvão
(Sócio Efetivo)

Foi a canção mais popular da cidade do Natal, nos tempos em que o meio comportava saraus familiares e serenatas ao luar.

A influência da música vinda através do rádio e dos discos iniciou um processo de mudança de costumes que foi acelerado, mais tarde, pela ação avassaladora da televisão, quando impuseram uma cultura de origem externa, travestida de uma pretensa modernidade e opondo-se frontalmente às tradições regionais da cidade e do Estado.

A “Praieira”, bem como boa parte do repertório de canções antigas originárias de autores locais, vem resistindo graças ao sentimentalismo de alguns saudosistas e à ação de alguns programas de rádio do tipo “seresta” que incluem canções de autores locais. Só por isso e por haver sido gravada em disco algumas vezes, é que não foi irremediavelmente esquecida, como já aconteceu a inúmeras outras canções.

A canção se intitula, na realidade, “Serenata do Pescador” e o poema está incluído na única edição do livro “Jardim Tropical” que Othoniel Menezes publicou em 1923. Musicada por Eduardo Medeiros, já gozava, àquela época, de grande popularidade, como o declara o poeta em seu livro: “...publico no livro a minha “Praieira”, que me tem dado, muitas vezes, noite alta, enquanto um violão soluça na rua solitária, a ilusão efêmera e perigosa da popularidade...”.

Esta popularidade e a essência de seus versos, todos eles inspirados em motivos tipicamente natalenses, levaram a Câmara Municipal do Natal, em Decreto-Legislativo nº 12, de 22 de novembro de 1971, a considerá-la “Canção Tradicional da Cidade”. Poucos conhecem, entretanto, os fatos que levaram o poeta a escrevê-los.

Naquele já distante ano de 1922 os acontecimentos que mais prendiam a atenção dos natalenses, bem como dos brasileiros em geral, eram as comemorações do primeiro centenário de nossa independência. O Governador do Estado incumbiu, através de lei, ao Instituto Histórico e Geográfico - àquele tempo sob a presidência do Dr. Pedro Soares de Araújo - a elaboração de extenso programa de festividades a se efetivarem na semana de 3 a 10 de setembro.

Uma homenagem, embora não contasse da programação oficial, parece ter sido a que maior repercussão obteve, não só no Estado como no Rio de Janeiro, a então capital do País: um raid de pescadores pertencentes à “Colônia José Bonifácio”, realizado a bordo de três frágeis barcos

de pesca. Participaram do raid os seguintes barcos e tripulação: Barco "República": Philadelpho Thomás Marinho (mestre), Operiano Paulino da Silva, Sebastião Paulino da Silva e João Miguel Felix.

Barco "Íris": Francisco Cândido de Oliveira (mestre), João Soares do Nascimento, Manuel Duarte e Benjamim Alves Mendonça.

Barco "Pinta": Manoel Claudino da Silva (mestre), Manoel Olimpio de Sant'Anna, Manoel Reinaldo e Manoel Claudino da Silva Filho.

Partindo de Natal a 27 de agosto, chegaram ao Rio de Janeiro a 20 de setembro e retornaram à sua cidade, a bordo de um navio de passageiros, a 19 de outubro.

A partida movimentou toda a cidade. Às 10 horas os três barcos República, Íris e Pinta, chegaram ao Cais Tavares de Lira, onde desembarcou a tripulação. Eram esperados pelo governador Antônio de Souza e grande concentração popular, não faltando as representações de entidades da cidade, bandas de música e foguetório.

Organizou-se, então, um préstito em direção à igreja do Bom Jesus: À frente as bandas do Batalhão de Segurança (Polícia Militar), 29º Batalhão de Caçadores (Exército) e da Escola de Aprendizes Marinheiros (no local da atual Base naval). Celebrou missa campal o Monsenhor Alfredo Pegado, proferindo entusiástico sermão. Em seguida, já em direção ao cais, o préstito passou em frente ao Centro Náutico Potengi onde, de uma das janelas, foram os pescadores saudados pelo Dr. Kerginaldo Cavalcanti e pelo escoteiro João Alves Pessoa. Em seguida, recitaram poesias compostas em sua homenagem os poetas Edinor Avelino ("Intimoratos") e Othoniel Menezes ("Sobre as Ondas").

Desfraldando as velas, os barcos alcançaram o meio do rio sob aplausos, aclamações populares, dobrados de bandas de música e espoucar de fogos. No Potengi estavam inúmeros barcos que os acompanharam até a saída da barra, ao som das sirenes dos navios e do repicar dos sinos das igrejas. A primeira notícia deles é um telegrama do navio Maranguape que, no dia seguinte, às 10 horas, encontrou-os à altura de Baía Formosa. No dia dois de setembro chegaram a Recife, partindo à tarde rumo a Salvador onde chegaram no dia 5. Maus momentos à altura de Ilhéus: dois dias e duas noites de temporal. Mais três dias e avistaram Guarapari, na costa do Espírito Santo e ali abasteceram de víveres e da água, que já faltava. Pela frente, mais quatro dias de mau tempo. À altura de São Tomé deram pela falta do barco "Pinta" e, depois de abastecidos os dois barcos em Cabo Frio entraram, na madrugada de 19 de outubro, na Baía de Guanabara.

Notícias chegadas a Natal trouxeram inquietude pela ausência daquele barco. À noite do mesmo dia a Capitania dos Portos recebeu um telegrama de sua congênera do Rio de Janeiro informando a chegada do barco que faltava. Os natalenses puderam, então, comemorar a vitória de seus conterrâneos. A "Colônia de Pescadores José Bonifácio" organizou passeata que, acompanhada por todas as bandas de música da cidade,

percorreu das Rocas à Cidade Alta quando, pelo caminho, destacadas figuras do nosso meio social usaram da palavra em entusiasmada saudação. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, publicava-se uma saudação do Conselheiro Rui Barbosa que iniciava dizendo: "Salve, bravos jangadeiros do Norte", mesmo que os barcos não fossem jangadas e seus tripulantes fossem nordestinos.

Organizou-se um grande desfile, incluindo-se nele cerca de onze outros pescadores que vieram de outras partes do País que, partindo da Praça Mauá - os barcos conduzidos sobre carretas - desceram a avenida Rio Branco até o Palácio do Catete, onde foram saudados pelo Presidente Epitácio Pessoa. Festas e homenagens foram oferecidas por entidades cariocas vinculadas às atividades marítimas. Por proposta do Presidente do Clube de Regatas do Flamengo à Federação Brasileira das Sociedades de Remo, os nomes dos nossos pescadores deveriam ser inscritos em quadro de honra no salão do Conselho.

Depois do grande feito, o regresso à terra Natal. Desta vez, confortavelmente instalados no navio Maranguape que amanheceu na boca da barra do Potengi na madrugada do dia 19 de outubro mas, por conta da maré baixa, somente entrou às 16 horas.

Repetiram-se as manifestações da partida. O navio veio comboiado por barcos embandeirados. Em terra, repique de sinos e espocar de girândolas de fogos. O Capitão do Porto, Comandante Appio do Couto recebeu os pescadores, como representante do Governador. Organizou-se um desfile em direção à Capitania do Porto que, passando pelo Centro Náutico Potengi, foi saudado pelo Dr. Manoel Dantas e pelos poetas Francisco Palma, Edinor Avelino e Othoniel Menezes, que declamou o seu poema "Cântico da Vitória". As ruas, do cais Tavares de Lira à avenida Junqueira Aires estavam iluminadas por lâmpadas multicores. Seria por demais cansativo citar-se nominalmente, as pessoas que, durante o percurso, fizeram entusiasmadas saudações.

No dia seguinte, missa campal no pavilhão que havia na então Praça Leão XIII, (em frente ao Grande Hotel), celebrado pelo Mons. Pegado. À noite, um curso de automóveis (eram apenas dez !) percorria a cidade queimando fogos e levando os pescadores para a sede do Centro Náutico Potengi onde, sob a presidência do Tenente da Marinha Anibal Leite Ribeiro, receberam inúmeras manifestações de apreço.

No dia 21, nova passeata, partindo da Associação de Praticagem; à frente as bandas de música de sempre e os alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros e escoteiros formando alas no meio das quais os pescadores desfilaram sob aplausos gerais. Em frente ao Sport Club de Natal, o

1)O poeta perdeu os originais desses livros. Pesquisando em jornais da época o autor deste artigo conseguiu resgatar parte deles que foram publicados sob o título "Ara de Fogo-Abysmos-Esparsos" pela Editora Clima, em outubro de 1989.

2)"Jardim Tropical" - Imprensa Industrial, Recife, 1923, página 34.

poeta Othoniel Menezes, na qualidade de orador daquela entidade, leu discurso de saudação, cujo texto completo foi publicado no jornal "A Notícia". Depois de percorrerem as principais ruas da cidade retornaram à Capitania do Porto. Durante o trajeto, inúmeras paradas para mais discursos de saudação. As homenagens continuaram com banquete na Capitania do Porto, entremeado, ainda, pelo entusiasmo de nossos oradores.

Era este o clima, o ambiente psicológico vivido pela cidade, e nela os autores da letra e música da "Serenata do Pescador".

Diz a sabedoria popular que Deus escreve certo por linhas tortas. A gênese da "Praieira" parece confirmar o ditado popular. Othoniel Menezes compôs os versos do poema numa noite boêmia, em companhia de diversos amigos, no "Passo da Pátria", ali "*às margens verdes do rio*", ouvindo o suave cantar do "*sussurro das ondas do Potengi amado*". Isto aconteceu na noite de 18 para 19 de outubro, véspera do retorno dos pescadores que pode, com muita segurança, ser considerada a data do nascimento do poema. O grupo havia se reunido para, certamente, comemorar o fato mais importante do momento e o poeta deveria, no dia seguinte, saudar os pescadores com uma poesia especialmente feita para a ocasião.

Imaginou a chegada de um pescador que, voltando à noite de seu trabalho, iria cantar em serenata à janela da praieira de seus amores.

Othoniel Menezes de Mello, aquela época com 27 anos, havia publicado em 1918, o seu primeiro livro, o "Germen" e ultimava os preparativos para mandar para a editora o "Jardim Tropical". Vivendo uma fase de muita inspiração preparava ainda, mais dois livros: "Ara de Fogo" e "Abysmo" que não teve a oportunidade de ver publicados. (1).

Refere-se, ainda, a um "poemeto heróico" intitulado "Os Últimos Potiguares", de que não se tem notícia.

Ocupava o importante cargo de 1º Oficial da Secretaria de Governo do Estado e colaborava com o jornal "A República" onde publicava, também, os seus versos. Casado e com filhos, o poeta não perdera os hábitos boêmios, entre eles as serenatas onde, muitas vezes, nascia a inspiração e brotavam muitos de seus poemas.

Na manhã seguinte o poeta buscou o papel onde rabiscara a nova poesia que pensava declamar na ocasião da chegada dos pescadores. Leu, releu, emendou, corrigiu e, no final, não gostou. Não era o que ele

3) Fato relatado por familiares do poeta.

4) Melo, Veríssimo de - "Patronos e Acadêmicos", Pongetti, Rio de Janeiro, 1972, vol. II, página 242.

5) Nicolino Milano, violinista paulista, foi professor da Escola de Música instalada pelo governador Alberto Maranhão, no Teatro Carlos Gomes (hoje Alberto Maranhão), na primeira década do século. Esteve em Natal entre junho de 1909 e março de 1911.

6) Ver comparação das partituras à pág.154.

desejava para o momento. Caberia mais uma poesia entusiástica, que enaltecesse o feito de coragem e bravura e não aquela essencialmente romântica. Teve vontade de rasgar o papel e esquecer tudo.

Na tarde daquele dia 19 o "Maxaranguape" desembarcou os pescadores no porto e toda a cidade estava lá para aclamar os seus heróis. No meio da multidão Othoniel aguardava, com seu amigo também poeta Joaquim Alves BEZERRA JUNIOR (1890-1957), o momento de fazer a sua saudação. Já havia mostrado a ele a nova poesia mas estava decidido: ao invés da "Serenata do Pescador" declamaria o "Cântico da Vitória", mais apropriado para o momento. (2)

O desfile passou pela frente das sedes dos clubes náuticos na rua do Comércio (atual Chile) parando para ouvir os discursos de saudação. Ali recitaram Edinor Avelino e Othoniel. Bezerra Junior procurou, então o amigo para conversar sobre a poesia: ao contrário dele, gostou dos versos embora concordasse que não ficariam bem como saudação. Numa admirável premonição, sugeriu que ficariam bem se, musicados, fossem transformados em uma canção. Ofereceu-se para levar os versos ao musicista Eduardo Medeiros, que morava ali perto e pediriam a ele uma bonita música. Estando de acordo, rumaram os dois até o nº 13 da rua "Rocas de dentro" (atual Pereira Simões); ali foi composta a melodia da "Praieira".

Eduardo Medeiros (1887-1961) era figura popularíssima na cidade. Violonista dos mais conhecidos, percorrera todo o Estado com seu clarinete tocando em festas, bailes e solenidades religiosas. Havia se tornado muito conhecido, também, pelas suas inúmeras composições populares, havendo sido premiado em concurso realizado pelo Governo de Estado, ainda em comemoração ao centenário da Independência.

O próprio Bezerra Júnior teve algumas poesias por ele musicadas que constam de seu livro "Natureza" (1935) e que ganharam muita popularidade.

Eduardo não estava em casa. Deixaram os versos e o pedido para que "botasse" neles uma música bonita.

Passados os dias de comemorações, a cidade voltou a seu lento ritmo e Othoniel continuou em seu rotineiro trabalho na Secretaria de Governo. Depois de cerca de um mês sem que Eduardo desse notícia da música, Othoniel comentou o fato com Bezerra Júnior. Este ponderou que, sendo Eduardo um músico profissional, deveria ser providenciado o pagamento pelo trabalho. Convencido de sua falta, o poeta colocou uma cédula de 20 mil réis num envelope e mandou um contínuo do Palácio deixar na casa do músico. No dia seguinte, pela manhã, Eduardo batia à porta da casa de Othoniel, com o violão debaixo do braço e a canção na ponta da língua. (3)

Depois de cantar a melodia recém-criada, explicou que havia se apro-

7) "A República" 16 de dezembro de 1922.

priado de um pedacinho de um “fado velho” no momento da composição. Este fato é do conhecimento geral e a ele se refere Veríssimo de Melo em “Patronos e Acadêmicos⁴”. Não foram ainda devidamente esclarecidos os detalhes daquela “apropriação”. Na verdade, a melodia que Eduardo Medeiros colocou na 1ª estrofe dos versos - “Praieira dos meus amores” - apresenta algumas coincidências com a melodia da primeira estrofe do “Fado Liró” - “Guitarra, guitarra geme...” - da autoria de Nicolino Milano⁵, composto em 1909 e sucesso do carnaval de 1911⁶.

É bem necessário que se esclareça que a “apropriação” se resumiu a apenas a anacruse de um compasso, um compasso inteiro e mais meio tempo de compasso seguinte, o suficiente para conter a expressão “Praieira dos meus amores”. É um trecho muito pequeno não podendo, por isso, ser considerado legalmente um plágio, para o que necessitaria ter mais de sete compassos. É fato comum as melodias apresentarem pequenos trechos semelhantes a outros. O compositor emprega, na maioria das vezes, frases musicais que estão em seu subconsciente pensando estar criando algo de novo. É o que deve ter acontecido com Eduardo que, notando que o “empréstimo” que fizera não constituía plágio, não cogitou em alterar a melodia (pois tinha condições de fazê-lo) de um compasso apenas dos vinte de que se compõe a melodia completa. Este pequeno trecho de um único compasso se fundiu perfeitamente com os restantes dezenove compassos inteiramente dele, formando um todo harmonioso e coerente e consagrado pela admiração que os natalenses lhe têm devotado.

A História da Música refere-se a numerosíssimos exemplos de utilização de trechos de melodias por outros compositores, que não os seus legítimos autores. Os grandes nomes da música erudita faziam isto com frequência, “apropriando-se”, principalmente de trechos de músicas folclóricas. Como exemplo citam-se aqui os dois primeiros compassos da parte de violino do famoso Concerto para Violino e Orquestra em Ré Menor, Tchaikovsky, que são exatamente iguais à melodia folclórica Catalunha, intitulada “Canto dos Pássaros”, que integrava o repertório do violoncelista Pablo Casals. Não é possível afirmar-se aqui que o compositor russo “se apropriou” da melodia anônima catalã, usando-a como tema principal do seu concerto para violino. Se isto ocorreu, em nada diminui o prestígio do compositor, nem a grandeza de sua obra.

Eduardo Medeiros, em confiança ao amigo poeta Ivory Batista da Costa comentara sua mágoa de Othoniel por haver ele comentado e até publicado em jornal - de que ele guardava um recorte - que ele havia pago pela composição da melodia, fato que em nada diminui o valor artístico do trabalho. Receber pagamento pela feitura de uma música é tão normal como um médico cobrar por uma cirurgia.

O poeta, entretanto, pronuncia-se pública e oficialmente sobre o que pensava do trabalho do compositor quando, em nota de rodapé, à página 51 de seu “Jardim Tropical” e logo abaixo dos seus versos declara: “...*achou-*

os o inspirado musicista, Eduardo Medeiros, capazes de ser amparados pelo seu talento, valorizando-os com lindíssimo fado que a cidade repete nas serenatas ou nos salões da aristocracia, de bairro a bairro”.

A “Serenata do Pescador” foi apresentada oficialmente ao público no “Festival do poeta Othoniel Menezes”, realizado no então Teatro Carlos Gomes, na noite de 16 de dezembro de 1922. Constando de três partes, o festival teve a participação do que havia de melhor na cidade em música e poesia. Na 1ª parte, depois da apresentação de uma orquestra (com a participação de Eduardo) foi cantado “Sob as Mangueiras”, versos de Othoniel e música de Carmino Romano. Na 2ª parte diversos poetas declamaram seus versos e o menino Genar Wanderley (que se tornaria um dos primeiros locutores da radiofonia potiguar) declamou o poema “Pindorama” de Othoniel, premiado com medalha de ouro nas festas do centenário. Na 3ª parte - a “Serenata ao Violão” - é que a “Praieira” foi ouvida pela primeira vez, na voz do conhecido intérprete Deolindo Lima⁷. Há uma informação corrente de que quem primeiro cantou a “Praieira” teria sido o cantor Afonso SANTOS LIMA (1907-1979). É possível que o tenha feito, mas em caráter particular.

Considera-se como a primeira, a apresentação do dia 16 de dezembro de 1922.

No decorrer de sua história a “Praieira” sofreu em seus versos apenas uma alteração. O sexto verso da quinta estrofe fora publicado no “Jardim Tropical” como: “A ave, então, gritava triste”. O cacófato “ventão” escapara, inicialmente, à percepção do purista Othoniel. Mais tarde, substituiu aquele verso por: “Ela, então, gritava triste”. Cantada freqüentemente pelo povo, versos e música sofreram outras alterações, até mesmo quando cantados em programas radiofônicos. O poeta se irritava e dizia que estavam “assassinando” a canção.

Na escalada da popularidade, a “Praieira” teve o seu enredo transformado em opereta. Foram seus autores, Jaime Wanderley, para o texto, e Garibaldi Romano, para a música. A opereta, intitulada “Praieira de Meus Amores” compunha-se de um prólogo, dois atos e três quadros. Foi encenada pelo “Ginásio de Arte Dramática” sob a direção de José Amaral. Além do elenco, a peça teve a participação de uma orquestra dirigida por Jônatas Albuquerque, um grupo de ballet sob a direção de Noêmia Ferraz e do Madrigal da UFRN, regido pelo padre Pedro Ferreira. Bastante prestigiada pelo público natalense, a opereta foi levada à cena no teatro Alberto Maranhão, no dias 24,25,26,27,28 e 29 de novembro de 1967.

Durante o mês de agosto de 1924, foi encenada algumas vezes no Teatro Carlos Gomes, a revista “É bom que dói”, da autoria de Juquinha das Mercês, pseudônimo de Ezequiel Wanderley, pela Companhia Antonio de Souza. Era uma revista tipo “de costumes”, que apresentada 16 quadros com flagrantes e personagens da vida urbana de Natal. Um deles se intitulava “Praieira dos meus Amores”, e foi cantado por Artur Castro, barítono da Companhia.

A primeira gravação em disco se verificou em 1975, inserida no LP "Reencontro", promoção do Governo do Estado e interpretada pelo cantor Paulo Tito. Na ocasião foram publicados protestos na imprensa por parte do filho do poeta, Sr. Laélio Ferreira de Mello, que reclamava contra a atitude dos promotores da gravação em não solicitarem a devida autorização dos herdeiros dos direitos autorais. Queixava-se, ainda, de ter tido a "Praieira" gravados apenas três das suas seis estrofes originais. O maior protesto se prendeu a dois erros encontrados na letra da canção. Assim, na segunda estrofe foi cantado "Linda flor vem escutar / As dores do sofrimento/de um nauta a recordar" etc..., quando a poesia original diz "*Linda flor vem escutar / a história do sofrimento*". O segundo engano contido na gravação está na terceira estrofe: "Quero, ao sussurro das ondas / do Potengi amado / viver sempre a teu lado", quando o poeta escreveu "*dormir sempre a teu lado*".

A segunda gravação, realizada em 1976 pelo Madrigal da UFRN sob a regência do padre Pedro Ferreira, obedeceu a um arranjo do maestro Orlando Leite. São cantadas apenas a 1ª e a última estrofes e o autor do arranjo não fez repetirem-se os três últimos versos de cada estrofe - as repetições são típicas da modinha norte-rio-grandense! - conforme era cantado pelos autores da música e versos, conduta esta mantida pela tradição popular.

Em 1961 foi organizado pela Prefeitura Municipal - administração do Prefeito Djalma Maranhão e Secretário de Educação e Cultura Moacyr de Góes, um grupo que se tornou o "Coral da Cidade do Natal". A "Praieira" passou a ser presença constante nas apresentações do conjunto, através de um arranjo de seu regente, o maestro Garibaldi Romano.

O "Quarteto de Cordas da UFRN" incluiu na sua apresentação de estréia no dia 19 de dezembro de 1977 e em muitas outras apresentações, a melodia da "Praieira", arranjada para aquele tipo de conjunto pelo maestro José Bragato.

Seria por demais alongado referir-se a todas as presenças da "Praieira" em eventos musicais. Não poderia deixar de ser feita uma referência aos inúmeros programas radiofônicos que, desde a pioneira Rádio Educadora de Natal, a partir de 1942 (e, antes dela, pelo conjunto de auto-falantes "Indicador da Agência Pernambucana", a partir de 1939) vêm divulgando as antigas canções dos autores locais. Destaque especial para o programa "Serestas do Coração" da Emissora de Educação Rural que, no ano de 1992 completou trinta anos de atividade ininterrupta. Em todos eles, os versos de Othoniel e a música de Eduardo têm tido presença constante e o apreço do público.

Sobre a melodia da canção, mesmo que ela tenha sido escrita pelo compositor, havendo passado de boca em boca através dos anos, terminou alterada pelo uso, como sempre acontece. Tal fato não se verificou quanto à letra, publicada que foi no "Jardim Tropical", em 1923.

As vezes em que a melodia foi cantada, ainda em vida de seus

autores, levaram-nos às correções que julgaram necessárias. Um consenso foi alcançado e a versão que está registrada na publicação “Cidade do Natal, Noiva do Sol” (Câmara Municipal do Natal-UFRN-1981) pode ser considerada a definitiva. Pequenas alterações em som e ritmo que ocorram são irrelevantes.

O Decreto Legislativo nº 12, de 22 de novembro de 1971, teve a iniciativa do vereador Antônio Félix e foi aprovado na 121ª sessão da Câmara Municipal, conforme ata daquela data, sendo publicada no Diário Oficial de 11 de janeiro de 1972. A assinatura do documento foi realizada em sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico, à qual se seguiu uma apresentação de músicas, inclusive a própria “Serenata do Pescador”, pelos componentes do programa radiofônico “Serestas do Coração”.

As obras de arte - entre elas as canções populares - possuem o misterioso poder de manterem, guardadas em seu íntimo, um certo potencial emocional que pode ser liberado e comunicado à sensibilidade de quem se dispuser a fazê-lo. O seu valor se deduz pela intensidade das emoções despertadas e pelo número de individualidades atingidas.

No decorrer de seus setenta anos de vida a “Serenata do Pescador”, poesia de Othoniel Menezes e música de Eduardo Medeiros, vem tocando a sensibilidade de incontável número de pessoas. Cantada em serenatas à lua tropical, em salões faustosos ou em salas humildes, no aconchego do lar ao embalar-se uma criança ou divulgada por programas radiofônicos, a “Praieira dos meus amores” se tornou, realmente, a canção tradicional da cidade, hino espontâneo e singelo escolhido pelo gosto popular.

Isto ocorreu por conta de sua melodia simples, límpida e cativante, associada a uma poesia que fala de coisas muito nossas, como ondas a sussurrar no mar profundo e bravio, nautas ao partir, batéis a fugir, velas pandas ao vento, coqueirais ao sol-por, gaivotas seguindo a frota.

Nesse ambiente singelo e fortemente regional floresceu o sentimento do “*humilde pescador*” pela praieira de seus amores.

Ao cantá-la ou ouvi-la poucos se apercebem que, num processo mágico próprio da poesia, nós assumimos o lugar daquele pescador e a praieira - “*morena flor*” - que dorme ao lado do “*Potengi amado*” é a nossa Natal.



Othoniel Menezes em
1918



Eduardo Medeiros, na
época em que compôs a
melodia da "Serenata do
Pescador".

SERENATA DO PESCADOR

Música : Eduardo Medeiros

Letra : Othoniel Menezes

VOZ

Praieira dos meus amores, encanto do meu olhar!
 que rocontar-te os rigores sofridos, a pensar em ti, sobre o alto mar...
 Ai! não sabes que saudade padece o nauta, ao partir, sentindo na imensidadade o seu bafegar, incerto do porvir. gir, incerto do porvir! Os

Os perigos da tormenta
 não se comparam, querida,
 às dores que experimenta
 a alma, na dor perdida,
 - nas ânsias da partida!
 Adeus à luz que desmaia,
 nos coqueirais ao sol-por ...
 e, bem pertinho da praia,
 o albergue, o ninho, o amor
 do humilde pescador!

Quem vê ao longe, passando
 uma vela, panda, ao vento,
 não sabe quanto lamento
 vai nela soluçando,
 - a pátria procurando!
 Praieira, meu pensamento,
 linda flor, vem me escutar
 a história do sofrimento
 de um nauta, a recordar
 amores, sobre o mar!

Praieira do meu pecado,
 morena flor, não te escondas,
 quero, ao sussurro das ondas
 do Potengi amado,
 - dormir sempre a teu lado ...
 Depois de haver dominado
 o mar profundo e bravo,
 à margem verde do rio
 serei teu pescador,
 oh pérola do amor!

FONTE

Música : Partitura do autor copiada
 por Ivory Batista da Costa
 Letra : " Jardim Tropical "

SERENATA DO PESCADOR (1922-1923)

Letra: Othoniel Menezes

Música: Eduardo Medeiros

Musical notation for the first two measures of 'Serenata do Pescador'. The melody is written on a single staff in treble clef, 4/4 time. The notes are: C4 (quarter), G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter), B4 (quarter), A4 (quarter), G4 (quarter), F4 (quarter), E4 (quarter), D4 (quarter), C4 (quarter). The lyrics are: Prai - ei - ra dos meus a - mo - res.

Compare-se cada nota das duas pautas apresentadas. Notar-se-á que algumas coincidem, outras não. A melodia ouvida é, entretanto, muito semelhante. Isto se verifica apenas para um pequeno instante da música (sete notas), o restante (99% da melodia) é completamente diferente. Compare-se, igualmente, o segundo compasso. A partir dali não há mais nenhuma coincidência, afastando, assim, a figura do plágio.

F A D O L I R Ó (1909)

Da revista A.B.C.

Letra e música: Nicolino Milano

Musical notation for the first two measures of 'Fado Liró'. The melody is written on a single staff in treble clef, 6/8 time. The notes are: C4 (quarter), G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter), B4 (quarter), A4 (quarter), G4 (quarter), F4 (quarter), E4 (quarter), D4 (quarter), C4 (quarter). The lyrics are: Gui - tar - ra, gui - tar - ra ge - me Que o meu cor - po to - do.

A melodia do FADO LIRÓ, escrita originalmente em dó menor, foi transcrita para lá menor, tom em que foi escrita a 'Praieira', para uma melhor comparação.

CONCERTO PARA VIOLINO E ORQUESTRA (1878)

Piotr I. TCHAIKOVSKY

2º Movimento: Cançoneta (Andante)

Musical notation for the first three measures of 'Concerto para Violino e Orquestra'. The melody is written on a single staff in treble clef, 3/4 time. The notes are: C4 (quarter), G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter), B4 (quarter), A4 (quarter), G4 (quarter), F4 (quarter), E4 (quarter), D4 (quarter), C4 (quarter). The lyrics are: Prai - ei - ra dos meus a - mo - res.

Editora Ricordi Americana

A melodia destes três primeiros compassos é exatamente igual ao "Canto dos Pássaros", melodia folclórica da Catalunha.

REDINHA- O REFRIGÉRIO PRAIANO

Enélio Lima Petrovich
(Sócio efetivo)

É tempo de veraneio. Praias repletas de habitantes transitórios e turistas ávidos em conhecer as belezas naturais, usufruindo - as intensamente, mercê do sol, das dunas, da areia branca, do mar azul, da lua prateada e do céu estrelado, que nos fascina, como oferendas de Deus.

Por isso, desviando um pouquinho da rotina traumática, estressante, peculiar aos dias conturbados da cidade poluída, também nos rejubilamos, espairecendo, sorrindo e meditando, em nosso refrigerio na bucólica Redinha, entre o Potengi amado, como está na poesia de Othoniel Menezes e o Oceano Atlântico, maravilhoso e bravio.

Ah!, como nos emociona e nos rejuvenesce, até, a evocação de dias idos e vividos, na feliz imagem machadeana !

Sim, 1952 (há 40 anos), meus pais adquiriram uma casa de taipa, quarto e sala, além de pequeno alpendre, frente para o mar. Pagou ao ferroviário Antenor Brandão, depois nosso constituinte (coisas do destino), Cr\$ 15.000,00, em cinco parcelas de Cr\$ 3.000,00 mensais.

Agora, por alguns instantes, fechamos os olhos, e vemos desfilar na memória fatos e pessoas do período dadivoso, que não volta mais.

As festas ou arrasta-pés no Redinha Clube. Bailes diariamente, volleyball e pingue-pongue. Noites de lua, ou mesmo sem ela, formidáveis rodas de rapazes e moças, para as conversas, cantorias e piadas, das mais diversas.

Quanto à travessia de bote ou lancha, eram minutos de alegria e confraternização. Uma só família, indo e vindo, em ambiente informal e descontraído. Ainda vivem Janjão, Ferrinho, Nilo e Manuel Cardoso, boteiros amigos e solícitos.

Seu Bêja é quem fornecia água para beber, em ancoretas, no lombo de burro, apanhada de cacimba, à margem do rio Doce. Faleceu em 1987, quase aos 100 anos.

À mercearia de Seu Soares e D. Emília íamos comprar pão, bolachas e querosene, pois a luz elétrica não existia na Redinha. Apenas candeeiros em cada canto da velha e já extinta casa.

E Cutruca, sempre bêbado, mas respeitador, cantava e dançava nos fins de tarde, retornando das andanças diárias. Com uma moedinha à mão, saía alegre e fogoso.

As missas, nas manhãs dos domingos, na capelinha do alto e, depois, na de pedra, nos convidavam à reflexão, em orações contritas.

O padre José, de nacionalidade alemã, nos transmitia gestos e mensagens de santidade. Que exemplo para muitos! Humilde e santo, como

raros. Aliás, só o comparo ao Monsenhor Severino Bezerra, vivo, e ao Padre João Maria, já na morada celestial.

Felizmente, ainda hoje, permanece, indelével e eterna, a passagem das jangadas e botes, a remo e à vela, dos pescadores destemidos. Vislumbramos, também, de perto, barcos a motor e navios, oceano afora.

Então, contempla-se, altaneiro e impávido, o Forte dos Reis Magos, ali desde 1598, já erguido. O mais antigo marco histórico do Rio Grande do Norte e testemunho perene de batalhas renhidas com os tapúios, lusitanos e holandeses, pelo domínio das terras potiguares.

Redinha, igualmente, nos faz recordar os veranistas, todos amigos de meu pai. É a lembrança de um José Aguinaldo de Barros, que deve merecer um traço biográfico, fazendo-se justiça a uma vida atribulada, cheia de rasgos temperamentais, de imprevistos e de manifestações do bem-querer. Eis outros, já libertados pela lei da morte no dizer de Camões: Severino Ramos, Pedro Cunha Lima, Jessé Café, Humberto Teixeira, Luiz Siqueira, Dante de Melo Lima, Floriano Medeiros, José e Francisco Ivo, Oscar Raposo, Alfredo Xavier Bezerra, Luiz Romão, Luiz Tassino de Menezes, Ademar de Sá Leitão, Pedro Soares, Clidenor Lima, João Barbosa, Francisco Pignataro, José Herôncio, Teixeira, Leon Wolfson, João Medeiros Filho e tantos outros. Ainda entre nós, na convivência pacífica e jubilosa, José Carlos Leite, Antônio Soares Filho, Peri Lamartine, Oscar Araújo, Omar Furtado, Antônio Emerenciano, Elmo e Humberto Pignataro, Silvino Azevedo, Limaraju, Túlio Fernandes, Francisco Dantas Guedes, Pierre Lettieri, Vera China, João Petrovich, etc. Alguns, seu dúvida, não mais veranistas, agora.

Redinha, neste circuito um tanto nostálgico, também nos enseja o conhecimento de sua origem.

Decerto, na lição do mestre Câmara Cascudo (1898-1986), genial e humilde, vamos buscá-la.

Daí, conforme o saudoso historiador conterrâneo - primus inter pares da cultura norte-rio-grandense - **“foi dada ao Padre Gaspar Gonçalves da Rocha pelo capitão-mor João Rodrigues Colaço, em 23 de junho de 1603. Constituía a doação em 1.500 braças, começando da boca do rio Guagirú pelo rio Potengi acima e era excelente porto de pescaria”**.

E adianta o mestre, sócio benemérito de nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, acerca de sua toponímia:

“Ainda em 1764, Caetano Pereira de Andrade dizia-se morador no sítio da Redinha.

O nome nos veio de Portugal, com todas as letras. Redinha é uma vila do Conselho de Pombal, distrito de Leiria, na Extremadura. De lá emigrou o topônimo para batizar a praia da cidade do Natal.

Como Vêem, sempre REDINHA, REDINHA, REDINHA...” (In “A República”, de 14/02/1959).

Mas, se isto tudo evidenciamos, sobremaneira válidos, porque ainda

evocativos e históricos mesmo, são aspectos, **pari passu**, de interesse real, em sua flagrante curiosidade.

Queremos, pois, aludir à Redinha, como praia de veraneio, **há justamente 70 anos**.

E a esse respeito, com sobradas razões e legítimo conhecimento de causa, concede-se a palavra a quem viveu e sentiu a áurea época, já aos 14 anos de idade e, hoje, erudito e lúcido memorialista de projeção. Também magistrado e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Eis o seu nome: Gil Soares de Araújo, confrade e amigo de sempre. Escreveu-me para contar, em estilo sóbrio e ameno:

"22 de novembro de 1921 - Esta a data da fundação, de fato da Redinha como praia de veraneio. No dia anterior terminara a Festa da Padroeira da Capital.

Desembarcaram, de manhã, no porto-velho, as cinco primeiras famílias veranistas: Dr. Paulo de Abreu, major-médico reformado do Exército e seu genro Boanerges Leitão, posteriormente Contador Geral do Estado; Pedro Fonseca, tesoureiro do Correio Geral; José de Luna Freire, gerente da filial das Lojas Paulistas e Lauro Medeiros, gerente da filial da Fábrica de Cigarros Lafayette, de Recife, mais tarde proprietário do Cinema São Pedro, do Alecrim. Eu tinha quatorze anos e este último, meu primo, trazia-me como hóspede.

Todos ficaram residindo, mediante aluguel, em casas de palha, exceto Dr. Paulo, que foi ocupar a que mandara construir durante o ano.

De manhã cedo, seguiam para o trabalho no pequeno bote à vela, do comerciante Augusto Barroca. Nele retornavam, no fim da tarde, partindo do Cais da Associação de Praticagem, no começo da atual rua Chile.

O único transporte regular - e duas vezes por dia entre Natal e a Redinha, era subvencionado pelo Estado: a canoa do velho Piécas.

Amanhecia trazendo lavadeiras, que vinham executar seu trabalho no rio Doce, na Redinha de Dentro. Voltavam de Natal no fim da tarde.

Ainda cedinho, aquela canoa seguia para o Passo da Pátria conduzindo pessoas humildes que iam vender legumes e frutas no Mercado da Cidade Alta. Retornava à Redinha depois do meio-dia.

Também veranistas lhes adquiriam aqueles produtos. Compravam, igualmente, peixes apanhados em tresmalhos.

A água, para as casas, vinha de cacimbas existentes nas imediações. Mas, a de beber, somente de cacimba aberta junto ao Rio Doce" (Revista do IHG/RN - vols. LXXVII - LXXVIII, pág. 105).

Ainda segundo o eminente consócio, que reside no Rio de Janeiro, os principais veranistas - **até 1934**, foram estes:

"Agrônomo Aduino de Azevedo, viúva Amélia Leite e filhos, Ângelo Pessoa, Anísio Vieira, Des. Antônio Soares, Dr. Barôncio Guerra, Dr. Belarmino de Lemos, Des. Benício Filho, Cláudio Machado, Clemente de

Carvalho, Prof. Clementino Câmara, Dr. Clidenor Lago, Davi Cunha, Elias Elihimas, Dr. Emidio Cardoso, Enéas Reis, Major Epaminondas de Aquino, Euclides Pegado, Elpídio José de Araújo, Francisco Barbalho Júnior, Des. Francisco de Albuquerque, Dr. Francisco Ivo Cavalcanti, Francisco Nogueira do Couto, Dr. Francisco Sales da Silveira Martins, Gilberto Freire, prático-mór Henrique de Oliveira, Dr. Higino de Oliveira, Eng. Humberto Monte, Jeromito Moura, João Virgílio de Miranda, Dr. José Carlos Leite, José Inácio de Paiva, José Lisboa, José Mesquita, viúva Julieta dos Reis Couto e filhos, Luís Romão de Almeida, Prof. Luiz Soares, Luís Tassino de Menezes, Manoel Gurgel, Manoel Reis, Dr. Mário Lira, Noel Miranda, Dr. Odilon Garcia Filho, Oscar Whitehurst, Pedro Gomes Teixeira, Pedro Nolasco, Pedro Silva, Raimundo Pinheiro, Richard Burgers, Salviano Gurgel, Sandoval Capistrano, Des. Sinval Moreira Dias, Solon Aranha, Des. Vicente de Lemos Filho, Vicente Mesquita. Em 1926, por não haver casa melhor disponível, a família do Deputado Juvenal Lamartine aceitou alugar uma de palha na linha de frente. De Assu: Dr. Pedro Amorim. De Caicó: Eulâmpio Monteiro e Joel Dantas. De Currais Novos: Antônio Bezerra, Antônio Othon, Aproniano Pereira, Napoleão Bezerra e o ex-prefeito Antônio Rafael. Destes, são vivos apenas o Dr. José Carlos Leite e o comerciante Salviano Gurgel.

Entretanto, o veranista mais antigo, devido à assiduidade, é o Prof. Antônio Soares Filho, ex-Diretor de nossa Faculdade de Direito e que ali chegou, em 1926, ainda menino e não perdeu um só ano até hoje”.

Como bem se vê, neste relato, fruto do próprio refrigério praiano, para matar o tempo, como se diz vulgarmente, no mesmo local em que meu pai veraneava (embora em casa ampliada), achei por bem fixar alguns enfoques desta Redinha, de nossos antepassados e nossa também, pela evocação e saudade, vivendo o presente, no convívio da esposa, filhos, netos, parentes e amigos, com os olhos debruçados no porvir, sob as bênçãos de Deus.

Afinal, que Nossa Senhora dos Navegantes, cuja festa, anualmente, é relevo no calendário potiguar e brasileiro, nos projeta neste 1992, pela força de nossa fé, com a sua intercessão, no mundo tão crítico, cético e caótico em que se vive.

(veraneio de janeiro de 1992).

FALECEU O PROFESSOR VICENTE DE ALMEIDA - Um nome de alta categoria na Escola de Mossoró

Raimundo Nonato da Silva
(Sócio correspondente)

Hoje, 16 de junho de 1992, já na hora do entardecer, recebo um aviso telefônico do Dr. Carlos Borges, dando conta, em primeira mão, da notícia do falecimento do Professor e grande amigo, de mais de 50 anos de convivência e uma das figura mais brilhantes do Magistério Norte-Riograndense, egresso, em priscas eras dos rincões da Serra do Patu.

O homem que agora desaparece dedicou toda a sua vida ao ensino da mocidade e foi o renomado Professor de Física e Química da Escola Normal de Mossoró, onde ingressou lá pelos idos de 1926 e cuja projeção intelectual ocupou largo estágio da vida social da cidade onde viveu por tantos anos.

Seu trabalho estendeu-se ainda por outros estabelecimentos de ensino, sendo de citar-se o entusiasmo com que elogiava o trabalho técnico profissional desenvolvido na E.T.C. União Caixeiral de cujos trabalhos da Diretoria fora sempre um incentivador dos mais entusiastas, das atividades que Alcides Fernandes, Francisco Celso e João Almino de Souza desenvolviam naquele Educandário.

O trabalho de maior relevo de Vicente de Almeida foi aquele que se entregou ao encargo de Diretor da Escola criada por Antônio José de Melo Souza para preparar professores para Escolas Primárias do interior do Estado. Nesta função permaneceu por largos anos num serviço constante de dedicação, de zelo e de espírito de disciplina.

Dáí, suas reminiscências do largo contacto da sua mocidade com a vida acadêmica, quando cursou a Escola de Medicina da Praia Vermelha e passou a residir com vários outros colegas na Rua da Lapa, 85.

E por que relembrar este número?

- Porque aí era a Pensão dos Acadêmicos entre eles Vicente de Almeida. E por isso recordo entre eles o nome de um de seus colegas de maior das suas atividades o Acadêmico de Engenharia GENTIL FERREIRA DE SOUZA, mais tarde, Prefeito de Natal, homem de rara inteligência e cidadão admirável que transformou a velha Capital, realizando uma obra que lhe consagrou a memória no respeito dos seus conterrâneos.

A essa época dos estudos do Acadêmico Vicente de Almeida, o Rio de Janeiro ficou marcado pela movimentação dos seus cafés, onde se

aglomeravam multidões em torno das suas mesas, como foram o Café Indígena, o Nice, o Java, o Jeremias, famoso pelas suas tertúlias, lá na Praça Onze, o Belas Artes, o Papagaio, dos intelectuais e dos boêmios da Rua Gonçalves Dias.

Mas, o fato é que o Acadêmico Vicente de Almeida, fora das horas de aulas, sabia aproveitar seu tempo, e estava em toda parte. Lá um dia, aparece no Tribunal do Júri e ouve Evaristo de Moraes defendendo com veemência uma pobre prostituta. De outra feita, fura o cerco do Protocolo e sem convite penetra no Silogeu e assiste a uma sessão solene da Academia Brasileira de Letras. E como não bastasse lá está postado à porta do Supremo Tribunal Federal para presenciar a entrada do Ministro Espírito Santo Cardoso, que mesmo doente vinha votar e negar provimento a um pedido de habeas corpus impetrado contra o Poder Público.

E ninguém dá melhor notícia da presença do Dr. Jacarandá, no meio acadêmico, onde nunca entrou, e de onde nunca saiu.

Segundo é voz corrente, Vicente de Almeida tinha lá suas disposições vocacionais para o Direito. Deveria ter sido bacharel. E que grande advogado perdeu o Rio Grande do Norte.

Mas, formou-se em Farmácia pela Escola do Recife.

Foram seus colegas entre outros, Francisco Gurgel, Pedro Soares de Freitas e Edgard Dias de Medeiros, este cearense.

Por toda a sua vida foram ressaltados os dotes oratórios de Vicente de Almeida, dos quais citam-se passagens memoráveis, como o discurso que pronunciou num homenagem prestada ao Bispo de Natal, D. José Pereira Alves, quando de sua visita a Mossoró para reabrir o Colégio Diocesano Santa Luzia. De outra feita, a oração pronunciada num banquete oferecido ao Governador do Estado José Augusto, que passava em Mossoró, com brilhante comitiva, acompanhado de todo o seu Secretariado e do Vice-Governador do Estado Dr. Augusto Leopoldo. E ainda, um discurso histórico pronunciado na data do Centenário da criação do Município em 1852, em que fazia apresentação do orador oficial, o escritor Raimundo Nonato, numa sessão realizada no PAX e presidida pelo Dr. José Vieira, Juiz de Direito da Comarca e um nome padrão da Magistratura do Rio Grande do Norte.

No meio de tantos acontecimentos, o tempo passa e com ele lá se foi Vicente de Almeida, o Professor Emérito, um nome que não será esquecido pela cidade de Mossoró.

PROFESSOR RODRIGUES ALVES

O seu dia estava marcado

Raimundo Nonato da Silva
(Sócio correspondente)

E diante do fato consumado, volto a pensar na vida e no destino das criaturas humanas.

Imponderável lei do tempo, que nem ao menos respeita a parábola das idades e da existência, vai assinalando sua passagem inexorável com acontecimento lamentáveis que abalam as consciências das criaturas neste mundo conturbado pelos sofrimento e pela dor.

Daí, indispensável perceber o fenômeno da imortalidade, diante da desintegração dos elementos da vida, atingida pela fatalidade da lei da morte, subvertendo todas as condições do sistema universal da sobrevivência.

Os fatos estão na ordem do dia, dos comentários e dos registros dos órgãos da comunicação, do rádio e da imprensa, como estão mencionados neste registro da TRIBUNA DO NORTE, de Natal:

- Jornal de WM:

“De Rodrigues Alves.

“Enélio Petrovich dá notícia da morte do Professor Francisco Rodrigues Alves, na manhã do dia 18/8/92 no hospital Onofre Lopes. Rodrigues Alves, velho educador norte-riograndense, historiador, pesquisador, homem de letras, ensinou a várias gerações. Em Escolas Públicas, colégios, no Ateneu, na Universidade. Assíduo colaborador da imprensa local. Parece que o vejo agora nas rodas de conversa, nos pontos da cidade, e do Grande Ponto, na Livraria de Walter Pereira e na frente do Jornal de Djalma Maranhão, contando e opinando sobre os sucessos do dia. Daqui saiu para fora. Sempre bem vestido e muito educado. Um homem do seu tempo. É merecedor de toda a nossa admiração”.

Bem de raiz, egresso do território de origem, Rodrigues Alves foi uma mentalidade sertaneja que não se desvinculou das tradições orgânicas do meio onde nasceu e viveu alguns dos dias inesquecíveis da sua vida.

O seu trabalho no rincão da terra adurente marcada pelas intempéries da seca e da fome, dos ajuntamentos dos eitos, dos currais, das tarefas dos roçados onde o tempo do trabalho era marcado pela duração do sol, foram elementos predominantes da sua meninice.

Dessa quadra tão rica da sua memória, guarda o grande depoimento do sociólogo Alcides Carneiro, paraibano ilustre, quando declarou que

menino dos sertões não tem meninice.

E lutando feito homem, cedo descobriu que os meios de sobrevivência não lhe davam maiores esperanças.

E atraído pela terra distante, que era Mossoró, largou-se para a planície das salinas, um lugar cheio de promessas, cidade grande, com igreja de duas torres, com telégrafo, com agência do Banco do Brasil e com o trem de ferro, que corria da zona do mar para o sertão.

Dirigido pelo espírito da aventura, enveredou na seara do trabalho. E nas horas vagas, orientou-se no rumo da escola, onde ganhou fama de aluno aplicado. Passou por minhas aulas no Grupo Escolar 30 de Setembro, que fora inaugurado em 1909, com a presença do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, da Inspeção do Ensino no Rio Grande do Norte.

Alguns anos depois, vencia outra batalha memorável e era diplomado Professor Primário pela Escola Normal de Mossoró, educandário criado em 1922 pelo Governador Antônio José de Melo e Souza.

Desse dia, estava lançado a sua sorte.

O magistério seria uma longa estrada a percorrer, ensinando pelas escolas do interior, de várias outras cidades, chegando, em fim, à Capital.

No curso de suas atividades pelas escolas, depois de sua chegada à capital, logo se integraria a uma das turmas mais brilhantes, que lecionavam nas escolas, na qual figuravam nomes de educadores com grande serviço ao ensino público e particular.

Dentre eles destacavam-se, especialmente, os Professores Antônio Fagundes, Alfredo Simonetti, Joaquim Coutinho, Clidenor de Freitas, José Saturnino, Joaquim Noronha, Acrizio Freire, José Fabrício, Honório Faria, Tobias dos Santos, Aparício Menezes, Paulo Nobre, Eliseu Viana, Abel Furtado, Dario de Andrade, João Alves de França, Oswaldo Rodrigues, Miguel Monteiro, Francisco Leite e Gilberto Cunha. Ainda se poderia citar uma relação de nomes mais antigos de Professores como Luiz Soares, fundador da Associação dos Escoteiros, Gonzaga Galvão, Severino Bezerra, criador de colégios do nível secundário, Manoel Varela, Nestor Lima, Ulisses de Gois, Anfilóquio Câmara, Alfredo Lyra, Clementino Câmara, Ezequiel de Souza, Padre João da Mata, Oscar Wanderley, Aprigio Câmara e Edgar Barbosa. E ainda Luis Antônio, João Tibúrcio, Teódulo Câmara.

Cidadão de amplas atividades, Rodrigues Alves ingressou na política, filiando-se ao grupo de Café Filho, jornalista militante, Advogado, líder popular.

A presença de Rodrigues Alves em Natal, deu ensejo para que desenvolvesse-se larga atividade na imprensa, colaborando, no Jornal de Djalma Maranhão, em página própria, com retrato no alto.

Café Filho era um homem lúcido, idealista e extremamente corajoso. Percorreu todos os escalonamentos da política para chegar à Presidência da República do Brasil.

Dele, confirmou um antigo político da velha República, Otávio

Mangabeira: "CAFÉ FILHO SUBIU NA POLÍTICA PELO SEUS DEFEITOS E CAIU DO PODER PÚBLICO PELAS SUAS VIRTUDES".

A mensagem de Enélio Lima Petrovich sobre Rodrigues Alves registra: "Olhe, cangaceiro honorário, Raimundo Nonato: Se foi, hoje, o grande Rodrigues Alves. Figura humana e boa. Sério. Estudioso. Meticuloso. Sofreu na doença um ano. Com o correr do tempo, seguindo o mesmo caminho. Deus já escolheu o seu lugar no céu, pois ele merece lugar de destaque. Deve estar na eternidade, como bem merece.

Um depoimento que sugere uma estátua.

Obs: O prof. Francisco Rodrigues Alves era sócio efetivo do IHG/RN e faleceu em 18 de agosto de 1992.

O CORAÇÃO É O DONO DO MUNDO

“Honras sejam dadas ao criador do universo pela glória de conceder esta sessão solene pelos 100 anos de nascimento do meu pai João Vicente da Costa. O presidente do Instituto Histórico e Escritor e Advogado Enélio Lima Petrovich sabe muito bem a dedicação total que o homenageado desta noite tinha por esta Instituição Cultural - também chamada de casa da memória do Rio Grande do Norte. O historiador maior e nome de expressão internacional Dr. Luís da Câmara Cascudo, lembrado nesta oportunidade - quando soube da entrada de meu pai nesta casa da Cultura do Estado Norte-rio-grandense, exclamou numa visita que eu fizera ao Mestre de todos nós: Cristalino, meu filho: O Instituto Histórico ganhou um tesouro com a entrada de João Vicente. Estamos felizes, parabênize você, seu Cristal da Serra do Martins.

A casa da Memória teve vultos exponenciais e é bom lembrá-los nesta memorável noite: Desembargador Vicente de Lemos, Dr. Nestor dos Santos Lima, tio-avô do dinâmico Presidente do Instituto Histórico, o amigo Enélio Lima Petrovich. Desembargador Luís Tavares de Lira, Dr. Antônio de Souza, Desembargador Felipe Néri de Brito Guerra, Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, Dr. Onofre Lopes da Silva, Professor Luís Soares de Araújo, Dr. Alberto Maranhão, Ministro Augusto Tavares de Lira, Desembargador Floriano Cavalcante de Albuquerque, Dr. Edgar Ferreira Barbosa, Dr. Boanerges Soares de Araújo, Desembargador Celso Dantas Sales, Dr. Claudionor Telógio de Andrade, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, Dom José Adelino Dantas, Monsenhor Walfredo Dantas Gurgel, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Eminente professor-Comendador Ulisses Celestino de Góis, Desembargador Antônio Soares de Araújo, Jurista Miguel Seabra Fagundes, Educador Emérito Professor Severino Bezerra de Melo, Dr. Aldo Fernandes de Melo, e tantas outras figuras de escol da intelectualidade Potiguar desaparecidas, mas nunca esquecidas incluindo aí o respeitável Historiador Dr. Luís da Câmara Cascudo e o Homenageado Desembargador João Vicente da Costa no seu Centenário hoje decorrente. “O coração é o dono do mundo” - este pensamento vem muito bem acompanhado de um outro na complementação - ei-lo: “Quem vive na estrada de Deus não se perde”. Junto dos Santos e Anjos do Céu estão as gloriosas criaturas que nos deixaram saudades,

entre elas o Desembargador João Vicente da Costa, sócio Benemérito desta Augusta casa. Com estas palavras de emoção, é-me grato, em nome de nossa família, agradecer de coração aberto ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte a lembrança das homenagens tributadas à memória do Patriarca Martinense, bem assim ao ilustre Professor Dr. Otto de Brito Guerra - pelas suas abalisadas palavras a respeito da vida e obra do homenageado. "Deus abençõe a todos".

(Discurso proferido pelo jornalista Cristalino Regalado Costa, em agradecimento às homenagens tributadas ao Desembargador João Vicente da Costa, sócio benemérito do IHG/RN, na sessão solene de 17 de junho de 1993).

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO IHG/RN

Período: março/1991 - março - 1993

Ilustres confrades e amigos:

De conformidade com as normas estatutárias, cabe a esta presidência relatar os eventos ocorridos nos últimos dois anos de nossa administração à frente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Dessa maneira, em breves alusões, destacaremos o que se realizou nesta Casa da Memória, durante o biênio 1991-1993.

Além das medidas adotadas, administrativamente, por esta presidência, no que diz respeito ao atendimento de quantos aqui pesquisam, no exame de documentos, leitura de livros, observação, enfim, do acervo valioso que possuímos, ocorreram inúmeras sessões de caráter ordinário e solene, valendo citar a promoção de 15 (quinze) sessões, sendo, em 1991, 5 solenes e 1 (uma) ordinária, com lançamentos de vários livros de sócios, entre os quais Dr. Clóvis Travassos Sarinho e Des. Anselmo Pega-do Cortez; e, em 1992, 8 sessões magnas e 1 (uma) de assembléia geral ordinária.

A verdade é que, nesse período, o Instituto Histórico passou por algumas reformas, na organização de sua biblioteca e acervo, preocupando-se, assim, com esses serviços internos, visando melhores condições para a pesquisa.

Queremos, igualmente, por um relevo a admissão de diversos sócios, nas categorias de efetivo e correspondente, acrescentando-se, ainda, outros lançamentos de livros dos sócios Francisco Amorim, Adelino Brandão, José Gurgel Guará, José Melquiades de Macedo, Newton Cascudo Roberti Leite e Adauto da Câmara...

IN MEMORIAM DE CÂMARA CASCUDO

Este Instituto jamais esquece o seu sócio benemérito Luís da Câmara Cascudo. Por isso, quer no dia 30 de dezembro, quer no dia 30 de julho - nascimento e falecimento do mestre - promovemos sessões magnas para homenagear o mestre inolvidável, cuja presença nesta casa tanto nos honra. Assim também aconteceu nesse biênio que hoje se encerra.

A NOSSA REVISTA

Publicado o último número de nossa Revista, referente aos anos de 1985 e 1986-, já estamos com diversos trabalhos, reunidos em pasta pró-

pria, aguardando que, mais uma vez, se possa editar outro número.

Nesse sentido, estamos mantendo constantes entendimentos junto à Petrobrás, cuja empresa já editou os dois números anteriores, a fim de que, com o prestígio do sócio Otomar Lopes Cardoso, integrante da direção superior da Petrobrás, a Revista - anos 1987 e 1988, seja impressa. Temos confiança que isto ocorra o mais breve possível.

AJUDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL

Atendendo a inúmeras solicitações desta presidência, quer pessoalmente, quer através de ofícios, a Prefeitura Municipal do Natal, na gestão da Sra. Vilma Maria de Faria, obtivemos uma pequena ajuda, para a efetivação de alguns serviços no material fotográfico aqui guardado, compreendendo fotografias antigas de vultos e pessoas de projeção no Estado, além de ruas e prédios da cidade.

Graças ao interesse do sócio efetivo Cláudio Augusto Pinto Galvão, esses trabalhos estão sendo realizados, muito embora, face à quantia para esse fim destinada (apenas Cr\$ 4.000.000,00), pouca coisa ficou concretizada.

Esperamos, todavia, que, em entendimentos que manteremos com o atual prefeito, mais alguma ajuda financeira seja liberada e esse grande e imprescindível trabalho continue, pela preservação desse material de alto valor histórico-geográfico.

VALIOSA COLABORAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO

Sem dúvida, no ano que passou, atravessamos uma fase de muita dificuldade, no que se refere à parte estrutural do prédio deste Instituto, pois, procedidas algumas verificações, ficou constatado que, não apenas o teto, o seu madeiramento, como o sistema elétrico e hidráulico da sede própria, estavam em péssimo estado de conservação, ameaçando, até, o seu desabamento, tendo em vista a existência de cupins, em sua cobertura.

Logo, frente a essa circunstância, e com o interesse, de igual modo, do ilustre confrade Cláudio Augusto Pinto Galvão, que é cunhado do Exmo. Sr. Leônidas Ferreira, Chefe da Casal Civil do Governo do Estado, dirigimos ao Exmo. Sr. Governador do Estado um veemente pedido, a fim de que Sua Excelência autorizasse, de imediato, a realização de serviços.

Na verdade, conseguida a autorização, as obras foram iniciadas, no mês de novembro de 1992, e concluídas no final de dezembro do mesmo ano, através da firma Piso e Teto, com a qual a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas estabeleceu convênio.

E queremos, neste ensejo, ressaltar que, se tais serviços não fossem, em tempo, procedidos, a situação seria sobremaneira desastrosa. Sérios prejuízos acarretariam a esta entidade.

Felizmente, o Exmo. Sr. Dr. José Agripino Maia reconheceu a importância desse empreendimento, e estamos hoje com o prédio - sede própria do nosso IHG/RN - em ótimas condições de funcionamento, dispondo, assim, de um sistema elétrico perfeito e hidráulico, pronto para qualquer eventualidade.

CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA CULTURA

Não podemos deixar de aludir ao convênio que assinamos junto ao Ministério da Cultura, originado por um pedido que se formulou ao Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, graças ao seu ilustre representante e nosso sócio efetivo, escritor e poeta Sanderson Negreiros, que não mediu esforços para que tornasse realidade um auxílio a esta Casa da Memória, visando a organização, catalogação e classificação de livros e periódicos. Os entendimentos foram mantidos e já estamos com o pessoal especializado trabalhando diariamente. O numerário já foi liberado, em depósito no Banco do Brasil, em conta especial, na ordem de Cr\$ 100.000.000,00.

Ainda resta outra parcela, no valor de Cr\$ 48.000.000,00.

O assessoramento desse serviço está sendo realizado pela Fundação "José Augusto", e aqui fazemos questão de realçar a valiosa colaboração, na feitura do projeto, da Sra. Evane Longo da Silva Torres, alta funcionária daquela Fundação.

Temos plena confiança de que outros convênios serão assinados no Ministério da Cultura, em benefício deste Instituto e pela preservação de nosso patrimônio histórico-cultural.

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Concluindo, hoje, mais um mandato desta diretoria, será procedida, nesta data, a eleição para os novos dirigentes - biênio 1993 - 1995.

PALAVRAS FINAIS

Com este breve relatório das atividades deste Instituto, durante o biênio 1991-1993, bem se pode avaliar o trabalho desenvolvido à frente dos destinos da mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte que, no próximo dia 29, com uma sessão solene, comemorará os seus 91 anos de fundação. E, naquela data, haverá uma série de eventos, projetando, como de direito, a vetusta entidade.

Quanto a nós, estamos sobremodo agradecidos pela atenção, confiança, estímulo, que recebemos de todos os ilustres confrades, sem o que nada aqui se realizará.

À imprensa fala, escrita, televisionada, a nossa gratidão pelo apoio que nos deram os diretores dos órgãos de divulgação e os jornalistas em

geral.

O Instituto Histórico e Geográfico, nesses dois anos decorridos (e isso registra o seu livro de presença), recebeu milhares de visitas, turistas e pesquisadores, além de haver, por nosso intermédio, atendido a quantos, ávidos de novos conhecimentos, nos escreveram e telefonaram.

Resta-nos, afinal, a palavra do incentivo e da gratidão, na certeza de que, na atual conjuntura brasileira, esta tradicional entidade, em cuja formação participaram, entre outros valorosos historiadores, cinco governadores de Estado, prosseguirá servindo à cultura de nossa gente, nesta amada terra de Santa Cruz, neste Rio Grande do Norte, de belas e altas tradições, com as vistas voltadas para o futuro promissor, que todos nós, sem distinção, temos o dever de construir.

Muito obrigado a todos.

Este o nosso modesto e breve relatório, que submetemos à apreciação e aprovação dos eminentes consócios.

Natal, 17-3-93

Enélio Lima Petrovich
(Aprovado com votos de louvor)

ÍNDICE

REVISTA DO IHG/RN	07
PRESERVAR O INSTITUTO HISTÓRICO	
Garibaldi Alves Filho	09
BIBLIOTECA <u>ENÉLIO LIMA PETROVICH</u>	
Olavo de Medeiros Filho	11
RAIMUNDO FERREIRA DE MACÊDO	
Otto Guerra	13
FASTÍGIO E OCASO DE FERREIRA CHAVES	
Gil Soares	15
A QUESTÃO RELIGIOSA E O RIO GRANDE DO NORTE	
Enélio Lima Petrovich	23
HOLDERLIN O POETA DOS DEUSES	
Dorian Gray Caldas	27
PEDRO VELHO, MEU AVÔ (1) -27-XI-1856/9-XII-1907 -	
Sophia A. Lyra	31
DESFAZENDO EQUÍVOCOS	
José Moretzsohn	45
A CRISE DA MODERNIDADE	
Lindomar Wessler Boneti	57
CINQUENTENÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	
Cláudio Moreira Bento	63
FORÇA NAVAL DO NORDESTE	
Israel de Oliveira	67
A COSTA DOS POTIGUARES E A PRESENÇA FRANCESA	
Olavo de Medeiros Filho	79
A 2ª GUERRA MUNDIAL E PARNAMIRIM	
Marcos Maranhão	83
REMINISCÊNCIAS	
Valério Mesquita	91
<u>WALDEMAR DE SÁ</u> - DA INTELIGÊNCIA E DO AFETO	
Umberto Peregrino	95
LOUVAÇÃO CULTURAL DE CÂMARA CASCUDO E HOMERO HOMEM	
Silvio Meira	97
SAUDAÇÃO AO MINISTRO JOSÉ FERNANDES DANTAS	
Mário Moacyr Porto	113
<u>TIRADENTES</u> - HERÓI DA PÁTRIA	
José Fernandes Dantas	117

ADAUTO DA CÂMARA (ENSAIO BIOGRÁFICO)	
Henrique Zarembo da Câmara.....	135
OS DESCONHECIDOS	
Yapery Tupiassu de Brito Guerra.....	147
A RESTAURAÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS, DO ENGENHO CUNHAÚ	
Jeanne Fonseca Leite Nesi.....	161
ULYSSES DE GOES, UM APÓSTOLO	
Nilo Pereira.....	167
OS SETENTA ANOS DA “PRAIEIRA DOS MEUS AMORES”	
Cláudio Augusto Pinto Galvão.....	171
REDINHA - O REFRIGÉRIO PRAIANO	
Enélio Lima Petrovich.....	185
FALECEU O PROFESSOR VICENTE DE ALMEIDA - Um nome de alta categoria na Escola de Mossoró	
Raimundo Nonato da Silva	189
PROFESSOR RODRIGUES ALVES - O seu dia estava marcado	
Raimundo Nonato da Silva	191
O CORAÇÃO É O DONO DO MUNDO	
Cristalino Regalado Costa	195
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO IHG/RN - março/1991 - março/ 1993	
Enélio Lima Petrovich	

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 1 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- 2 - Presença Norte-rio-grandense na Alçada Pernambucana - *Raimundo Nonato*.
- 3 - Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte - *Manoel Ferreira Nobre* (Anotações de M. Rodrigues de Melo).
- 4 - Luís da Câmara Cascudo - Sua Vida e sua Obra.
- 5 - Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte - *Enélio Lima Petrovich*.
- 6 - O Livro das Velhas Figuras (vols. I,II,III,IV, V e VI)- *Luís da Câmara Cascudo*.
- 7 - Visões e Abusões Nordestinas (I e II) - *Raimundo Nonato*.
- 8 - Os franceses no Rio Grande do Norte - *Bernard Alléguede*
- 9 - A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte - *Augusto Tavares de Lyra*.
- 10 - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte - *Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros* - II Volume.
- 11 - Titulados do Assu - *Francisco Amorim*.
- 12 - Naufrágios do Litoral Potiguar - *Olavo de Medeiros Filho*
- 13 - Magdalena dona Magdalena - *Oriano de Almeida*.
- 14 - Antologia do Padre Monte - Vol. 7 - *Jurandyr Navarro*.

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 - Aconteceu na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
- 2 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (anos 1994, 1995, 1996, 1997).
- 3 - O Livro das Velhas Figuras - (Vols. VII, VIII, IX e X) - *Luís da Câmara Cascudo*.
- 4 - Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio Grande do Norte - *Luiz Carlos Lins Wanderley* (Introdução de Nilo Pereira).
- 5 - Índice geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1964 a 1991) - *Fernando Hippolytò da Costa*
- 6 - Nísia Floresta - *Adauto da Câmara*.
- 7 - História da Cidade do Natal - *Luís da Câmara Cascudo*.
- 8 - Os Holandeses na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
- 9 - No Correr do Tempo - *Enélio Lima Petrovich*.
- 10 - Paris...nos Tempos de Debussy - *Oriano de Almeida*.